



A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES LUSÓFONAS E IBERO-AMERICANAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

O CASO DAS CIÊNCIAS
DA COMUNICAÇÃO

Organização
Moisés de Lemos Martins

lúmus

 **CECS**
centro de estudos
de comunicação
e sociedade
PUBLICAÇÃO

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES LUSÓFONAS
E IBERO-AMERICANAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
– O CASO DAS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES LUSÓFONAS E IBERO-AMERICANAS
DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – O CASO DAS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**

Coordenação

MOISÉS DE LEMOS MARTINS

Diretor das Coleções do CECS: Moisés de Lemos Martins

Diretor-Adjunto das Coleções do CECS: Manuel Pinto

Capa: António Modesto

Paginação: Margarida Baldaia

© Edições Húmus, Lda., 2017

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde

1.ª edição: novembro de 2017

Depósito legal: 434342/17

ISBN: 978-989-755-306-6

Apoio:

Cofinanciado por:



Financiado pelo COMPETE: POCI-01-0145-FEDER-007560 e FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto: UID/CCI/00736/2013.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES LUSÓFONAS E IBERO-AMERICANAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – O CASO DAS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

Coordenação

Moisés de Lemos Martins

húmus



CECS
centro de estudos
de comunicação
e sociedade
PUBLICAÇÃO

ÍNDICE

- 11 Por uma comunidade científica, policentrada e polifacetada,
uma comunidade com sentido humano
Moisés de Lemos Martins

PRIMEIRA PARTE

COMUNICAÇÃO, CULTURA E INTERNACIONALIZAÇÃO

- 19 Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e
repositórios digitais. O futuro das comunidades lusófonas e
ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas
Moisés de Lemos Martins
- 59 Internacionalização, desafios, delimitações e efeitos perversos
José Manuel Paquete de Oliveira
- 71 Uma reorientação conceitual
Muniz Sodré
- 79 Retos y responsabilidades de la investigación en comunicación
Miquel de Moragas
- 89 Comunicación, cultura, internacionalización. À volta do
compromiso intelectual
Margarita Ledo Andión
- 103 Da necessidade e da possibilidade de uma história das mídias
sob a ótica lusófona
Antônio Hohlfeldt
- 117 As raízes pré- e pós-coloniais do mercado regional
latino-americano de televisão
Joseph Straubhaar e John Sinclair

SEGUNDA PARTE
POLÍTICA CIENTÍFICA, PUBLICAÇÃO E
INTERNACIONALIZAÇÃO

- 145 Articular a investigação com os investigadores. A tarefa da *International Association for Media and Communication Research (IAMCR)*
Janet Wasco
- 157 As Ciências da Comunicação na Europa. O projeto inacabado do cosmopolitismo
Cláudia Álvares
- 169 Política científica: uma questão de confiança
João Costa
- 179 Desafios da internacionalização acadêmica
Juremir Machado da Silva
- 193 Comunicação e políticas públicas para a ciência e tecnologia em Portugal, durante os XIX e XX Governos Constitucionais (2011-2015)
Helena Sousa
- 201 Política científica, publicación e internacionalización en el campo de la comunicación en España
Emili Prado
- 217 Diagnóstico e perspectivas dos periódicos científicos e difusão do conhecimento comunicacional nos primeiros anos da Confibercom (2011-2015)
Cicilia M. Krohling Peruzzo
- 231 Associações científicas: da ideia de rede ao ideal de comunidade
Madalena Oliveira

- 247 Políticas científicas de comunicação e os desafios da pós-graduação em Comunicação. Um breve panorama sobre Moçambique
Tomás José Jane, Elias Djuve e Eulálio Mabuie

TERCEIRA PARTE

LÍNGUA, GLOBALIZAÇÃO E INTERCULTURALIDADE

- 261 As línguas francas em ciência e a questão dos paradigmas
Paulo Serra
- 277 Lusofonia, interculturalidade e globalização. A língua portuguesa como língua de ciência
Maria Manuel Baptista
- 287 As missangas da comunicação. Moçambique no espaço ibero-americano
Armando Jorge Lopes
- 303 Linguas, globalización e interculturalidade. Unha reflexión desde o galego
Henrique Monteagudo
- 319 Modelos cognitivos da lusofonia. Romantismo e racionalismo nas políticas de língua e comunicação de unidade/diversidade do português europeu e brasileiro
Augusto Soares da Silva
- 337 Comunicação intercultural e cidadania em tempos de globalização
Margarida M. Krohling Kunsch

POR UMA COMUNIDADE CIENTÍFICA, POLICENTRADA E POLIFACETADA, UMA COMUNIDADE COM SENTIDO HUMANO

Moisés de Lemos Martins*

Em todos os tempos, as comunidades humanas se confrontaram com duas questões fundamentais: com o problema da ordem, na tentativa de dar resposta à exigência de viver em sociedade; e, também, com o problema da história, indagando sobre as possibilidades da ação humana.

Neste aspeto, a nossa época não é distinta de todas as outras. E, todavia, estas questões, a da ordem e a da história, colocam-se hoje com particular acuidade, porque no nosso tempo, as fundações da sociedade democrática ameaçam ruir e as possibilidades da ação humana diminuiram consideravelmente.

Percebemos, hoje, que a ordem no mundo é ditada pelos mercados económico-financeiros e que, em consequência disso, é o próprio sentido do humano que entrou em crise, no vórtice da mobilização total e infinita para o mercado global, a que bens, corpos e almas passaram a obedecer.

* Professor Catedrático da Universidade do Minho, doutorou-se em Ciências Sociais (especialidade de Sociologia) na Universidade de Ciências Humanas de Estrasburgo (1984). Ensina e investiga em Sociologia da Cultura, Semiótica Social, Sociologia da Comunicação, Cultura Visual, Comunicação Intercultural, Estudos Lusófonos, Política Científica e Tecnológica. Dirige o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), que fundou em 2001. É Diretor da revista *Comunicação e Sociedade*, e também da *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies* (RLEC). Foi Presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), tendo sido Presidente da Federação das Associações Lusófonas de Ciências da Comunicação (Lusocom) e da Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom). Da sua obra constam os seguintes títulos: *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia* (2015); *Crise no Castelo da Cultura. Das Estrelas para os Ecrãs* (2011); *L'Imaginaire des Médias* (coeditor, 2011); *Do Post ao Postal* (coeditor, 2014); *Caminhos nas Ciências Sociais. Memória, Mudança Social e Razão* (2010); *A Linguagem, a Verdade e o Poder. Ensaio de Semiótica Social* (2002); *O Olho de Deus no Discurso Salazarista* (1990, 2016), *Para uma Inversa Navegação. O Discurso da Identidade* (1996).
E-mail: moisesm@ics.uminho.pt.

E por outro lado, ao generalizar-se na comunidade o sentimento de incapacidade para alterar o curso das coisas, há quem tenha passado a agoirar sobre o fim da história.

A metafísica tradicional era fundada na palavra. E a palavra era um espaço de promessa, dado que declinava ideias de futuro e nos dava garantias sobre ele.

Essa metafísica da unidade acabou no Ocidente. Já não é mais possível lançarmos um propósito para diante (para o futuro), fundando-o num fundamento seguro (Martins, 2011). Agora é para o presente que somos mobilizados. As palavras da promessa (centradas no futuro) foram substituídas pelos números da promessa (que no ocidente são, sobretudo, números da crise): os números do Produto Interno Bruto (PIB), que não cresce o que desejaríamos, quando não tem crescimento negativo; os números da Balança Comercial, com desequilíbrios crónicos entre as exportações e as importações; os números do défice, interno e externo; os números do desemprego, que a muito custo procuramos suster; os números do envelhecimento da população na Europa; os números das desigualdades sociais, que alastram; os números da quebra drástica, na Europa, dos índices demográficos; os números da instabilidade social, política, económica e financeira, a qual, um pouco por todo o lado, não para de ameaçar-nos... Trata-se de números virados para o presente e que no Ocidente apenas assinalam a nossa urgência numa situação de crise.

Debater o nosso tempo é, pois, debater a crise em que estamos mergulhados. E debater a crise significa interrogar a condição precária de quem atravessa uma “noite dos tempos”, para falar como Georges Steiner (1971), uma *noite* onde a história se armazena em *gigas*, as emoções se processam em *bits*, os corpos se compõem com *pixéis*, e a vida toda, de bens, corpos e almas, é convertida em valor económico e financeiro.

E bem pode o nosso quotidiano atolar-se em aborrecimento e cansaço, que os ecrãs não nos dão mais sossego, agitando-nos, excitando-nos e mobilizando-nos, inexoravelmente, para o mercado global, num movimento em que a palavra recua diante da torrente de imagens tecnológicas, e nós perdemos qualquer fundamento seguro, identidade estável, território conhecido e dominável (Martins, 2010).

Os textos que esta obra reúne resultam das conferências plenárias do II Congresso da Confederação Ibero-americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom), realizado em Braga, na Universidade do Minho, em 2014, que reuniu investigadores de todo o espaço ibero-americano. Sem

dúvida que, no seu conjunto, estes textos são de uma importância extraordinária, pela esperança que os anima, de desenvolvimento, alargamento e consolidação da comunidade ibero-americana de Ciências da Comunicação¹.

As Ciências da Comunicação são uma atividade de pensamento crítico, uma atividade que se exerce sobre a sociedade. E exercer este olhar reflexivo sobre os modos como interagimos uns com os outros no espaço ibero-americano concorre para a construção desta grande comunidade científica.

Ao falarmos do espaço ibero-americano, estamos a falar de uma diversidade de culturas, estamos a falar de comunidades que se exprimem em duas línguas, a portuguesa e a espanhola, duas línguas que por serem de cultura, pensamento e conhecimento, concorrem para a construção da comunidade científica ibero-americana, contrariando a visão de um mundo monocolor, um mundo globalizado, hegemonicamente falado em inglês².

As Ciências das Comunicação dos países ibero-americanos têm esta responsabilidade, uma responsabilidade ao mesmo tempo científica, estratégica, política e cívica, de concorrer para a construção da comunidade de investigação ibero-americana de Ciências da Comunicação, fazendo obra de cultura, de pensamento e de conhecimento. Ao interrogarem em português e em espanhol os modos como nos distintos países deste espaço transnacional e transcontinental fazemos obra de conhecimento e interagimos uns com os outros, as Ciências da Comunicação constroem a sua própria comunidade científica.

As expressões maiores do espírito apenas podem ser realizadas na língua materna. E entre as expressões maiores do espírito estão o pensamento e a cultura (Martins, 2015 b).

O II Congresso Ibero-americano de Ciências da Comunicação exprimiu o entendimento de que as línguas, portuguesa e espanhola, por serem línguas

1 Ainda em 2014, foram publicadas as Atas do II Congresso Mundial de Comunicação Ibero-americana, *Comunicação Ibero-americana: os Desafios da Internacionalização* (Martins & Oliveira, 2014). Mas já em 2012, haviam sido publicados os principais textos, apresentados ao I Congresso Mundial de Comunicação, realizado em 2011, em São Paulo, *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (Kunsch & Melo, 2012). Assim como também haviam sido publicados, em 2013, os textos relativos ao I Fórum da Confibercom, realizado em Quito, no Ciespal (Kunsch, 2013), *La Comunicación en Iberoamérica. Políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento*.

2 Contrariando a visão de um mundo monocolor, falado numa única língua, o inglês, e em defesa da diversidade linguística, veja-se *Lusofonia e Interculturalidade* (Martins, 2015 a).

de pensamento e de cultura, devem ser línguas de conhecimento. É esse entendimento estratégico que é manifestado nos textos aqui reunidos.

Uma língua que não se esforce para dizer os avanços do seu tempo, e também as suas contradições e inquietações, uma língua que não se esforce para dizer os bloqueios e os impasses da sua época, quero dizer, uma língua que não tenha pensamento, é uma língua que não cria conhecimento. E se o não fizer, se não criar conhecimento, é uma língua arcaica, que estiola e acaba por morrer.

Foi a esse desafio que respondeu o II Congresso Ibero-americano de Ciências da Comunicação: concorrer para tornar as línguas, portuguesa e espanhola, línguas de pensamento e línguas de cultura, e em consequência disso, línguas de conhecimento.

Este Congresso não teve outra linha de rumo que não fosse, por um lado, reforçar e desenvolver os propósitos que animaram a criação da Confibercom, e, por outro, homenagear dois dos seus principais obreiros, o Professor brasileiro, José Marques de Melo, e o Professor português, José Manuel Paquete de Oliveira: debater as políticas científicas e contrariar o modelo hegemónico de fazer ciência, um modelo que nos apaga, tanto pela língua de uso, como pelo paradigma científico que nos impõe.

Realizando esta tarefa, estamos a dar oportunidades ao conhecimento, que se exprime na diversidade das culturas faladas em português e em espanhol, assim concorrendo para a construção de uma comunidade científica, policentrada e polifacetada, uma comunidade com sentido humano, que é sempre uma comunidade com o sentido do debate e da cooperação, no respeito pela diversidade e pela diferença entre as culturas.

Referências bibliográficas

- KUNSCH, M. (Ed.) (2013). *La Comunicación en Iberoamérica. Políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento*. Quito: Confibercom/Ciespal.
- KUNSCH, M. & Melo, J. M. (Eds.) (2012). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- MARTINS, M. L. (2011). *Crise no Castelo da Cultura. Das Estrelas para os Ecrãs*. Coimbra: Grácio. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/29167>.
- MARTINS, M. L. (2010). A mobilização infinita numa sociedade de meios sem fins. In Álvares, C. & Damásio, M. (Org.) *Teorias e práticas dos media. Situando o local no*

- global* (pp. 267-278). Lisboa: Edições Lusófonas. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/24250>.
- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (2014). *Comunicação Ibero-americana: os Desafios da Internacionalização* – Livro de Atas do II Congresso Mundial de Comunicação Ibero-americana. Braga: Universidade do Minho / CECS. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/33031>.
- MARTINS, M. L. (Ed.) (2015 a). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Famação: Húmus. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MARTINS, M. L. (2015 b). Os Estudos Culturais como novas Humanidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*. Vol. 3 (1), pp. 341-361. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/40655>.
- STEINER, G. (1992) [1971]. *No Castelo do Barba Azul. Notas para a redefinição da cultura*. Lisboa: Relógio d'Água.

PRIMEIRA PARTE
**COMUNICAÇÃO, CULTURA
E INTERNACIONALIZAÇÃO**

COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA, ACESSO ABERTO DO CONHECIMENTO E REPOSITÓRIOS DIGITAIS O FUTURO DAS COMUNIDADES LUSÓFONAS E IBERO-AMERICANAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Moisés de Lemos Martins*

Resumo

É meu propósito discutir a comunicação da ciência no atual contexto da globalização do conhecimento e da cultura digital, interrogando as políticas de ciência, língua e comunicação, e o modo como elas modelam e condicionam o desenvolvimento das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas.

Proponho a hipótese de estarmos a fazer uma travessia tecnológica, em muitos aspetos análoga à travessia marítima europeia dos séculos XV e XVI. Coloco, pois, em confronto a natureza tecnológica da atual globalização financeira e a natureza comercial da expansão marítima europeia. E se da primeira travessia resultou a colonização de povos e nações, com a segunda travessia passámos, em século e meio, àquilo a que Edgar Morin chamou a “colonização do espírito” de toda a comunidade humana (Morin, 1962). Neste contexto, tomámos em consideração as consequências, para a cultura, da revolução ótica, que se iniciou por

* Professor Catedrático da Universidade do Minho, doutorou-se em Ciências Sociais (especialidade de Sociologia) na Universidade de Ciências Humanas de Estrasburgo (1984). Ensina e investiga em Sociologia da Cultura, Semiótica Social, Sociologia da Comunicação, Cultura Visual, Comunicação Intercultural, Estudos Lusófonos, Política Científica e Tecnológica. Dirige o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), que fundou em 2001. É Diretor da revista *Comunicação e Sociedade*, e também da *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies* (RLEC). Foi Presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), da Federação das Associações Lusófonas de Ciências da Comunicação (Lusocom) e da Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom). Da sua obra constam os seguintes títulos: *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia* (2015); *Crise no Castelo da Cultura. Das Estrelas para os Ecrãs* (2011); *L'Imaginaire des Médias* (coeditor, 2011); *Do Post ao Postal* (coeditor, 2014); *Caminhos nas Ciências Sociais. Memória, Mudança Social e Razão* (2010); *A Linguagem, a Verdade e o Poder. Ensaio de Semiótica Social* (2002); *O Olho de Deus no Discurso Salazarista* (1990, 2016), *Para uma Inversa Navegação. O Discurso da Identidade* (1996).

E-mail: moisesm@ics.uminho.pt.

meados do século XIX, com a invenção da máquina fotográfica, e concluiu, no nosso tempo, com a Internet e a realidade virtual de produção tecnológica (Martins, 2010, 2011 a, 2014). Vou situar nos estudos pós-coloniais as identidades transnacionais e transcontinentais, analisando as comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas, no contexto da “batalha das línguas” (Lopes, 2004), para utilizar uma expressão do linguista moçambicano, Armando Jorge Lopes, a que dou, todavia, um novo sentido. Vou, pois, considerar as políticas de ciência, língua e comunicação como combates pela ordenação simbólica do mundo (Bourdieu, 1977, 1979, 1982), onde se colocam os problemas de língua hegemónica e de subordinação científica.

Sendo tecnológica a condição da época, tomo o ciberespaço como um novo lugar do conhecimento científico, sem dúvida em língua inglesa, com as políticas de comunicação a saltar para os *web sites*, os portais eletrónicos, as redes sociais, os repositórios digitais e os museus virtuais; mas do ponto de vista que nos interessa, o novo lugar do conhecimento é em língua portuguesa, e também em língua espanhola.

Finalmente, apresento um conjunto de elementos sobre a presença de uma comunidade científica de Ciências Sociais e Humanas, o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), num Repositório académico digital, o *Repositorium* da Universidade do Minho.

Palavras-chave: globalização, comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento, repositórios digitais, identidades transnacionais, Museu Virtual da Lusofonia

1. As identidades transnacionais e transcontinentais como figuras da modernidade

As identidades transnacionais e transcontinentais, que nos permitem falar de espaço lusófono e espaço ibero-americano, remetendo sempre para possibilidades de comunidade, seja de cultura e arte, de pensamento e ciência, não são alheias à cinética moderna, que marca a época, uma cinética tecnológica¹. Não podem, pois, deixar de se inscrever no contexto do atual debate sobre a globalização, que é uma realidade de cariz eminentemente económico-financeiro, comandada pelas tecnologias da informação.

Esta ideia de globalização dá-nos identidades definidas, ou seja, definitivas, identidades de indivíduos móveis, mobilizáveis, competitivos e performantes no

1 A “modernidade” é aqui conceptualizada como um novo contexto de manifestação e constituição da diversidade, embora a modernidade, ela própria, também possa ser múltipla. Como salienta Joel Kahn (2001), cada sociedade produz uma versão específica de modernidade.

mercado global (Martins, 2010; 2015 a, p. 9-10). E exprime, além disso, uma conceção cosmopolita de cultura, a cultura-mundo (Martins, 2011 b; Martins, Cabecinhas, Macedo, 2011), uma cultura da unidade, servida por uma única língua, o inglês.

Mas se é verdade que o mundo se unificou, através da expansão do capitalismo, também se diversificou, por via de resistências e adaptações diversas (Sahlins, 1993, p. IX). Como assinala Manuel Ivone Cunha, “A integração global e a diferenciação local seriam até certo ponto concomitantes. A diferenciação desenvolver-se-ia como resposta à integração mundial” (Cunha, 2015, p. 227)².

É este o contexto em que me parece dever ser situado aquilo a que podemos chamar de “globalização multiculturalista”, que nos permite enquadrar, seja o espaço lusófono, seja o espaço ibero-americano. A “globalização cosmopolita”, fundada nas tecnologias da informação e na economia, não pode ser contrariada por indivíduos solitários e impotentes, nem por Estados-nações em crise. Pode-o ser, todavia, pela globalização multiculturalista, que reúne os povos de áreas geoculturais alargadas, promove e respeita as diferenças, dignificando, do mesmo passo, as línguas nacionais. A globalização multiculturalista é a globalização do que é diverso, do que é diferente, do que é outro. É feita pela mistura, pela miscigenação de etnias, línguas, memórias e tradições³. E é este o sentido que me parece dever ser dado à possibilidade, seja de comunidades lusófonas, seja de comunidades ibero-americanas, de cultura, arte, pensamento e ciência.

2. A circum-navegação tecnológica e as identidades transnacionais e transcontinentais, lusófonas e ibero-americanas

A investigação histórica tem insistido, nos últimos tempos, na analogia que é possível fazer entre a atual globalização, uma “circum-navegação tecnológica”, fundada nas tecnologias da informação, que nos mobilizam para o mercado, e a primeira globalização, concretizada pela expansão europeia nos séculos XV e XVI⁴.

2 A este propósito, ver também Arjun Appadurai (2005), *Dimensões Culturais da Globalização*.

3 Sobre a tensão entre a globalização cosmopolita e a globalização multiculturalista, ver “Globalization and Lusophone world. Implications for Citizenship” (Martins, 2011 b). Veja-se, também, Vítor Sousa, 2017.

4 Ver, por exemplo, Roger Crowley (2015), *Conquerors. How Portugal forged the first global Empire*; também Martin Page (2002), *The First Global Village: How Portugal Changed the World*; e ainda, A. G. R. Russell-Wood (1992), *The Portuguese Empire, 1415-1808. A World on the Move*.

Também em Portugal, a investigação histórica sobre a expansão europeia, e especificamente sobre a expansão portuguesa, teve nos últimos anos um grande desenvolvimento. E estas pesquisas tiveram como consequência associar à eclosão da modernidade a expansão europeia e os notáveis avanços então realizados, na física, na matemática, na astronomia e na cartografia⁵.

No entanto, da mesma maneira que a expansão europeia dos séculos XV e XVI não pode ser pensada apenas como uma abertura à “diversidade do mundo”, mas também como um movimento de colonização, que não serviu apenas o encontro entre povos, tendo servido, igualmente, a assimilação/integração e dominação do mundo pelo desígnio ocidental⁶, de igual modo o debate sobre as línguas deve passar por um mesmo movimento de desconstrução pós-colonial.

5 Tenho sobretudo presente a obra do físico e historiador de ciência, Henrique Leitão. Em *Os Descobrimientos Portugueses e a Ciência Europeia*, obra publicada em 2009, Leitão confirma que a expansão marítima europeia (portuguesa, espanhola, inglesa e holandesa) foi, talvez, a maior transformação política, social, administrativa e económica dos séculos XV e XVI. E em dois artigos, publicados em 2014, em parceria com Joaquim Alves Gaspar, na revista de cartografia *Imago Mundi*, explica de que modo foram decisivos os estudos portugueses de matemática e cartografia (muito particularmente de Pedro Nunes, em 1537), para a criação da Tabela de Rumos, instrumento matemático usado por Mercator para a projeção cilíndrica do globo terrestre, em 1569. E ainda, em artigo mais recente, publicado na revista *Journal of the History of Ideas*, Henrique Leitão, em parceria com Antonio Sánchez, salienta o facto de ter sido a expansão marítima europeia, protagonizada por portugueses e espanhóis, que inventou a modernidade, ao fomentar a participação de todas as camadas sociais no estudo da Natureza, através das novas práticas empíricas, desenvolvidas entre soldados, marinheiros, mercadores e viajantes, que ao mesmo tempo recolhiam todo o tipo de informação (Leitão & Sánchez, 2017).

6 Pode dizer-se que a expansão marítima portuguesa teve um momento mítico fundador, de que a Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei português, D. Manuel I, sobre o *achamento* do Brasil, em 1500, é uma boa expressão – um tempo mítico de descoberta e encontro. Mas não podemos deixar de ter em atenção, também, o facto de se ter passado logo a uma segunda fase, de integração, e mesmo a uma terceira, de dominação.

A ideia da “diversidade do mundo”, que a expansão marítima europeia colocou a descoberto, ficou, pois, comprometida, praticamente logo no início, pelas necessidades imperialistas do capitalismo comercial. Tzvetan Todorov (1982), em *La Conquête de l'Amérique. La Question de l'Autre*, ao colocar a questão da alteridade no encontro com o outro civilizacional, defende o ponto de vista da comunicação intercultural, uma razão que se opõe ao entendimento homogeneizante, a que pode estar associada a ideia de diálogo intercultural. Com efeito, Todorov interroga, antes de mais, a lógica das interdependências, que se exercem a três níveis: *axiológico*, *praxeológico* e *epistémico*. O nível axiológico das interdependências prende-se com os juízos de valor que temos sobre o outro, afinal de contas, com os estereótipos que utilizamos para o enquadrar. No nível praxeológico colocam-se as práticas concretas de assimilação, submissão ou indiferença relativamente ao outro. Por sua vez, o conhecimento que temos sobre a identidade do outro caracteriza o nível epistémico. Todorov contraria, pois, a “metafísica da unidade”, da

A circum-navegação é uma figura que nos pode ajudar a pensar a travessia a fazer, na experiência tecnológica, que é a experiência contemporânea por excelência⁷. À semelhança da época da expansão europeia, o homem contemporâneo faz hoje, através da tecnologia, uma travessia, deslocando-se da cultura do uno para a cultura do múltiplo. A cultura do uno é logocêntrica, etnocêntrica, imperalista, colonialista e produtivista. Caracteriza-se, pois, pela exclusão, assimilando e destruindo a diferença. Em contrapartida, a cultura do múltiplo e da mistura associa-se à participação, à comunicação intercultural, à diferença, a uma cultura pós-colonial (Martins, 2007, 2011 a, 2011 b, 2014, 2015 c).

A circum-navegação assinala, classicamente, a experiência da travessia de oceanos e a ultrapassagem do limite estabelecido, de mares, terras e conhecimentos. E, a meu ver, trata-se de uma boa metáfora para caracterizar a atual experiência das comunidades científicas, lusófonas e ibero-americanas, uma experiência, hoje, largamente tecnológica⁸.

Na circum-navegação clássica houve os dispositivos náuticos, como o quadrante, o sextante, o astrolábio, a esfera armilar, a bússola, as cartas náuticas e as balestilhas. E também houve as alavancas, as roldanas, os canhões, as bombas de água. Mas havia sobretudo as estrelas, para nos conduzir na noite. Deixámos, entretanto, de olhar para as estrelas e passámos a olhar para os ecrãs, como assinala Paul Virilio (2001, p. 135). Ou seja, da história de sentido em que se inscreviam as estrelas, o Ocidente abriu caminho para os ecrãs, o que quer dizer, para “a inovação, a hibridiz e a interatividade” (Martins, 2011/12, p. 49).

Desta experiência tecnológica resultam formas imaginárias melancólicas, porque fora do regime da analogia (Martins, 2002 a, 2002 b; 2002 c, 2002 d; 2011 c). Tais formas melancólicas são uma consequência da combinação de *techné*

perspetiva do diálogo intercultural, um entendimento que por vezes desconhece os processos comunicacionais de segregação, dominação e tomada de poder.

- 7 A figura da circum-navegação, associada à ideia de viagem tecnológica, é desenvolvida, originalmente, na tese de doutoramento de Stéphane Hugon, defendida em 2007, na Sorbonne, com o título, *Circumnavigations, la construction sociale de l'identité en ligne*. Esta tese foi publicada em 2010, mantendo a figura da circum-navegação no título: *Circumnavigations. L'Imaginaire du voyage dans l'expérience Internet*. Colocando-se do ponto de vista de “uma sociologia dos espaços eletrónicos”, Hugon interroga, entre outros aspetos, “uma cultura da deambulação”, “uma genealogia da deriva”, “o que significa habitar”, “o que é uma paisagem” e, ainda, “a dinâmica comunitária”.
- 8 Sobre o papel do ciberespaço na invenção de comunidades lusófonas, pela reativação de memórias sociais e pela (re)produção de narrativas identitárias, ver Macedo, Martins & Cabecinhas (2010, 2011) e Macedo *et alii* (2013). Ver, também, Martins & Cabecinhas (2009).

e *aesthesis*, ou seja, de técnica e emoção, e também, de *techne* e *arche*, o que quer dizer, do novo e do arcaico (Martins, 2002 a, 2002 b, 2003, 2005, 2007, 2009, 2015 d). Mas é através destas formas melancólicas que se reconfigura, em permanência, o sentido de comunidade, pelo desejo de ser-e-estar-com-outros⁹. E no caso, é pela combinação de *techne* e *aesthesis*, e também de *techne* e *arche*, que eu entrevejo a reconfiguração de comunidades lusófonas e ibero-americanas de investigadores em Ciências Sociais e Humanas.

Os novos média, ou média digitais, significam isso mesmo: a comunicação mediada por computador, e, em consequência, a inovação, a hibridez e a interatividade. A inovação, e não o novo, significa práticas que impõem uma intervenção tecnológica. E porque se trata de práticas tecnológicas, há que discutir nos média digitais, antes de mais nada, a programação e o *design* (Foster, 2002).

Em concomitância com as práticas tecnológicas, surgem, entretanto, novas práticas de comunicação, que impõem uma alteração do sentido da leitura, assim como uma alteração do sentido do olhar. Hoje, por exemplo, ler o jornal, ver televisão ou ir às exposições de um museu, são exercícios de comunicação, que incluem, todos, práticas de navegação Web, ou seja, práticas de comunicação, em condições específicas de tempo, espaço e interlocução: *downloads*, pirateados ou não, visualizações no *Youtube*, discussões nas redes sociais, expansão de artigos em *posts* de blogs, expansão de imagens em vídeos no *Youtube*.

Os média digitais significam, também, a hibridez, o que quer dizer, uma síntese tornada possível pela realidade técnica, que abre espaço para seres artificiais, mundos virtuais e experiências simulacrais. E, neste contexto, uma coisa é, por exemplo, o processo de leitura, caracterizado por Roman Jakobson (2003), em *Linguística e Comunicação*, que supõe uma tradução intersemiótica, ou de transmutação, no processo de interpretação dos signos verbais, por meio de

9 No quadro do projeto “Narrativas identitárias e memória social: a (re)construção da Lusofonia em contextos interculturais”, executado na Universidade do Minho, sob a coordenação de Rosa Cabecinhas (Ref. FCT: PTDC/CCI-COM/105100/2008), foram realizados estudos aprofundados sobre a Lusofonia, como “reinvenção de uma comunidade geocultural na sociedade em rede”. Ver, por exemplo: Martins *et alii* (2014), *Interfaces da Lusofonia*; Macedo (2013), *Da diversidade do mundo ao mundo diverso da lusofonia*; Macedo *et alii* (2013) “Researching identity narratives in cyberspace: some methodological challenges”; Macedo, Martins & Cabecinhas (2011), “Blogando a Lusofonia: Experiências em Três Países de Língua Oficial Portuguesa”; Macedo, Martins, Macedo (2010), “Por Mares Nunca Dantes Navegados” – Contributos para uma Cartografia do Ciberespaço Lusófono”. Ver também: Martins, Cabecinhas & Macedo (2010), *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Vol. *Lusofonia e Sociedade em Rede*; e Martins, Cabecinhas & Macedo (2011), *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Vol. *Lusofonia e Cultura-mundo*.

sistemas de signos não verbais. E coisa bem diferente é a leitura a que se refere o *transmedia storytelling*, ou *cross-media*, que significa a expansão da narrativa, por meio de vários média (Sousa, Martins & Zagalo, 2016)¹⁰.

Os média digitais significam, ainda, a interatividade, e não propriamente a interação, ou seja, significam práticas sociais, que não remetem apenas para a liberdade e a autonomia dos atores sociais; remetem, igualmente, para os constrangimentos da ação social, a qual ocorre, sempre, como referi, em condições específicas de tempo, espaço e interlocução.

E são os atuais dispositivos eletrônicos de programação e de *design*, numa linha que é tanto de continuidade como de rompimento com a máquina fotográfica, que generalizam o processo de produção de imagens como práticas de “simulacro e simulação” (Baudrillard, 1981), entre a troca lúdica e a partilha diária de imagens digitais, nos ambientes reais e virtuais dos nossos telemóveis e computadores, de idêntica forma à que ocorreu, no passado, com os postais ilustrados (Correia, 2013; e Martins & Correia, 2014).

Os média digitais significam, então, novas práticas de produção do sentido, ou seja, novas práticas da linguagem e da comunicação: por um lado, textualidades multimodais (“hipertextualidades”); e por outro, formas de comunicação digital interativa. Entretanto, nesta travessia, atribuímo-nos uma “pele tecnológica” (Kerckhove, 1997), uma pele para a afeção, o que quer dizer, uma pele para o ser-e-estar-com-outros.

Ao adotar o imaginário dos ecrãs, a circum-navegação eletrônica, concretiza o paradigma da cibercultura como uma travessia em direção à nova América de um novo arquivo cultural, que reativa o antigo, o arcaico, enfim o mitológico (Jenkins, 2008) e, ao mesmo tempo, reconfigura em permanência a comunidade, pelo desejo de ser-e-estar-com-outros¹¹. E é a história, mas a história toda, tanto

10 Carlos Alberto Scolari (2011, p. 128) utiliza como sinónimos os conceitos de *transmedia storytelling* e *cross-media*, o último dos quais, reconhece, é todavia mais usado nos meios profissionais do que nos meios académicos. O termo *transmedia storytelling* foi cunhado por Henry Jenkins (2003). François Jost (2011, p. 95) prefere falar de “luta intermídia”, em vez de utilizar o termo convergência. Ver, também, sobre *transmedia storytelling*, Christian Salmon (2007), que propõe um ponto de vista crítico sobre a *storytelling*: “uma máquina de fabricar histórias e de formatar espíritos”.

11 Desenvolvi a ideia de cibercultura como circum-navegação tecnológica, noutros textos. Ver, neste sentido: Maffesoli & Martins (2011), “Ciberculturas”, pp. 43-44; Martins (1998 b), “A biblioteca de Babel e a árvore de conhecimento”; Martins (2011 a), *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*, pp. 18-19; Martins (2011/2012), “Média digitais – hibridéz, interatividade, multimodalidade”, pp. 52-54; Martins (2015 c), *Média digitais e lusofonia*, pp. 37-43.

a da colonização como a do pós-colonialismo, que é, hoje, recapitulada neste desejo de comunidade.

Portanto, a travessia que os investigadores de Ciências Sociais e Humanas dos espaços, lusófono e ibero-americano, falantes do português e do espanhol, estão convocados a fazer é a de uma mobilização tecnológica para o interconhecimento, o diálogo e a cooperação. É, também, a da sua reunião nas zonas geoestratégicas e culturais alargadas, em que consistem os espaços lusófono e ibero-americano, no respeito pelas diferenças e na dignificação das línguas nacionais, de modo a afirmarem-se diante da globalização hegemónica, de carácter financeiro e especulativo, falado a uma só língua, o inglês. É, finalmente, a travessia do apego ao valor do heterogéneo, à sedução de uma rede tecida de fios de muitas cores e texturas, uma rede de povos e países diversos, capazes de resistir à sua redução a uma unidade artificial.

3. As literacias para a travessia tecnológica transnacional e transcontinental

As identidades transnacionais e transcontinentais, lusófonas e ibero-americanas, não podem furtar-se, pois, à mutação digital que hoje atravessa a sociedade contemporânea e faz convergir tecnologias da informação, média, artes e culturas, ao mesmo tempo que altera comportamentos, atitudes e práticas (Jenkins, 2008).

A circum-navegação do ciberespaço tem como propósito fazer a travessia de um território feito de atmosferas e paisagens tecnológicas, em busca da nova América de um novo arquivo cultural e articula-se com a exigência da utilização de três tipos de literacias complementares: uma literacia dos média, que nos habilite para a crítica dos conteúdos; uma literacia informativa, que torne possível avaliar documentos e dados *online*; e ainda, uma literacia computacional, que permita navegar e criar conteúdos *online*. Espera-se que a combinação destes três tipos de competências mediáticas, na era da técnica, incremente a participação cívica e a ação criativa, tanto *online* como *offline*.

A literacia digital precisa, com efeito, de se tornar nuclear na cibercultura, de modo a poder ser criativa na cultura. Deste modo, a cibercultura não pode deixar de interrogar tanto a criação cultural e artística, nas atuais condições tecnológicas, como a cidadania e a inclusão social (Kittler, 2011). Não pode deixar de interrogar, também, as políticas de acesso integral a bases de dados digitais, museus virtuais e repositórios de conhecimento em acesso aberto, que hoje enformam as práticas

dos agentes culturais. Em síntese, a cibercultura não pode deixar de interrogar estes novos contextos de significação. Trata-se não apenas de interrogar o acesso a tecnologias e a ferramentas tecnológicas, como também de interrogar o acesso à participação cívica e à criação cultural e artística, em ambientes tecnológicos.

Na travessia das novas atmosferas e paisagens tecnológicas, constituem, hoje, desafios da circum-navegação cibercultural as práticas dos profissionais do novo contexto digital, particularmente *web designers*, curadores *online*, gestores de museus virtuais, ativistas da *web*, *youtubers*, assim como constituem outros tantos desafios a proteção e a segurança dos conteúdos culturais digitais, e ainda, a comunicação desses conteúdos. Estes profissionais intermédios, com funções híbridas, que articulam o trabalho teórico dos académicos, com o trabalho prático de utilizadores da *web*, são uma espécie de *cosmógrafos* da travessia tecnológica. Mas todos nós estamos convocados a participar nesta travessia. Todos somos soldados, marinheiros, mercadores e viajantes, nesta circum-navegação, recolhendo e produzindo, ao mesmo tempo, todo o tipo de informação.

Os cosmógrafos da travessia marítima eram indivíduos com formação universitária, que tinham que trabalhar com pilotos, marinheiros e com construtores de navios e de instrumentos náuticos. E os cosmógrafos da travessia tecnológica são os profissionais do novo contexto digital, que têm que trabalhar, não apenas com os engenheiros informáticos, os engenheiros de computação, os engenheiros de sistemas de informação, mas também com os cidadãos, organizados em redes sociotécnicas. Do que se trata, nos territórios lusófonos e ibero-americanos, que resultam da circum-navegação tecnológica é, pois, da assunção de uma cultura em “status nascendi” (Maffesoli & Martins, 2011, pp. 41-43), uma cultura que compreende novas ferramentas, de cientistas, artistas e criadores, e que perpassa arquivos digitais, museus virtuais, gravações-vídeo e filmes.

Podemos, igualmente, assinalar, entre outras questões centrais desta circum-navegação cibercultural, a formação de novos públicos para as culturas e as artes, assim como as políticas específicas para os repositórios digitais, que têm em vista, sempre, o acesso aberto ao conhecimento.

E não podemos esquecer, neste contexto de circum-navegação tecnológica, os ambientes patrimoniais em rede, cujos acervos são em fluxo. Quer isto dizer, por exemplo, que peças, obras e narrativas, tanto culturais como artísticas, podem ser transferidas de um meio de comunicação para outro (*transmedia remix*) (Sousa, Zagalo & Martins, 2012), e mesmo convertidas, mediante licença, em mercadoria, ou até darem origem a um outro produto.

Finalmente, não podemos perder de vista o facto de que a cultura digital precisa de estar ancorada em poderosos territórios físicos e em pesadas infraestruturas tecnológicas. Porque apenas deste modo é possível criar “territórios culturais”, que sirvam o desenvolvimento sustentado das comunidades culturais, artísticas e científicas, lusófonas e ibero-americanas.

4. A ciência como combate linguístico e a descolonização da língua

Ao colocar a questão da investigação de Ciências Sociais e Humanas em espaços transnacionais e transcontinentais, como o são os espaços, lusófono e ibero-americano, trago a debate a questão das línguas de cultura, ciência e comunicação.

Na tradição sociológica francesa de Pierre Bourdieu, a questão linguística já havia sido colocada como uma questão prática, pelo facto de exprimir interesses estratégicos e posições de poder dentro de um determinado campo territorial e político, e por ter em vista assegurar a hegemonia dentro desse campo específico. Ou seja, o combate das línguas exprime a luta por uma determinada ordenação simbólica do mundo. Vemo-lo, sobretudo, em *Ce que Parler Veut Dire* (1982) e em *La Distinction. Critique sociale du jugement* (1979).

Interrogando a função social da língua e as suas possibilidades de violência simbólica, Bourdieu deu-nos instruções úteis em *Ce que Parler Veut Dire* sobre: 1) a produção e a reprodução da língua legítima; 2) a formação dos preços (simbólicos) e a antecipação dos lucros; 3) a língua autorizada; 4) o poder simbólico; 5) a representação política; e 6) a identidade e a representação¹².

Sintetizando o ponto de vista de Pierre Bourdieu, mas transpondo-o do uso de uma língua por um indivíduo, para a utilização de uma determinada língua nas interações entre povos, em espaços geoculturais e estratégicos alargados, podemos dizer que as línguas podem ser entendidas como o produto da relação entre um “mercado linguístico” e um “*habitus* linguístico”. Quando os indivíduos utilizam determinada língua, num determinado espaço geocultural e estratégico alargado, fazem uso de recursos acumulados, adaptando-se, todavia, implicitamente, às exigências próprias do campo político ou mercado das trocas globais.

12 Pierre Bourdieu insiste na ideia de que representar o mundo social é classificá-lo, ou melhor, dividi-lo, e também lutar pela di/visão em que nos empenhamos. Neste combate são investidos interesses simbólicos, sendo que o simbólico exprime relações de força social, ou seja, relações de poder.

Penso, no entanto, que a tradição pós-colonial, de Franz Fanon (1963, 1986) a Edward Said (1994), e de Stuart Hall (1997) a Gayatri Spivak (1987) e a Homi Bhabha (1990, 1994), nos permite hoje ser mais ambiciosos na consideração das línguas de cultura, ciência e comunicação, em espaços transnacionais alargados¹³. A tradição pós-colonial permite-nos encarar aquilo a que chamamos globalização como um movimento de mobilização tecnológica, de bens, corpos e almas, para o mercado, e também como um movimento de homogeneização cultural, que uma única língua, o inglês, ajuda a sedimentar, devendo nós, no entanto, interrogar o ponto cego desta cinética, enfim, aquilo que ela silencia: as culturas subalternas e dominadas, seja de países ex-colonizados, seja de países outrora colonizadores, hoje periféricos, as minorias, as periferias, as diásporas, os migrantes, os refugiados, todos os excluídos, e portanto as suas culturas e línguas¹⁴.

Por esta razão, ao interrogarmos, hoje, o sentido do humano, já não podemos deixar de pensar na assombração que constituiu no Ocidente a metafísica da unidade, da tradição greco-romana, apoiada no *logos* (como instância soberana de decisão), à tradição judaico-cristã, apoiada no *sun/bolé* (uma imagem que reúne), e que fundaram, ambas, o logocentrismo, o etnocentrismo, o imperialismo, o colonialismo e o produtivismo.

Este movimento de mobilização tecnológica para o mercado revê-se nas metáforas de tempo de “longa duração” (Fernand Braudel, 1958), “economia-mundo” (Immanuel Wallerstein, 1974), “cultura-mundo” (Gilles Lipovetsky e Jean Serroy, 2008) e “sociedade em rede” (Manuel Castells, 1996)¹⁵.

Ao discutirmos as políticas linguísticas, em termos pós-coloniais, descolonizando-as, mantemo-nos em linha com o mesmo processo de desconstrução, com que perspetivamos a expansão marítima ocidental, dos séculos XV e XVI.

13 Veja-se, neste sentido, Brito & Martins (2004); Martins (2006); Martins, Sousa & Cabecinhas (2006, 2007). E também, Martins (2014); e ainda, *Comunicação e Sociedade*, vol. 26, organizado, em 2016, por Maria do Carmo Piçarra, Rosa Cabecinhas e Teresa Castro, sobre *Imaginários coloniais: Propaganda, militância e “resistência” no Cinema*.

14 Foi por partilhar um entendimento semelhante a este sobre a dinâmica das culturas que os sociólogos portugueses, Boaventura Sousa Santos e Maria Paula Meneses, publicaram, em 1995, *Epistemologias do Sul*. Veja-se, também, sobre este assunto, *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*, de Carlos Alberto Faraco (2016).

15 A proposta lusófona, que aqui fazemos, de comunidades científicas transnacionais e transcontinentais inscreve-se nas resistências aos processos de homogeneização cultural, de que falava Sahlins (1993, p. IX), e também no entendimento que Manuela Ivone Cunha (2015, p. 277) tem dos processos de diferenciação, que respondem à integração mundial. A ambos os autores nos referimos atrás.

Esta desconstrução pós-colonial é tanto mais necessária quanto a circum-navegação tecnológica nos expõe, hoje, aos maiores perigos. Dou como exemplo a atual tematização do debate sobre a língua, em Portugal, que nalguns casos chega a assemelhar-se a uma alucinada narrativa messiânica.

Numa entrevista concedida ao *site* “Inteligência Económica”, em 2012, por ocasião do lançamento da obra *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, estudo encomendado pelo Instituto Camões ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Luís Reto, Reitor deste Instituto Universitário e coordenador da obra, coloca a questão das línguas nos seguintes termos: “Esta é a hora do português”; e apontando de imediato a rota da economia para a língua portuguesa, avisa que a navegação será agora em direção a um novo arquivo cultural, em que a língua seja “produto” e “valor económico” e a avaliação da sua importância medida em termos de percentagem no PIB¹⁶. Lançada, assim, ao mar da sua transformação “numa potência económica mundial”, língua portuguesa teria como rumo, por um lado, “a comunidade lusófona”, e por outro, “o valor criado para fora, para uma economia em rede”¹⁷.

A ideia de encarar a própria língua como mercadoria, “como produto” (Reto, 2012 b), como língua de conhecimento e comércio, é uma excelente ilustração do atual movimento de mobilização tecnológica do mundo para o mercado. Os principais capítulos da obra *Potencial Económico da Língua Portuguesa* têm a seguinte designação: “Efeitos de rede e valor económico da língua”; “Valor da língua e das indústrias culturais e criativas em percentagem do PIB”; “Comércio externo e investimento direto estrangeiro (IDE)”; “Fluxos migratórios e turismo” (Reto, 2012 a)¹⁸.

Sem dúvida, uma língua de cultura e de pensamento não pode deixar de ser, igualmente, uma língua de conhecimento. Mas o conhecimento não pode ter como unidades de medida, exclusivas, o valor económico-financeiro e o valor no mercado de emprego¹⁹.

16 Ver, entrevista de Luís Reto ao *site* “Inteligência Económica”, a 17 de dezembro de 2012 (Reto, 2012 b). Retirado de <http://inteligenciaeconomica.com.pt/?s=Lu%C3%ADs+Reto>.

17 *Ibidem*.

18 Do que acabo de escrever nesta secção 4 – “A ciência como combate linguístico e a descolonização da língua”, fiz uma 1.ª versão no artigo “Ciências da Comunicação e mundo lusófono”, publicado no *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (Martins, 2015/2016, pp. 11-18).

19 Vendo bem, não estamos assim tão longe do pensamento de Eliot Freidson, que entendia as Universidades como invenções sociais notáveis para apoiar o trabalho que não tem valor comercial imediato (Freidson, 1986). Embora também seja verdade que é necessário compreender o valor

Foi sobretudo por considerarem que uma língua de cultura e de pensamento não pode deixar de ser, igualmente, uma língua de conhecimento, que as comunidades científicas de Ciências da Comunicação dos países lusófonos a fundaram, em 1998, a Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom), com os seguintes objetivos: “Promover o desenvolvimento das Ciências da Comunicação no espaço geocultural lusófono; Incentivar a cooperação entre os países de língua portuguesa; Aprofundar a expressão internacional das comunidades de investigadores de língua portuguesa, em termos de produção científica; Patrocinar a publicação de trabalhos científicos em português”²⁰.

E com idênticos propósitos, mas estendidos, agora, ao espaço ibero-americano e à língua espanhola, foi fundada no Funchal, em 2009, a Confederação Ibero-americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom)²¹.

No entanto, o combate pela conversão das línguas, portuguesa e espanhola, em línguas de conhecimento e de ciência ainda mal começou. São as políticas linguísticas dos países lusófonos e ibero-americanos, assim como as políticas de comunicação científica, que decidem quem tem o poder de definir a realidade social, assim como o poder de impor essa representação. E tanto as políticas científicas, como as políticas da comunicação, estão hoje inteiramente nas mãos

económico das universidades, uma realidade que ainda era desconhecida há algumas décadas (Barr, 2012).

- 20 Consultar o portal da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom). Endereço eletrónico: www.lusocom.net. A Lusocom foi constituída, em 1998, na cidade de Aracaju, em Sergipe (Brasil), tendo como comunidades associadas a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom). A reunião de constituição da Lusocom contou com observadores angolanos e moçambicanos. Em 2002, em Maputo (Moçambique), a Lusocom passou a contar, entre as suas associadas, com a Amescom (Associação Moçambicana de Comunicação) e a Angocom (Associação Angolana de Comunicação), hoje inativa. Entretanto, em 2004, a Associação Galega de Comunicação (Agacom) passou a integrar a Lusocom; e a mesma coisa aconteceu, em 2014, com a Associação Cabo-verdiana de Comunicação (Mediacom); por sua vez, em 2016, tendo sido criada a Acicom (Associação Moçambicana de Ciências da Informação e da Comunicação), a Lusocom acolheu-a no seu seio. Esta federação associativa realizou, até hoje, doze Congressos Científicos: cinco em Portugal; três no Brasil; dois em África e dois na Galiza. Por outro lado, desde 2003, que a Lusocom publica o *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, seu órgão científico, tendo a Lusocom/Intercom publicado quatro volumes; a Lusocom/Sopcom/CECS cinco volumes; e a Lusocom/Agacom quatro volumes.
- 21 A Confibercom realizou, até hoje, dois Congressos, o primeiro na Universidade de São Paulo, em 2011, e o segundo na Universidade do Minho, em 2014. Realizou também três Fóruns científicos: em Quito (2012); Porto (2013) e São Paulo (2015). E editou as seguintes publicações: Kunsch & Melo (2012), Kunsch (2013), Martins & Oliveira (2014).

dos governos nacionais, tendo as comunidades científicas um papel praticamente residual (Martins, 2012 b).

Nestas circunstâncias, a experiência que temos do mundo é a da estandardização do pensamento e do conhecimento. O que se espera em todos estes países é que os pesquisadores publiquem, principalmente, em inglês e que as citações sejam tendencialmente feitas, a partir de artigos e livros publicados em inglês. Em Portugal, para dar um exemplo, os concursos para financiamento de projetos científicos, assim como os relatórios de progresso e os relatórios finais, são obrigatoriamente redigidos em inglês. E os paradigmas científicos seguem a tradição anglo-saxónica²².

Neste contexto, as consequências para os interesses das comunidades de investigação em Ciências Sociais e Humanas, lusófonas e ibero-americanas, são desastrosos, sobretudo porque as comunidades científicas estão muito longe de encarar este difícil combate como um combate necessário. Dou como exemplo os resultados do estudo levado a cabo por Paulo Serra sobre aquilo que ele considera ser “O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação”, publicado na *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies* (Serra, 2015/2016, pp. 57-68).

Analisando três revistas portuguesas, três revistas brasileiras e uma espanhola, e fazendo incidir o estudo sobre o regime de citações utilizado, Paulo Serra concluiu que entre os investigadores do espaço lusófono e ibero-americano não existe, ainda, nenhum imaginário de comunidade científica lusófona, nem de comunidade científica ibero-americana²³. Com efeito, os investigadores por-

22 Sobre todas estas questões, veja-se o vol. 3 (2), 2015/2016, da *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, consagrado à *Ciência e conhecimento: políticas e discursos* (M. L. Martins et alii, Eds., 2015-2016). Disponível em: <http://rlec.pt/>.

Ver, também, A Gradim & C. Moura (2015) e A. Grandim & R. Morais (2016). Veja-se, ainda, “As Ciências da Comunicação e o mundo lusófono” (Martins, 2015/2016); “A liberdade académica e os seus inimigos” (Martins, 2015 b); “Interview with Moisés de Lemos Martins”, in *Academic Responding to Discourses of Crisis in Higher Education and Research* (Martins, 2013); “Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento” (Martins, 2012 a); “Política científica de comunicação em Portugal: desafios e oportunidades para os doutoramentos (Martins & Oliveira, 2013); “As Ciências Sociais e a política científica” (Martins, 2008); *Ensino Superior e Melancolia* (Martins, 2002 c).

23 Corpus do estudo. **Portugal:** *Comunicação e Sociedade* (CECS, Univ. Minho), v. 26, 1.º semestre de 2014; *Estudos em Comunicação* (UBI), n. 16, 1.º semestre de 2014; e *Prisma* (U. Porto e U. Aveiro), n. 24, 1.º semestre 2014. **Brasil:** *Matrizes* (USP), v 8, n. 1, 1.º quadrimestre de 2014; *Eco-Pós* (UFRJ), v. 17,

tugueses, brasileiros e espanhóis são muito pouco citados nos artigos; são-no, sobretudo, os investigadores anglo-saxónicos. Em Espanha, são citados a 63%; no Brasil, a 58%; e em Portugal, a 57% (Serra, 2015/2016). Por outro lado, os autores portugueses praticamente não são citados em Espanha. E é residual a percentagem dos investigadores portugueses citados no Brasil. Mas, também em Portugal, os autores espanhóis são citados apenas a 5%. E a razão de os autores brasileiros serem citados nas revistas portuguesas a 18% apenas se deve ao facto de haver uma percentagem elevada de investigadores brasileiros como autores de artigos nas revistas portuguesas, sem paralelo, aliás, com o que se passa nas revistas brasileiras. Com efeito, são brasileiros 35% dos autores nas revistas portuguesas de Ciências da Comunicação. E é residual a presença de investigadores portugueses como autores de artigos nas revistas brasileiras.

Vejamos, de seguida, as percentagens nas figuras 1 e 2, de Autores e de Referências.

Figura 1. Autores (%)

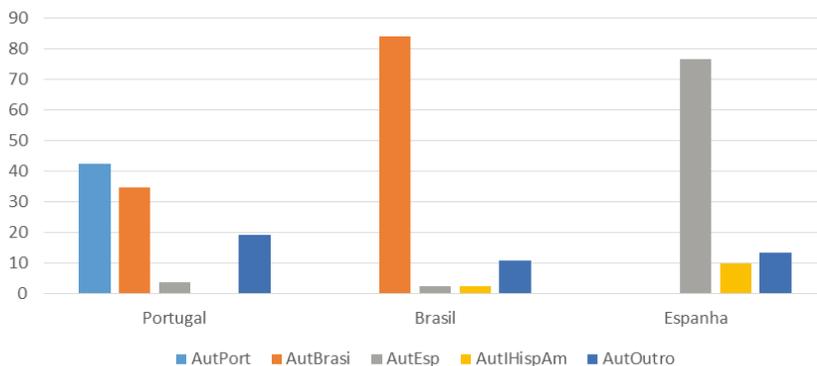


Figura por mim elaborada, a partir de P. Serra (2015/2016). In “O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação”, *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, Braga: CECS, vol. 3, n. 2, pp. 7-17.

Retirado de <http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/issue/current/showToc>

n. 1, 1.º quadrimestre de 2014; e *Contemporânea* (UFBA), v. 12, n. 1, 1.º quadrimestre de 2014. Espanha: *Comunicación y Sociedad* (U. Navarra), v. 27, n. 1, 1.º trimestre de 2014. Ver Serra (2015/2016). Retirado de <http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/issue/current/showToc>.

Figura 2. Referências (%)

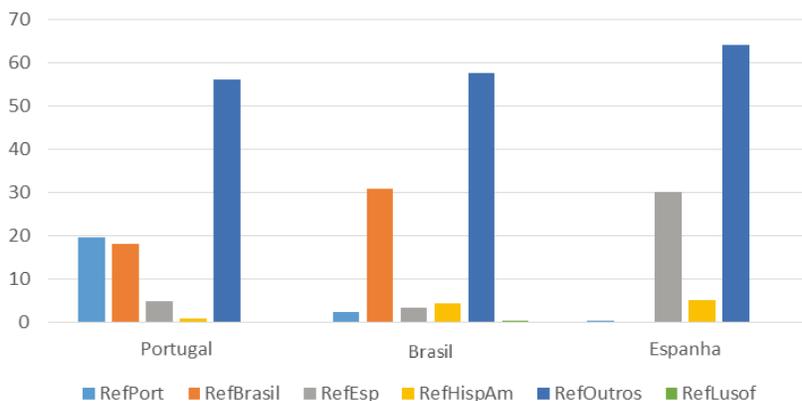


Figura por mim elaborada, a partir de P. Serra. In “O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação”, *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, Braga: CECS, vol. 3, n. 2, 2015/2016, pp. 7-17.

Retirado de <http://estudosculturais.com/revistalusoфона/index.php/rlec/issue/current/showToc>

5. Repositórios digitais de acesso aberto do conhecimento e museus virtuais

António Castillo entende que é problemático o desafio que o mundo latino-americano tem diante de si para credibilizar e indexar as suas revistas científicas (Castillo *et alii*, 2012). Propulsados pelo inglês como língua hegemónica, o processo de indexação das revistas científicas e o fator de impacto, aliados à necessidade de “sobreviver na selva académica”, têm conduzido a práticas científicas perversas, que estão a destruir a integridade da ciência e das universidades (Martins, 2015 b; Nóvoa, 2014). Veja-se, a este propósito, Allen White e Eric Fong (2015), quando denunciam “a manipulação de citações”; e também, o bibliotecário e ativista Jeffrey Beall (2015), manifestando-se contra “os editores predatórios”. Na expressão, um tanto hiperbólica, de George Monbiot (2011) ao *The Guardian*, os editores de ciência são “os capitalistas mais implacáveis no mundo ocidental”. Foi, aliás, o custo exorbitante do conhecimento, que levou Tim Gowers (2012) a desencadear o movimento de boicote a revistas, como as da Elsevier, e à adoção de outras formas de publicação.

Tem sentido, neste contexto, a ideia do Conselho Científico para as Ciências Sociais e as Humanidades da FCT de criação, em Portugal, de um sistema de avaliação das revistas, nacionais e internacionais, controlado pela comunidade académica (Costa, 2015).

Todavia, independentemente de outras considerações, os desafios que, a meu ver, exigem uma forte determinação da comunidade de investigadores de línguas, portuguesa e espanhola, derivam do movimento de desconstrução pós-colonial e estão necessariamente relacionados com o debate sobre as línguas.

Por um lado, estas comunidades têm de encontrar caminhos para o interconhecimento, o diálogo e a cooperação no mundo das línguas, portuguesa e espanhola. Por outro, apenas a consolidação dos países lusófonos e ibero-americanos, como regiões geoestratégicas alargadas, transculturais e transnacionais, pode resgatá-los do papel marginal que desempenham, hoje em dia, no campo científico. E se é um facto que as comunidades lusófonas e ibero-americanas têm de enfrentar um gigantesco desafio para se fazerem respeitar nas suas distintas identidades, não é menor o combate que têm que travar, para estabelecerem um estatuto digno para as línguas nacionais. Com efeito, é também uma meta crucial, pela qual os países de língua, portuguesa e espanhola, precisam de lutar, legitimarem-se como regiões idiossincráticas, dentro da globalização hegemónica, financeira e especulativa, moldada pela língua inglesa.

Em síntese, é um facto que as comunidades científicas, lusófonas e ibero-americanas, precisam de resistir à ideia de uma unidade artificial que ameace a capacidade que uma língua singular possa ter para produzir conhecimento, ao mesmo tempo, singular, original e relevante. Mas o combate pela assunção da diversidade e da diferença não pode deixar de ser feito no pensamento e no conhecimento, do mesmo modo que tem que ser travado nas culturas e nas artes.

É este o contexto em que, a meu ver, deve ser colocada a atual rede de repositórios eletrónicos e de museus virtuais, em constituição por todo o mundo académico, com o intuito de disponibilizarem, em acesso aberto, conhecimento (científico, cultural e artístico), assim como dados de investigação.

5.1. Lusofonia, Internet e comunicação da ciência

A Internet não tem penetrado, de modo homogéneo, as populações dos países dos vários continentes. Pelo facto de ela propulsar a época e nos mobilizar a todos, a Internet penetra de modo mais abrangente as populações dos países mais ricos. Deste modo, as possibilidades abertas pela Internet para a divulgação do conhecimento, assim como para o interconhecimento e a cooperação entre os povos, não favorece por igual todos os povos, nem todas as línguas. Dou o exemplo do espaço lusófono. A penetração da Internet na população dos países que falam

o português como língua oficial é de 32,8%. Mas a penetração no conjunto da população mundial ascende a 49,2%.

E se olharmos, continente a continente, é a seguinte a penetração da Internet na população lusófona, por relação à sua penetração no conjunto da população mundial:

- Em África, a penetração da Internet nos países lusófonos é de 19,9%, quando a média de penetração no continente africano é de 26,9%;
- Na Europa, a penetração da Internet em Portugal é de 67,6%, quando a média de penetração no continente europeu é de 77,7%;
- Na Ásia, a penetração da Internet em Timor Leste é de 27,5%, quando a média de penetração no continente asiático é de 44,7%;
- Na América do Sul, a penetração da Internet no Brasil é de 67,5%, sendo a média de penetração na América do Sul de 66,7%.

Com efeito, o Brasil tem uma força de penetração da Internet mais forte que o continente sul-americano. E a mesma coisa acontece com Cabo Verde, relativamente ao continente africano. Cabo Verde tem uma penetração da Internet de 42%, quando a média do continente africano se cifra em 26,9%.

Existe, também, uma grande discrepância de penetração da Internet entre as populações dos diferentes países lusófonos:

-
- Angola – 22,3%
 - Cabo Verde – 42%
 - Guiné-Bissau – 4,3%
 - Moçambique – 6,2%
 - São Tomé e Príncipe – 25%
 - Brasil – 67,5%
 - Portugal – 67,6%
 - Timor-Leste – 27,5%

Resultados por mim elaborados, a partir da *Internet World Stats*, 2017*

* Retirado de <http://www.internetworldstats.com/>.

Assim, quando falamos de comunicação da ciência nos países lusófonos, utilizando as tecnologias da informação como recurso para o combate à subordinação cultural e científica, temos que ter presente que também a este nível as condições de partida colocam em desvantagem o espaço lusófono e a língua portuguesa. Essa circunstância não pode impedir-nos, todavia, de fazer o combate necessário, de organização e mobilização, das comunidades científicas, culturais e artísticas deste espaço transnacional e transcontinental.

5.2. Os repositórios digitais de conhecimento

Foi em 2002 que ocorreu a *Budapest Open Access Initiative*, uma magna reunião, que reuniu responsáveis de universidades e de outras instituições de investigação, além de investigadores, para responder ao desafio da disponibilização *online* do conhecimento, em acesso aberto. Por “Acesso Aberto” à publicação científica com revisão por pares, “queremos dizer a sua disponibilização livre na Internet, de modo a permitir que qualquer utilizador possa ler, fazer *download*, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar os textos integrais desses artigos, recolhê-los para indexação, introduzi-los como dados em *software*, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas, que não sejam inseparáveis do próprio acesso à Internet”²⁴.

Logo em 2003, a Universidade do Minho criou o Repositorium, uma plataforma digital de acesso aberto do conhecimento, com o objetivo de promover a divulgação *online* da produção científica dos seus docentes e investigadores, assim como dos seus estudantes de pós-graduação (dissertações de mestrado e teses de doutoramento)²⁵.

Entretanto, a Agência para a Sociedade de Conhecimento (UMIC) concebeu o projeto de criação do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP). Este projeto foi concretizado pela Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), com o apoio de uma equipa da Universidade do Minho, no segundo semestre de 2008.

Mais recentemente, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) definiu um conjunto alargado de Políticas de Acesso Aberto. Essas políticas entraram em vigor a 5 de maio de 2014 e compreendem “o acesso livre e *online* a publicações

24 Retirado de <http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-recommendations>.

25 Ver Repositorium da Universidade do Minho: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/>.

sujeitas a revisão por pares e a dados resultantes de investigação científica financiada pela FCT”²⁶.

Todas as Universidades portuguesas, públicas e privadas, assim como os Institutos Superiores Politécnicos, têm, hoje, um repositório científico digital, de um modo geral com teses de doutoramento e mestrado. Ainda não está generalizada, da mesma maneira, a disponibilização das publicações científicas dos docentes e investigadores nos repositórios digitais, embora a situação esteja em processo de rápida transformação.

Em junho de 2017, a Universidade do Minho detinha o principal repositório digital português (figura 1). Seguiam-se os repositórios digitais da Universidade de Lisboa, da Universidade do Porto e da Universidade Nova de Lisboa (Ibidem).

Por sua vez, todos os repositórios de Universidades e de Politécnicos estão no RCAAP (figura 2). Assim como também lá se encontram muitas dezenas de revistas científicas, entre as quais: a revista *Comunicação e Sociedade*, e a *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies* (figura 3).

Entretanto, foi criado o Repositório Europeu de Acesso Aberto para a investigação (OpenAIRE)²⁷ e a Confederação Mundial de Repositórios de Acesso Aberto (COAR)²⁸, ambos com a missão de promover uma maior visibilidade e aplicação dos resultados de investigação científica (publicações e dados de investigação), através de redes globais de repositórios de acesso aberto.

Apresento no gráfico 1 o mapa do OpenAIRE, que dá conta do número de publicações financiadas por projetos de investigação, já executados, ou em curso, nas unidades de investigação da Universidade do Minho. O Centro de Estudos de

26 A política sobre Acesso Aberto a publicações científicas, resultantes de investigação financiada pela FCT, determina que as publicações de resultados científicos, que sejam sujeitas a revisão por pares ou outra forma de revisão científica, “devem ser depositadas num dos repositórios em acesso aberto do RCAAP logo que possível, de preferência por altura da aceitação da publicação”. Esta política “aplica-se a artigos em revistas científicas, atas de conferências, posters, livros e capítulos de livros, monografias e teses de Mestrado e de Doutoramento”. Por sua vez, o financiamento da FCT “engloba projetos de I&D, bolsas e contratos de emprego científico”. Retirado do site da FCT, a 13 de agosto de 2017: <https://www.fct.pt/dsi/eciencia/index.phtml.pt>.

27 Sobre o OpenAIRE, veja-se Pedro Príncipe (2015), “OpenAIRE e comunicação da ciência: a infraestrutura Open Access para a investigação na Europa”.

28 A COAR é uma associação mundial para a disponibilização *online* do conhecimento. Junta mais de cem universidades, organismos governamentais e outras instituições de trinta e seis países, incluindo o Banco Mundial, a Organização Mundial de Saúde e a Microsoft Research.

Comunicação e Sociedade (CECS) é, em setembro de 2017, a unidade de investigação com mais publicações realizadas, no quadro de projetos financiados.

Figura 1. *Ranking Web of Repositories* (junho de 2017)

Ranking	World Rank	Instituto	Country	Size	Visibility	Files Rich	scholar
1	4	Europa PubMed Central		1	7	9	1
2	7	PhilPapers		19	8	15	7
3	13	Universiteit van Amsterdam Digital Academic Repository		85	36	32	8
4	14	HAL Institut National de Recherche en Informatique et en Automatique Archive Ouverte		47	20	28	50
5	15	Munich Personal Repec Archive		251	19	23	73
6	16	HAL Sciences de l'Homme et de la Société		105	31	27	36
7	23	Lund University Publications		71	60	50	9
8	24	University of Southampton Institutional Repository		69	30	29	99
9	27	Universitat Autònoma de Barcelona Dipòsit Digital de Documents		70	75	35	10
10	30	Digital CSIC		93	55	37	31
29	68	Universidade do Minho Repositorium		32	170	77	61
70	169	Repositório Universidade de Lisboa		36	397	161	199
83	205	Repositório Aberto Universidade do Porto		23	372	176	360
95	233	Repositório Institucional Universidade Nova de Lisboa		67	466	315	180

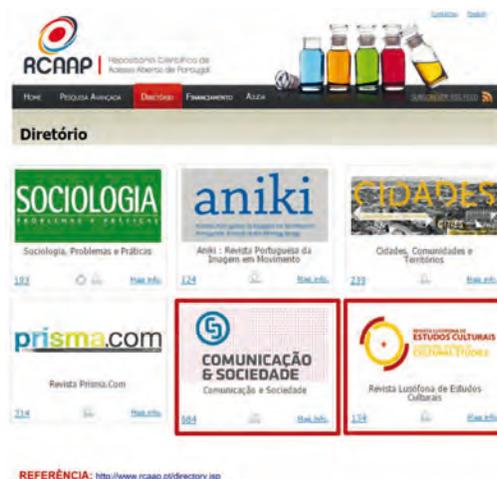
Retirado de <http://repositories.webometrics.info/>

Figura 2. RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP)



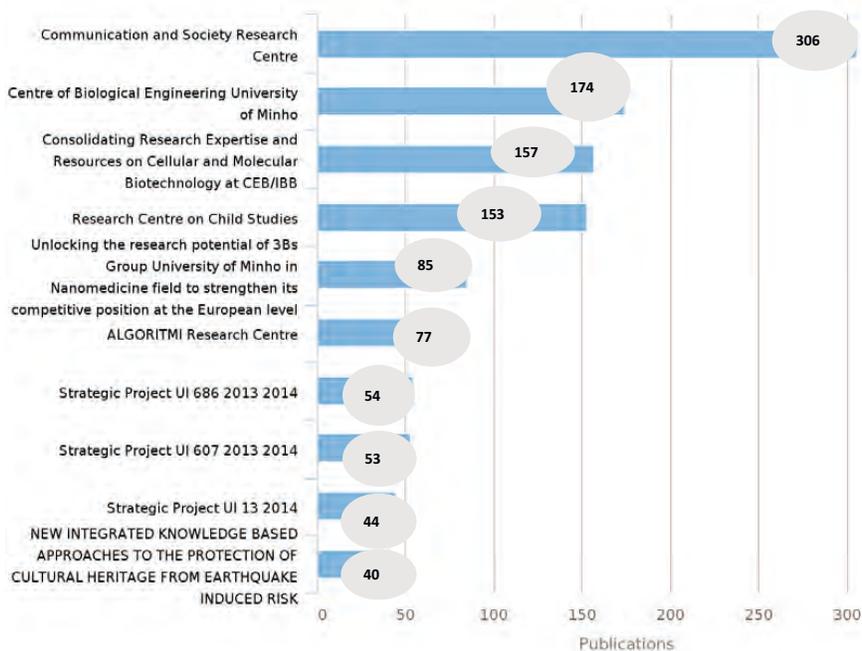
Retirado de <https://www.rcaap.pt/>, em abril de 2017.

Figura 3. Comunicação e Sociedade e Estudos Lusófonos de Estudos Culturais /Luso-phone Journal of Cultural Studies, revistas do CECS, no RCAAP.



Retirado de <https://www.rcaap.pt/>

Gráfico 1. Projetos com mais publicações



Retirado do site do site do OpenAIRE, <https://www.openaire.eu>, a 1 de setembro de 2017.

5.3. O repositório de acesso aberto do conhecimento do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho

O Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) tem, em setembro de 2017, 78 investigadores doutorados e um número aproximadamente equivalente de doutorandos, além de duas dezenas de mestrandos, repartidos por três linhas de investigação: Média e Jornalismo; Estudos Culturais; e Comunicação, Organizações e Dinâmicas Sociais²⁹.

A comunidade científica que o CECS constitui no Repositorium da Universidade do Minho, tinha *online*, a 21 de junho de 2017, 2252 documentos, a que correspondiam mais de 780 mil downloads, de todos os países do mundo (figura 4).

²⁹ Retirado do site do CECS, www.cecs.uminho.pt, a 15 de setembro de 2017.

Entre as principais categorias de documentos, que podemos repertoriar, assinalamos: teses de doutoramento (91 teses, que correspondem a 4% do total); dissertações de mestrado (370 dissertações, que correspondem a 16% do total); livros e capítulos de livros (617 livros e capítulos de livros, que correspondem a 26% do total); artigos publicados em revistas internacionais e artigos publicados em revistas nacionais (270 artigos na primeira categoria e 335 na segunda, que correspondem a 25% do total). Veja-se o “gráfico 2: tipos de documentos depositados”.

Tendo por base exclusiva mil publicações do CECS, precisamente aquelas que contabilizam mais downloads, traçámos um perfil identitário desta unidade de investigação, no que diz respeito à sua missão e opções de pesquisa, e também ao impacto da sua produção científica. O volume de downloads das publicações permitiu estabelecer as seguintes áreas temáticas de investigação principais: Identidades, Narrativas e Memórias; Comunicação Estratégica; Sociologia da Educação e Literacia dos Média; Estudos de Jornalismo; Comunicação Digital; Estudos de Género; Estudos sobre o Envelhecimento; Políticas de Comunicação; Semiótica Social e Análise do Discurso; Comunicação Visual; Comunicação de Ciência; e Políticas Científicas e Tecnológicas (veja-se, neste sentido, o gráfico 3).

Embora a língua inglesa se tenha constituído como língua hegemónica para a produção científica indexada e com fator de impacto, o CECS, avaliado como “Excelente” nas duas últimas avaliações da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), em 2008 e 2014, tem a maior fatia da sua produção científica em português (76,51%). Apenas 18,69% da sua produção é em língua inglesa, sendo ainda utilizadas outras línguas, embora em percentagens reduzidas, de que são de salientar, todavia, 3% em língua francesa e 1,5% em língua espanhola (gráfico 4).

Passando para a análise da distribuição geográfica dos downloads, Portugal e Brasil respondem por 82% do universo (gráfico 5). Os Estados Unidos destacam-se a seguir, com 4%, o que é, todavia, uma ordem de grandeza sem paralelo com o que representam Portugal e Brasil, mesmo se os considerarmos separadamente (Portugal 57%, Brasil 25%). Não considerando Portugal, os vários países da Comunidade Europeia representam 6% dos downloads. E o conjunto dos países lusófonos, descontando Portugal e Brasil, representam apenas 2%, dobrando a percentagem da China, e também a percentagem dos países ibero-americanos, ambos com 1%.

E se é um facto que ainda é possível falar, com alguma verosimilhança, na região geocultural, transnacional e transcontinental lusófona, onde Angola e Moçambique secundam Portugal e Brasil, e entram nos dez primeiros países com mais downloads de textos científicos da comunidade digital do CECS, vindo Cabo Verde quase logo a sair, em 13.º lugar, já o mesmo não é possível dizer de uma suposta comunidade ibero-americana. A distribuição geográfica dos downloads não permite concluir, de momento, que algum imaginário possa corresponder à região transcultural e transnacional ibero-americana. Apenas a Espanha entra na lista dos dez primeiros países com mais downloads, mas nem por isso em melhor posição que a França, o Reino Unido e a Alemanha. E não é significativa, deste ponto de vista, a situação dos países da América Central e do Sul, descontando o Brasil. Nada os distingue do resto dos países do mundo (gráfico 5 e figuras 5 e 6).

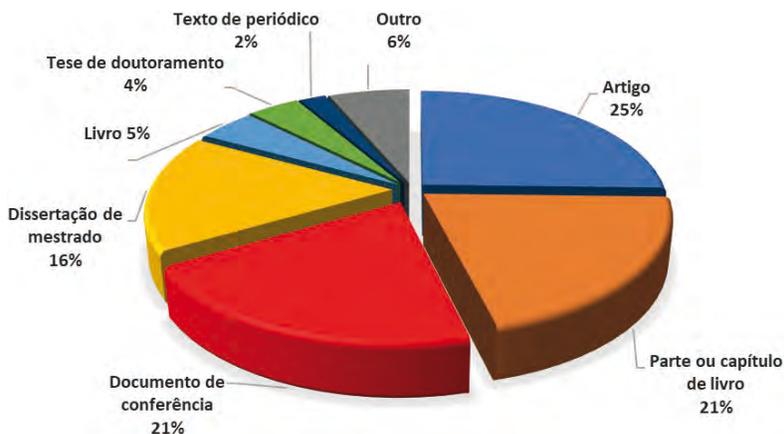
Figura 4. Descrição global da atividade do CECS no RepositoriUM

- Documentos publicados: 2252
- Mais de 780 000 downloads
- Downloads e visualizações em todos os países do mundo
- Documento mais utilizado: 22 177 downloads
- Com mais de 5000 downloads, 26 documentos
- Com mais de 2500 downloads, 57 documentos
- Com mais de 1000 downloads, 182 documentos
- Com mais de 500 downloads, 334 documentos

Última atualização dos dados: junho de 2017

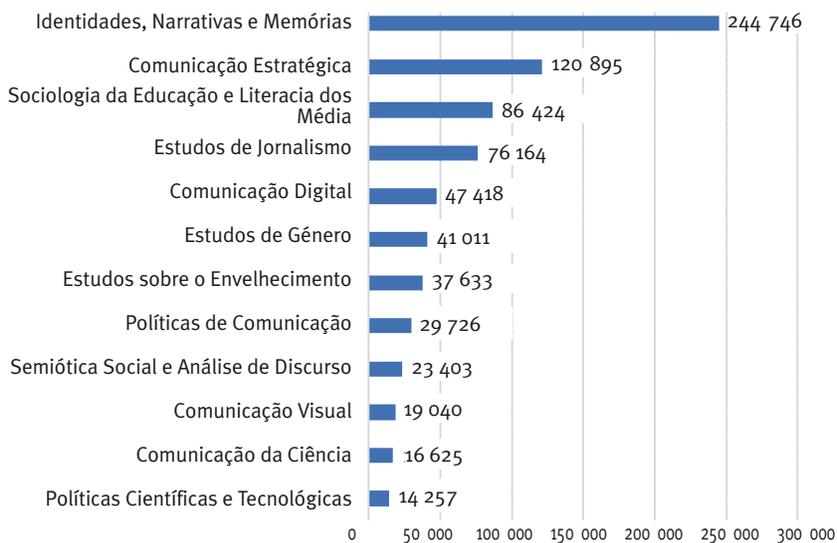
Elaboração pessoal, a partir dos dados fornecidos pelos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (SDUM), sobre a atividade do CECS no RepositoriUM, a 21 de julho de 2017. Fonte: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/819>

Gráfico 2. Tipos de documento depositados



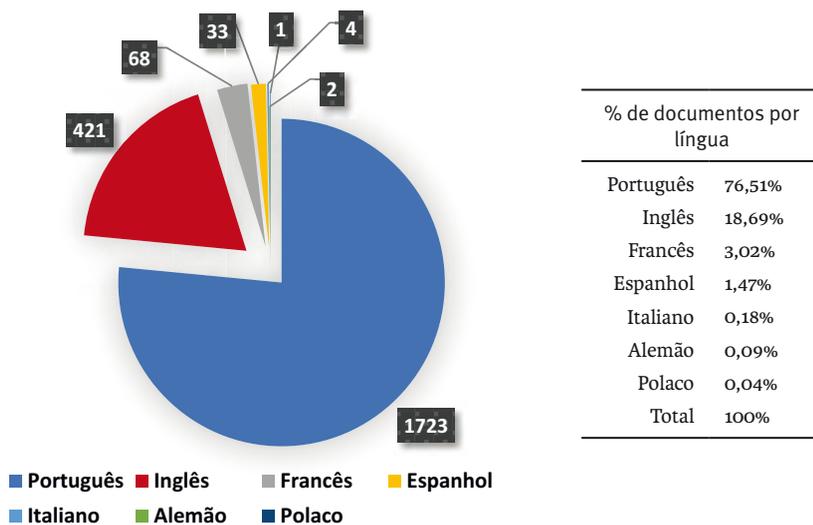
Elaboração pessoal, a partir de dados dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (SDUM), 21 de junho de 2017.

Gráfico 3. Downloads por área de investigação



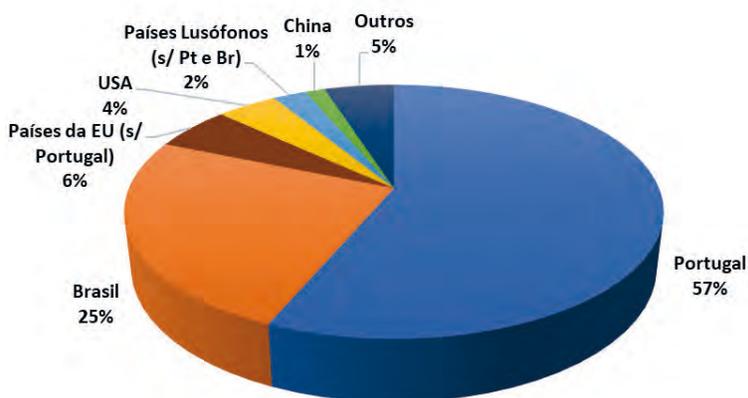
Elaboração pessoal, a partir de dados dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (SDUM), 21 de junho de 2017.

Gráfico 4. Documentos por língua



Elaboração pessoal, a partir de dados dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (SDUM), 21 de junho de 2017.

Gráfico 5. Downloads por país



Elaboração pessoal, a partir de dados dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (SDUM), 21 de junho de 2017.

Figura 5. Downloads por país

Top 10 países com mais downloads	
Portugal	440 540,00
Brasil	193 947,00
EUA	33 916,50
França	12 883,60
China	11 084,90
Angola	8226,80
Reino Unido	7455,80
Moçambique	7064,30
Alemanha	6228,30
Espanha	4850,50

Elaboração pessoal, a partir de dados dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (SDUM), 21 de junho de 2017.

Figura 6. Downloads por países lusófonos e ibero-americanos

País/enquadramento	Downloads	%
Portugal	440 540,00	68
Brasil	193 947,00	30
Outros países lusófonos	10 622,60	2
Outros países ibero-americanos	6320,10	1
Total	651 429,70	100

Elaboração pessoal, a partir de dados dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (SDUM).

5.4. Museu Virtual da Lusofonia – Plataforma de Ciência, Ensino, Cultura e Artes, nas Ciências Sociais e Humanas

O Museu Virtual da Lusofonia é uma plataforma de cooperação académica em Ciências Sociais e Humanas, vinculada, sobretudo, aos estudos culturais, à comunicação da ciência, ao ensino pós-graduado, e às artes, no espaço dos países de língua portuguesa e das suas diásporas, em curso no Centro de Estudos da

Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Estende-se, também, à Galiza, a Goa e à Região Autónoma de Macau³⁰.

É seu desiderato cooperativo uma circum-navegação, transnacional e transcontinental, em termos científicos, pedagógicos, culturais e artísticos, que permita desenvolver literacias, que promovam a cultura da diversidade e do diálogo intercultural, nos países e regiões de língua portuguesa, assim como das suas diásporas. É também objetivo do Museu Virtual da Lusofonia a constituição de bases de conhecimento em Ciências Sociais e Humanas, à escala lusófona, que possam representar, não apenas uma importante afirmação científica em língua portuguesa, mas que reúnam, também, um importante acervo cultural e artístico, que permita compreender a lógica das interdependências, do ponto de vista da comunicação intercultural. Ou seja, inspirando-nos em Tzvetan Todorov (1982), já por nós convocado, procurar-se-á com este acervo cultural e artístico esclarecer os juízos de valor que temos sobre o outro, assim como os estereótipos com que os enquadrámos. Tratar-se-á de esclarecer, também, as práticas concretas de assimilação, submissão ou indiferença, relativamente ao outro, assim como de contrariar a “metafísica da unidade”, que possa estar presente na ideia de diálogo intercultural, se porventura desconhecer os processos sociais de segregação, dominação e tomada de poder.

O Museu Virtual da Lusofonia reúne, num esforço comum, centros de investigação e universidades, com projetos de investigação e de ensino pós-graduado, na área das Ciências Sociais e Humanas. Abre-se à cooperação com entidades públicas, associações culturais e artísticas, e empresas ligadas à comunicação social, a atividades editoriais, e à produção de conteúdos digitais e de *software*. No seu conjunto, todas as organizações abrangidas por esta plataforma, centros de investigação, universidades, entidades públicas, associações e empresas, manifestam o interesse pela construção e pelo aprofundamento do sentido de uma comunidade lusófona.

Este Museu virtual inscreve-se na tradição dos estudos pós-coloniais, compreendendo as narrativas lusófonas como construção, a várias vozes, de uma comunidade geocultural, transnacional e transcontinental. Concebe, por outro lado, as políticas da língua e da comunicação como um combate simbólico pela afirmação de uma comunidade plural, na diversidade de usuários que têm o português como língua de referência. Referimo-nos, não apenas aos usuários que têm

30 Site do Museu Virtual da Lusofonia: www.museuvirtualdalusofonia.com.

o português como língua de expressão oficial, mas também de língua necessária. Pensamos, pois, nas comunidades em que o usuário é falante de português como língua materna (PLM), e também, de L2 (língua segunda), e ainda nas situações de PLE (português como língua estrangeira), PLA (português como língua adicional), PLAc (português como língua de acolhimento), e PH (Português como língua de Herança). Visamos, com efeito, a complexidade do movimento de interpenetração das culturas, o qual, na interação entre povos, tanto traduz relações de encontro, assimilação e dominação, como compreende, em gradações diversas, relações colonialistas, neocolonialistas e pós-colonialistas.

Como já o referi, a circum-navegação assinala, classicamente, a experiência da travessia de oceanos e a ultrapassagem do limite estabelecido, de mares, terras e conhecimentos. Pois bem, o Museu Virtual da Lusofonia toma-a como uma metáfora para caracterizar a (a)ventura lusófona, não apenas da cultura da diversidade e do diálogo intercultural, mas também da ciência produzida em português, fazendo uma circum-navegação tecnológica, através de sites, portais, redes sociais, repositórios e arquivos digitais, e ainda, museus virtuais, na convicção de que uma grande língua de culturas e de pensamento não pode deixar de ser, igualmente, uma grande língua de conhecimento, científico e humano.

É propósito do Museu Virtual da Lusofonia constituir-se como um museu da Web, com presença nos atuais repositórios nacionais dos países lusófonos: RCAAP (Portugal); OASIS.Br (Brasil); SABER (Moçambique); Portal do Conhecimento de Cabo Verde; e Repositório da Universidade Nacional de Timor Loro'Sae (Universidade Nacional de Timor-Leste).

A organização do Museu espalhar-se-á por muitas dimensões. Entre elas, gostaria de salientar as seguintes:

1. Um arquivo documental, ou base de dados, organizado por categorias, de género, tema e país ou região, e que compreenda narrativas (crónicas e entrevistas), materiais sonoros e pequenos vídeos, relatórios finais de projetos de investigação, programas de cursos de mestrado e doutoramento, assim como revistas científicas;
2. Uma secção informativa, que assinala o lançamento de livros, a inauguração de exposições, filmes em estreia, a defesa de teses de mestrado e doutoramento, e também projetos de investigação em execução;
3. Uma biblioteca, com teses de doutoramento e mestrado, além de publicações científicas selecionadas: livros, capítulos de livros e artigos;

4. Uma Filmoteca, com uma curadoria de filmes relevantes, de todo o espaço lusófono;
5. Uma Fonoteca, com uma curadoria de festivais de música selecionados, com a identificação dos promotores, das bandas de música, dos discos e cantores;
6. Glossários de Língua Portuguesa;
7. Salas de exposição, particularmente de fotografia, postais ilustrados, artes plásticas, filmes e outros materiais audiovisuais.

O Museu disporá, também, de um Calendário, em que será feito o destaque dos eventos científicos anuais mais relevantes, designadamente, os Congressos da Sopcom, da Intercom, da Agacom, da Mediacom, da Associação Moçambicana de Ciências da Comunicação e Informação, e da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação.

Por outro lado, um Mapa interativo, com a identificação dos países do espaço lusófono, incluindo as regiões da Galiza e de Goa, e também a Região Autónoma de Macau, remeterá para as equipas que nos vários países produzem materiais para o Museu, fazendo referência aos projetos de cooperação transnacional, à mobilidade de docentes e de alunos de pós-graduação – estágios de doutoramento, doutoramentos sanduíche e pós-doutoramentos.

A dinâmica do Museu será assegurada por uma rede alargada de universidades lusófonas, assim como de associações culturais e artísticas, além de redes de investigação e ciência, em Estudos Culturais e Ciências da Comunicação. Além de contar com o apoio estratégico de um conjunto de entidades públicas, o Museu Virtual da Lusofonia estará conectado, ainda, com uma rede de empresas, editorias umas, do setor da comunicação social outras, e também dos setores de *software* e de produção de conteúdos.

Finalmente, o Museu Virtual da Lusofonia articular-se-á com uma rede de escolas, ao nível do ensino básico e secundário, em cada país da rede lusófona, desenvolvendo literacias que promovam uma cultura de diversidade e a comunicação intercultural.

Referências bibliográficas

- APPADURAI, A. (2005) [1996]. *Dimensões Culturais da Globalização*. Lisboa: Teorema.
- BARR, N. (2012). The Higher Education White Paper: The good, the bad, the unspeakable – and the next White Paper. In *Social Policy and Administration*, vol. 46 (5), pp. 438-508.
- BEALL, G. (2015). Os editores predatórios estão a destruir a integridade da comunicação académica. In A. Gradim & C. Moura (Eds.) *Comunicar e Avaliar Ciência* (pp. 11-30). Covilhã: UBI/Labcom.IFP.
- BAUDRILLARD, J. (1981). *Simulacres et Simulation*. Paris: Galilée.
- BHABHA, H. (Ed.) (1990). *Nation and Narration*. London/New York: Routledge.
- BHABHA, H. (1994). *The Location of Culture*. London/New York: Routledge.
- BOURDIEU, P. (1982). *Ce que Parler Veut Dire*. Paris: Fayard.
- BOURDIEU, P. (1979). *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1977). Sur le pouvoir symbolique. *Annales*, vol. 32 (3), pp. 405-411.
- BRAUDEL, F. (1958). Histoire et Sciences Sociales: La longue durée. In *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. Vol. 13, n. 4, pp. 725-753.
- BRITO, R. & Martins, M. L. (2004). *Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português*. III Congresso da Sopcom, UBI, Covilhã. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1005>.
- CASTELLS, Manuel (1996). *The Rise of the Network Society, The Information Age: Economy, Society and Culture* Vol. I. Cambridge, MA; Oxford, UK: Blackwell.
- CASTILLO, A., et alii (2012). Pesquisa latino-americana em Comunicação. Estudo bibliométrico de revistas científicas. In M. Kunsch & J. M. Melo (Eds.) (2012), *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 385-400). São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- COMUNICAÇÃO e Sociedade*, vol. 26 (1), 2014. CECS: Universidade do Minho.
- COMUNICACIÓN y Sociedad*, vol. 27 (1), 2014. Universidade de Navarra.
- COMUNICAR*. 2014. Vol. XXI, nº 42 (1), 2014. Universidade de Huelva.
- CONTEMPORÂNEA*, vol.12 (1), 2014. Universidade Federal da Bahia.
- CORREIA, M. L. (2013). *Intermitências na cultura visual contemporânea: o postal ilustrado e a imagem recreativa*. Tese de doutoramento em Ciência das Comunicação, Universidade do Minho. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/29216>.
- COSTA, J. (2015). Produção científica nas ciências sociais e humanidades: problemas e alternativas. In A. Gradim & C. Moura (Eds.) *Comunicar e Avaliar Ciência* (pp. 47-56). Covilhã: UBI/Labcom.IFP.

- CROWLEY, R. (2015). *Conquerors. How Portugal forged the first global Empire*. London: Faber & Faber.
- CUNHA, M. I. (2015). As Duas Faces da Cultura: Usos e Sentidos de uma Noção. In J. Y. Durand, & H. Martins, *Olhares e Ofícios de antropólogos em Espanha e Portugal* (pp. 269-291). Braga: CRIA-UMinho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/40115>.
- ECO-Pós, vol. 17 (1). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ESTUDOS em Comunicação, vol. 16 (1), 2014. LabcomIFP: Universidade da Beira Interior.
- FANON, F. (1986). *Black Skin, White Masks*. London: Pluto Press.
- FANON, F. (1963). *The Wretched of the Earth*. New York: Grove Press.
- FARACO, C. A. (2016). *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Parábola.
- FOSTER, H. (2002). *Design and Crime (and Other Diatribes)*. Nova Iorque: Verso.
- FREIDSON, E. (1986). Les professions artistiques comme défi à l'analyse sociologique. *Revue Française de Sociologie*, vol. 27 (3), pp. 431-443.
- GOWERS, t. (2012). *The cost of knowledge*. Retirado de <http://gowers.files.wordpress.com/2012/02/elsevierstatementfinal.pdf>.
- GRADIM, A. & Morais, R. (2016). *Anões aos Ombros de Gigantes. Desafios Contemporâneos na Comunicação de Ciência*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GRADIM, A. & Moura, C. (Eds.) (2015). *Comunicar e Avaliar Ciência*. Covilhã: UBI/Labcom. IFP.
- HALL, S. (1997). *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Thousand Oaks; California: Sage in association with the Open University.
- HUGON, St. (2010). *Circumnavigations. L'imaginaire du voyage dans l'expérience Internet*. Paris: CNRS Éditions.
- JAKOBSON, R. (1970). *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix.
- JENKINS, H. (2008). *Convergence Culture – Where old and new media collide?*. Nova Iorque, New York University Press.
- JENKINS, H. (2003). Transmedia storytelling. *Technology Review*, January.
- JOST, F. (2011). Novos comportamentos para antigas mídias ou antigos comportamentos para novas mídias? *Matrizes*, ano 4, n. 2, pp. 93-109.
- KAHN, J. (2001). Anthropology and Modernity. *Current Anthropology*, n. 42 (5), pp. 651-664.
- KERCKHOVE, D. de (1995). *The Skin of Culture: Investigating the New Electronic Reality*. Somerville Press.
- KITTLER, Fr. (2011). Técnicas artísticas. In Cruz, M. T., *Novos Média. Novas Práticas* (pp. 10-19). Lisboa: Vega.
- KUNSCH, M. (Ed.) (2013). *La Comunicación en Iberoamérica. Políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento*. Quito: CIESPAL/Confibercom.

- KUNSCH, M. & Melo, J. M. (Eds.) (2012). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- LEITÃO, H. (2009). *Os Descobrimentos Portugueses e a Ciência Europeia*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- LEITÃO, H. & Gaspar, J. A. (2014 a). Squaring the Circle: How Mercator Constructed His Projection in 1569. *Imago Mundi*, 66, pp. 1-24.
- LEITÃO, H. & Gaspar, J. A. (2014 b). Globes, rhumb tables and the pre-history of the Mercator projection. *Imago Mundi*, 66, pp. 180-195.
- LEITÃO, H. & Sánchez, A. (2017). Zilsel's Thesis, Maritime Culture and Iberian Science in Early Modern Europe. *Journal of the History of Ideas*, 78 (2), pp. 191-210. Retirado de <https://muse.jhu.edu/article/652822/pdf>
- LIPOVETSKY, G. & Serroy, J. (2008). *La Culture-monde : réponse à une société désorientée*. Paris: Odile Jacob.
- LOPES, A. J. (2004). *A Batalha das Línguas. Perspectivas sobre Linguística Aplicada em Moçambique*. Maputo: IUEM/Fundação Universitária, UEM.
- MACEDO, L. (2013). *Da diversidade do mundo ao mundo diverso da lusofonia: a reinvenção de uma comunidade geocultural na sociedade em rede*. Dissertação de doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- MACEDO, L., et alii (2013). Researching identity narratives in cyberspace: some methodological challenges. In Cabecinhas, R. e Abadia, L. (Org.). *Narratives and Social Memory* (pp. 119-133). Braga: Universidade do Minho / CECS-Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29813>.
- MACEDO, L.; Martins, M. L.; Cabecinhas, R. (2011). Blogando a Lusofonia: Experiências em Três Países de Língua Oficial Portuguesa. In Martins, M. L.; Cabecinhas, R.; Macedo, L. (Eds), *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Vol. VIII, *Lusofonia e Cultura-Mundo* (pp. 121-142). Braga, Universidade do Minho / Grácio Editor: Lusocom, Sopcom, CECS. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/36686>.
- MACEDO, L.; Martins, M. L.; Macedo, I. (2010). «Por Mares Nunca Dantes Navegados» – Contributos para uma Cartografia do Ciberespaço Lusófono. In Martins, M. L.; Cabecinhas, R.; Macedo, L. (Eds.). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (pp. 11-39). Braga, Universidade do Minho / Grácio Editor: Lusocom, Sopcom, CECS. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/36699>.
- MAFFESOLI, M. & Martins, M. (2011). Ciberculturas. *Revista de Comunicação e Linguagens*, vol. 42, pp. 41-52. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23794>.

- MARTINS, M. L. (2015/2016). Ciências da Comunicação e Mundo Lusófono. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, Vol. XIII (pp. 11-18). Santiago de Compostela: Lusocom/Agacom. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/45164>.
- MARTINS, M. L. (Ed.) (2015 a). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Famação: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MARTINS, M. L. (2015 b). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, n. 27 (pp. 405-420). Braga, CECS, Universidade do Minho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/36695>.
- MARTINS, M. L. (2015 c). Média digitais e lusofonia. In M. L. Martins (Ed.). *Lusofonia e Multiculturalismo. Promessa e Travessia* (pp. 27-56). Famação: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39698>.
- MARTINS, M. L. (2015 d). Os Estudos Culturais como novas Humanidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*. Vol. 3 (1), pp. 341-361. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/40655>.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. M. Bastos (Org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29178>.
- MARTINS, M. L. (2013). Interview with Moisés de Lemos Martins. In Z. Pinto-Coelho & A. Carvalho (Eds.) *Academics Responding to Discourses of Crisis in Higher Education and Research* (pp. 61-72) Braga: CECS, Universidade do Minho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29224>.
- MARTINS, M. L. (2012 a). Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 35 (1). São Paulo, pp. 233-251. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23768>.
- MARTINS, M. L. (2012 b). A política científica e tecnológica em Portugal e as ciências da comunicação: prioridades e indecisões. In Kunsch, M. & Melo, J. M. (Org.). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, pp. 331-345. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23931>.
- MARTINS, M. L. (2011/2012). Média digitais: hibridez, interactividade, multimodalidade. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 43/44 (pp. 49-60). Lisboa, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/25606>.
- MARTINS, M. L. (2011 a). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29167>.

- MARTINS, M. L. (2011 b). Globalization and Lusophone world. Implications for Citizenship. In Pinto, M. & Sousa, H. (Eds.) *Communication and Citizenship. Rethinking crisis and change* (pp. 75-84) (IAMCR Conference, 2010). Coimbra: Grácio/CECS. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/25344>.
- MARTINS, M. L. (2011 c). Médias et Mélancolie – Le Tragique, le Baroque et le Grotesque. *Sociétés*, n. 111 (pp. 17-25). Bruxelles: De Boeck. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23866>.
- MARTINS, M. L. (2010). A mobilização infinita numa sociedade de meios sem fins. In Cl. Álvares & M. J. Damásio (Org.). *Teorias e práticas dos media: situando o local no global* (pp. 267-279). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/24250>.
- MARTINS, M. L. (2009). Ce que peuvent les images. Trajet de l'un au multiple. *Les Cahiers Européens de l'Imaginaire*, n. 1 (pp. 158-162). Paris, CNRS. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/24132>.
- MARTINS, M. L. (2008). As Ciências Sociais e a política científica. In A. Torres & L. Baptista (Org.) *Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção* (pp. 27-29). Porto: Afrontamento. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1059>.
- MARTINS, M. L. (2007). Nota introdutória. A época e as suas ideias. *Comunicação e Sociedade*, n. 12 (pp. 5-7). CECS, Universidade do Minho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/24115>.
- MARTINS, M. L. (2006). A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In M. L. Martins; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) *Comunicação e Lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos média*. Campo das Letras: Universidade do Minho / CECS. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29957>.
- MARTINS, M. L. (2005). Espaço público e vida privada. *Revista Filosófica de Coimbra*, n. 27 (pp. 157-172). Universidade de Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23799>.
- MARTINS, M. L. (2003). O quotidiano e os media. *Todas as Letras*, n. 5 (pp. 97-105). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1064>.
- MARTINS, M. L. (2002 a). Martins, M. L. (2002 a). O trágico na modernidade. *Interact – Revista Online de Arte, Cultura e Tecnologia*, n. 5. Lisboa, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagem. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1087>.
- MARTINS, M. L. (2002 b). O Trágico como imaginário da era mediática. *Comunicação e Sociedade*, n. 4 (pp. 73-79). CECS, Universidade o Minho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/25340>.

- MARTINS, M. L. (2002 c). *Ensino Superior e Melancolia*. Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Oração de Sapiência. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1288>.
- MARTINS, M. L. (2002 d). De animais da promessa a animais em sofrimento de finalidade. *O Escritor*, n. 18-20 (pp. 351-354). Lisboa, Associação Portuguesa de Escritores. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1676>.
- MARTINS, M. L. (1998). A biblioteca de Babel e a árvore de conhecimento. *O Escritor*, n. 11/12 (pp. 235-240). Lisboa, Associação Portuguesa de Escritores. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/30068>.
- MARTINS, M. L. (1993). A epistemologia do saber quotidiano. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 37 (pp. 79-100). Coimbra: CES. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/24114>.
- MARTINS, M. L.; et alii (Eds.) (2015/2016). *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*. Vol. 3 (2): *Ciência e conhecimento: políticas e discursos*. Reterido de <http://rlec.pt/>.
- MARTINS, M. L.; et alii (Eds.) (2014). *Interfaces da Lusofonia*. Atas da Conferência “Interfases da Lusofonia” – 4-6 de julho de 2013. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29765>.
- MARTINS, M. L. & Cabecinhas, R. (Eds.). (2009). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, Vol. VII. *Memória Social e Dinâmicas Identitárias*. Braga: Universidade do Minho/Grácio Editor. CECS, Sopcom, Lusocom. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29841>.
- MARTINS, M. L.; Cabecinhas, R.; Macedo, L. (Eds.). (2010). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, Vol. VIII. *Lusofonia e Comunicação em Rede*. Braga: Universidade do Minho/Grácio Editor. CECS, Sopcom, Lusocom. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/36699>.
- MARTINS, M. L.; Cabecinhas, R.; Macedo, L. (Eds.), (2011). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Vol. IX, UMinho/Grácio: *Lusofonia e Cultura-Mundo*. Braga, Universidade do Minho / Grácio Editor: Lusocom, Sopcom, CECS. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/36686>.
- MARTINS, M. L. & Correia, M. L. (Eds.) (2014). *Do Post ao Postal*. Famalicão, Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/35295>.
- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (2013). Política científica de comunicação em Portugal: desafios e oportunidades para os doutoramentos. In M. Kunsch (Org.). *La Comunicación en Iberoamérica: Políticas Científicas y Tecnológicas, Postgrado y Difusión de Conocimiento* (pp. 47-101). Quito: Ciespal/Confibercom.

- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (Eds.) (2014). *Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização*. Livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana. 13-16 de abril de 2014. Braga: Confiberom / Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/33031>.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2007). Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In Ledo, M. (Org.). *Comunicación Local no Espazo Lusófono* (pp. 301-310). Santiago de Compostela: Agacom. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/24127>.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2006). *Comunicação e Lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos média*. Porto: Campo das Letras. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30019>.
- MATRIZES, vol. 8 (1), 2014. Universidade de São Paulo.
- MONBIOT, G. (2011). Academic publishers make Murdoch look like a socialist. *The Guardian*, 29 de agosto.
- MORIN, E. (1962). *L'Espit du Temps. Essai sur la Culture de Masse*. Paris: Grasset.
- NÓVOA, A. (2014). Em busca da liberdade nas universidades – Para que serve a investigação em Educação?” *Revista Lusófona de Educação*, n. 28, pp. 11-21.
- PAGE, M. (2002). *The First Global Village: How Portugal Changed the World*. Lisboa: Casa das Letras.
- PERO Vaz de Caminha (1500). *A Carta* [ao Rei D. Manuel I]. NUPILL – Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Lingüística. Publicações eletrônicas. <http://www.culturabrasil.org/zip/carta.pdf> (acedido a 24 de agosto de 2017).
- PIÇARRA, M. C., Cabecinhas, R. & Castro, T. (Eds.) (2016). *Comunicação e Sociedade*, vol. 26 (*Imaginários coloniais: Propaganda, militância e “resistência” no Cinema*). Braga: CECS, Universidade do Minho.
- PINTO-COELHO, Z. & Carvalho, A. (Eds.) (2013). *Academics Responding to Discourses of Crisis in Higher Education and Research*. Braga: CECS, Universidade do Minho.
- PRÍNCIPE, P. (2015). OpenAIRE e comunicação da ciência: a infraestrutura Open Access PARA a investigação na Europa. In A. Gradim & C. Moura (Eds.) *Comunicar e Avaliar Ciência* (pp. 127-134). Covilhã: UBI/Labcom.IFP.
- PRISMA, n. 24 (1). CIC.Digital: Universidades do Porto e Aveiro.
- RETO, L. (Ed.) (2012 a). *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.
- RETO, I. (2012 b). Entrevista ao site “Inteligência Económica”, a 17 de dezembro. Retirado de <http://inteligenciaeconomica.com.pt/?s=Lu%C3%ADs+Reto>.

- RUSSELL-WOOD, A. G. R. (1992). *The Portuguese Empire, 1415-1808. A World on the Move*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- SAHLINS, M. (1993). Goodbye to «Tristes Tropiques»: Ethnography in the Context of Modern History. *Journal of Modern History*, 65, pp. 1-25.
- SAID, E. (1994). *Culture and imperialism*. New York: Knopf.
- SALMON, Ch. (2007). *Storytelling. La Machine à fabriquer des histoires et à formater les esprits*. Paris: La Découverte.
- SANTOS, B. S. & MENESES, M. P. (Org.) (1995). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez.
- SCOLARI, C. A. (2011). A construção de mundos possíveis se tornou um processo coletivo (entrevista). *Matrizes*, ano 4, n.2, pp. 127-136.
- SERRA, P. (2015/2016). O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*. Vol. 3(2): Ciência e conhecimento: políticas e discursos (editado por M. L. Martins *et alii*). Retirado de <http://rlec.pt/index.php/rlec/issue/view/6/showToc>
- SOUSA, V. (2017). *Da Portugalidade à Lusofonia*. Famalicão: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/38461>.
- SOUSA, M. N.; Zagalo, N. & Martins, M. L. (2012). “Eu também posso propagar histórias”. A adaptação e as narrativas transmediáticas na era da participação. *Comunicação e Sociedade*, 22, pp. 167-183. Disponível em: <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1280>.
- SOUSA, M.N.; Martins, M. L. & Zagalo, N. (2016). Transmedia storytelling: The roles and stakes of the different participants in the process of a convergent story, in divergent media and artefacts (2016). In Lugmayr, A. & Dal Zotto, C. (Eds.), *Media convergence handbook – Vol. 2* (pp. 117-135). Berlin/Heidelberg: Springer-Verlag.
- SPIVAK, G. (1987). *In Other Worlds*. London/New York: Routledge.
- TODOROV, T. (1982). *La Conquête de l'Amérique. La Question de l'Autre*. Paris: Éditions du Seuil.
- VIRILIO, P. (2001). Entretien avec Paul Virilio, *Le Monde de l'Éducation*, 294, pp. 135-138.
- WALLERSTEIN, I. (1974). *The Modern World-System*, vol. I: *Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York/London: Academic Press.
- WILHITE, A. & Fong, E. (2015). Por Albert Einstein, o editor, você, e eu. In A. Gradim & C. Moura (Eds.) *Comunicar e Avaliar Ciência* (pp. 31-46). Covilhã: UBI/Labcom.IFP.

Endereços eletrónicos

CENTRO de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS): www.cecs.uminho.pt

COMUNICAÇÃO e Sociedade: www.revistacomsoc.uminho.pt

COMUNIDADE do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) no Repositorium da Universidade do Minho: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/819>

FEDERAÇÃO Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom): www.lusocom.net

INTERNET World Stats, 2017: <http://www.internetworldstats.com/>

MUSEU Virtual da Lusofonia: www.museuvirtualdalusofonia.com

“POLÍTICAS de Acesso Aberto da FCT”. Retirado do site da FCT: <https://www.fct.pt/dsi/eciencia/index.phtml>

RANKING Web of Repositories (junho de 2017): <http://repositories.webometrics.info/>

REPOSITÓRIO Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP): <https://www.rcaap.pt/>

REPOSITORIUM da Universidade do Minho: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/>

REPOSITÓRIO Europeu de Acesso Aberto (OpenAIRE): <https://www.openaire.eu>

REVISTA Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies: www.rlec.pt

SITE de Estudos Culturais da Universidade do Minho: <http://www.estudosculturais.pt/>

INTERNACIONALIZAÇÃO, DESAFIOS, DELIMITAÇÕES E EFEITOS PERVERSOS

José Manuel Paquete de Oliveira*

Resumo

A condição de cidadãos do espaço ibero-americano deve servir de suficiente motivação para nos valermos perante o mundo. Pleno de contradições, negações, é certo, mas no quadro de permanentes reivindicações de especificidade cultural e linguística. Tal desafio passará naturalmente pelo cumprimento da internacionalização de instituições, saberes, de investigadores, enfim, de uma cultura. Parto por isso convencido de que a internacionalização não pode resultar do tradicional axioma de que a ciência não tem pátria. A abertura à cultura exterior resultará, portanto, do intercâmbio de estudantes e docentes, da disponibilização de bases de dados e fomento de publicações e ainda da integração de equipas de investigadores na contínua resposta a desafios comunicativos e sociais numa escala local e regional.

Para cumprir este importante desafio, será de reforçar o estágio de maturidade que corresponde à afirmação do trabalho feito pelos nossos centros de investigação, pelas nossas universidades, associações e unidades de pesquisa, que são permanentemente «atacados» pelas lógicas economicistas, da escassez de fontes de financiamento para a investigação, eixos determinantes para ao desenvolvimento deste contexto que reúne cerca de 329 milhões de língua espanhola, a segunda falada no mundo, e de 250 milhões de língua portuguesa.

Palavras-chave: internacionalização; delimitações; efeitos perversos; lusofonia; investigação; ensino

* Professor Emérito do ISCTE/IUL, doutorou-se em Sociologia, na especialidade de Sociologia da Cultura e da Comunicação, no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, em 1989. Presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), entre 2001 e 2005, foi também Presidente da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom), de 2002 a 2006. No quadro da investigação que desenvolveu, estudou, entre outros assuntos, as representações que os média fazem do crime e da justiça, e também as problemáticas associadas à regulação dos órgãos de comunicação social. Faleceu em 2016, quando exercia as funções de Provedor do Leitor do jornal *Público* e de Presidente do Conselho Geral da Universidade da Beira Interior.

Os desafios da internacionalização do conhecimento são a principal razão de ser da Confederação Ibero-americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom). De minha lavra, e para esta primeira reflexão, juntei uma outra configuração: “Desafios, Delimitações e Efeitos Perversos”.

Primeira condição para nos internacionalizarmos: afirmar, procurar e aceitar a alteridade. Não nos procurarmos a nós próprios, mas aos outros. Os outros de cada país, de cada região, de cada cultura, de cada património diferenciado.

Segunda condição, termos a consciência e a convicção de quem somos e do que somos. Não são só os outros que nem sempre reconhecem ou consagram a qualidade, a força daquilo que somos. Somos nós próprios – os ibero-americanos – que nos consciencializamos e atuamos, na sequência efetiva da potencial força que podemos fazer valer no mundo – mundo esse a viver num emaranhado de contradições, de negações, de bússolas perdidas para enfrentar um futuro diferente.

Quem somos e o que somos?

Geograficamente, se juntarmos os 19 países que se espalham pelo Norte, Centro e Sul, da América Latina, mais os dois países que constituem a Península Ibérica, Espanha e Portugal, formamos um superfície territorial de cerca de 12 milhões de km quadrados, e ainda com esse enorme Brasil, de quase 8 milhões e 500 mil km quadrados, o que perfaz uma superfície de cerca de 20 milhões (km quadrados), o que representa face aos 148,9 milhões de quilómetros quadrados da superfície terrestre do nosso planeta, uma quota de 13,43%. Desfrutamos da mais díspar e original orografia, da mais rica flora, da mais esfusiante diferenciação climática, e isto sem redimensionarmos a quase infinita extensão oceânica em que os nossos países estão mergulhados. Se somarmos a população habitante dos nossos países, formamos uma população superior a 600 milhões de habitantes.

No plano linguístico, fator determinante para o nosso entendimento, se juntarmos a língua espanhola e a língua portuguesa, somamos uma comunidade de cerca de 570 milhões de falantes, o que significa que com os 329 milhões de falantes de língua espanhola, a segunda língua mais falada no mundo, e os cerca de 250 milhões de falantes de língua portuguesa, ocupamos, de longe, o 2.º lugar, à frente da língua inglesa, embora esta, por razões que conhecemos, mas a que vamos esmiuçar adiante, tenha ganho o estatuto da língua mais universal (cf. Barómetro Calvet, 2011, citado em Reto, 2012).

Aliás, como diz Manuel Chaparro Escudero (2002, p. 130),

o predomínio do inglês, como língua, cultura e ativo comercial e tecnológico nos fluxos internacionais informativos, evidencia um peso cultural que não corresponde à diversidade que mostram os nossos mapas etnográficos, linguísticos, sócio – demográficos e até políticos. Mas é o desequilíbrio financeiro e tecnológico – militar que, na realidade, marca as regras do jogo.

Conforme salienta o estudo coordenado por Luís Reto, e já aqui citado, assim como outros estudos, designadamente aqueles que foram levados a cabo pela *European Federation of National Institutions for Language* (EFNIL), “a proximidade entre o espanhol e português, para além de factores de ordem geográfica e de vizinhança, levou a um significativo desenvolvimento de iniciativas ibero-americanas, que tendem a fomentar essa intercompreensão” (Reto, 2012, p. 53)¹.

A intercompreensão das línguas, espanhola e portuguesa, é particularmente cultivada por países como a Argentina e o Brasil. A Argentina foi o primeiro país a ter o português como língua estrangeira de oferta obrigatória em todo o sistema (Muller, citado em Reto, 2011, p. 53). E, não obstante a natureza específica do galaico-português, não deixa de ser histórica a resolução que o Parlamento da Região espanhola da Galiza tomou ao introduzir o português no sistema de ensino. Aliás, em Portugal, tem sido crescente o número de alunos que nas opções de ensino escolhem o espanhol como matéria de estudo. Obviamente, se o principal desígnio da Confibercom é encontrar e estreitar caminhos para a internacionalização, no campo científico e cultural, não podemos negligenciar a prática e a intercompreensão das nossas línguas como uma via estratégica muito singular para conseguirmos os nossos objetivos, uma vez que a intercompreensão destas

1 Foi esse também o sentido que presidiu à Organização do III Congresso Ibérico de Comunicação, realizado em Sevilha, em 2006, cujas Atas foram publicadas, em 2008 (Gómez, De Lemos & Sierra, 2008: *Comunicación y Desarrollo Cultural en la Península Ibérica. Retos de la Sociedad de la Información*). Veja-se, sobretudo, nestas Atas, “Habitar o território das Ciências da Comunicação na Península Ibérica” (Martins, 2008, pp. 23-25) e “A ideia ibérica como recusa da ‘reductio ad unum’”. A propósito de *A Jangada de Pedra*, de José Saramago” (Martins, 2008, pp. 57-65). Devemos ter também em atenção as publicações feitas no quadro dos Congressos e Fóruns da Confibercom: *Comunicação Ibero-americana: os Desafios da Internacionalização* (Martins & Oliveira, 2014); *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (Kunsch & Melo, 2012) e *La Comunicación en Iberoamérica. Políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento* (Kunsch, 2013).

duas línguas é uma indispensável fonte de aproximação das nossas identidade e culturas e um valoroso instrumento para o desenvolvimento e para a afirmação do conhecimento científico, procurado nas nossas investigações.

No plano cultural e científico, que é aquele que, neste momento, é vértice nuclear da Confibercom, temos centenas de universidades, centenas e centenas de centros de estudo e investigação, e milhares de investigadores. A realização do II Congresso da Confibercom, que teve lugar na Universidade do Minho, em 2014, com aproximadamente um milhar de comunicações, constitui, por si só, um poderoso eco e uma prova cabal dessa força de investigação e desse espólio científico que albergamos. Por certo, esse Congresso não reuniu representantes de todos os países do vasto mundo ibero-americano. Mas as 15 entidades filiadas na Confibercom atestam a realidade do campo de ciência e de conhecimento, da transnacionalidade cultural e cívica em que nos podemos desdobrar. E, aqui, tem toda a propriedade aludir ao facto de os governos reconhecerem há muito tempo o impacto da língua (ou das línguas) nas trocas internacionais e do comércio. E embora, nesta vertente da economia e da riqueza a distribuir, esteja, porventura, uma das nossas desvantagens e condicionamentos em relação a outras comunidades e inter-regiões do Globo, também neste ponto, se valorizarmos as múltiplas correspondências das nossas línguas e das nossas culturas, certamente que poderemos contar com elas como fatores decisivos para a redefinição geoestratégica das nações, assim determinando o nosso lugar no concerto das comunidades do Mundo.

A ambicionada internacionalização

Provavelmente, quando nos debruçamos para avaliar o grau de internacionalização ambicionada, e aquela já conquistada no campo da investigação científica e cultural, importa refletir sobre algumas interrogações. O patamar da internacionalização em que nos encontramos, não obstante ainda os muitos condicionamentos e limitações, não me parece que possa resultar do tradicional axioma de que “a ciência não tem pátria”.

Embora internacionalização e globalização não sejam uma e a mesma coisa, eu seria levado a considerá-las como projeto e procura da investigação científica, advogando, pois, alguma articulação entre elas. Efetivamente, concordo com aquilo que escreve Viriato Soromenho-Marques, na linha de Fernand Braudel e de Immanuel Wallerstein:

o moderno mercado global de mercadorias e fluxos financeiros é inseparável da construção do moderno sistema-mundo, cujas raízes se prendem com o distante desmoronar da sociedade medieval e com as velas enfunadas das caravelas de Colombo e Vasco da Gama (Soromenho-Marques, 2003, p. 357).

Muito antes da globalização, tão decantada pelos senhores que se ufanam de a ter construído à base do novo-deus, o mercado ou os mercados, foram os portugueses quem, primeiramente, realizou e usufruiu de uma globalização, sem dúvida menos rentável, mas não sei se mais saudável. Como diz Martin Page, no seu *best-seller The First Global Village*, Colombo e Vasco da Gama construíram a “primeira aldeia global” (Page, 2008)².

Por sua vez, Boaventura Sousa Santos (2001), na vasta obra de que é coordenador, *Globalização, Fatalidade ou utopia?*, releva que “o sistema mundial em transição é constituído por três constelações de práticas coletivas: a constelação de práticas entre Estados nacionais, a constelação de práticas capitalistas globais e a constelação de práticas sociais e culturais transnacionais” (Santos, 2001, p. 63). Na modernidade, a internacionalização da Ciência inscreve-se nesta terceira constelação, mas

é evidente que há uma interação recíproca e a interpenetração das três constelações de práticas faz com que os três tipos de conflitos estruturais e as trocas desiguais que os alimentam se traduzam na prática em conflitos compostos híbridos ou duais em que, de deferentes formas, estão presentes elementos de cada um dos conflitos estruturais (Santos, 2001, p. 63).

“No domínio das práticas sociais e culturais transnacionais, as trocas desiguais dizem respeito a recursos não mercantis cuja transnacionalidade assenta em diferenças locais, tais como, etnias, identidades, culturas, tradições, sentimentos de presença, imaginários, rituais, literatura escrita ou oral” (*Ibidem*).

Sem dúvida, iguais considerações poderiam ser feitas a propósito da internacionalização da ciência.

2 Também Moisés de Lemos Martins associa o atual mercado global, de cariz eminentemente económico-financeiro e tecnológico, à expansão europeia, fazendo, aliás, uma analogia entre a circum-navegação marítima, dos séculos XV e XVI, e a moderna circum-navegação tecnológica, dos média digitais (Martins, 2015, 2014, 2011 a, 2011 b).

As práticas da internacionalização

As vias da internacionalização científica que praticamos, ou que procuramos praticar, exprimem-se nestes suportes: intercâmbio de estudantes e de investigadores; disponibilização de bases de dados, publicação de livros e revistas; integração de equipas de investigadores em projetos de pesquisa nacionais, em cada um dos nossos países, ou internacionais; intercomunicação em workshops, seminários e congressos³.

Desenvolvamos, então, de modo sucinto, estes quatro suportes da Internacionalização.

1. Intercâmbio de Estudantes e Docentes

Embora os nossos sistemas de ensino (público e privado) tenham óbvias diferenças temáticas, nos programas, na avaliação e no exercício ou nas práticas pedagógicas do ensino/aprendizagem, o que é natural, dadas as diferenças de identidades regionais e nacionais, das políticas públicas, das ideologias dos governos e das populações dos nossos países, o intercâmbio de estudantes e de docentes, através de programas especiais, é um processo de investimento importante para sedimentar esta comunidade ibero-americana, com repercussão futura nos outros vetores, que podem solidificar esta comunidade. Para este intercâmbio, estou a pensar, principalmente, nos níveis de pós-graduação. Mas ainda mesmo aos níveis da licenciatura e do mestrado, os benefícios dos programas internacionais que conheço (por exemplo, ERASMUS e Leonardo Da Vinci), oferecem um balanço muito positivo nos resultados das experiências e do enriquecimento dos diversos campos dos saberes.

3 Para o caso português, ver Moisés de Lemos Martins, “A política científica e tecnológica em Portugal e as ciências da comunicação: prioridades e indecisões” (Martins, 2012 a) e “Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento” (Martins, 2012 b). Ver também, de Moisés de Lemos Martins e Madalena Oliveira, “Política científica de comunicação em Portugal: desafios e oportunidades para os doutoramentos” (Martins & Oliveira, 2013).

2. Disponibilização de bases de dados e fomento de publicações

Internacionalmente, as fontes alimentadoras das bibliografias têm o predomínio da origem anglo-saxónica. De modo nenhum, alimento, neste ponto, um intuito xenófobo, antes me coloco numa posição de clara honestidade, pelo que reconheço que é indubitável a riqueza do espólio de língua inglesa dessas fontes, especialmente daquelas que provêm dos EUA e da Inglaterra. Contudo, entendo que deveríamos tentar contrariar este domínio. Um dia, num Congresso da Intercom, em Salvador da Baía, o Professor José Marques de Melo confessou-me o desencanto que tinha pelo facto de os investigadores ibero-americanos denotarem relutância em nomear e citar os nossos autores – os autores da comunidade ibero-americana, E, todavia, na área das Ciências da Comunicação e Informação, que são as nossas, até temos autores e investigadores de renome internacional.

Possuímos, por outro lado, excelentes bases de dados, de que são exemplo, a Pordata (base de dados, organizada pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, sobre o Portugal contemporâneo, com estatísticas oficiais, provenientes do Instituto Nacional de Estatística e do Eurostat); a PortCom (portal disponibilizado pela INTERCOM, de livre acesso à produção científica em Ciências da Comunicação, na comunidade lusófona); e a BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, da Universidade da Beira Interior. Temos um conjunto notável de revistas. Todavia, para as tornar mais conhecidas e com maior penetração, deveríamos optar pela edição de Anuários, como é o caso do *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, da Lusocom. Verifica-se, hoje, por todo o espaço ibero-americano, com destaque normal para alguns países, como Brasil, Argentina, Espanha, Chile, México e até Portugal, uma intensa produção editorial. Todavia, para consagrarmos o reconhecimento internacional de toda a comunidade científica, julgo que é chegado o momento de sermos mais seletivos. Neste aspeto, o reconhecimento da nossa desejada internacionalização requer uma aposta na centralidade dos objetos e das problemáticas do nosso vasto campo de pesquisa. E, aqui, as universidades, os centros de investigação, as associações nacionais e internacionais, sem destruir o sentido criativo e imaginativo de cada entidade ou dos seus agentes, terão que assumir a complicada e pouco simpática tarefa de seleccionar entre o quantitativo e o qualitativo. Escolher entre a quantidade e a qualidade não deve, todavia, inibir-nos de procurar exaltar a excelência.

3. A constituição de equipas de investigadores

A integração dos investigadores em equipas de investigação, como via para a internacionalização, não pode esquecer nunca as seguintes três dimensões da investigação: o local; o regional; e o internacional. No entanto, o nosso ponto de partida é o lugar que habitamos, lá onde estamos e vivemos, assim como também é o povo a que pertencemos, que nos faz participantes de uma identidade singular, uma identidade que nos dá sentido de vida.

Acontece ainda, por outro lado, conforme observa Pierre Bourdieu, que “o campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas, é lugar/espaco de um jogo de luta concorrencial” (Bourdieu, 1983, pp. 121-155). E como adverte Marques de Melo, “a cooperação internacional é indispensável num mundo que se globaliza aceleradamente, mas ela só vale a pena ser fortalecida se trazer dividendos para todos os parceiros em conexão” (Melo, 2005, p. 15). Igualmente é preciso combater e desmitificar o que Moisés de Lemos Martins chama de “o absolutismo da razão pragmática”, ou seja, como diz, “a eficácia do Mercado” que hoje “garante a excelência académica” (Martins, 2002, p. 89)⁴.

Delimitações e constrangimentos

Entretanto, quando, finalmente, em grande parte dos nossos países, estávamos a conseguir estabilizar o número crescente dos profissionais de investigação, surgiu a crise que estrangulou esta era da internacionalização. Este estágio de maturidade, que corresponde à afirmação do trabalho feito pelos nossos centros de investigação, pelas nossas universidades, associações e unidades de pesquisa, foi severamente «atacado» pelas lógicas economicistas (Martins, 2015 b). E isso aconteceu, infelizmente, em quase todos os nossos países. Dada a crise, que alastrou pelo Ocidente, desde 2008, as políticas públicas dos governos impuseram restrições à investigação. As fontes de financiamento para o trabalho científico secaram. O Poder, enfim, os poderes deixaram de conceber o investimento na ciência, particularmente nas ciências comunicacionais e sociais, como uma dimensão prioritária e determinante do desenvolvimento.

Não obstante estes constrangimentos, o cientista quer no plano nacional, quer no plano internacional, não pode perder a ética da sua responsabilidade.

4 Ver, no mesmo sentido, “A liberdade académica e os seus inimigos” (Martins, 2015 b).

Teremos de estar atentos à instrumentalização do nosso papel e do nosso trabalho. E também, como diz Maria Immacolata Vassalo Lopes, não podemos esquecer que “continua a prevalecer um insatisfatório nível descritivo e uma perigosa tendência à indulgência e a uma abstenção de crítica” (Lopes, 2005, p. 38).

Conclusão

O nosso compromisso é com a cidadania.

Os quatro pilares da nossa atividade são os seguintes: Ensino, Investigação, Mediação, Cidadania.

Em *Da Alvorada à Decadência – De 1500 à Actualidade*, uma obra notável, de estudo, análise e investigação, publicada em 2003, Jacques Barzun explica como, historicamente, nós, os atuais viventes da cultura ocidental, chegámos à actualidade. O seu ponto de vista é o de que a nossa civilização construiu está na origem de sociedades cheias de contradições. Somos uma época de incertezas, que, todavia, conta com os avanços infundáveis da ciência e das novas tecnologias, que nos proporcionam capacidades inimagináveis. Somos, também, uma sociedade de ansiedade e de ira. E uma sociedade devida democrática, que todavia, convive com ditaduras e massacres (Barzun, 2003, p. 766).

Compete-nos a nós, cientistas sociais e da comunicação, abrir luz e lançar caminhos para arquitetar um outro futuro. Citando Disraeli, Jacques Barzun (2003, p. 766) escreve: “não poderemos enganar-nos, porque estudámos o passado e é bem conhecida a nossa capacidade de relevar o futuro, quando este já aconteceu”.

Talvez mais no nosso contexto ibero-americano, sem querer acabar com um sentimento pessimista, mas antes imprimir estímulo ao trabalho que temos pela frente, procurando realizar o compromisso que nos prende às nossas comunidades nacionais, um compromisso de cidadania, eu desejaria terminar com o pensamento de um ibero-americano, argentino, de que tanto gosto. Refiro-me a Eduardo Galeano, que escreve assim, em *De Pernas Pro-ar. A Escola do Mundo do Averso*: “Um mundo ao avesso está à vista de todos nós; com a esquerda na direita, o umbigo nas costas, a cabeça nos pés”.

Mas é neste Mundo que teremos de atuar. De Congressos como este, que reúne o saber e a experiência de muitas centenas de investigadores ibero-americanos, teremos que levar para as nossas terras um programa para desenvolver a investigação, o conhecimento e a intervenção social. O nosso trabalho é o de

estar ao serviço da cidadania, junto das nossas comunidades de origem. É esse, pois, o compromisso com que daqui vamos ter que partir.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. (2013) [1976]. “O campo científico”. In Ortiz R. (Org.), *Pierre Bourdieu – Sociologia* (pp. 121-155). São Paulo: Ática. Barzun, J. (2003). *Da Alvorada à Decadência – De 1500 à actualidade*. Lisboa: Gradiva.
- BARZUN, J. (2003) [2000]. *Da Alvorada à Decadência – De 1500 à Actualidade*. Lisboa: Gradiva.
- ESCUADERO, M. C. (2002). *Sorprendiendo al Futuro*. Barcelona: Libros de La Frontera.
- GALEANO, E. (1999). *De Pernas Pro-ar. A Escola do Mundo do Avesso*. Porto Alegre: Editora LPM.
- GÓMEZ, Fr., De Lemos, M. & Sierra, Fr. (2008). *Comunicación y Desarrollo Cultural en la Península Ibérica. Retos de la Sociedad de la Información*. Actas del III Congreso Ibérico de Comunicación. Sevilla, Universidad de Sevilla.
- KUNSCH, M. (Ed.) (2013). *La Comunicación en Iberoamérica. Políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento*. Quito: Confibercom/Ciespal.
- KUNSCH, M. & Melo, J. M. (Eds.) (2012). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- LOPES, M. I. V. de (2005). *Pensamento Comunicacional Brasileiro*. Rio de Janeiro: Intercom.
- MARTINS, M. L. (Org.) (2015 a). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Famação: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MARTINS, M. L. (2015 b). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, n. 27 (pp. 405-420). Braga, CECS, Universidade do Minho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/36695>.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (Org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29178>.
- MARTINS, M. L. (2012 a). Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, n. 35 (1). São Paulo, pp. 233- 251. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23768>.
- MARTINS, M. L. (2012 b). A política científica e tecnológica em Portugal e as ciências da comunicação: prioridades e indecisões. In M. Kunsch & J. M. Melo (Org.). *Comunicação*

- Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, pp. 331-345. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23931>.
- MARTINS, M. L. (2011 a). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio. <http://hdl.handle.net/1822/29167>.
- MARTINS, M. L. (2011 b). Globalization and Lusophone world. Implications for Citizenship. In M. Pinto & H. Sousa (Eds.) *Communication and Citizenship. Rethinking crisis and change* (pp. 75-84) (IAMCR Conference, 2010). Coimbra: Grácio/CECS. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/25344>.
- MARTINS, M. L. (2008). A ideia ibérica como recusa da ‘reductio ad unum’. A propósito de *A Jangada de Pedra*, de José Saramago. In Gómez, De Lemos & Sierra (Org.), *Comunicación y Desarrollo Cultural en la Península Ibérica. Retos de la Sociedad de la Información* (pp. 57-65). Sevilla: Universidad de Sevilla. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23810>.
- MARTINS, M. L. (2008). Habitar o território das Ciências da Comunicação na Península Ibérica. In Gómez, De Lemos & Sierra (Org.), *Comunicación y Desarrollo Cultural en la Península Ibérica. Retos de la Sociedad de la Información* (pp. 23-25). Sevilla: Universidad de Sevilla. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23864>.
- MARTINS, M. de L. (2002). *A Linguagem, a Verdade e o Poder*. Lisboa: Gulbenkian/FCT.
- MARTINS, M. L., et alii (2014). *Interfaces da Lusofonia*. Atas da Conferência “Interfaces da Lusofonia” – 4-6 de julho de 2013. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29765>.
- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (2014). *Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização*. Livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana. 13-16 de abril de 2014. Braga: Confibercom / Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/33031>.
- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (2013). Política científica de comunicação em Portugal: desafios e oportunidades para os doutoramentos. In M. Kunsch (Org.). *La comunicación en Iberoamérica: políticas científicas y tecnológicas, postgrado y difusión de conocimiento* (pp. 47-101). Quito: Ciespal/Confibercom.
- MELO, J. M. (2005). *Pensamento Comunicacional Brasileiro*. Rio de Janeiro: Intercom.
- PAGE, M. (2008). *A Primeira Aldeia Global*. Lisboa: Casa das Letras.
- RETO, L. (Coord.) (2012). *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa/Alfragide: Editora Texto.

- SANTOS, B. S. (2001). *Globalização, Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento.
- SOROMENHO-MARQUES, V. (2003). Técnica, cidadania e globalização. Forças e limites de uma relação complexa. In H. Martins & J. L. Garcia (Coords.), *Dilemas da Civilização Tecnológica* (pp. 347-372). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

UMA REORIENTAÇÃO CONCEITUAL

Muniz Sodré*

Resumo

Proponho-me fazer a abordagem crítica do atual conceito de comunicação, enquanto síntese de estudos e pesquisas. Pronunciar-me-ei, pois, sobre os seguintes aspectos: a entronização da palavra pela Academia e pela mídia, com foco na transmissão de mensagens e na filosofia da linguagem; a aceitação do entendimento corrente pela cultura das mídias e pela ordem dos dispositivos eletrônicos; a questão do comum e a metáfora da comunicação como o conjunto das placas tectônicas sob a superfície do comum; a proposição de um novo lugar no interior do pensamento social.

Palavras-chave: comunicação; reorientação conceitual; comum; nova ciência

Primeira questão

Em resposta aos desafios temáticos para a comunicação ibero-americana, dois temas nos parecem desafiantes: O primeiro é a permanência do termo “comunicação”, como uma síntese dos estudos e pesquisas que movimentam a vida

* Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutorou-se, em 1978, em Ciência da Literatura, por esta mesma universidade. Dirigiu a TV Educativa e foi Presidente, de 2005 a 2011, da Fundação Biblioteca Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Cultura. Da sua vasta obra constam os seguintes títulos: *Monopólio da Fala* (1982), *Comunicação do Grotesco* (1933); *A Reportagem como Gênero Jornalístico* (1986); *Rede Imaginária: Televisão e Democracia* (1991); *As Estratégias Sensíveis – Afeto, Mídia e Política* (2006); *Reinventando a Educação – Diversidade, Descolonização e Redes* (2012). Tem um percurso de investigação marcado pelo estudo da teoria da comunicação, da interculturalidade, da lusofonia e da tecnologia contemporânea. Dedicou-se, ainda, à escrita de livros de ficção.

E-mail: sodremuniz@hotmail.com.

acadêmica ibero-americana, assim como os congressos. O segundo refere-se à viabilidade de uma ciência da comunicação como um novo tipo de reorientação da consciência contemporânea para o ordenamento tecnológico do mundo.

Primeiro, portanto, a ideia da comunicação. O que realmente ela significa? Não é demais recorrer a Walter Benjamin, para quem as ideias são dadas num movimento de percepção original, em que as palavras, nomeando, geram conhecimento: num certo sentido, pode-se perguntar se a teoria platônica das “ideias” teria sido possível, se o sentido desta palavra não tivesse levado o filósofo, que só sabia a sua língua materna, a divinizar o conceito de palavra, a divinizar as palavras: as “ideias” de Platão, se é possível arriscar este juízo parcial, não são no fundo nada mais que palavras ou conceito de palavras divinizadas.

Ora, a pós-modernidade divinizou de algum modo a ideia da comunicação. Este é ao menos um caminho para se entender como o termo *comunicação* – oriundo do latim *communicatio/communicare*, com o sentido principal de “partilha”, “participar de algo” ou “pôr-se em comum” – pôde terminar criando, no século XX, uma realidade própria a partir da sua antiga expansão metonímica do sentido, de “coisa comunicada”, reforçada no inglês *communication*, com o concurso das técnicas de transmissão de informações e da publicidade. O foco na *interação*, que é uma instância inerente à partilha comunicativa, terminou sobrelevando o significado de transmissão de mensagens. Os dicionários contemporâneos, e principalmente os *scholars* norte-americanos, habituaram-se, assim, desde o começo do século passado a entender comunicação como transmissão de mensagens ou de informações, senão como um horizonte ético e psicológico, subsumido na palavra comunhão.

Este entendimento, socialmente sublinhado pelo desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação nos Estados Unidos, reforçou-se na Europa inclusive com o concurso do meio acadêmico que, sob a influência da lingüística e da filosofia da linguagem, tentou encontrar um objeto comum a ambas, imaginando poder fundar uma ciência geral do homem. A ideia da comunicação foi, assim, anexada aos modelos de transmissão de signos.

Este é um entendimento aceitável pelo senso comum dos públicos imersos no que se tem chamado de “cultura das mídias” ou no consumo dos dispositivos técnicos continuamente despejados no mercado pela indústria eletrônica, dos quais se desprende uma aura de irrefreável otimismo, análogo à atmosfera emocional das grandes transformações do capital. Marx já havia observado, aliás, em *18 de Brumário, de Luís Napoleão*, que as revoluções burguesas, como as do século XVIII, precipitam-se rapidamente de sucesso em sucesso, seus efeitos dramáticos

ultrapassam um ao outro, homens e coisas parecem envoltos em resplendores de diamante, o entusiasmo que chega ao êxtase é o estado permanente da sociedade – mas são de breve duração.

Talvez por isso, até mesmo na esfera do conhecimento acadêmico, sejam admissíveis obras de vulto sobre os usos que fazem o Estado e o Mercado de uma enorme variedade de processos – circulação financeira, consumo, gestão empresarial, divulgação cultural, culturas das mídias, registro documental, convergência digital etc. – com o rótulo geral de comunicação/informação, sem elucidar conceitualmente o objeto descrito ou analisado. A importância do conceito é óbvia, quando se impõe o avanço científico de um campo específico – qualquer campo. Ainda recentemente, a propósito do cérebro, Claudia Vargas, uma neurocientista da UFRJ, acusava a falta de instrumentos conceituais para se pensar o funcionamento cerebral, argumentando: “não adianta ficar catalogando ao extremo todos os elementos individuais” (Vargas, *O Globo*, 10/4/2014).

No caso da comunicação, há a tendência a supor que a pura e simples descrição de processos ou a catalogação práticas bastaria para assegurar a continuidade gerencial de um campo interdisciplinar no âmbito da universidade ou em circuitos técnicos externos sem que se tivesse de recorrer a dispositivos explicativos “fortes”, isto é, à sistematização científica. Em termos políticos ou macrosociais, bastaria avaliar o grau de democratização desses processos para legitimá-los cognitivamente.

Tradicionalmente, entretanto, o próprio empenho pragmatista de valorização da democracia como postulada das modernas sociedades, abertas acata o imperativo de redefinição ou de renovação dos mecanismos democráticos. Isto implica não apenas uso, mas educação contínua da cidadania e perspectivas quanto ao que se situa além dos parâmetros econômicos, jurídicos, políticos e sociais estabelecidos por uma determinada formação humana. Este “além” dos limites das formas de poder, que se traduz na prática como criatividade afinada desde a Antiguidade grega com as perspectivas de felicidade do homem, pode receber o nome de *ética*.

Neste caso, a pergunta sobre *o que é* (entenda-se: o que é mesmo comunicação) não pode ser relegada ao plano dos resquícios conceitualistas da metafísica grega, pois é o necessário ponto de partida para uma orientação existencial, frente à hipertrofia de poder da dita comunicação/informação, assim como para uma linha eventual de ação ético-política, no interior do ordenamento democrático.

Não é secundária, portanto, a pergunta sobre o que significa realmente comunicação, ainda mais quando se acompanha Wittgenstein na suposição de que toda

interrogação de natureza filosófica diz respeito ao significado das palavras. Além disso, dentro de uma visada epistemológica, a interrogação contribui, ao lado do devido esclarecimento ontológico do fenômeno, para que se cogite de um saber positivo, isto é, de uma ciência específica, ainda que não se destine ao confinamento nos parâmetros objetivistas estabelecidos pela *episteme* dita “normal”.

Algo análogo registra-se na história do pensamento marxiano (nos *Grundrisse*, precisamente), quando este, a propósito do processo de formação dialético do capital, distingue o *capital em geral* de categorias como valor, trabalho, dinheiro, preços, circulação, etc. Ou seja, distingue dos pressupostos a síntese das determinações, ressaltando ser necessário fixar a forma determinada na qual o capital é posto em um certo ponto.

É esse “certo ponto”, que nos parece sobrevir agora ao campo comunicacional, onde os signos, os discursos, os instrumentos e os dispositivos técnicos são os pressupostos do processo de formação de uma forma nova de socializar, de um novo ecossistema existencial em que a comunicação equivale a um modo geral de organização. Instalada como um mundo de sistemas interligados de produção, circulação e consumo, a nova ordem sociotécnica fixa-se no ponto histórico do aqui e agora, não como índice de um novo modo de produção econômico, mas como a continuidade, com dominância financeira e tecnológica, da mercantilização iniciada pelo capitalismo no início da modernidade ocidental. No necessário rearranjo de pessoas e coisas, a comunicação revela-se como principal forma organizativa.

Acentuamos o “revelar-se”, porque comunicação significa, de fato, em sua radicalidade, o fazer organizativo das mediações imprescindíveis ao comum humano, a resolução aproximativa das diferenças pertinentes em formas simbólicas. As coisas, as diferenças aproximam-se como entidades comunicantes porque se encadeiam no vínculo originário (uma marca de limites, equiparável ao *sentido*) estabelecido pelo *símbolo*.

Ora, nesta modernidade tardia ou na pós-modernidade, que presenciamos historicamente, a comunicação é o modo de organização social correspondente à dominância financeira do capitalismo flexível ou turbocapitalismo. Anexar à questão comunicacional o paradigma linguístico ou sociológico da transmissão de mensagem é aceitar o seu próprio álibi culturalista, um álibi que oculta a intrínseca natureza de seu poder simbólico.

Segunda questão

Para introduzir a questão da reorientação da consciência contemporânea, eu acolho a metáfora das “placas”: a comunicação seria o conjunto das placas tectônicas sob a superfície do comum. Elas, como suas congêneres geológicas, são essenciais, mas não eternas em constituição ou em alinhamento. Podem deslocar-se por efeito daquilo que, no pensamento marxiano, aparece como *Wechselwirkung*, ou seja, a ação reflexa ou circular de retorno da superestrutura sobre o que supostamente a determina ou o que, na teoria sistêmica, se descreve como *retroação*.

Assim, quando o bem conhecido dramaturgo e crítico cultural americano, George W. S. Trow, descreve a nova paisagem social americana por essa metáfora das “placas”, está-se referindo ao aspecto particular da política e da mídia, mas principalmente apontando para a movimentação profunda na “crosta” da organização simbólica: “Houve, de fato, um deslocamento de placas tectônicas sob nós e os partidos políticos ainda têm os mesmos nomes. Também temos uma CBS, uma NBC, um New York Times. Mas não somos mais a mesma nação que no passado teve isso tudo”¹.

Disto decorrem transformações de grande monta nos sistemas educacionais, na produção social de subjetividades e na constituição da esfera pública. Mas para nós, sobretudo, uma transformação *geográfica* no sentido de que essas “placas”, por efeito da compressão temporal do espaço, formam um novo “continente”, o oitavo, feito de *bytes*, virtual, acima ou abaixo de todos os outros.

Essa movimentação e essa reorganização, acionadas pela velocidade das ondas eletromagnéticas, apontam para o cerne da questão comunicacional. Os fenômenos de trocas discursivas ou de transformações na mídia, habitualmente tratados como o marco regulatório do campo acadêmico, afiguram-se como sintomas importantes, mas não como a objetivação científica do problema da comunicação, porque são apenas resultantes sociotécnicas de uma gênese pouco visível na História. Esse marco regulatório corresponde naturalmente aos imperativos da tecnologia e do mercado e poderia ser chamado de “pensamento da ferramenta”.

A questão mais funda, para nós, diz respeito à vinculação, que difere da relação social em seus modernos termos jurídicos e políticos, porque não se define como “fazer contato”, como algo colocado “entre” os seres identificados por suas posições marcadas no interior de hierarquias existenciais complexas, e sim como

1 Cf. Trow, George S. (1980). *With the context of no context*. NY: Atlantic Monthly Press, p. 41.

a condição originária do ser, desde já atravessado por uma exterioridade vazia – o comum – que o pressiona para fora de si mesmo e o divide.

Não se trata aqui de *socius* (portanto do *demos*, nos estudos de mídia), mas de vínculo como uma condição ontológica originária. O vínculo inscreve-se na dimensão comunitária e comporta o dialogismo estrutural implícito na ideia de *communicatio*, em que não predomina a *semiose*, entendida como relação lingüística com um “outro”, mas como *heterotopia* simbólica, ou seja, como ocupação de um “outro” lugar e formação de *valor* por movimentação sensível².

O vínculo nada tem de semântico, e sim de simbólico, portanto, de energia ou força. Nele opera aquilo que Parmênides chamou de “coração intrépido”, e outros de “lógica do coração” e “disposição afetiva”. Por outro lado, não se apreende a vinculação, apenas no plano da consciência, mas igualmente nas tramas ou codificações inconscientes.

A vinculação não se refere ao afeto, apenas como uma disposição originária (a *Stimmung* heideggeriana), mas também como algo que se globaliza por meio das tecnologias da comunicação: a mundialização dos afetos em tempo real. É o que Virilio chama de “sincronização das emoções”, um sucedâneo da partilha democrática da opinião por meio da mídia de massa, característica da segunda metade do século passado. Para ele, a velocidade inerente à tecnologia eletrônica dá ensejo a uma “democracia das emoções” (Virilio, 2012).

Já existe, aliás, num instituto de pesquisa brasileira (pertencente ao grupo “Flag”) uma técnica para se avaliar o estado emocional dos *posts* nas redes sociais, a respeito de um assunto determinado (se negativo, positivo ou neutro). Em termos práticos, a emoção toma o lugar da opinião.

Ora, o desafio temático para o pesquisador de hoje é considerar o imperativo ético-político presente na questão essencial da formação desse novo homem, a reinterpretação de sua cidadania. Foi isto o que associou na antiga Grécia a filosofia à escola, essa mesmo instituição que continua indispensável às sociedades urbanas em emergência ou em mutação.

A este respeito, Sloterdijk faz um retrospecto que parece plenamente pertinente à contemporaneidade sociocultural:

2 A escravidão, por exemplo, constitui uma relação (jurídica, política, social), mas não um vínculo, devido à impossibilidade do senhor de movimentar-se heterotopicamente na direção do escravo.

“A parelha formada por Sócrates e Platão marca a entrada da nova ideia educativa. Em face do convencionalismo e do oportunismo dos professores de retórica e dos sofistas, eles desenvolvem um arrazoado em favor duma reforma global do homem. *Paideia* ou a educação como formação do homem para um grande mundo com a imperialidade latente ou manifesta, não é só um termo fundamental da prática antiga da filosofia, mas designa também o programa da filosofia como prática política. Pode-se aí discernir o nascimento da filosofia, condicionada pela emergência de uma nova forma de mundo, arriscada e encarregada de poder – hoje, nós as chamamos culturas urbanas e impérios”.³

Sloterdijk, na verdade, apenas reforça um ponto que já pertence à tradição discursiva do círculo filosófico e que mesmo comporta hipótese de um *socratismo* (portanto, Platão e Aristóteles) anterior ao próprio Sócrates, como uma atitude racionalista em germe junto a segmentos da aristocracia pensante grega e em contraposição ao espírito de decadência da velha Atenas. É como se Sócrates tivesse vindo dar voz ou língua própria, com a inflexão racionalista da ciência, ao que poderia ser avaliado como “anarquia dos instintos”. E mais: uma ciência propriamente “social”, já que o seu cuidado visa, diferentemente dos “físicos” pré-socráticos, as questões humanas da Polis.

Sloterdijk omite a menção, em seu texto, de pensadores modernos, como Descartes, Condorcet e Diderot, que aspiravam a uma filosofia capaz de ser publicamente compartilhada, com vistas à formação do espírito crítico da cidadania: A ideia da emancipação do homem pelo exercício da razão é propriamente moderna. Mas é acertada a sua construção de pensamento: a filosofia clássica concebida como um “rito de iniciação lógico e ético”, requerido pelas exigências históricas de reedificação do homem grego em função das novas realidades urbanas e imperiais⁴. Pensar não se restringe a extrair, num puro jogo de espírito, categorias lógicas de mentes privilegiadas, sem maiores vinculações comunitárias ou políticas (como tantas vezes aconteceu ou acontece na história acadêmica da filosofia), e sim aceitar o desafio ético de responder à complexidade do mundo, com todos os riscos políticos implícitos na resposta.

3 Sloterdijk, P. (2011). *Tempéraments philosophiques*. Libella'Maren Selçl, p. 18.

4 Passamos ao largo aqui do que Sloterdijk poderia pretender sobre as circunstâncias de uma “reedificação” dessa ordem na contemporaneidade, uma vez que, do ponto de vista político-cultural, sua orientação deixa entrever um criptofascismo de fundo.

O exercício dessa tarefa chamou-se em grego “reflexão ou temperança” (*sophrosine*) e, em latim, “humanidade” (*humanitas*), transcorrendo num ambiente filosófico que era igualmente *paideia*, isto é, “introdução a essa reflexão adulta que significa humanidade”. Para Sloterdijk, seria “irrefletido ver nos valores da *paideia* e da *humanitas* apenas ideais apolíticos de caracteres”⁵

Uma conseqüência prática desse posicionamento e que pode interessar aos atuais estudos aplicados de comunicação diz respeito ao clássico horizonte ético-político da formação jornalística. Atualmente, é dominante a suposição de que o “objeto” técnico em si mesmo (o computador, o celular, a rede social, a internet) desencadeie a mudança na esfera pública, ao modo de um “sujeito” autônomo.

Uma argumentação de natureza ético-política poderia ressaltar que não é o simples *ser moderno ou eficaz* do objeto que lhe agrega valor social, e sim a sua inserção numa trama de relações intersubjetivas e dialéticas capaz de dar-lhe um curso transformador (Martins, 2011).

Buscando afinar-se com as possibilidades da vinculação humana, esta mesma argumentação também poderia conceber o jornalismo como um projeto político maior do que o “jornal” em si mesmo. Já em 1920, o educador e filósofo pragmatista John Dewey dizia que o jornalismo tinha de ir além do mero relato objetivo de acontecimentos (dentro do modelo em que a imprensa “reporta” e o leitor consome) para se tornar um meio de educação e debate públicos. A imprensa favoreceria o diálogo mais direto entre cidadãos e jornalistas. Mais do que “reportar”, a atividade jornalística teria em seu âmago a promoção da “conversa” pública. É possível que as atuais redes sociais sejam o esboço dessa conversa.

Referências bibliográficas

- MARTINS, M. L. (2011). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29167>.
- SLOTERDIJK, P. (2011). *Tempéraments philosophiques*. Libella ´ Maren Selçl’.
- TROW, G. W. S. (1980). *With the context of no context*. NY: Atlantic Monthly Press.
- VARGAS, Cl. (2014). *O Globo*, 10 de abril.
- VIRILIO, P. (2012). *The administration of fear*. Los Angeles: Semiotex(t)e.

5 Ibidem, p. 19.

RETOS Y RESPONSABILIDADES DE LA INVESTIGACIÓN EN COMUNICACIÓN*

Miquel de Moragas**

Resumen

En la actual investigación sobre comunicación, como en general en las ciencias sociales, se entrecruzan tres principales ejes. Uno de carácter ético –político (valores, compromisos, finalidades), otro de carácter epistemológico (métodos, enfoques, disciplinas, cambios de paradigma), y, finalmente, un tercer factor que, aunque pueda considerarse menor, tiene un importante efecto sobre la práctica de la investigación: el eje de carácter administrativo, cada vez más crucial en la economía política de la investigación en comunicación. Tres planos de importancia y dimensiones distintas que se interfieren en la realidad de nuestros estudios.

Palabras clave: investigación; comunicación; interdisciplinar; Europa; Latinoamérica

* Una primera versión de este texto fue presentada como conferencia en el ITESO (Guadalajara, México), el 26 de Junio de 2013.

** Doutorado em Filosofia pela Universidade de Barcelona (1974), foi o primeiro Presidente da Sociedade Catalã de Comunicação (IEC), cargo que exerceu entre 1985 e 1987. Foi ainda Decano da Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma de Barcelona (UAB), onde desempenhou as funções de Vice-Reitor da Investigação. Foi fundador e diretor do Instituto de la Comunicación (InCom-UAB) (1997-2009), e dirigiu o Centro de Estudios Olímpicos (1988-2009). Desenvolve investigação sobre teorias e políticas da comunicação, e estudos sobre desporto. Foi o primeiro Presidente da Asociación Española de Investigación de la Comunicación (AE-IC), cargo que desempenhou de 2008 a 2016. É desde 2015 Professor Catedrático e Emérito da UAB.
E-mail: Miquel.DeMoragas@uab.cat.

La investigación y su contexto

Hace ya muchos años en mi primer libro *Teorías de la Comunicación* (Moragas, 1982) escribía unas frases introductorias que he mantenido intactas en mi último libro *Interpretar la comunicación*, decía entonces, y el paso del tiempo me ha ido reafirmando en esta idea, que

los estudios sobre medios de comunicación –aunque visiones conservadoras y a corto plazo pretendan disimularlo– siempre se han visto condicionados por la realidad social y comunicativa del contexto en el que se desarrollaban. Hasta tal punto esto es así, que la historia de la investigación constituye una ayuda inestimable para la propia historia de los medios, en tanto que expresa la evolución de sus funciones y usos en la sociedad. (Moragas, 2011).

En cada época histórica, en cada país y en cada región, la investigación recibe demandas sociales distintas, influencias de los centros de decisión política, económica y cultural. Podemos comparar en este sentido la experiencia latinoamericana y la experiencia europea (Fuentes, 2008).

Luis Ramiro Beltrán en un texto premonitorio, *Premisas, objetos y métodos foráneos en la investigación sobre comunicación en Latinoamérica* (Beltrán, 1985[1976]), expresaba la resistencia intelectual y académica a la dominación de la investigación latinoamericana y proponía una ruptura, un rechazo, al colonialismo (también académico) que imponía las formas de pensar sobre la comunicación. Antonio Pasquali, por su parte, publicaba en 1978 *Comprender la comunicación*, un libro a contracorriente de las ideas académicas sobre comunicación que actuaba como arietes de la penetración del modelo desarrollista de la comunicación (Pasquali, 1978).

Así, por ejemplo, los investigadores portugueses y españoles –algunos de ellos en el exilio– tuvieron que hacer frente a las dictaduras y al correspondiente aislamiento académico internacional. La academia latinoamericana tuvo que hacer frente a dictaduras y exilios que perturbaron su desarrollo y desmantelaron iniciativas, en Chile, en Argentina, en Brasil. La academia latinoamericana tuvo que hacer un gran esfuerzo en el terreno teórico para deconstruir el pensamiento comunicacional funcionalista de la *mass communication research* que se difundió internacionalmente y desde los Estados Unidos al término de la segunda guerra mundial. Este esfuerzo, compartido con el conjunto de las

ciencias sociales, le permitió construir nuevas perspectivas teóricas a favor de las políticas democráticas de comunicación y cultura y de la comunicación para el cambio social, participando activamente en las nuevas políticas de la UNESCO que desembocaron en informe MacBride *Voces Múltiples, Un Solo Mundo*, publicado en 1980.

Ya en el siglo XXI la investigación se ha visto cada vez más condicionada por las “políticas (administrativas) de investigación” que intervienen decisivamente en aspectos clave como la valoración de méritos y la promoción académica, la elección de prioridades, lo que hace más importante que nunca la política “de investigación de la comunicación”, y el papel que representan organizaciones académicas como AIERI, ALAIC, AMIC, AE-IC, SOPCOM, etc. que adquieren nuevas responsabilidades.

¿Investigación básica o aplicada en comunicación?

Para evaluar la dimensión ética de la investigación en comunicación podemos distinguir entre tres principales opciones de la investigación.

La investigación que podemos denominar “aplicada”, destinada a resolver problemas concretos de algunos actores del sistema, principalmente de las empresas de comunicación. Investigación que tiende cada vez más a ser secreta y reservada.

La investigación dedicada a reconocer el funcionamiento estructural del sistema de comunicación (pongamos como ejemplos el estudio de la recepción televisiva o del funcionamiento de las redes sociales entre los nativos digitales, etc.). Investigación indispensable para desarrollar posteriormente la investigación más teórica o crítica.

La investigación que se proponen conocer el conjunto del sistema social, “conocer el mundo”, mediante el estudio de la comunicación. Esta opción –la más teórica– es hoy más necesaria que nunca cuando la comunicación es reconocida como factor central de la sociedad de nuestro tiempo, definida como sociedad de la información.

Con el inicio de la *mass communication research* en los años 50 y 60 se estableció una interesante distinción entre lo que se denominó “investigación administrativa” (representada por Lazarsfeld y financiada generosamente por la administración norteamericana y las grandes fundaciones como la Rockefeller) y la “investigación crítica” (representada entonces por Adorno).

En nuestros días la *investigación administrativa* ha dado paso a la *investigación comercial aplicada* y a la *investigación estratégica* (con los sucesivos planes de investigación y desarrollo), también a lo que podemos denominar “*investigación curricular*” (tramos de investigación reconocidos, publicaciones en revistas de referencia, méritos cuantificables), que han tendido a burocratizar la investigación.

Por su parte la investigación crítica, especialmente en América latina, ha seguido dos vías que a finales del siglo XX han ido encontrando su convergencia o su síntesis: los estudios culturales de la comunicación y la economía política de la comunicación. Esta convergencia es fundamental para comprender las nuevas y más vigorosas líneas de investigación en comunicación.

Esta perspectiva complementaria se manifiesta fundamental para poder construir –desde la investigación académica– las nuevas políticas culturales y de comunicación en la era digital.

Las ciencias comunicación como post-disciplina

En relación con los condicionantes epistemológicos de la investigación en comunicación el principal error que podría cometerse sería considerar que las ciencias de la comunicación pueden plantearse de manera autónoma, independiente del conjunto de ciencias sociales y humanidades, porque en ellas también están las bases de la investigación de la comunicación.

Cuando los estudios de comunicación se apartan o desconsideran estas bases fundamentales (también en las tareas formativas) generan su propia degradación. Por el contrario, cuando se apoyan en ellas se convierten en paradigma de las nuevas formas de enfocar transversalmente las ciencias sociales. Esta transversalidad se hace evidente ante la imposibilidad de ubicar estos estudios en una sola orilla, la de las humanidades o la de las ciencias sociales. ¿En cuál de estas dos orillas se podría ubicar a Adorno, Barthes, Eco, Habermas, Martín-Barbero, McLuhan, Morin, Pasquali, y tantos otros, referentes de los estudios sobre comunicación?

Uno de los principales dilemas con los que se enfrentan hoy los estudios de comunicación se refiere a si la “comunicación” es un campo de estudio o es una disciplina. Un dilema que, para mí, solo tiene una respuesta correcta: las dos cosas a la vez. Los estudios sobre comunicación, o más específicamente sobre medios de comunicación, se han ido construyendo –a lo largo de más de medio

siglo— sobre un gran número de investigaciones. Esto nos permite afirmar que la comunicación es, a la vez, campo de estudio y disciplina.

En mi libro *Interpretar la comunicación* (Moragas, 2011) he propuesto distinguir entre “teorías de la comunicación” y “estudios de la comunicación”. La “comunicación” hace referencia a un fenómeno transversal que interesa —y debe interesar— a todas las Ciencias Sociales y Humanidades. La historia de la investigación sobre la comunicación pone al descubierto que los planteamientos que han pretendido constituir una “disciplina independiente”, han resultado ser muy poco rentables en términos de desarrollo de nuestros conocimientos sobre la comunicación. La tendencia más general en los actuales estudios universitarios sobre comunicación, lamentablemente, tiende a tomar otro camino, confundiendo el incremento de la demanda de estos estudios con su autonomía epistemológica. En el fondo estos planteamientos responden más a razones de orden burocrático destinadas al reconocimiento y a la obtención de prestigio académico, que a razones epistemológicas contrastadas.

La comunicación es un objeto/campo de estudio en cuyo análisis puedan confluir métodos y puntos de vista aportados por las distintas ciencias sociales y humanidades. La antropología puede ayudarnos a la comprensión de las relaciones entre comunicación y migraciones; la geografía nos permite interpretar los espacios asociados a la comunicación; la psicología es indispensable para conocer fenómenos como los mecanismos de placer, temor o deseo asociado a la recepción de mensajes; la historia nos permite interpretar las etapas de la comunicación; la economía nos permite reconocer los fenómenos de concentración de los medios y las condiciones que las estructuras de la propiedad pueden imponer a los procesos de significación; la semiótica, en fin, es un instrumento indispensable para el análisis de los discursos y, así, podríamos seguir con nuevos ejemplos. En este sentido la “comunicación” es más bien una post-disciplina que supone la colaboración entre disciplinas y tradiciones académicas, a quienes formula las preguntas pertinentes, en beneficio de la comprensión de la complejidad de su objeto específico.

Esta condición de ser disciplina y campo de estudio al mismo tiempo no es en absoluto una desventaja, sino todo lo contrario, sitúa a los estudios de comunicación a la vanguardia de los estudios sobre la sociedad contemporánea, tiempo de cruces, de derrumbe de antiguas fronteras, para afrontar la complejidad de los fenómenos sociales.

De los medios a la red global. Necesidad de redefinir el paradigma

La rápida evolución de nuestro objeto de estudio, la comunicación, nos enfrenta ante un gran reto teórico: la necesidad de redefinir su paradigma. Ya en el siglo XXI la investigación sobre comunicación se ve en la necesidad de desmontar los postulados y paradigmas de la interpretación mediocéntrica de la comunicación. Los elementos que participan en el proceso de comunicación son obviamente, los mismos (emisor, receptor, canal, mensaje), pero las relaciones que se establecen entre ellos han cambiado sustancialmente.

Así, por ejemplo, la expansión de los multimedia interactivos, ha difuminando la antigua separación entre lo que era la comunicación mediática (mediada técnicamente) y la comunicación interpersonal (no mediada técnicamente). La telemática ha puesto en crisis la vieja distinción entre medios/ y no medios, cuando la mediación tecnológica multiplica los procesos de comunicación interpersonal (telefonía y redes sociales) y se ha hecho necesario incorporar nuevos conceptos como “autocomunicación de masas” o “redes autogestionadas” (Castells, 2009).

En terminología de Bauman (2007) diríamos que la frontera medios/no-medios se ha ido “licuando”. Esto hace obsoleto el mediacentrismo, y obliga a adoptar perspectivas más transversales.

A esta primera convergencia (medios/no-medios) se le añaden otras convergencias de naturaleza distinta y todas ellas de gran transcendencia para el estudio de la comunicación, como la confluencia entre comunicación y cultura, y la superación de los esquemas dualistas que dissociaban la producción y la recepción de contenidos.

La investigación latinoamericana ha sido pionera en advertirnos sobre la primera de estas confluencias (entre cultura y comunicación), más allá del denominado giro cultural de las ciencias sociales, proponiendo un nuevo enfoque de los estudios culturales de la comunicación.

No es posible interpretar la cultura contemporánea al margen de la comunicación y viceversa, así lo hemos leído en las obras básicas de Martín Barbero, García Canclini, Renato Ortiz, Raúl Fuentes, Rosana Reguillo, para citar a los autores y autoras que más me han influido. Quedan muy lejos las viejas prácticas de análisis que consideraban a los medios como instituciones autónomas o independientes de su contexto. Los enfoques metodológicos se ven alterados por cruces como el que se produce entre los estudios del discurso y los estudios de la recepción, entre la semiótica y la etnografía, justo cuando la antropología se

ocupa, cada vez más, de la cotidianeidad contemporánea, es decir, de la cultura (Martins, 2011).

La segunda convergencia a la que me refería es la de la superación de los esquemas dualistas que disociaban la producción y la recepción de contenidos. Esto significa un cambio de paradigma de la comunicación de importantes efectos sobre las políticas de comunicación: las instituciones sociales se convierten en media, el poder de la comunicación se desplaza de la emisión a la producción de contenidos, de la era *broadcasting* se pasa a la era de la comunicación en red, los medios –aun que se resistan– son desplazados por las redes sociales. Todo esto afecta a las políticas de comunicación al exigir un nuevo planteamiento de algo tan importante para nuestra democracia como los espacios públicos en los que se hace posible la participación y se produce el consenso y se construyen las hegemonías.

Las responsabilidades (éticas) de la investigación de la comunicación

Si aceptamos el valor central de la comunicación e información en el desarrollo de la democracia podremos coincidir rápidamente en señalar la responsabilidad política de la investigación.

Ya hemos comentado las distintas formas, objetivos, de la investigación en comunicación. No me refiero aquí, claro está, a la investigación aplicada a los intereses comerciales de los distintos agentes de la industria de la comunicación, sino a las aportaciones críticas al sistema de comunicaciones y a las aportaciones propositivas a la democratización de las comunicaciones y a sus aplicaciones a objetos de interés social.

La investigación sobre comunicación/cultura, el análisis de los medios, debe desvelar las estructuras ocultas de poder (Martins, 2015). Los medios son reconocidos en democracia como controladores de los poderes políticos, ¿pero qué sucede cuando esto no se cumple? ¿Quién observa, quien informa sobre los medios?, ¿quién disecciona sus funciones y pone al descubierto sus intereses y limitaciones? Entonces la investigación sobre comunicación actúa como un observatorio crítico de la realidad comunicacional.

La investigación de la comunicación también debe incidir en los grandes temas que ocupan la agenda de la sociedad moderna: la globalización, la emigración,

las reivindicaciones de género, las nuevas formas de educación, el riesgo, el ecologismo, la construcción de la ciudad convivencial, la participación juvenil, etc.

La teoría de la comunicación puede contribuir decisivamente a la comprensión de las lógicas de nuestra sociedad. Retengo como algo muy importante la aportación de la teoría a la interpretación de las formas de dominación que se ocultan en los fenómenos culturales, incluso en los fenómenos aparentemente más triviales, de la vida contemporánea.

Es el caso, por ejemplo, de las justificaciones ideológicas del deterioro del espacio público, que se observa tanto en los medios de comunicación como en el espacio público de las ciudades modernas

En este punto creo interesante observar el paralelismo entre el espacio mediático y el espacio urbano, entre política urbana y política cultural, con una prioridad: definir y defender el espacio público, evitando tanto la “comunicación sin comunicación” como las “calles sin calle” o las “ciudades sin ciudad”.

Pero aparte de estas aportaciones críticas, de su aportación a la comprensión de la sociedad contemporánea, la investigación de la comunicación también tiene una responsabilidad propositiva, de apoyo a las políticas democráticas de comunicación y cultura.

No debemos mantener el pesimismo de la época post Mac Bride, cuando sentimos que los esfuerzos teóricos para fundamentar las políticas nacionales de comunicación y un nuevo orden internacional de la comunicación habían fracasado. Es cierto que se intentó borrar la huella de aquel proceso, pero ahora vemos como aquellas ideas afloran de nuevo, cuando se comprende la convergencia entre las políticas de comunicación y las políticas culturales y vemos la posibilidad de proponer políticas para la diversidad cultural, más aún, cuando vemos que esta posibilidad puede extenderse al uso de las tecnologías para la comunicación horizontal.

Me parece interesante, por ejemplo, la aplicabilidad de ideas como las formuladas por autores como Manuel Castells (2009) sobre la autocomunicación de masas y la organización en red de los movimientos sociales que pugnan por encontrar nuevas formas de apropiación que superen las viejas estructuras partidocráticas que consideran anquilosadas.

No es necesario apostar únicamente por las políticas nacionales (quiero decir estatales) de comunicación por que ahora estas políticas pueden desarrollarse en múltiples niveles, locales, de comunidades, donde el trabajo teórico puede ser decisivo a la hora de construir proyectos.

La investigación de la comunicación debe contribuir, en definitiva, a hacer posible el empoderamiento y la construcción de procesos de comunicación para el desarrollo y el cambio social.

Para que esto sea posible es necesaria una política de investigación que apoye estos objetivos, y esto también pasa por la capacidad de autoorganización de los investigadores e investigadoras en el campo de la comunicación. Las múltiples investigaciones que vienen desarrollándose y que implican un gran esfuerzo, podrían ser mucho más fructíferas si se plantearan en forma de red, formando parte de análisis comparados.

Esta función también corresponde a las asociaciones académicas (independientes y autónomas) que en este nuevo contexto deben ocupar un lugar específico en el sistema de la política científica, de un sistema formado por centros de investigación (universitarios o institucionales) y revistas y publicaciones científicas, cada vez más influyentes, pero también cada vez más concentradas en grupos editoriales¹.

Referencias bibliográficas

- BAUMAN, Z. (2007). *Tiempos líquidos*. Barcelona: Tusquets.
- BELTRÁN, L. R. (1985 [1976]). Premisas, objetos y métodos foráneos en la investigación sobre comunicación en Latinoamérica. In M. de Moragas (Ed.), *Sociología de la comunicación de masas* (pp.73-107). Barcelona: Gustavo Gili.
- CASTELLS, M. (2009). *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza Editorial.
- FUENTES, R. (2008). *El campo académico de la comunicación: 25 años de fermentación*. Guadalajara: ITESO.
- KUNSCH, M. & Melo, J. M. (Eds.) (2012). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- MARTINS, M. L. (2015). Os média na contemporaneidade: da promessa de emancipação histórica à sua ruína. In M. Ledo & M. I. Vassallo de Lopes (Eds.) *Comunicação, Cultura e Esferas de Poder* (pp. 19-44). São Paulo, Brasil: USP-ECA / USC-GEA / AssIbercom / Agacom. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/35292>.
- MARTINS, M. L. (2011). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/29167>.

¹ Sobre este tema ver Kunsch & Melo (2012); Martins & Oliveira (2014).

- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (Eds.) (2014). *Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização*. Libro de Actas del II Congreso Mundial de Comunicación Iberoamericana. 13-16 de abril de 2014. Braga: Confiberom / Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retrived from <http://hdl.handle.net/1822/33031>.
- MORAGAS, M. de (1981). *Teorías de la comunicación. Investigaciones sobre medios en América y Europa*. Barcelona: Gustavo Gili.
- MORAGAS, M. de (2011). *Interpretar la comunicación*. Barcelona: Gedisa.
- PASQUALI, A. (1978). *Comprender la comunicación*. Caracas: Monte Ávila.

COMUNICACIÓN, CULTURA, INTERNACIONALIZACIÓN À VOLTA DO COMPROMISO INTELECTUAL

Margarita Ledo Andión*

Mentres o XIX afirmaba o poder do coñecemento, o XX des-
prega o motivo da eficacia do descoñecemento

Alain Badiou, en *O século*.

Resumo

Con aquel pronunciamento finisecular publicado en *LAurore* so o conciso título “J’Accuse”, que asinaba Zola, viña a público nun medio de comunicación unha figura nova, o/a intelectual, que Foucault, en que a arreda da pretensión de universalidade, resitúaa en tempo presente como “especificidade”, que é o sentido actual do que, no común, se entende por toma de posición a prol de determinados motivos e modos de intervención, neste caso no ámeto da cultura e do dereito a comunicar na esfera internacional, como representativa da construción dunha nova e urxente hexemonía, tamén no campo do coñecemento. A través de pasaxes múltiples cara a obxectos común; pendentes de definirmos un escenario que advirta da necesidade de reexaminar o sentido de palabras calculadamente distorsionadas como, por exemplo, “diversidade”; na aposta por lle voltar a súa capacidade realizativa e crítica ao intercambio de bens simbólicos, o texto apropiase e converte certos debates en síntoma, reactualiza reflexións e, sobremaneira,

* Professora Catedrática de Comunicación Audiovisual da Universidade de Santiago de Compostela, onde coordena o Grupo de Estudos Audiovisuais. Foi a investigadora principal dos projetos “Cara o espazo dixital europeo: o papel das pequenas cinematografías en VO” (2012-2015); “Cine, Diversidad y Redes” (2009-2011); “Lusofonía: interactividade e interculturalidade” (2008-2010). Publicou, entre outros libros, *Finlandia, Gales, Galicia: os retos dos pequenos cinemas en linguas non-hexemónicas* (2016) e *Cine de fotógrafos* (2005). Actualmente, preside à Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (LUSOCOM) e é Vice-Presidente da Associação Ibero-americana de Comunicação (ASSIBERCOM).
E-mail: Margarita.ledo@usc.es.

vindica unha actitude, *voir ensemble*, como acto de cooperación entre escolas de pensamento e mais programas interculturais.

Palabras-chave: interculturalidade, prácticas da diversidade, cinema, pequenas nacións

So a ollada atenta de Claude Lévesque (2007) a Academia de Letras do Québec convocou no 2005 diferentes persoas para que tratasen do que se tiña feito dos e das intelectuais, ao tempo que entrenzaba este debate coa obra inmensa de Maurice Blanchot sobre a construción, a significación e, talvez arestora, a desaparición desta figura nodal: a/o intelectual. Das diferentes sesións foi ecoando unha definición máis ou menos estábel, a medida que se discernían os seus límites, a súa actitude, a súas erranzas, a súas anticipacións, as súas desercións.

E foi así que os estudosos acordaron situar a aparición dunha singularidade que se vai dar coñecer como *intelectual* no intre en que os escritores e as escritoras – da literatura ao xornalismo ou da proclama ao ensaio incerto – deciden, no XIX, tomar a palabra na praza para dicir o que “era xusto e o que era verdadeiro” – fixéranos lembrar Foucault en conversa con Deleuze – e aprender a ire, no percurso histórico, cara a aqueles lugares e situación onde a súa condición os e as situaba. E o filósofo cita a vivenda, o hospital, as relacións familiares ou sexuais, a universidade... como mediacións para acadar unha conciencia máis inmediata e concreta das loitas e as angueiras.

O que nos interesa traer hoxe acá dos participantes no Coloquio en Québec son as coincidencias que os levan a diferenciar certos trazos que seguen a informarnos arestora do perfil e da función-manifesto do, da intelectual. Insístese, xa que logo, na dimensión pública dos seus actos e advírtese dunha perda de función derivada de se ter convertido ou reducido ao rol de especialista. Apúntase que a súa función non terá que ver tanto con tratar co verdadeiro e co falso coma co necesario, e que o necesario pasa por tomar a palabra na praza, por facela circular, co albo de crear conciencia pública para que a sociedade tradicional deveña cidadá, e séguese una tradición discursiva que chega ate a Hanna Arendt cando comenta que o intelectual debe ser crítico e lúcido en todo, experto en nada.

Entre as achegas ao debate, un texto en especial fíxome virar os ollos cara ela, cara el, e cavilar no que en algures ben puido pasar. Trátase da lectura que de Blanchot fixo Yvon Rivard para reparar na explicación do e da intelectual como esa persoa que é quen de espertar en si *le souci de l'autre*, [a precocupación, a

angueira do outro] porque sente (ou presente) a dor do que lle falta. E entón cando vai para a praza e teima en lle retornar ao mundo o que ela, o que el propio perdeu. Vai para a praza para se salvar el mesmo, ela mesma do irreal cara a onde, talvez, a súa obra a levou.

Esta angueira do outro como modo de se liberar do eu irreal, este ir para a praza é, de seu, a obra como tecelá das relacións que conforman un espazo común, é dicir, un espazo igual. Estamos, da man de Francisco Sampedro (2004), no Marx da *Ideoloxía alemá*, en que nos aprende que os individuos non forman unha *communitas* (unha clase, un suxeito colectivo) máis que na medida en que están comprometidos nun obxectivo.

No reverso, un dous exclúinte e non dialéctico onde as cousas entran en contraposición en que se espalla a idea do non conciliábel, unha idea que abranxe a necesidade de desaparición para que unha nova aparición teña lugar. Por iso cando Badiou (2005) define o XX coma o século da paixón polo real, coma o século que pon en acto, en presente absoluto, as promesas do XIX, engade que para o facer ten que carecer de moral: o vello debe ser destruído para que emerxa o novo como tal, e non a novidade – cativa, prendida do pasado –, remarcará.

No ronsel desta ausencia de moral, a cultura contemporánea, en innúmeras das súas fasquías, adoito fascina polo que ten de accesíbel e intercambiábel, de mutante. A maior abundamento, para negar e negativizar calquera ancoraxe, adoito represéntase cunha certa *aura* de proposta sempre en transformación, feita de intervalos, enxergada no que pasa entre determinada ocorrencia e os modos polos que se converte en artefacto para ver, escoitar, se cadra, tocar ... O futuro, porque aínda non é, proclámase en vencello con lugares en movemento, lugares inestábeis, lugares pouco convencionais onde algo acolle existencia no tempo en que unha pálpebra se pecha e garda determinada sensación no seu interior. O resto é a súa posta en conexión a través de todos os espazos e de todos os escenarios. Ráchase, así, cun imaxinario que inclúe pasado, crebas, escollas, contradicións, e vóltanselle as costas á comunicación como realizativo dun sistema que procura a harmonía na sociedade da que é constitutiva.

U-lo a idea de compromiso? Como albiscar, en suma, a dor do que nos falta? Imos suturar esta primeira fenda cunha extensa cita-homenaxe, na que o Stuart Hall (2014, p. 3) pon en valor os 50 anos dos Estudos Culturais a través dun dos seus devanceiros e da súa propia toma de posición:

Raymond Williams, no famoso segundo capítulo de *The Long Revolution* trazou unha definición de cultura, como parte dun proxecto de vida. Esta definición,

nesta perspectiva de teor antropológica, conectou as formas artísticas e culturais coas formas da política, do poder e do cotián. As prácticas culturais, segundo Williams, foron actividades que compre entender á par da produción, do comércio, da política e da vida familiar, e todas elas intervindo nun marco determinado de relacións de clase e de poder. Entrementres, eu estaba a traballar con Paddy Whannel, a facer análises de filmes, de publicidade e de televisión, entre outros aspectos de cultura de masas, tratándoos como sintomáticos dunha formación máis ampla – parte do “proxecto de vida” do Williams.

Aínda, na que veu ser a súa derradeira entrevista, Hall sitúa o legado dos Estudos Culturais no desenvolvemento de ferramentas intelectuais para a comprensión da natureza da cultura e as súas relación coa economía ou a política, para alén do seu papel nunha restra de campos outrora desconectados, na procura de establecer un novo ligame entre disciplinas e de contribuir para a inclusión, no debate da Academia, das relación verbo do Poder. E os froitos continuaron aquilatándose na xeración que seguíu, con estudosos e estudosas que atinaron con entradas veladas, coma é o caso de Philip Schlesinger (2000) e as súas consideracións á volta da nación como espazo comunicativo, – con ou sen Estado, remarca na súa achega como diferenza – que é tamén, para nós, a condición de calquera proposta de internacionalización no entrecruzamento de Cultura e Comunicación.

Esta actitude a prol de aspectos outrora non contemplados; este exercicio de observar cais obxectos poderían valer como indicadores do valor político de territorios, físicos e simbólicos, situados fóra da axenda, devén seminal para a pesquisa crítica e acorda a neesidade de introducir outras variábeis. Estou a pensar, e non por acaso, nos dereitos lingüísticos, no seu desenvolvemento e aplicación naqués eidos que fan de nós unha nación: a educación... ou a partilla pública de mensaxes que singularizamos na parte polo todo, nos medios de comunicación. E os tempos novos son tamén os novos escenarios que nos atinxen como espazo de intercambio de bens culturais mediados pola(s) lingua(s): falo dos países formalmente denominados hispanófobos e dos lusófonos, e falo da diáspora (Ledo, 2012; Martins, 2015; Martins, Sousa & Cabecinhas, 2007)¹. Falo de voltar os ollos e os miolos para a posta en valor de imaxes de existencia e de representación, de

1 Ver, aínda, neste sentido, Kunsch & Melo (Eds.) (2013), *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*; Martins et alii (Eds.) (2014), *Interfaces da Lusofonia*; e Martins & Oliveira (Eds.) (2014), *Comunicação ibero-americana: os desafios da Internacionalização*.

lugares de encontro, de mapas persoais... canda determinados realizativos efémeros, incidentais, que revelan o que adoito o Poder decidíu ocultar. Queremos saber! Esta consigna que Peter Walkins apuña no seu filme *La Commune* (2000), este sentido común, está nas follas voandeiras, nas proclamas, nos manifestos, nos panfletos, na literatura de cordel, en obras en aparencia residual que nos aprenderon tanto a resistir como a existir.

Por entre estes obxectos de coñecemento, boto man do capital intelectual do Grupo de Estudos Audiovisuais, GEA, o colectivo universitario de pesquisa que coordino e onde levamos dúas décadas desenvolvendo proxectos alternos – no espazo lusófono, no iberoamericano, no europeo– a redor do cinema de pequenas nacións e das súas pequenas cinematografías, analizadas dende a cultura como ponla da economía política, da construción da diversidade e na vindicación da interculturalidade como paisaxe na que diferenciar as árbores.

Definir campos, regular, expandir... <<*Cara ao espazo dixital europeo: o papel das pequenas cinematografías en V.O./Towards the European Digital Space: the rol of small cinematographies in O.V.*>> é a última das doas na que andamos a traballar con múltiples mans –20 investigadores e investigadoras de 8 universidades do Estado español, a asistencia preciosa de expertos e expertas internacionais, a colaboración con outros grupos de investigación, como o TECMERIC da Universidad Carlos III de Madrid– forma parte do Plan Nacional (español) de I+D+i (CSO2012-35784), e visa traer a tona a viabilidade dun espazo informal de intercambio entre países como Finland, Wales ou Galiza á luz de diferentes experiencias e do papel das políticas públicas nas mesmas, da análise económica e do compromiso intelectual en que confronta ese gap, esa desposesión, que nos impón o mercado e os seus amplios mecanismos tiránicos.

Xa que logo, na nosa argumentación foi collendo corpo a posibilidade de que o cinema en linguas non hexemónicas viñera entenderse coma unha ferramenta de empoderamento e que, pola contra, a súa exclusión sexa considerada como proba de privación fáctica de dereitos lingüísticos, sociais e culturais. Coincidimos, así, co pensamento que o profesor Martín Barbero, na secuencia do de Bhabha ou Marinas, traslada nun artigo a propósito de facer produtiva a interculturalidade na súa posta en relación com a idea da *identidade narrativa*, isto é, de que toda identidade se gera e se constitui no ato de narrar-se como historia, no proceso e na práctica de *contar-se aos outros* (Barbero, 2014).

O cinema que nos narra para os outros, o cinema en linguas minoritarias ou minorizadas, actívase como mostración e como indicador da produción cultural

de pequenas nacións; nacións con ou sen Estado, insistimos, unha denominación xa asentada no nivel académico, que conta con abundante bibliografía e que, neste caso, non soamente remite para cinemas de escala reducida (en termos de mercado interno, anque con posibilidade de internacionalización) senón cara a expulsión, de facto, do lugar no que se toman as ‘grandes’ decisións.

Como mecánica de traballo comezouse pola monitorización exhaustiva do programa “Europa Creativa” no cadro da chamada “Axenda 2020”, entrevistas semi-dirixidas a expertos e expertas; a comparativa dunha enquisa Delphi *on line*, e grupos de discusión sobre a recepción de filmes en V.O. Máis calquera das técnicas de pescuda irían ficar no bango se esta investigación non tivese como albo incidir tanto na mudanza das mentalidades a propósito da sempre enarbolada frase propagandística “Europa, mosaico de linguas e culturas”, como na esixencia – con prazos – de programas de intervención pública para facela efectiva. Impórtanos, agora, subliñar a aportación fulcral que nos forneceu, no transcurso dunha entrevista para o devandito proxecto, o profesor Muniz Sodré, quen nos visitou no XIII Congreso IBERCOM (Universidade de Santiago de Compostela, maio de 2013). Naquel curto encontró que poden consultar na web do noso grupo de pesquisa², o profesor Sodré advertíunos que a diversidade non é pluralidade, non é o recoñecermos outros como diferentes de nós, senón que é a ocupación de territorios diferenciados, para concluir: en suma, a diversidade é numérica e é territorial. É a posesión do lugar e dos recursos – comunicacionais, económicos, financeiros – para transformalos en acción. Por exemplo, engadíu o intelectual brasileiro, a diversidade no cinema é a posibilidade de aprender e de ter acceso aos medios para a produción autónoma. Velaí, de maneira clara e concreta, a Diversidade, con maiúsculas, como empoderamento, é dicir, como suxeito colectivo e político.

E así, desta maneira, o tal termo ambigüo, utilizado adoito de xeito oportunista a prol dos intereses neoliberais, renascía como operador dunha nova hexemonía, que é o sentido que nós utilizamos na pesquisa e que significaba un paso adiante na crítica que o profesor Armand Mattelart (2002) – mentres urxía a necesidade de volverlle o sentido ás palabras – desenvolvía en *Xeopolítica da Cultura* a propósito da perversión do seu uso como Cabalo de Troia para lexitimar os proxectos tecnoglobais e combater as políticas públicas de apoio á “diversidade-outra”.

2 Universidade de Santiago de Compostela: www.estudiosaudiovisuais.org.

Avantando as posicións que a seguido citaremos de Schlesinger (2000), a segunda idea-chave depende, precisamente, da consideración da nación como un espazo socio-comunicativo. É dicir, como a constatación do dereito que posee cada sociedade para expresar a súa identidade cultural e establecer canda ela relacións inter-nacionais/inter-culturais. Abondando neste aspecto, o profesor da Universidad de Glasgow, a partir da lectura de Karl Deutsch, expón:

El [Deutsch] observou que o Estado-nación é aínda o principal instrumento político para facer que as cousas sucedan “(...) Sen nomealo expresamente, a teoría formula unha idea – a da “nación sen estado” – que cada vez adquiriu máis significado, for como categoría analítica, for como proxecto político destinado a redefinir a autonomía de grupos nacionais dentro do existente sistema internacional de estados (Schlesinger, 2000, pp. 19-29)

Unha outra razón que nos fixo escoller o cinema como un suxeito representativo para a nosa pesquisa foi, obviamente, a súa performatividade, esa hipotética fasquía de produto no que todo se aproveita ao tratárese dun ben que non poder estrañar da súa mesma realidade aspectos que vencellan a economía creativa con funcións simbólico-representativas. No hourizonte a deseñar, a aposta por irmos das prácticas culturais en curto para as prácticas da diversidade, co cinema en linguas minoritarias e minorizadas como un espazo expandido no que convocar – outra volta os ecos de Hall – o mundo que está á nosa volta e o noso lugar nel.

Porén non ignoramos que a Unión Europea – o marco insitucional de referencia no devandito proxecto – leva trinta anos tecendo e destecendo unha sorte de madeixa que, con variacións adxetivas, declara o cinema como obxecto de programas específicos de axudas en base á súa consideración como un operador da diversidade. En contradicción coque se enuncia, temos denunciado que, co punto de mira no retorno comercial, a UE somete o cinema a políticas competitivas, prioriza os filmes de xénero e traslada cara a periferia do sistema o cinema que, dende aquela “política dos autores”, pasando polos cinemas nacionais, se expresan dende o interior, singular e plural, da cultura. En suma, a UE precariza aquele cinema no que Alain Bergala, por exemplo, aprecia precisamente a creación de vínculos, aquele cinema no que ecoa unha certa *fraternitas* – recollía unha investigadora do noso equipo, a profesora Antía López na intervención no “Foro Internacional sobre alfabetización fílmica e novas audiencias”, que tivo lugar en outubro de 2014 na Universidade de Santiago ed Compostela –, aquele

cinema-fíbela, necesario na construción do espazo europeo de comunicación a través de actos prácticos como a visibilización, internacionalización e posta en valor deste milagre que lle dá de comer ao pensamento, ao corazón e á imaxinación.

En chegando a esta encrucillada eu sempre recomendo reparar nos porqués arestora volta a ser citado o ensaio de Anderson (1983), *Imagined Communities*, convidar a non esquecer que a partilla colectiva de bens que teñen a lingua como un dos seus materiais crea e mantén ese senso de pertenza que se expresa na praza. En chegando a este punto recollo unha advertencia do profesor de Historia Contemporánea da Universidade de Santiago de Compostela, e Honoris Causa da Universidade do Minho, Dr. Ramón Villares, cando adoito comenta que cando unha sociedade non se preocupa dos devanceiros é porque xa non agarda nada do futuro, xa se pensa como unha sociedade sen futuro.

Tamén dende a xeopolítica crítica e dende o sentido – político e simbólico – que acolle a construción de espazos de comunicación – o lusófono ou o iberoamericano, para o caso – en tanto espazos menos regrados, que teñen e manteñen na práctica do encontro esa posibilidade de vermos/discernirmos aquilo que ten interese para nós-outros; dende espazos que apostan pola fin dun modelo de integración do particular no xeral – incluído neste xeral o mercado global – e pola toma de posición a prol das diferenzas; que pensan a interculturalidade como signo de solidariedade e como escenario para o intercambio de coñecemento e de bens; que ousan arriscar, ou ensaiar, a visibilidade inter-nacional so proxectos en común, consideramos urxente darlle entrada á nación alargada, en feliz definición de María Beatriz Rocha Trindade, á diáspora. Aínda en 2010, no desenvolvemento do IX Colóquio Internacional “Migraciones e Interculturalidad: los hechos y las políticas”, organizado pola Cátedra UNESCO sobre Migracións da USC, a profesora Rocha-Trindade falaba de pluralismo cultural fronte a *melting pot*, da importancia do propio proceso de diálogo intercultural como xerador do respecto polas diferenzas, falaba de nación alargada e, cito dende un seu artigo (Rocha-Trindade, 1984, p. 231) a seguinte reflexión:

O moderno concepto de nação passa a prescindir dos usuais requisitos complementares de soberanía e das unidades de território que tradicionalmente a integravam e dela constituían parte indissociável, para pasar a incluír todos aqueles que tendo a mesma nacionalidade, apesar de geograficamente dispersos, se mantêm ligados à sua origem por laços emocionais e afectivos.

E fica para a fin unha experiencia, talvez difícil de trasladar polo seu esgo persoal, que como feminista considero mostrativa do persoal no compromiso, do persoal no político, da experiencia como parte das propostas de coñecemento, dese *Voir Ensemble* que singulariza a toma de posición intelectual e que adaptamos do noso discurso de ingreso na Real Academia Galega, RAG, en febreiro de 2009. Partimos, xa que logo, da descrición dunha acción encadeada que exemplifica o encontro físico como encontro político.

O 21 de xaneiro de 2004, a escritora Luísa Villalta asistiu á presentación pública do meu primeiro filme, *Santa Liberdade*, no Teatro Principal de Compostela. No ambigü, finalizada a proxección, a atmosfera continuaba prendida nesa difícil figura fílmica, a da empatía, que se tiña producido entre o lugar e o que nel tiña lugar, entre o filme e aquela viaxe na que, por trece días, un mundo que se chama Galiza e outros que se chama Portugal foron a república da Santa Liberdade, despois de que un comando do DRIL, dirixidos polo capitán Galvao, o comandante Soutomaior e o republicano galeguista Xosé Velo, ocupasen o trasatlántico Santa María para chamar a atención ontra as ditaduras de Franco e Salazar. E a Luísa achegouse a min: como me gustan eses bucles, ese movemento de testa que fan as mulleres. Temos que quedar e falar.

Luísa fora, talvez, a primeira en ver esa mudanza do espazo, dende o oculto e cara a descubrir para un outro o sentido da ollada. Ás veces para un outro no plano do filme, polo xeral para un outro, nós, as persoas que agardan expectantes. Aos poucos días, Luísa Villalta publicou unha columna no semanario *A Nosa Terra*, “Cromosoma L”, L de Liberdade, de Ledo, de Luísa, nun xogo trezado que eu lle respondín cun correo no que fixen lembranza do desexo que ela manifestara de quedar. E falar.

Pasados uns días, nunha sala do Hotel Araganey, tamén en Compostela, houbo un serán literario a prol de Palestina. Luísa recitaba. Eu asistín como espectadora. Luísa sentaba na esquerda, primeira fila. Eu sentei cara o fondo, máis cara o medio e mireina de costas. Pouco antes de lle tocar intervir, ela moveu o colo lixeiramente e comezou a facer un movemento en bucle cara atrás. Sentín que o seu ollar viña para onde eu estaba e eu mesma comecei un movemento cara o seu ollar pero ela, sen deixar a secuencia, retornaba ao momento inicial e esa fibela imaxinaria que construímos unha cara a outra ficou no bango. Os nosos ollos non se cruzaron pero soubemos que nese intre tiñamos desenvolvido un ligame entre nós. O visíbel, outra volta, collía sentido no invisíbel. Aos poucos días Luísa faleceu. A partir de entón refírome a este

momento como o dobre bucle, como un dous, e penso na fenda, niso que non tivo lugar. Penso na nosa conversa.

O acto no bango, ese Ver Xuntas, ver cada unha o que a outra non pode ver porque cada unha ocupaba un lugar diferente, pero saber que nos axuntamos nese cuarto para mirar o mesmo, para trenzar un espazo común, foi collendo corpo en múltiples quites, en frases que eu repetía ao chou, en declaracións, en pequenos textos e mesmo en falas sen fin nin comezo que deixaban en suspenso a comunicación.

Até que procurei un certo sosego no ámbito da investigación e na lectura dunha observadora-pensadora, Marie José Mondzain, que entra no mundo das imaxes para facernos mudar de paradigmas a propósito de determinadas crenzas, de certos valores incorporados que impiden recoñecer a posibilidade real do vínculo entre a creación dunha obra e a transmisión, para outras e outros, desa obra. Por vontade e por necesidade, non demorei en chegar a unha proposta súa que considero nodal para a produción de coñecemento na sociedade contemporánea e que tentarei desenvolver a rentes da fin.

Coa idea de transitar o legado do curso Jean-Toussaint Desanti, un filósofo que pensa a filosofía como a práctica do encontro, daquilo que só colle senso fóra, no exterior, Mondzain convida diferentes persoas a partillar a lectura da conferencia que impartiu Desanti na Escola das Belas Artes de París seis meses denantes da súa morte, o 6 de xuño de 2001, *Voir Ensemble*. Para esta visita, ela aplicará o método que lle dicta o seu material, a actitude do propio Desanti: establecer ligames entre persoas que non teñen por que ter moito en común. O común, advirte, non é o que se nos dá. O común, constrúese.

Das persoas que participan, só dúas, a mesma Mondzain e o director de *Cahiers du Cinema*, Jean Michel Frodon, animador, pola súa banda, de *L'Exception, groupe de reflexión sur le cinéma*³ tiñan asistido, no seu día, á sesión de Desanti en París. Os dez outros participantes leron e debateron sobre o texto. Eran filósofos, un médico, un artista plástico, directores de teatro e directores de cinema, xentes que teñen por oficio *dar a ver* ou, seguindo o mobilizador proemio, xentes que fan sentir.

Ao se fixar no pensamento de Desanti, a convocante amósanos como a subxectividade non significa ren de considerármola independente do que a constitúe para un outro, namentres pronuncia unha frase a favor da duración que quero

3 So patrocinio do xornal *Le Monde*, a editora Gallimard e Sciences Po Paris.

que fagamos tamén nosa agora, as persoas que esteamos dispostas a un acto ben representativo da vocación de partillar e de construír un lugar do común: é no tempo onde se xoga o tecido invisíbel do senso.

Todo o devandito, este sentido do visíbel no invisíbel é do que eu máis gosto na cultura e, de modo sobranceiro, nunha cultura que se tece no visíbel de maneira discontinua e que atravesa por situacións de morte, como atravesou a cultura galega. Unha cultura que para alén da gran produción, a Nación política, no concreto e no que a min me atinxe, se expresa en producións da industria cultural – o libro, o xornal, o filme-, en producións nas que un outro – o público, singular e plural – é constitutivo, en producións que non existen á marxe da súa posta en relación, do *Voir Ensemble*, unha frase realizativa da que non dou atinado coa tradución, pero que precisa do encontro para se producir, do que nós estamos a desenvolver neste intre preciso.

Do encontro físico e do encontro político que sinala o paso polo XIX cara o XX, así como o compromiso da *intelligentzia* coa sociedade civil, resta no XXI a posibilidade de certas alianzas, con normas non escritas, que nos identifican cun proxecto das que agroman vencellos que se rexen polo compromiso da igualdade do lugar e do que no lugar ten lugar, da igualdade entre países e entre as persoas que en acto poboan os países. E é no ronsel dese encontro onde acolle valor de seu *Voir Ensemble*, axuntarse para partillar o acto de ver e para tecer un lugar de relacións.

Nesta vontade de asumir nos nosos actos prácticos, na fala, aos outros, iso que tanto nos recomenda Alain Badiou no devandito *O Século*, vou referir o exemplo do construtor de barcas do porto de Ajaccio que un neno de 13 anos observaba ben de mañanciña. Un día, cóntanos o Desanti rapaz, vexo madeira polo chan; miro táboas, achas longas e fracas, tacos, ollo para as diferentes pezas espaxadas por aco e por aló. E miro diante, estantío, o construtor de lanchas. Pregúntolle se vai facer unha gamela con esa madeira. Tornase de súpeto e espeta: cal madeira? Para de seguido dicir: Ti ves táboas, eu vexo outra cousa. Vexo os mariñeiros que me fixeron a encarga desta barca. Son sete, sete remeiros e o home do leme, o patrón. E non son semellantes, hainos grosos e magros. Teño que saber cómo facer... e así continuou coa lería de que tamén miraba os castiñeiros, que tampouco son iguais nin é o mesmo a madeira que serve para a trabe dunha casa que a que vale para facer a lancha. E non falemos da sorte, rosmaba en corso, facendo os cornos cos dedos da man. Imaxina – insistía – que vergoña para min e para os meus se, unha noite de mar brava, estes mariñeiros

afogan porque eu non din sabido escoller, hai tempo, o bo castiñeiro nin acertei co xeito de dispor as pezas da madeira.

Pezas que arestora nós debemos saber discernir para a súa función nesta paisaxe que singularizamos nos rótulos Cultura, Comunicación e Internacionalización.

Referencias bibliográficas

- ANDERSON, B. (1983). *Imagined Communities*. London: Verso.
- BADIOU, A. (2005). *Le siècle*. Paris: du Seuil.
- HALL, S. (2014). *Foreword. CCCS 50 years on*. Birmingham: University of Birmingham.
- KUNSCH, M. & Melo, J. M. (Eds.) (2012). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- LEDO Andión, M. (2012). Os paradoxos das políticas da diversidade. In F. S. García & V. A. Martínez (Coords.), *Economía de la cultura y las comunicación en la era digital* (pp. 449-467). Lisboa: MediaXXI.
- LÉVESQUE, C. (2007). *Qu'en est-il des intellectuels aujourd'hui?* Montréal: Hurtubise.
- MARTÍN Barbero, J. (2014). Diversidade em convergência. *MATRIZES*, 8(2), 15-33.
- MARTINS, M. L. (Ed.) (2015). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Famalicão: Húmus. Retrived from: <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MARTINS, M. L., et alii (2014). *Interfaces da Lusofonia*. Atas da Conferência “Interfaces da Lusofonia” – 4-6 de julho de 2013. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retrived from: <http://hdl.handle.net/1822/29765>.
- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (2014). *Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização*. Livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana. 13-16 de abril de 2014. Braga: Confibercom / Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retrived from <http://hdl.handle.net/1822/33031>.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2007). Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In M. Ledo Andión (Ed.). *Comunicación Local no Espazo Lusófono* (pp. 301-310). Santiago de Compostela: Agacom. Retrived from <http://hdl.handle.net/1822/24127>.
- MATTELART, A. (2002). *Geopolítica de la cultura*. Cidade do México: ERA.
- MONDZAIN, M. J. (Coord.) (2002). *Voir Ensemble*. Paris: Gallimard.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. (Jul./Set. 1984). O Diálogo Instituído. *Nova Renascença: revista trimestral de cultura*, IV, 229-245.

- SAMPEDRO, F. (2004). A cidadanía excluínte. *A Trabe de Ouro*, 58, 157-179.
- SCHLESINGER, P. (2000). The sociological scope on nacional cinema. In M. Hjort & S. MacKenzie (Eds.), *Cinema and Nation* (pp. 19-31). Nova Iorque: Routledge.

Outras obras consultadas

- FOUCAULT, M. (29 novembre – 5 décembre 1976). *La fonction politique de l'intellectuel. Politique-Hebdo*, pp. 31-33.
- FUENTES NAVARRO, R. (2007). *La comunicación desde una perspectiva sociocultural: acercamientos y provocaciones*. Guadalajara: ITESO.
- GRIMSON, A. (2011). *Los límites de la cultura*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- LEDO Andi3n, M. (2009). *Do bucle e da Fenda. Para un ensaio cr3tico sobre a cutura galega*. A Coru3a: Real Academia Galega.

Referencias f3lmicas

- LEDO Andi3n (2003). *Santa Liberdade*.
- PETER Walkins (2000). *La Commune*.

DA NECESSIDADE E DA POSSIBILIDADE DE UMA HISTÓRIA DAS MÍDIAS SOB A ÓTICA LUSÓFONA

Antônio Hohlfeldt*

Resumo

Este estudo propõe a necessidade, a possibilidade e a importância de se estudar a história das mídias numa ótica lusófona. Nesse sentido, mostra a utilidade das novas tecnologias da informação e da comunicação para a pesquisa em causa, tanto mais que é manifesta a insuficiência de informações a respeito dessa história, em Portugal e no Brasil, como de um modo geral, em todos os países de língua portuguesa. Em termos teóricos, este estudo inscreve-se em tradições acadêmicas, que remetem a Marshall McLuhan e Lúcia Santaella.

Palavras-chave: história das mídias; história do jornalismo colonial de expressão portuguesa; teoria da comunicação; teoria do jornalismo

É compreensível o entusiasmo dos jovens pesquisadores diante das novas tecnologias da informação e da comunicação. Elas sugerem que o emissor se tornou uma espécie de Deus coletivo, que tudo pode. Tais entusiasmos, porém, ignoram que os atuais processos, muitas vezes saudados como novidade ou grande conquista, já existiam há algumas décadas, ainda que sob aspectos mais simples, com

* Professor na Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde se doutorou em Linguística e Letras, em 1998. Exerceu as funções de jornalista, durante praticamente vinte anos, no jornal *Correio do Povo*, no *Diário do Sul* e no *Jornal do Comércio*. Investiga sobre a comunicação cultural, artes cênicas e criação dramática, teoria e história do jornalismo e práticas sócio-políticas da mídia. É investigador do CNPq e integra o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Presidiu à Intercom e à Lusocom. Entre as suas publicações constam *Ronald Radde – O perseguidor de sonhos – 47 anos de Teatro Novo* (2015); *Arte e Cultura* (2008); *Interação e sentidos no ciberespaço e na sociedade* (2001, em co-autoria); *Teorias da Comunicação* (2001, hoje em 15.^a edição).

E-mail: hohlfeldt@puers.br.

menor abrangência e certamente com menor velocidade. Mas complexidade, abrangência e velocidade não significam necessariamente o novo e, sim, uma variância de algo pré-existente.

Necessidade da pesquisa histórica

Carentes de leitura e, por conseqüência, de maior reflexão e análise crítica, os jovens pesquisadores que, além do mais são, muitas vezes, bastante ignorantes da história pretérita das mídias, imaginam que as atuais descobertas sejam conquistas definitivas, vanguardistas e irretorquíveis.

Ironicamente, é um dos gurus das novas tecnologias, Marshall McLuhan quem, em obra da década de 1960, alertava para uma relação crítica que se estabelecia entre cada nova tecnologia descoberta e/ou desenvolvida e aquela que lhe era imediatamente anterior (McLuhan, 1974; Bianco, 2005, p. 156). Segundo McLuhan, as mídias sucediam-se historicamente, desde a imprensa (século XV) até a Internet (século XX), começando pela palavra impressa; a imagem projetada numa grande tela, para ser consumida por grandes platéias; o rádio (Rosa, 2016), que derrogou o conceito de distância física e tornou-se um dos elementos de maior amalgamação social jamais conhecido pela humanidade (e dir-se-ia que ainda não ultrapassado nem mesmo pela Internet, graças às diferentes exigências de infra-estrutura de cada uma dessas mídias), etc.

Como diz McLuhan, as tecnologias são produto das civilizações e, como tais, desvendam modelos relacionais e de pensamento de um dado período. Por terem impacto na organização social, fornecem a chave para compreendermos a evolução daquela civilização. É através de seus artefatos técnicos que as civilizações se expandem e estabelecem contactos entre si. Deve-se levar em conta que o desenvolvimento de cada mídia interferiu ou sofreu interferência das demais mídias existentes, na medida em que com elas se articulou, criando novos processos de sociabilização.

Lucia Santaella já chamou a atenção para o fato de que nenhuma mídia pré-existente havia desaparecido com o surgimento de uma outra tecnologia. Pelo contrário, rapidamente ela se aclimatava à nova paisagem e logo adiante ambas as tecnologias estavam a desenvolver novas estratégias que as reforçavam mutuamente (Santaella, 1992).

Se o novo cria temores, também fascina, com a sugestão (falsa) do poder humano sobre a natureza e os ambientes culturais. Enfrentamos, pois,

simultaneamente, fascinação e preconceito, ambiguidade que poderia ser facilmente resolvida se nossos estudantes, professores e pesquisadores tivessem maior informação histórica e fossem capazes, em consequência, de refletir, sem quaisquer envoltórios emocionais, analisando cuidadosamente o avanço (ou não) que a nova tecnologia vem de propor ou como ela faz avançar – ou não – as tecnologias até então existentes.

A necessidade de conhecimento do pretérito

A primeira questão que levantamos e defendemos, portanto, é que, para bem se compreender e avaliar – diríamos até, para melhor saber utilizar e valorizar uma nova mídia¹ – é fundamental que conheçamos a história das demais mídias e, sobretudo, a gênese da nova mídia, o que em muito nos ajudará a compreender suas possibilidades e melhor explorá-las. Infelizmente, contudo, os cursos de Comunicação Social nem sempre dão esta atenção fundamental para a história das mídias, de maneira que, na maioria dos casos, parece que a invenção tecnológica como que caiu do céu. Não se consegue nem mesmo compreender o que cada uma delas terminou por potencializar ou criar². Relembremos, para ficar apenas no jornalismo, a sempre reiterada existência do *lead*: os telégrafos em serviço, no início do século XX, eram relativamente precários e pouco confiáveis. Como a Internet, em alguns lugares mais distantes, por vezes *derrubavam* a ligação e a agência/o jornal ficavam sem a preciosa reportagem de seu enviado especial, recuperou-se e revalorizou-se uma antiga prática traduzida na expressão dos 5 ws – em inglês – *quem, quando, onde, o quê, por que?* – que hoje em dia constituem o que chamamos de *lide*³. Ou seja, o que agora consideramos uma recomendável técnica de redação jornalística, nada mais foi do que uma necessidade técnica, externa ao jornalismo em si mesmo, exigida por uma tecnologia fora do procedimento jornalístico específico, mas que terminou por se institucionalizar enquanto prática profissional referencial e modelar, vinculada à chamada *objetividade jornalística*, contrapondo-se à antiga prática do *nariz de cera* da imprensa do

1 Deve-se tomar o termo *mídia* como interface, mediação, entre emissor e receptor de uma mensagem, dada a impossibilidade de comunicação direta (Melo, 2010, p. 816).

2 Lembremos a histórica experiência de Orson Welles, quando radiofonizou *A guerra dos mundos*, romance original de H. G. Wells, em 1938.

3 *Lead*, em inglês, já tem a forma dicionarizada de *lide*, no idioma português.

século XIX, na busca que o jornalismo fez de princípios e práticas que o legitimassem perante outras práticas comunicacionais, como a publicidade ou as relações públicas, buscando aproximá-lo do campo científico. No Brasil, a objetividade é sistematicamente valorizada no trabalho jornalístico, tanto como valor, quanto como conjunto de regras práticas, nas ações da imprensa, a partir dos anos 1950. Por influência americana, foram adotadas novas técnicas redacionais, tais como o *lide* e a *pirâmide invertida*⁴, entre outros. Mais do que normas a serem obedecidas, a partir de um manual, a objetividade do jornalista passou a sustentar uma certa imagem positiva e confiável desses profissionais, além de reforçar a crença de que eles têm, por vocação, a defesa dos interesses coletivos (Melo, 2010, p. 882).

Robert Darnton já mostrou, com clareza, que a história da comunicação “pode revelar como os homens e mulheres de um tempo e lugar compreendem sua própria experiência a partir do entendimento de como davam sentido aos acontecimentos e transmitiam informações” (Darnton, 2005, p. 41). Esse conceito tem sido retomado e aplicado, com excelentes resultados, por exemplo, por Marialva Barbosa, em diferentes obras, resultando numa história cultural, tanto do jornalismo, quanto da comunicação brasileiros (Barbosa, 2007, 2010, 2013). Tal perspectiva permite fugir ao risco dos anacronismos que, muitas vezes, encontramos em obras de história das mídias, inclusive de excelentes autores, como é o caso de Nelson Werneck Sodré (2011[1966]), sobretudo no capítulo em que estuda o nascimento da imprensa brasileira, no século XIX, após o traslado da Coroa portuguesa para a então colônia sul-americana, logo elevada à condição de reino.

A história da comunicação permitirá, inclusive, compreender e valorizar as relações culturais, os valores ideológicos, as preocupações e as necessidades que uma determinada comunidade enfrentou/enfrenta. Recentemente, participávamos de banca de Doutorado, para avaliação de pesquisa que se dedicou a estudar os jornais brasileiros das duas primeiras décadas dos 1800, para compreender como se formaram e disseminaram conceitos como *nação*, *liberdade e brasilidade* (Flores, 2015). Ora, acompanhar o debate que tais jornais promoveram, na ocasião, ajuda, não apenas a compreender, historicamente, a formação de tais conceitos, quanto entender porque, entre nós, eles são tão tênues, hoje em dia: para isso, basta aproximarmos aquele texto da perspectiva adotada por José Marques de Melo quanto aos motivos que levaram à impossibilidade da existência da imprensa na colônia brasileira, entre 1500 e 1808, e que vão bem além da simples proibição da

4 Narrativa dos fatos a partir dos mais importantes para os menos significativos.

Coroa portuguesa. Melo mostra que não havia condições para a imprensa entre nós, naquela época, na medida em que inexistiam cidades; a maior parte da população era analfabeta e, enfim, as distâncias a serem cobertas eram absolutamente inviáveis para qualquer projeto deste tipo (Melo, 2003). Do mesmo modo, permitimo-nos tomar um exemplo que envolve o conjunto de nossas pesquisas em torno do jornalismo luso-brasileiro, com ênfase na história dos jornalismo das antigas colônias portuguesas, aí incluídos Brasil, Moçambique, Angola, etc. O que vimos propondo é uma história que integre as diferentes histórias nacionais, o que vai evidenciar por exemplo que, assim como a legislação metropolitana portuguesa proibia a existência de prelos nas colônias e, por consequência, qualquer atividade editorial, seja para a produção de livros, seja para a concretização de uma imprensa jornalística, os acontecimentos de 1817 e, especialmente, a Constituição portuguesa de 1820, levou a uma reviravolta. Os fatos políticos portugueses geraram consequências, primeiro, no Brasil: o retorno de Dom João VI a Portugal, sob pena de perder a coroa; a permanência de Dom Pedro de Alcântara⁵ no Brasil; posteriormente, as decisões das Córtes, em Lisboa, buscando reduzir o Brasil novamente à condição colonial: tudo isso desencadeou o processo que redundou na independência de 1822. Ora, em 1836, o governo português instituiu a obrigatoriedade de as administrações coloniais passarem a publicar boletins oficiais nos mesmos moldes da antiga Gazeta de Lisboa e da então Gazeta do Rio de Janeiro, o que abriu caminho para a imprensa independente daquelas demais colônias. Ora, se não buscarmos uma leitura comparada das histórias individualizadas de cada antiga colônia, continuaremos com uma perspectiva isolacionista e voluntarista, o que é absolutamente equivocado e nada explica.

Do mesmo modo, entendemos que a prática típica do século XIX, de os jornais se lerem entre si, levou a uma forte influência do jornalismo panfletário e republicano, que já então se desenvolvia no Brasil – guardadas as proporções e diferenciações locais, é claro – sobre a imprensa das demais colônias.

Outro exemplo importante: o Brasil tem Hipólito José da Costa como o patrono da imprensa nacional. Ora, se consultarmos historiadores da imprensa, como Nelson Werneck Sodré e José Tengarrinha (2013[1998]), respectivamente, no Brasil e em Portugal, verificaremos que cada um deles incluiu Costa, a seu modo, nas historiografias que escreveram. No Brasil, Hipólito passa por brasileiro; em Portugal, por português. Nenhum desses historiadores, contudo, parece dar-se conta de que

5 Mais tarde, Dom Pedro I, do Brasil e Dom Pedro IV, de Portugal.

Hipólito José da Costa, na verdade, é personagem – e importantíssimo – da história do jornalismo de ambos os países. Uma leitura na perspectiva comparativista e inclusiva relativiza a questão da nacionalidade e, por outro lado, corrige um erro monumental: o de que Costa teria sempre defendido a independência brasileira de Portugal, o que é falso. Uma simples consulta aos exemplares dos jornais, por mais rápida que seja, evidencia que, pelo menos até 1820, Costa foi ardoroso defensor do que ele chamava de reino unido de Portugal e Brasil. Seu argumento era simples e objetivo: Portugal, sozinho, na Europa, era um país pequeníssimo, praticamente sem significado; o Brasil, na América ou no mundo, era insignificante. Juntos, tornavam-se um reino poderoso, tanto territorial, quanto econômica e estrategicamente. Hipólito José da Costa só passaria a defender a independência brasileira após aquelas malogradas disposições lisboenses de devolver o Brasil à condição colonial. Se alguém tiver dúvidas, leia, por exemplo, o manifesto que ele assina no lançamento do *Correio Braziliense*, ou tente entender porque Costa publica, no jornal, a conclamação das autoridades portuguesas de resistência ao governo opressor e invasor de Napoleão a Portugal. É este tipo de discussão que precisa ser feita para que consigamos entender o que aconteceu de fato e o modo pelo qual se desenrolou a história da imprensa jornalística em cada um desses territórios. Descobriremos, talvez surpresos, que há relações diretas e concretas entre os jornalismo coloniais: por exemplo, graças à existência de colônias portuguesas e de exilados angolanos, moçambicanos ou cabo-verdenses, em terras brasileiras, como na Bahia e no Pará, possibilitou-se a circulação dos jornais das colônias africanas em terras americanas. Do mesmo modo que as colônias portuguesas nos Estados Unidos, por serem constituídas, na época, por boa parte de açorianos, explicam porque jornais dos Açores circulavam naquele país.

Vamos a mais alguns exemplos: pretende-se que a prática de entrega de brindes, por parte dos jornais, ou a divulgação de colecionáveis, ocorram apenas a partir dos anos 1970, tanto em Portugal, quanto no Brasil. Isso, contudo, é um engano, como já evidenciamos em anterior estudo: os jornais que publicavam folhetins, em Paris, por exemplo, e que possuíam gráficas próprias, costumavam transformar os folhetins em volumes encadernados, aos quais acrescentavam gravuras dos artistas mais famosos da época. O assinante podia trocar os folhetins colecionados por um desses volumes (Hohlfeldt, 2008). Os periódicos de Moçambique e de Angola não deixaram de desenvolver a mesma prática.

Também não é raro encontrarmos um anúncio promocional, em jornais de Moçambique, por exemplo, em que se insta o leitor a adquirir os produtos daquela

empresa que costuma anunciar no periódico. Promovem-se, igualmente, concursos patrocinados pelo jornal, entre seus leitores, propiciando brindes aos que renovassem assinaturas ou alcançassem novos assinantes para a publicação. Por fim, nem mesmo a prática do chamado jornalismo interativo e/ou colaborativo, em que o jornal publica artigos ou fotos de seus assinantes, era desconhecida do jornalismo do final do século XIX ou dos primórdios do século XX, nas antigas colônias: encontramos muitos jornais que, após o advento do clichê, apelam a seus leitores para que enviem fotografias de suas aldeias, para serem divulgadas no periódico, mostrando, assim, as belezas e o desenvolvimento alcançado pelas colônias...

Pretendemos, com essas ponderações, ter evidenciado a importância do conhecimento da história das mídias – com destaque, no nosso caso, para a imprensa periódica – no tempo presente. Por exemplo, examinar a introdução da tecnologia nas casas norte-americanas, pelas páginas da Seleções do Reader's Digest ou, no caso do Brasil, da Revista do Globo, de Porto Alegre, que circulou a partir de 1928: é interessante acompanharmos a publicidade dessas revistas, o que permite uma magnífica análise da urbanização e da tecnologização do lar ao longo das décadas (McLuhan, 1951)⁶.

Possibilidades de pesquisa histórica

Avancemos o segundo ponto sob esta mesma perspectiva. Se, até aqui, examinamos a necessidade, refletimos agora sobre as possibilidades. No caso da imprensa jornalística, o pesquisador depende fundamentalmente de museus e arquivos, sejam eles privados ou públicos. Podem ser a Biblioteca Nacional, do Brasil; a Biblioteca Pública Municipal do Porto ou a Bibliothèque Nationale, da França; ou também instituições mais regionais, como o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, pertencente ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, ou a Hemeroteca Municipal de Lisboa, integrada à Câmara Municipal de Lisboa. O tempo, contudo, é o maior inimigo desses arquivos, porque o papel sempre corre sérios riscos: sua qualidade, no século XIX, como nos princípios do século XX, não era tão boa: o papel escurece, esfarela-se, etc. No caso dos jornais

6 Voltamos mais uma vez a Marshall McLuhan. O livro *The mechanical bride*, de sua autoria, infelizmente ainda inédito no Brasil, propunha, justamente, a leitura da publicidade norte-americana, divulgada em revistas e jornais, para entender o *American way of life*.

coloniais africanos, tem-se a questão do transporte: o papel vinha da metrópole, o jornal era enviado para a metrópole. Tudo isso, sempre em navios, enfrentando a maresia.

Depois, temos as condições de armazenamento, critérios de organização, possibilidades de manipulação e consulta, etc. Muitos periódicos que consultamos, quer em Porto Alegre, quer no Porto⁷, hoje já se encontram retirados e levados para espaços de UTI documental, como dizemos.

No que toca ao cinema, como o rádio e a televisão, enfrentamos a necessidade de um armazenamento muito mais complexo, sobretudo quanto a materiais mais antigos. No caso do cinema, os negativos ou os positivos eram feitos de materiais altamente combustíveis. Muitas coleções se perderam tomadas pelo fogo, gerado por algum descuido ou simplesmente por autocombustão. No caso do rádio, haveria que se guardar as gravações dos programas, o que raramente foi lembrado⁸. O mesmo ocorria com a televisão que, pelos mesmos motivos, perdeu muito de seu acervo original. O advento do vídeo, neste sentido, ajudou muito, quer porque naturalmente já se constituía em uma gravação que podia ser multiplicada infinitamente, quanto facilitava a confecção, separação e guarda de uma cópia. Assim mesmo, haveria que se ter uma política específica a respeito disso⁹.

A Internet, neste sentido, e as novas tecnologias a ela associadas, como aquelas que possibilitam a digitalização, guarda, transporte e envio de arquivos, levou a um imenso salto e a uma facilitação segura para o trabalho de pesquisa e de historiografia. Boa parte dos arquivos de jornais, filmes, programas televisivos ou de rádio, começaram a ser digitalizados, multiplicando-se as cópias e, sobretudo, evitando-se que o documento original precise ser consultado diretamente, já que,

7 Refiro-me ao simpático e eficiente acesso que tive ao acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, cuja direção facilitou-me sobremodo as pesquisas que desenvolvi.

8 Por incrível que pareça, neste sentido, os períodos ditatoriais, enfrentados tanto pelo Brasil como por Portugal, às vezes ajudaram à salvação desta história, pois as autoridades exigiam gravações dos programas apresentados para análise antecipada ou *a posteriori*, parte dos quais acabou guardada.

9 A própria TV Globo, no Brasil, não possuía nenhuma política de guarda de seu acervo. Só recentemente, há cerca de uma década, e graças ao relacionamento crescente com as universidades, é que a emissora decidiu-se por gravar e guardar tudo, passando a constituir seu memorial. Na Cidade Cenográfica que a emissora mantém, próxima do Rio de Janeiro, organizou-se um extraordinário acervo, que se mescla com a central de figurinos e a central de produção técnica da emissora, onde se experimentam novos materiais ou se podem reutilizar materiais, mediante novas estilizações.

em geral, o estudo pode ser feito a partir da cópia digitalizada. Neste sentido, as instituições, tanto aquelas antes mencionadas, quanto outras muitas, criaram programas específicos e excelentes de digitalização e constituição de acervos digitais, o que permite ao interessado acessar qualquer documento, até mesmo desde sua casa, sem ter necessidade de fazer-se presente fisicamente na instituição. Temos experiências concretas a respeito disso: quando preparávamos a tese de doutorado sobre romances-folhetins na imprensa de Porto Alegre, passamos quase dois anos manipulando jornais, na sede do Museu de Comunicação Social. Mais adiante, conseguimos uma licença especial para levar os periódicos para casa, onde montamos verdadeira oficina para consumir a pesquisa. Do mesmo modo, quando estudamos na Biblioteca Pública Municipal do Porto, precisávamos ali estar presentes diariamente para, com o auxílio dos funcionários da instituição, deslocar os volumes das valiosas coleções até a mesa que nos fora destinada, dia a dia, ao longo de meses.

Recentemente, porém, quando precisamos consultar um jornal português, entramos no sítio da Hemeroteca Municipal de Lisboa e em alguns minutos acessamos o periódico procurado. Atualizando-nos com os procedimentos da instituição, logo tínhamos os exemplares procurados à disposição, sem sujar mãos, sem importunar funcionários, sem depender da condição qualitativa do material. Por isso mesmo, quando regressamos de nosso estágio de Pós-doutorado no Porto, decidimos criar um sítio capaz de publicizar digitalizações e postagens de periódicos, o que se concretizou no endereço www.pucrs.br/famecos/nupecc, onde já temos, disponibilizados, centenas de exemplares de jornais *alternativos*¹⁰, da época da ditadura brasileira posterior a 1964. Aí também se encontram as primeiras edições de jornais das antigas colônias de expressão portuguesa, do mesmo modo que disponibilizamos a coleção da primeira (e única) revista sobre televisão, publicada no Rio Grande do Sul, a TV Sul Programas¹¹. Outro projeto

10 Jornais quase sempre tablóides, com conotação de resistência à ditadura, alguns nitidamente ideológicos e/ou partidários, outros culturais, que dependiam exclusivamente de assinaturas e circulavam fora das bancas de venda tradicional. No momento, estamos digitalizando *Movimento e Opinião*; já digitalizamos *Pato macho* e estamos iniciando a digitalização do *Coojornal*.

11 Enquanto a televisão brasileira permaneceu regionalizada, também era possível ter revistas regionalizadas. No entanto, com o surgimento do videotape, as emissoras televisivas criaram as grades nacionais de programação e, com isso, o noticiário televisivo centrou-se em São Paulo ou no Rio de Janeiro, desaparecendo as revistas regionais, como a TV Sul Programas, na medida em que praticamente desapareceram os programas produzidos regionalmente, confinados a pequeníssimos espaços obrigados por lei.

em implantação, neste momento, é sobre os suplementos literários de jornais brasileiros e a crítica literária de rodapé.

Em resumo, as novas tecnologias facilitaram profundamente a pesquisa e a documentação histórica das mídias, o que deve dar alento a eventuais interessados. Diminuiu-se a necessidade do deslocamento físico (por exemplo, o Museu da Imprensa do Porto tem um acervo físico extraordinário que vale a pena ser visitado, mas também pode ser acessado digitalmente, como já o temos feito tantas e tantas vezes).

A necessidade da pesquisa histórica lusófona

Chegamos ao ponto final desta reflexão, na verdade, aquela que é a principal, porque a motivou.

Tomemos os principais livros de história da comunicação, oriundos dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, etc. O que encontramos aí? Uma perspectiva eurocêntrica excludente: fala-se do século XVIII inglês; da Revolução Francesa e de sua influência sobre a prática do pasquim; registram-se as descobertas de Gutenberg e outros tantos inventores, nos atuais territórios germânicos; discute-se polêmica e profundamente as primeiras folhas e *gazetas*...

O que aparece, nestes livros, a respeito da mídia e especialmente do jornalismo desenvolvido em Portugal, Espanha, Brasil ou colônias de Espanha e de Portugal? Tem-se um bom exemplo no livro de Alejandro Pizarroso Quintero, *História da imprensa* (Quintero, 1994). Para se garantir um capítulo dedicado a Portugal, a editora Planeta, que traduziu a obra original, convidou um pesquisador português para o fazer, no caso, Nuno Rocha. E este era um livro escrito e publicado originalmente na Espanha!!! Ora, o que esperar das demais obras? Sobre as antigas colônias de ambos os países, nem uma palavra.

Voltemos ao que dizíamos ao abrir este texto: nem os livros portugueses, nem os livros brasileiros falam das histórias de uns ou outros, e muito menos das antigas colônias... ou seja, está tudo por fazer e para fazer. Foi essa constatação que nos incentivou a iniciar este trabalho. À medida em que avançamos as pesquisas e as reflexões que delas nascem, mais fica evidente a necessidade de se constituírem grupos internacionais para pesquisar e estabelecer relações que redundem na concretização, não apenas de uma historiografia comum, quanto numa sua divulgação, porque, em última análise, de nada adianta produzirmos

nossos estudos, se eles não chegarem a ser conhecidos. Por exemplo, valorizar o fato de que ainda temos um jornal escrito em português em Macau... e diário!... Mas o quanto sobrou da herança lusófona em Goa, cuja imprensa, em seu desenvolvimento, tem uma forte presença portuguesa em seus primeiros séculos (lembramos que o governo português admitiu prelos em Goa, levados pelos jesuítas, ainda no século XVI...).

Esta é uma das tarefas e dos desafios da Confibercom, conforme já temos discutido, por exemplo, no encontro ocorrido no CIESPAL, há cinco anos. Aliás, esta foi uma colocação que também fizemos no primeiro encontro da entidade, na Universidade de São Paulo (2011), quando chamamos a atenção para o fato de que não nos lemos: portugueses não lêem espanhóis e brasileiros não lêem latino-americanos; portugueses pouco conhecem os pesquisadores brasileiros e estes quase nada sabem dos pesquisadores africanos. Há esforços quase infinitos que precisam ser feitos, sem o quê não desconhecemos apenas a história das mídias, em nossas terras, quanto não conseguiremos jamais contextualizá-la e relacioná-la com outras histórias. Temos defendido que, por etapas, precisamos a) conhecer a história das mídias tal como ela se desenvolveu no Brasil; b) conhecer a história das mídias tal como ela correu em Portugal e nas antigas colônias; c) aproximar esta história lusófona de uma história ibérica, cotejando a história de Espanha e das colônias de Espanha; d) aproximar esta história ibero-americano-africano-asiática da história europeia em geral e, enfim, da história das mídias, nas antigas treze colônias da América do norte e, depois, nos Estados Unidos, a partir do século XVIII. Não deveremos esquecer, igualmente, o continente asiático ou o longínquo leste europeu (referimo-nos especialmente à Rússia e a seus antigos territórios). Também precisaremos levar em conta as antigas civilizações americanas, quer do norte, do centro ou do sul. E a história das mídias do chamado quinto continente: encontraremos surpresas que vão evidenciar que os conceitos de jornalismo e de mídia, de modo geral, são muito mais universais do que poderíamos supor. Mas, sobretudo, este projeto deve nos ajudar a entender que não temos história inferior ou superior à de outras civilizações, mas que, pelo contrário, vivemos os mesmos processos, ainda que, às vezes, mais distanciados temporalmente, se bem que, sob outros aspectos, poderemos nos ter antecipado a eles. Lembremos, neste sentido, as antigas e pioneiras *relações* de Manuel Severim de Faria, tão bem estudadas por Jorge Pedro Sousa (2007). Ou aproximemos os sermões medievais da prática dos romances de cordel: uns no âmbito da Igreja, outros no amplo espaço do adro religioso, cada um a seu jeito, promovendo certa informação jornalística, direta ou

indiretamente, a partir do que podemos concluir que as práticas informacionais e comunicacionais são muito mais constantes do que possa parecer.

Enfim, entusiasmano-nos com o que se vem realizando no Brasil e em Portugal e, mais recentemente, em Moçambique ou em Cabo Verde, por exemplo, e temos esperanças de que espaços de encontro, como aqueles que podemos realizar no quadro da Confederação Ibero-americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom), são valiosíssimos momentos para este tipo de reflexão que, de seu lado, podem propiciar ações e políticas objetivas que mudem a atual situação, de distância e desconhecimento¹².

Referências bibliográficas

- BARBOSA, M. (2007). *História cultural da imprensa – Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad.
- BARBOSA, M. (2010). *História cultural da imprensa – Brasil (1800-1900)*. Rio de Janeiro: Mauad.
- BARBOSA, M. (2013). *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- BIANCO, N. D. (2005). O tambor tribal de McLuhan. In E. Meditsch, *Teorias do rádio*. Vol. 1. Florianópolis: Insular.
- DARNTON, R. (2005). *Os dentes falsos de George Washington: Um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FLORES, G. B. (2015). *Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

12 Um bom contributo para alterar o profundo desconhecimento que existe entre as comunidades científicas de Ciências da Comunicação dos países do espaço ibero-americano, é aquele que nos é dado em *Comunicação Ibero-americana: Sistemas Midiáticos, Diversidade Cultural, Pesquisa e Pós-Graduação*, livro editado em 2012, por Margarida Kunsch e José Marques de Melo. Esta obra reúne os principais trabalhos, apresentados ao I Congresso da Confibercom, realizado em São Paulo, em 2011 (Kunsch & Melo, Eds., 2012). Ver, também, *Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização* (Martins & Oliveira, Eds., 2014). Trata-se do Livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana, realizado em Braga, em 2014. Por outro lado, e cingindo-se, estritamente, ao espaço lusófono, mas com o propósito idêntico de desenvolver dinâmicas que permitam ultrapassar a atual situação de desconhecimento entre os países que têm o português como língua oficial, Moisés de Lemos Martins editou, em 2015, *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Ver, também, *Interfaces da Lusofonia* (Martins et alii, Eds., 2014). Esta obra reúne os trabalhos apresentados à Conferência Interfaces da Lusofonia, realizada em Braga, em 2013.

- HOHLFELDT, A. (2008). *Deus escreve certo por linhas tortas, Os romances-folhetins nos jornais de Porto Alegre (1850-1900)*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- KUNSCH, M. & Melo, J. M. (Eds.) (2012). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- MARTINS, M. L. (Ed.) (2015). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Famalicão: Húmus. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MARTINS, M. L., et alii (2014). *Interfaces da Lusofonia*. Atas da Conferência “Interfaces da Lusofonia” – 4-6 de julho de 2013. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/29765>.
- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (2014). *Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização*. Livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana. 13-16 de abril de 2014. Braga: Confibercom / Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/33031>.
- MC LUHAN, M. (1951). *The mechanical bride: Folklore of industrial man*. New York: Vanguard Press.
- MC LUHAN, M. (1974[1964]). *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix.
- MELO, J. M. (Eds.) (2010). *Enciclopédia INTERCOM de comunicação*. São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
- MELO, J. M. (2003). *História social da imprensa: Fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- QUINTERO, A. P. (1994). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta.
- SANTAELLA, L. (1992). *A cultura das mídias*. São Paulo: Razão Social.
- SODRÉ, N. W. (2011 [1966]). *História da imprensa no Brasil*. Porto Alegre-São Paulo: EDIPUCRS/Intercom.
- SOUSA, J. P. (2007). *A gênese do jornalismo lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628)*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- TENGARRINHA, J. (2013 [1989]). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho.

AS RAÍZES PRÉ- E PÓS-COLONIAIS DO MERCADO REGIONAL LATINO-AMERICANO DE TELEVISÃO*

Joe Straubhaar**

John Sinclair***

Resumo

Este estudo reflete sobre o modo como diversos aspetos das culturas pré-coloniais, sob o impacto da expansão portuguesa e espanhola e de quase duzentos anos de experiência pós-colonial, compartilhada entre colonizadores e colonizados, conformaram um diferente padrão de desenvolvimento das indústrias televisivas latino-americanas. Este capítulo centra-se nos contributos das culturas pré-colombianas para a linguagem e a geocultura, que ainda atravessam as fronteiras nacionais na América Latina, enquadrando espaços culturais e mercados. Neste estudo também são analisadas as relações da era colonial entre a Igreja Católica e os impérios, português e espanhol, na definição de fronteiras linguísticas, que continuam a separar o Brasil da restante América Latina, afetando os fluxos televisivos contemporâneos, os processos de hibridismo cultural e os padrões comerciais. Tendo a sua origem no período colonial, tais padrões foram-se estabilizando com o tempo, para o

* Traduzido do inglês por Moisés de Lemos Martins.

** Doutorado em Comunicação Internacional pela Universidade de Tufts (EUA), em 1981, é docente no Departamento de Rádio, Televisão e Cinema, da Universidade de Texas, Austin, nos EUA. Entre 2003 e 2006 foi diretor do Centro de Estudos Brasileiros no Instituto Long Lozano de Estudos da América Latina. Para além da docência, investiga a globalização dos média, os ritmos de apropriação digital e as políticas de programação da televisão nos países ibero-americanos. Publicou, entre outras obras, *Media Now: Understanding Media, Culture, and Technology* (2015), em coautoria com Robert LaRose; e *World Television: From Global to Local* (2007).
E-mail: jdstraubhaar@gmail.com.

*** Doutorado em Filosofia pela Universidade La Trobe (Austrália), em 1984, estuda a globalização dos média, com referências particulares à televisão, à publicidade e aos impactos da cultura no desenvolvimento das indústrias culturais na América Latina e na Ásia. Entre outros livros, publicou, em 2013, *Latin American Television Industries*, com Joseph Straubhaar, (British Film Institute/Palgrave Macmillan); em 2012, *Advertising, the Media and Globalisation: a World in Motion* (Routledge); e em 2000, *Televisión: Comunicación Global y Regionalización* (Gedisa). Atualmente, é Professor Emérito da Universidade de Melbourne, onde continua a orientar projetos científicos.
E-mail: j.sinclair@unimelb.edu.au.

que contaram com a experiência colonial, depois com a experiência pós-colonial, e ainda, com processos políticos, mais recentes, como é o caso do populismo, que configuram a Península Ibérica e a América Latina. Atravessando fronteiras, interagindo com os Estados, assumindo determinadas formas industriais e dando origem a conteúdos específicos, os sistemas de televisão latino-americanos são modelados por estas condicionantes.

É nosso intuito, neste estudo, interrogar os atuais espaços e mercados televisivos, que são, ao mesmo tempo, não apenas regionais e transnacionais, como também, geolinguísticos e linguístico-culturais. O nosso ponto de vista é baseado, parcialmente, num entendimento que remete os média regionais modernos para as origens da expansão europeia, e mesmo para tempos anteriores (Kraidy & Al-Ghazzi, 2013; Straubhaar, 2007).

Palavras-chave: colonialismo; mercado; América Latina; televisão; cultura; identidade transnacional

Introdução

Existe um movimento emergente tendente a enquadrar as raízes dos atuais espaços e mercados televisivos, regionais, transnacionais, linguístico-culturais e geolinguísticos, nas raízes de velhos impérios (Straubhaar, 2007; Kraidy & Al-Ghazzi 2013). Impérios como os da China, os califados islâmicos de língua árabe, o turco, o francês, o britânico, o russo e outros, deixaram, todos eles, visíveis influências linguísticas, culturais e geográfico-espaciais, que marcaram as nações que deles emergiram. Tais influências lançaram também as bases dos espaços mediáticos e televisivos, pós-nacionais ou transnacionais, que surgiram na passagem do século XX para o século XXI. Os antigos impérios afetaram, quer estas nações pós-coloniais, quer as regiões geoculturais e geolinguísticas por eles formadas (em contiguidade geográfica com o mundo árabe, o Extremo-Oriente, a África francófona, a norte, e a América Latina, no ocidente do continente americano, bem como espaços e mercados linguístico-culturais dispersos, como sejam os mundos anglófono e lusófono, que se espalham por vários continentes.

A América Latina reflete cinco séculos de oposição entre as forças e as influências nacionais e locais *versus* as forças e as influências transnacionais, no plano militar e da conquista, como na religião e na cultura, na economia e, atualmente, na televisão. Na América latina, os Estados-nações superaram essas heranças coloniais, a partir dos movimentos de independência, iniciados no princípio do século XIX, nunca muito depois, em parte sob a influência da guerra de independência

nos Estados Unidos. Uma série de guerras anticoloniais e independentistas gerou uma variedade de unidades geográficas, algumas das quais com aspirações regionais mais vastas do que as atuais nações latino-americanas. Contudo, uma viragem para os nacionalismos e para nações mais pequenas e mais coerentes segmentou a(s) região(ões) inicial(ais) latino-americana(s). O nosso argumento é que, apesar disso, diversos laços regionais e comunitários permaneceram, definindo os contornos dos atuais mercados televisivos regionais e sub-regionais na América Latina.

Muita desta experiência pós-colonial da América Latina tomou forma no século XIX e princípios do século XX, em parte com o concurso de outros poderes transnacionais emergentes, como o britânico e o dos Estados Unidos e respetivos interesses políticos e comerciais, que entraram, após as independências, em muitas nações latino-americanas, oferecendo investimento, consultadoria, tecnologia e modelos de formas económicas e culturais como sejam as redes comerciais de teledifusão. Este processo gerou uma gama interessante de formas nacionais de difusão, que tende a ser vista, não apenas através das lentes estruturais da dependência e da dominação, pelas indústrias culturais e pelo imperialismo cultural, mas também pelo prisma do agenciamento cultural, do hibridismo de gentes e culturas, e da emergência de poderosas formas ou géneros televisivos híbridos, como a “novela”. Assim, a América Latina é um excelente posto de observação, de quase dois séculos, de inter-relação entre processos pós-coloniais, Estados-nações e média nacionais, bem como da emergência de forças transnacionais, que desafiam, a partir de cima, esses mesmos sistemas televisivos estatais e nacionais. Desse modo, olharemos, primeiro, para a configuração colonial da América Latina; em seguida, para as influências transnacionais e pós-coloniais, que a desenharam, enquanto região geolinguística e geocultural; observaremos, ainda, como irromperam, dessas influências, formas nacionais de televisão; não deixaremos de atender, igualmente, à interação de ambos com a influência global e transnacional dos Estados Unidos; assim como atenderemos a tudo o mais que ascendeu, *per se*, na região, sobretudo enquanto espaço linguístico alargado ibero-americano, que tem vindo a ser analiticamente discutido e ativamente promovido, a partir de diferentes impulsos, particularmente de Espanha.

Um dos objetivos deste estudo é refletir sobre conceitos teóricos, como por exemplo, as regiões geolinguísticas e geoculturais¹. Um outro objetivo consiste em

1 Também neste sentido, ver Martins & Oliveira (Eds.) (2014), *Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização. Livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana*. Por outro lado, cingindo-se ao espaço lusófono, também investigadores portugueses

considerar elementos e processos-chave, que intervieram na construção de tais regiões: línguas e culturas pré-coloniais, experiências coloniais, atores e processos de independência, processos e decisões pós-coloniais, construção nacional e mídia, exportações e fluxos mediáticos, esforços regionais para a criação de mídia regionais ou transnacionais, bem como os esforços pelas antigas potências coloniais, para reenquadrarem esses espaços e mercados mediáticos.

Influências pré-coloniais

Alguns estudos recentes têm procurado argumentar que tanto os impérios mais antigos (como o chinês), como outros mais modernos e recentes (p. ex., o espanhol), influenciaram decididamente a televisão e outros mídia regionais (Straubhaar & Sinclair, 2014). No caso latino-americano, consideraremos três estratos imperais. Em primeiro lugar, os antigos impérios pré-colombianos, dos Astecas, dos Maias e dos Incas. Seguem-se os primeiros impérios modernos, como o espanhol e o português. E, por fim, a recente zona de influência comercial, política e militar dos Estados Unidos, aqui considerando o papel diretamente neoimperial, desempenhado por Cuba, Porto Rico e partes do Panamá. Esta geologia histórica dos impérios é importante para caracterizar a atual América Latina. Ela criou formas linguísticas, religiosas, étnicas, geo-espaciais, artístico-culturais e organizacionais e institucionais persistentes, que se mesclam ou hibridam, com movimentos subsequentes, que enformam a televisão latino-americana.

Os vestígios dos impérios pré-colombianos tornam-se mais visíveis por toda a América Latina, enquanto parte de uma cultura popular híbrida (Canlini, 1982), abaixo descrita, que enformam fortemente os mídia modernos, como a televisão. Todavia, em certas sub-regiões latino-americanas, particularmente as nações andinas da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, e talvez Chile e Venezuela, a cultura e a cozinha, as tradições estéticas e as línguas quéchua e aimará permanecem culturalmente unidas, em alguma medida, por influência do império Inca (Collier, Rosaldo & Wirth, 1982). De um modo similar, a zona sudoeste do México,

têm refletido, em muitos estudos, sobre os conceitos de região geolinguística, região geocultural e identidade transcultural. Moisés de Lemos Martins, por exemplo, fá-lo no quadro da distinção que estabelece entre “globalização cosmopolita” e “globalização multicultural”. Veja-se, por exemplo Martins (2006, 2011, 2014, 2015). Consultar, ainda, neste sentido: Martins *et alii*, 2014; e Martins, Sousa & Cabecinhas (2006, 2007).

Guatemala e Belize continuam a ser fortemente influenciadas por elementos da cultura maia (Morley, 1994). Como esta no sul, a cultura asteca gerou um sentido de identidade regional muito forte em partes do México (Collier *et al.*, 1982). Na realidade, até algumas culturas conquistadas pelos Astecas, como os Toltecas, continuam a influenciar culturas regionais no interior do México. Todavia, a produção televisiva é ainda largamente realizada na América Latina, em termos nacionais, a despeito de algumas incursões a nível regional e local, dependendo dos países. Desse modo, a televisão comercial de âmbito nacional é, por vezes, vista como inimiga das culturas e línguas locais tradicionais (Ginsburg, 1991), de raiz pré-colombiana, provocando a erosão do número de falantes das línguas tradicionais, através da promoção do espanhol e do português (Straubhaar, 2007). No entanto, as formas do vídeo alternativo, bem como das redes mediáticas via-Internet têm sido vistas pelos antropólogos e outros estudiosos como estando a organizar e a promover a sobrevivência das comunidades indígenas (Turner, 1992; Warren & Jackson, 2002).

Origens coloniais

A América Latina foi criada pelas expansões imperiais, espanhola e portuguesa, a primeira iniciada em 1492, quando Colombo aportou a terras que fazem hoje parte da República Dominicana, e a segunda começada em 1500, quando Cabral chegou ao Brasil. E se, originariamente, a expansão europeia procurava as rotas comerciais para a Índia e ilhas do Sudoeste asiático, produtoras de especiarias, depressa se orientou para a busca de ouro e para matérias-primas valiosas, como o pau-Brasil, e culturas em expansão, como a cana-de-açúcar, que requeriam um processo de colonização como aquele que abaixo se descreve.

São muitas as influências transnacionais ou os legados institucionais e culturais que datam desta herança colonial e que ainda hoje dão forma à América Latina. Uma delas é a estrutura linguística, que Espanha e Portugal, e também a Igreja Católica, transportaram para estas paragens. Uma outra influência é a forma, especificamente latino-americana do hibridismo, que assenta em vários aspetos: na miscigenação entre conquistadores ibéricos, povos indígenas e escravos africanos; também na mistura, injuntiva ou voluntária, de religiões europeias, indígenas e africanas; e ainda, em mesclas similares de cultura, arte e música populares. Estes vários aspetos alimentaram o hibridismo observável na estrutura, forma

e conteúdo da televisão latino-americana. Existe, ainda, uma outra influência, especificamente estrutural, que consiste no modo como a tradição corporativa e empresarial ibérica impregnou as instituições de mídia e difusão latino-americanas, antes mesmo das pesadas influências oriundas dos Estados Unidos. Finalmente, um último elemento é a forma de governação populista, seguindo as suas correspondentes tradições ibéricas, de uso dos média por líderes autoritários, em especial dos meios de teledifusão, primeiro da rádio e depois da televisão, entre outras ferramentas de mobilização das classes populares, ou das massas, em apoio dos seus regimes.

As línguas da América Latina

Arbitrando a expansão dos impérios coloniais, espanhol e português, a Igreja Católica criou alguns dos enquadramentos linguísticos e culturais dos média modernos latino-americanos. Para a Igreja, era importante minimizar os conflitos entre aqueles dois impérios católicos. Assim, muito cedo na colonização, em 1494, o Papa Alexandre VI, de origem espanhola, negociou o Tratado das Tordesilhas, que dividia a América Latina em zonas de conquista, portuguesa e espanhola. A linha divisória foi negociada várias vezes, a partir de 1700, para ajustar as linhas divisórias da ocupação portuguesa do Brasil, sendo o resultado final surpreendentemente satisfatório, no estabelecimento das linhas fundamentais de separação entre a América Latina, de fala espanhola, e o Brasil, luso-falante. O reforço destas linhas de separação linguística, assegurando que o povo deste lado da fronteira fala português e o povo do lado imediatamente contíguo da fronteira fala espanhol (ou vice-versa), tornou-se um dos grandes princípios-guia para as políticas de televisão e telecomunicações no século XX, particularmente no Brasil, mas também nos seus vizinhos, como a Argentina e o Uruguai. Cada uma dessas nações contou com a televisão nacional para reforçar a língua do país, pelo que investiram fortemente em infraestruturas de telecomunicação, subsídio televisivo e publicidade governamental, para o garantir (Mattos 1982, 1984).

‘O perfeito instrumento imperial’

A História regista que quando, em 1492, o académico Antonio de Nebrija presenteou com a sua gramática do castelhano a rainha Isabel, a língua que nós hoje conhecemos como o ‘espanhol’ e como a primeira de todas as línguas europeias modernas, a rainha inquiriu-o acerca da utilidade de um tal trabalho. “A língua”, respondeu ele, “é o perfeito instrumento do império” (Williamson, 1992, p. 62). Em relação a todas as outras línguas, então faladas na Península Ibérica, o castelhano era a língua do poder, não apenas enquanto ferramenta a partir da qual poderia construir-se uma língua nacional impressa, passível de ser standardizada, assim criando uma “comunidade imaginada” em Espanha, mas como a língua da administração de um vasto império. Benedict Anderson (1983, pp. 45-46) sublinha o facto de que todas as novas nações estabelecidas na era das independências, quer fossem falantes de espanhol, português ou inglês, constituíam “Estados crioulos”, com os indivíduos nascidos sob o colonialismo a partilharem a mesma herança linguística e cultural das metrópoles, de que todavia tinham de libertar-se. Apesar de os Estados-Nações das Américas terem sido as primeiras nações independentes do seu tipo, constituindo modelos para um mundo pós-colonial, a dominação pelas línguas coloniais assegurou a existência de uma “língua de Estado”, standardizada e comum às unidades administrativas coloniais, sobre as quais as novas nações haveriam de basear-se.

Com a exceção maior do Brasil e as mais residuais de Belize e das Guianas, o espanhol é a língua não apenas de todas as outras nações continentais, a sul dos Estados Unidos, de Tijuana à Tierra del Fuego, mas de toda a região. Também aqui, o espanhol era a língua do poder. Anderson sublinha que a linguagem da elite crioula, que aumentou progressivamente em número, por via de décadas de imigração, fosse ela colonizada, ou então colonizadora, a identificava mais com os seus amos coloniais do que com os nativos ou escravos, sobre os quais exercia a dominação (Anderson, 1991, pp. 47-65). A este respeito, existiu sempre cumplicidade na difusão e manutenção da língua do poder colonial sobre a região, suprimindo as línguas nativas (nahuatl, quéchua e guarani, para nomear apenas algumas das maiores), assim como as dos escravos, trazidos de África para as plantações. Um processo idêntico ocorreu, relativamente ao português no Brasil. Por consequência, relativamente a outros continentes pós-coloniais, como são os casos de Ásia e África, a América Latina patenteia uma incomparável homogeneidade linguística, na maior parte das vezes instituída como primeira

língua e, no mínimo dos mínimos, como língua franca, constituindo um idioma comum entre os povos nativos. Até as diferenças entre o português e o espanhol não são tão grandes quanto as existentes entre as diferentes línguas da maioria dos países vizinhos na Ásia ou na África. Ainda assim, esta homogeneidade não deve ser sobrestimada, porquanto ela aparece temperada por certas forças de heterogeneidade.

Em primeiro lugar, conhecemos as variações nacionais no inglês, por vezes consideráveis, como as existentes entre o inglês britânico, o americano, o australiano ou o indiano, e até as suas variações regionais no interior de uma só nação, como as que se verificam entre o inglês falado em Nova Iorque e o falado em Atlanta ou Los Angeles. Variações vocabulares, gramaticais, bem como de pronúncia e sotaque, algumas das quais são particularmente difíceis de entender, ou então são portadoras de *status* negativo, podem também ser encontradas entre os hispano-falantes, bem como nos luso-falantes ou no mundo lusófono. Ainda assim, pelo mundo inteiro, os falantes de inglês conseguem entender-se entre si o que faz do inglês a principal região geolinguística ou o primeiro espaço cultural-linguístico transnacional, constituindo a base para o seu desenvolvimento enquanto mercado global de televisão. As similitudes linguísticas também desempenharam um papel importante na região geolinguística hispano-falante na América Latina, bem como no espaço ou mercado transnacional, cultural e linguístico, disseminado pela África, Europa e América Latina. Além disso, é creditado um reconhecimento oficial na América Latina, relativamente às diferenças históricas de linguagem e cultura, preservando as combinações e adaptações culturais que ocorreram no decurso do processo de formação das nações.

O padrão latino-americano de hibridismo

Como observa Stuart Hall, “a hibridização começa em 1492, da mesma maneira que é nessa data que começa a globalização” (Hall, 1993, p. 54). No México, por exemplo, a hibridação conheceu a forma de celebração ideológica da *mestizaje*, a mistura biológica e cultural dos povos nativos pré-hispânicos com os conquistadores espanhóis, imigrantes e crioulos (Mignolo, 1995, p. 180). Ao mesmo tempo que se mantém uma real hierarquia racial, a cultura nacional mexicana é oficialmente mestiça, ou misturada, não sendo isso uma mera ideologia do governo nacional. No Brasil, de modo similar, foi necessário desenvolver uma

ideologia de integração étnica, tendo como base uma língua comum, dada a necessidade de construir a nacionalidade, assim como o seu significado, nos seus diversos Estados, que são territórios de grande vastidão, com povos de distintas histórias – os nativos da Amazónia, os escravos da Bahia, os imigrantes da Europa e, depois, do Japão. Atualmente, a língua portuguesa confere à nação uma visível unidade, enquanto a mitologia nacional fornece às elites brancas uma herança negra. Também neste caso, a ideologia da integração étnica não pode ser explicada como uma imposição das elites para controlo da construção de uma cultura nacional. Os movimentos intelectuais modernistas teorizaram o hibridismo e o sincretismo latino-americano no Brasil desde 1928, argumentando que a mistura cultural constituía uma força para os artistas brasileiros (Shohat, 1992, pp. 108-109), enquanto a mistura étnica foi celebrada por romancistas tão populares quanto Jorge Amado, que viu vários dos seus trabalhos adaptados ao cinema e à televisão. De facto, dada a diversidade cultural e a extensão geográfica do Brasil, vimos programas noticiosos e de entretenimento tornarem a televisão particularmente importante no processo de construção nacional. Este processo não descolou até aos anos 1960, momento em que o Brasil ainda podia ser descrito como “um arquipélago cultural formado por regiões geoeconómicas semiautónomas” (Marques de Melo, 1992, p. 1). No entanto, a partir do momento em que, no início dos anos 1970, a expansão das cadeias televisivas nacionais as levou a uma cobertura crescente do Brasil, acelerou rapidamente a construção de uma cultura nacional mais integrada (Straubhaar, 1982). Na frase memorável do estudioso de Colombo, Jesús Martín-Barbero, o que a televisão fez nesta fase no Brasil, quanto ao seu papel na construção nacional, foi transformar “a massa em povo e o povo em nação” (Martín-Barbero, 1993, p. 164). As questões de fusão cultural e de identidades nacionais tornaram-se uma das preocupações maiores entre os teóricos latino-americanos. O argentino Nestor García Canclini prefere o termo “hibridismo” a “mestiçagem”, para exprimir a grande multiplicidade de elementos culturais, não apenas de linguagem e etnicidade, que a idade da globalização traz consigo. Em seu entender, o hibridismo ocorre a todos os níveis, local, nacional e transnacional (Canclini, 1995, pp. 22-23). De modo similar, Martín-Barbero chama a atenção para o facto de na América Latina as duas línguas ibéricas comuns e as tradições culturais em presença fornecerem também um nível regional de identidade, ainda que a comercialização deste facto pela televisão e o seu papel na promoção de uma ‘sociedade de consumo’ estejam a enfraquecer o imaginário latino-americano (Martín-Barbero, 1993, p. 18).

Regiões geoculturais, áreas geolinguísticas e linguístico-culturais

Deixando de parte, por um momento, algumas das complexidades recenseadas por estes teóricos, quanto ao grau de fragmentação das identidades híbridas, mas retendo a noção dos seus diferentes níveis, podemos refletir sobre o modo como os espectadores podem relacionar-se de modos diversos com as programações televisivas oriundas de diferentes fontes. Por exemplo, ao nível local, os espectadores seguem as notícias locais e desportivas da sua cidade ou distrito, enquanto ao nível nacional encontram as programações noticiosas e de entretenimento em cadeia, produzidas no e para o mercado nacional. No âmbito transnacional, existem três níveis de fragmentação das identidades híbridas: por um lado, o nível região-mundo, ou região geocultural, no qual as telenovelas e outros programas de entretenimento, com origem nos maiores produtores latino-americanos, circulam numa área linguístico-cultural, que é também de proximidade cultural (Straubhaar, 1991); por outro, o nível linguístico-cultural transnacional, como a dos mundos anglófono ou lusófono, os quais, não sendo geograficamente próximos, partilham elementos profundos de proximidade cultural e linguística; e ainda, o nível global, que geralmente significa a subscrição de serviços como a CNN – integralmente em espanhol ou português. Deste modo, os espectadores de Lima, por exemplo, podem gostar de ver um encontro desportivo local, bem como o noticiário nacional, afirmando assim as suas identidades, respetivamente de habitantes de Lima, e também de peruanos. Contudo, o facto de assistirem a uma telenovela, argentina ou mexicana, remete-os para as similitudes que partilham com os países vizinhos na sua região (e talvez, também, das suas diferenças), enquanto, se passarem para as *Telenotícias* da CBS, ou virem um filme de Hollywood, dobrado em espanhol, podem sentir-se, sobretudo, como cidadãos privilegiados do mundo. Ao mesmo tempo, os espectadores de Lisboa, tanto podem assistir a programas locais e nacionais, como a programas de telenovelas brasileiras, ou então, a programas emitidos pela CNN ou pela HBO.

A questão é que mesmo que os espectadores noutras regiões do mundo tenham acesso a todos estes níveis, incluindo a região-mundo, só na América Latina (e talvez no mundo de fala árabe) os públicos de um conjunto amplo de nações estão habilitados, em virtude da sua herança linguística e cultural, mais ou menos comum, a terem acesso, enquanto género de uma “comunidade imaginada”, a uma escala regional-mundial, singularidade regional essa que os maiores

produtores televisivos não têm deixado de explorar. Estamos a falar, para além disso, não apenas de uma região geográfica, que inclui a América Central e do Sul, bem como as Caraíbas, de fala espanhola, mas de todo o conjunto de entidades geolinguísticas e linguístico-culturais, criadas pela colonização ibérica. Significa isto que as nações de Espanha e Portugal, elas próprias, e as antigas colónias portuguesas de África e da Ásia, têm de ser incluídas como parte da região em que os seus idiomas são falados. Nitidamente, existe uma procura para a programação local, nacional e regional, e a América Latina desenvolveu os seus próprios programas e géneros televisivos, que são populares a todos estes níveis. Contudo, é igualmente nítida a existência de um pequeno número de produtores, que foram capazes de explorar a vantagem estratégica de potenciar a semelhança, em detrimento da diferença e, desse modo, de construir, eles mesmos, posições hegemónicas na comercialização de similitudes culturais, nas suas respetivas regiões geolinguísticas e linguístico-culturais.

Colonialismo europeu e hibridação pós-colonial das culturas populares

O processo colonial trouxe conquistadores europeus, donos de plantações, exploradores de minas, clérigos, que com eles traziam, ou não, as respetivas famílias. Iniciaram a hibridação física da América Latina, na ponta da arma ou no fio da navalha, gerando descendência em ligações com os habitantes indígenas – muito frequentemente contra a vontade, transformando as mulheres indígenas em concubinas, escravas e serviçais. Acontecendo que muitos indígenas morriam, ou se deixavam morrer, portugueses e espanhóis incrementaram um colossal tráfico de escravos, a partir da costa africana, que substituíram os indígenas como serviçais. Este processo de miscigenação física, de pessoas, raças e etnias, gerou o processo hoje conhecido como *mestizaje*, ou *mestiçagem*, protótipo do paradigma dos estudos culturais latino-americanos sobre hibridação (Canclini, 1982, 1995; Kraidy, 2005).

Esta mistura de povos teve como processo correspondente a mistura religiosa entre o catolicismo europeu e as tradições indígenas e africanas e, mais tarde, o protestantismo europeu e norte-americano, com a sua galeria de santos, tradições, divindades, rituais e imaginários. Os antropólogos tendem a referir-se a esta mescla religiosa, *per se*, como sincretismo (Bastide, 1978), mas também

se evidenciaram outras dimensões no seio do padrão global do hibridismo cultural latino-americano (Canclini, 1995), que incluem combinações das culturas, europeia, indígena e afrodescendente, na música, nas artes visuais, decoração e *design*, na dança e nas festividades (Canclini, 1995). A partilha destas mesclas culturais criou amplos padrões regionais na cultura popular, que tornam, no presente, a televisão latino-americana culturalmente próxima e atrativa, ao longo das fronteiras das suas diferentes nações, dando origem, desse modo, a um dos primeiros mercados regionais de televisão². Simultaneamente, variações culturais diferenciadas desse hibridismo, que continuam a pautar de diversos modos as programações nacionais, tratam de reforçar e manter os públicos nacionais.

Diversos teóricos da globalização cultural sublinham, atualmente, que, ao longo do tempo e, em particular, percorrendo os ciclos longos, o resultado da interação cultural, ou globalização cultural, é o hibridismo (Kraidy, 2002; Pieterse, 2004). Contudo, nós pretendemos argumentar que amiúde, nos ciclos curtos, a experiência das pessoas que entrevistámos no Brasil, México e entre os hispânicos dos Estados Unidos, se exprime com maior frequência em termos de multiplicidade de experiências e identidades, do que em termos de hibridismo, *per se*. Um ponto de partida para esta reflexão é o exemplo dado por Stuart Hall sobre o modo como um jovem pode desejar sentir-se simultaneamente britânico, caribenho e negro, experimentando assim um sentido de multiplicidade identitária (Hall, 1993). O mesmo jovem pode igualmente ser visto pela sociedade nesses diferentes papéis, refletindo a ideia de que género, raça, classe, etc., constituem, sobretudo, posições relacionais, e não tanto qualidades essenciais (Maher & Tetreault, 1993). Com efeito, os múltiplos aspetos da identidade tanto são constituídos pela experiência grupal ou cultural, como pela posição social.

Os indivíduos podem crescer no seio de uma religião. No entanto, porque isso aconteceu voluntariamente, ou então pela força (como aconteceu na conquista da América Latina), podem ser conduzidas ou forçadas a aderir a outra religião. No curto prazo, os indivíduos inclinam-se para preservar aspetos de ambas as religiões nas suas mentes, quer dizer, práticas e sociabilidades familiares e comunitárias. Num prazo mais longo, esses elementos de diferentes religiões podem combinar-se ou mesclar-se, conforme o vemos descrito pela teoria do

2 Sobre os guiões (deste os anos 50), programas (desde aos anos 70) e formatos (desde 2000), consultar Straubhaar (1991, 2001) e Wilkinson (1995).

sincretismo. Podem ainda existir grandes variações entre pessoas envolvidas neste tipo de experiência. Em Salvador da Bahia, no Brasil, muitas comunidades religiosas afro-brasileiras (grupos de candomblé) misturam santos católicos com divindades iorubas, conhecidas por orixás (Bastide, 1978). Contudo, algumas comunidades, como o bem conhecido grupo Ilê Axê Opô Afonjá declararam estar a pôr de parte os santos católicos, outrora usados como capa de proteção relativamente ao exterior, para ocultar as divindades africanas que podiam ser reprováveis (Afonjá, 1999). Deste modo, podem desenvolver-se numa comunidade, com naturalidade, múltiplas capas de proteção, em vários sentidos. Podem ser criadas, estrategicamente, para facilitar a coexistência, ou mesmo a proteção de traços tradicionais de identidade, para proteger práticas que sejam desencorajadas, ou até perseguidas pelo exterior, caso não sejam protegidas por véus mais visíveis de identidade europeia, ou então, híbrida.

O hibridismo, a multiplicidade de posições e ações e a multiplicidades de identidades e formas culturais (ligadas às escolhas e aos usos dos média) coexistem habitualmente. Os indivíduos desenvolvem o que parecem ser múltiplos aspetos ou níveis identitários. No exemplo do Brasil, acima referido, os indivíduos podem encontrar-se ativamente envolvidos, tanto em formas de culto católico, como em formas afro-brasileiras, desenvolvendo simultaneamente diferentes identidades. Ao longo dos anos, os espectadores de televisão brasileiros identificaram-se nas entrevistas de Straubhaar como combinações de identidade de cidade (como sejam, carioca, do Rio, ou paulistano, de São Paulo), de identidade regional (bahiano, da Bahia), nacional (brasileiro), de classe (pobre, ou classe trabalhadora, etc.) e racial (branco, negro ou índio). Tudo isto encerra implicações diferentes nas escolhas dos espectadores de televisão. Por exemplo, as cadeias SBT e TV Record obtiveram um êxito considerável ao apontar para as classes trabalhadoras do Brasil, uma vez que a classe trabalhadora é marcadamente afrodescendente, ou mista. Este êxito, junto de um público duplo, compreende o acesso de mais negros ao ecrã do que sucedia nas estações mais fortemente dirigidas ao público branco de classe média-alta. Este resultado deve-se ao facto de classe e raça constituírem dois níveis identitários, que no Brasil frequentemente se sobrepõem, devido ao posicionamento da maioria do negros brasileiros entre as classes trabalhadora ou pobre (Telles, 2004).

As instituições mediáticas enquanto parte da tradição transnacional corporativa e clientelar ibérica

Com frequência, o corporativismo empresarial na América Latina é visto como herdeiro das tendências, italiana e ibérica, para a economia patrimonial e a política hierárquica, segundo as quais a sociedade é dividida entre as maiores organizações e opera por campos de atividade (Malloy, 1976). Tais organizações são usualmente privadas e compreendem grupos ou corporações empresariais regionais, ou então poderosas companhias de propriedade individual, de que são exemplo as estações de televisão. Podem também constituir poderes independentes, como no caso da Igreja Católica, que frequentemente viu com bons olhos este modo de organização empresarial, pois através dele a Igreja Católica viu-se reconhecida e tratada como parceira, desempenhando deste modo uma função na sociedade (Wiarda, 1978). Por vezes, estas organizações são licenciadas, estruturadas e controladas pelo Estado. É o caso das corporações ou grupos económicos oficiais, desenvolvidos em vários países latino-americanos, como o Brasil, a partir do modelo do fascismo italiano.

O corporativismo afirmou-se particularmente na década de 1930, quando homens fortes, em diversos países, de que são exemplos Perón na Argentina e Vargas no Brasil, tentaram desenvolver alternativas à democracia formal e ao capitalismo competitivo do Ocidente, inspirando-se nas formas fascistas das sociedades do sul da Europa (Itália, Portugal e Espanha), que promoviam a harmonização do trabalho e do capital com políticas autoritárias. Podemos dizer que, de diferentes maneiras, se tratou, então, de uma renovada onda de influência pós-colonial portuguesa e espanhola, que havia perdido muita da sua influência, económica e política, na América Latina, para o Reino Unido e os Estados Unidos, assim como muita da sua influência cultural, tanto para os Estados Unidos, como para a França. Wiarda destacou a utilidade desta análise para distinguir entre “corporativismo natural”, enquanto poderoso ingrediente histórico e político-cultural, que influencia ainda a política ibero-americana, e o “corporativismo expresso”, enquanto ideologia que se manifestou no período de entre guerras, “ressurgindo atualmente [1978] como instrumento de controlo dos movimentos de reivindicação laboral” (Wiarda, 1978, p. 310).

As formas de organização corporativa, como ligação do Governo às corporações empresariais socialmente poderosas, podem coexistir com formas democráticas de governação, na medida em que permitem conectar diretamente instituições

poderosas, como sejam a Igreja, as grandes companhias e os principais média, aos Governos centrais ou regionais, passando por cima da política eleitoral. Este dado pode ser entendido como uma explanação sistémica do desenvolvimento das relações entre os média e o Estado, num certo número de países latino-americanos. Com efeito, os média na América Latina tomaram, de um modo geral, a forma de propriedade privada, sendo muitas vezes impérios económicos familiares, sobretudo baseados na indústria mediática. Mas outras vezes, os média latino-americanos integraram conglomerados maiores, constituídos por diferentes *holdings* (Sinclair, 1999). A partir dos anos 30 do século passado, diversos líderes latino-americanos, como Perón ou Vargas, reconheceram as vantagens da utilização da rádio, a par do controlo governamental dos sindicatos, para mobilizar a classe trabalhadora e a classe média em apoio dos seus regimes (Haussen, 2005).

Com o desenvolvimento da televisão, os Estados latino-americanos tenderam a cultivar relações estreitas com uma ou duas grandes cadeias de televisão, protegendo-as de possíveis competidores, mediante um tratamento económico ou regulamentar de favor, a troco de tratamento mediático favorável às ações e políticas governamentais. Desta maneira, os média podem ser vistos como grandes corporações societais, com um forte potencial de poder, harmonizado com os interesses de Estado. O corporativismo empresarial dos média fornece, nestas circunstâncias, uma solução culturalmente próxima da tradição ibérica e da história recente.

Um outro olhar sobre este assunto, próximo, todavia, do anterior, deteta um estilo político clientelar, ou seja, de patrão-cliente, e é comum na América Latina, quer ao nível nacional quer ao regional/local, estendendo-se às relações entre os média e a política (Hallin & Papathanassopoulos, 2002). Uma das suas particularidades consiste naquilo a que Hallin e Papathanassopoulos chamam a visão instrumental que os políticos e os partidos têm dos média. Neste entendimento, os média são, antes de tudo, um instrumento a ser usado. Os média são instrumentalizados, não apenas pelo poder político, mas também pelas elites económicas, que se encontram amarradas ao uso político dos média. É um facto, as elites económicas, na Europa do Sul e na América Latina, estão com frequência profundamente envolvidas na política partidária, o que encoraja a instrumentalização dos média³.

3 “A Televisa esteve aliada com o partido político no poder [PRI], mais ou menos abertamente, até à morte de Emilio Azcárraga, Jr., em 1997” (Hallin & Papathanassopoulos, 2002, p. 179).

As vantagens para os partidos políticos e os governos em funções são meridianamente claras. Obtêm publicidade favorável, evitam coberturas noticiosas críticas e, por vezes, conseguem prêmios pessoais para membros do Governo, como na ocasião em que a TV Globo abandonou a parceria que detinha na Bahia, tendo como objetivo estabelecer uma nova parceria com Antonio Carlos Magalhães. Regional e nacionalmente influente e poderoso, este político pôde, a partir do seu posto governamental, prestar à estação amplos favores. Porque também existem vantagens para a televisão na aliança que possam estabelecer com responsáveis políticos. Sinclair (2003) e Straubhaar (2013) observaram as vantagens obtidas pela Televisa, na aliança que manteve com o PRI, bem como as vantagens que a Globo obteve, pela aliança que estabeleceu com os governos militares (1964-1985). Entre as vantagens que resultam das parcerias e alianças estabelecidas pelas televisões, podemos assinalar as fatias preferenciais de investimento publicitário (Mattos, 1984), o apoio no recurso às infraestruturas governamentais de telecomunicações (Straubhaar, 1984), o acesso ao crédito, e ainda, facilidades no relacionamento com outros membros das elites dirigentes.

No entanto, também pode suceder uma sobrestimação do poder e durabilidade deste tipo de alianças. A despeito de uma relação próxima dos militares, entre 1964 e 1984, a TV Globo afastou-se deles, quando essa relação passou a ameaçar os seus interesses nucleares. A ajuda prestada aos militares na oposição, na viragem civil do país, com eleições diretas, começou a ter custos diretos para a TV Globo, concretamente nas perdas de audiência, em particular dos seus serviços noticiosos (Straubhaar, 1989). O que se passou, todavia, não foi tanto a lealdade da Globo aos militares, antes uma disposição durável para se acomodar a quem detém o poder, ou então, a quem se afigura que tenha condições de o vir a deter.

Em termos de regulação, têm sido muitos, senão mesmo a maior parte, dos governos latino-americanos a usarem a regulamentação sobre licenças e frequências como um meio para recompensar aliados e punir oponentes. “Também no Brasil, a teledifusão é controlada pelo Ministério das Comunicações, e os recentes presidentes usaram as licenças de teledifusão como uma forma importante de tutela política, comprando centenas de políticos, a troco de apoio às suas iniciativas políticas mais importantes” (Hallin & Papathanassopoulos, 2002, p. 181). Na Venezuela, o presidente Hugo Chávez puniu um dos seus principais opositores políticos, a estação televisiva RCTV, com a decisão de lhe não renovar a licença de emissão (Carrillo, 2006).

A tradição transnacional populista latino-americana

Uma outra tradição, transnacional e ibérica, e, mais alargadamente, latina, que afetou grandemente a América Latina é a forma populista de governo, que compreende a direção de um homem forte, com o apoio da mobilização mediática da classe trabalhadora. Mussolini em Itália, Franco na Espanha e Salazar em Portugal, são todos referenciados, na primeira metade do século XX, como protótipos, admirados e emulados, em diversos níveis, por líderes populistas latino-americanos, como Vargas e Perón. Analisando o modo como utilizaram a rádio na mobilização de apoios políticos, Haussen (2005) destaca a admiração de Vargas pelo estilo populista da condução política por Mussolini, bem como pela sua utilização da rádio.

Na América Latina, o populismo tende a ser olhado enquanto oposição à elite oligárquica, dominante na vida económica e política. A distribuição de rendimentos é dividida, em princípio, entre ricos e pobres, com a lenta emergência das classes trabalhadoras e das classes médias, num processo que se afirmou, no decurso do século XX, em paralelo com o desenvolvimento das telecomunicações. Com efeito, a política populista, opondo-se à política oligárquica, tende a criar alianças com todos os que não pertencem à elite (Waisbord, 1995). A radiodifusão foi fortemente utilizada por líderes populistas como Perón. Para mobilizar o apoio popular, populistas mais tardios, como Castro, fizeram um uso frequente das emissões noticiosas, ou de programas televisivos nacionais (Rivero, 2014).

O populismo latino-americano utilizou os média de formas muito marcantes, o que concorreu para o desenvolvimento da televisão na região. Enquadrando as novas classes trabalhadoras nas respetivas identidades nacionais, Vargas, no Brasil (Vianna, 1999), e Perón, na Argentina (Waisbord, 1995), usaram géneros musicais nacionais, como o samba ou o tango, bem como os noticiários radiofónicos, mobilizando-as para o apoio direto aos seus regimes. Tais regimes são consensualmente definidos como populistas, tratando-se de um estilo dirigente em que um líder carismático envolve os média, as organizações sindicais e patronais, os aparelhos político-partidárias e outros organismos, na mobilização do apoio à sua direção, mediante a cativação dos interesses das massas ou das classes trabalhadoras. Líderes populistas deste tipo tanto podem operar com os média estabelecidos, como reorganizar ou reformar as instituições mediáticas, de modo a criar meios de comunicação que tendam a ser mais favoráveis à sua direção.

A despeito de ser tido como característico dos anos 30 do século passado, o populismo reentrou em cena por diversas vezes, em termos que, nalguns casos, teve consequências diretas no desenvolvimento da televisão. A título de exemplo, podemos assinalar diversos regimes populistas, novos ou renovados, depois da II Guerra Mundial. Sob Perón, na Argentina, e Rojas Pinilla, na Colômbia, os inícios da televisão ocorreram debaixo do controlo governamental, que tinha como objetivo o apoio a esses regimes (Waisbord, 1995). Na Argentina, a televisão acompanhou as tendências pró e antiperonistas, em linha com as lutas militares, facto que a afastou do pleno desenvolvimento da tradição comercial privada, comum às televisões da região. Na Colômbia, as infraestruturas televisivas permaneceram sob controlo estatal, enquanto a criação de conteúdos foi adjudicada a produtores privados, que deviam encontrar apoio publicitário, iniciando assim uma versão modificada de televisão comercial (Fox, 1975).

Ao mesmo tempo que se desvanecia o populismo, característico do pós-guerra, a sua tradição prosseguiu intensamente na América Latina, através de uma nova vaga de regimes populistas, durante os anos 1990 e 2000. Como observa Waisbord (2011), a região tinha uma tradição de governos populistas que, historicamente, ensaiaram a reforma dos sistemas mediáticos. No passado, os objetivos dessas políticas consistiram em restringir o poder das companhias privadas selecionadas e de ampliar o poder mediático dos governos. Ao longo da primeira década de 2000, administrações populistas alcançaram o poder em diversos países. Entre estas, consideramos, na Argentina, os governos de Nestor Kirchner (2003-2007) e da sua mulher, Cristina Fernández de Kirchner (depois de 2007); na Bolívia, o governo de Evo Morales (a partir de 2006); no Equador, o governo de Rafael Correa (a partir de 2007); na Nicarágua, o governo de Daniel Ortega (a partir de 2007); na Venezuela, o governo de Hugo Chávez (a partir de 1999).

Padrões transnacionais de “comunidade imaginada” nas nações latino-americanas

A criação e a difusão da cultura popular fazem parte dos processos de construção nacional, num certo número de países latino-americanos. Na América Latina, os impérios, português e espanhol, deram lugar a um padrão pós-colonial muito mais precoce do que o sucedido com outros países desenvolvidos, com a Argentina a tornar-se independente em 1818, após oito anos de guerra, a Venezuela

e a Colômbia a fazerem-no por via da insurreição de 1819, e o Brasil a aceder à independência, quando o filho do rei de Portugal, em 1820, declarou aí o seu próprio império. Contudo, num primeiro momento, as fronteiras foram fortemente instáveis. Em princípios e meados do século XIX, grande parte da política pós-colonial e pós-independência foi consagrada à estabilização de fronteiras nacionais, pela guerra ou pela negociação, tendo sido criadas, então, as bases para a formação nacional.

Resulta, ainda assim, surpreendente a rapidez com que os países recém-organizados foram capazes de criar e difundir um tal sentido de identidade nacional, no interior de fronteiras tão recentemente estabelecidas e a despeito das partilhas linguísticas e culturais transfronteiriças existentes. Benedict Anderson (1983) sublinhou como a imprensa capitalista cooperou efetivamente com os governos nacionais, criando enquadramentos nacionais para mercados, no interior dos quais os jornais e livros publicados pela imprensa capitalista conseguiam prosperar, ao mesmo tempo que criavam as identidades nacionais de que os Estados tão desesperadamente necessitavam para consolidar a sua própria legitimidade. Esse capitalismo dos média impressos, de matriz latino-americana, foi fortemente marcado pelo capitalismo dos média impressos do sul da Europa, sobretudo da Península Ibérica. Enquanto a influência dos Estados Unidos se tornou muito importante nas formas de comunicação de massa do século XX, é relevante notar que as formas fundamentais do capitalismo mediático nacionalista na América Latina já se encontravam ensaiadas e estabelecidas, pouco depois da independência, o que quer dizer, num tempo que precede a importância de que a influência dos Estados Unidos viria a revestir-se. As nações latino-americanas foram construídas na base de tradições ibéricas comuns e, a partir daí, influenciaram-se umas às outras.

O capitalismo dos média impressos e eletrônicos e as formas culturais da sua produção, em cada país, foram com frequência influenciados pelos respetivos vizinhos. O exemplo mais visível no século XX foi o desenvolvimento da radionovela, nos anos 30-40 do século XX e da telenovela nas décadas de 50-60 (Rivero, 2009), em Cuba, seguido por um rápido alastramento às restantes nações latino-americanas.

Uma companhia norte-americana, a Colgate-Palmolive, nos seus esforços para ampliar o êxito doméstico na venda de sabão, através de novelas televisivas, voltou-se para Cuba, que era então uma economia emergente, de fortes laços com os Estados Unidos. Primeiramente, nos anos 30, apenas na rádio, e posteriormente

na década de 50, na televisão, a Colgate-Palmolive pagou a produtores cubanos para adaptarem o estilo *soap opera*, ao gosto latino-americano (Rivero, 2007). E eles fizeram-no, mas incluíram elementos da tradição melodramática, proveniente dos países ibéricos, com a colonização, mas posteriormente desenvolvida já na América Latina pós-colonial (Martín-Barbero, 1993). Estas dinâmicas originaram um género híbrido de melodrama latino-americano. Outras estações latino-americanas, dando-se conta do sucesso da telenovela na angariação de públicos (e na venda de sabão), foram estimuladas pelos anunciantes domésticos nos Estados Unidos e importar guionistas e profissionais cubanos, ao mesmo tempo que formavam os seus próprios (Straubhaar, 2011).

Por volta dos anos 60-70, ao mesmo tempo que a telenovela ia dominando os períodos nobres de emissão (*prime time*), os produtores latino-americanos passaram a encará-la como uma nova forma cultural, genuína da América Latina, e passaram a partilhá-la em versões nacionais, no Brasil, no México, e por toda a parte. Neste exemplo, tanto os interesses económicos globais, como os interesses nacionais, orientaram muitas decisões. Mas a inovação cultural dos produtores e a resposta cultural dos públicos foram igualmente cruciais nesses processos de decisão. A história da interação entre o Grupo Globo e o grupo Time-Life na criação híbrida, em termos organizacionais, da TV Globo, entre 1962 e 1971, constitui também um outro exemplo representativo (Straubhaar, 2013; Sinclair, 2003).

Podemos ilustrar estes processos económicos transnacionais recorrendo a dois termos-chave da indústria, que se tornaram conceitos teóricos. Referimo-nos à localização e à glocalização. Na localização, uma firma transnacional ou global toma a iniciativa de fazer chegar o seu produto, processo ou capital a um novo mercado, adaptando-o às condições locais, de modo a obter resultados. O caso da Colgate-Palmolive em Cuba, é disso um bom exemplo, ao utilizar um género comercial, de êxito conhecido, adaptando-o a um novo mercado. Por sua vez, a glocalização identifica um processo, através do qual uma companhia, local ou nacional, toma a iniciativa de procurar um parceiro global, que invista algo de seu, seja capital, tecnologia, produção, especialização, etc. O termo deriva da prática industrial japonesa, onde as indústrias (e o Governo também) acederam e adaptaram tecnologia e técnicas internacionais (Robertson, 1995). A TV Globo pode ser pensada como um exemplo de hibridez, pela localização da Time-Warner e da glocalização do Grupo Globo.

Conclusão

Em muitos sentidos, a América Latina distingue-se, entre outras regiões desenvolvidas ou emergentes, por possuir fortes sistemas mediáticos nacionais, e de televisão, em particular (Morris & Waisbord, 2001). Contudo, demonstrámos aqui que as instituições nacionais e géneros televisivos latino-americanos foram construídos sobre uma base regional de influências recíprocas. As instituições nacionais foram influenciadas pelos padrões regionais e pós-coloniais de controlo familiar; por relações empresariais corporativas, populistas e clientelares, entre os média e o Estado nacional; e por padrões regionais de hibridismo, quer organizacionais, quer culturais. Estas instituições criaram uma série de géneros culturais híbridos, que tanto misturam características regionais, como nacionais. Por exemplo, o ADN da telenovela é primeiramente europeu, em seguida norte-americano, e depois cubano, para posteriormente vir a ser diferenciado em versões nacionais, e mais tarde, de novo regionalizado, por atores do campo dos média, na capital mediática de Miami, como é o caso da cadeia televisiva colombiana Telemundo, e outras cadeias ainda (Sinclair 2003; Piñon, 2011).

Estas raízes e influências regionais foram localmente adaptadas ou glocalizadas por instituições televisivas, crescentemente fortes, na maior parte dos países latino-americanos. Após sessenta ou mais anos de teledifusão comercial, em grande parte da América Latina, a televisão imbricou-se fortemente no desenvolvimento de mercados nacionais e de culturas nacionais de consumo, enquanto os mercados regionais de programação se fortaleceram, a partir da venda e da disseminação dos guiões de telenovela, nos anos 50 do século passado (Straubhaar, 2011). Verifica-se, assim, na América Latina, um interessante vaivém entre formas culturais nacionais e regionais, de que é exemplo a telenovela. Tais formas nacionais e regionais encontram-se também em constante diálogo com a televisão global. Esta influência foi muito visível, sobretudo pela influência dos Estados Unidos, designadamente pelo forte fluxo de programas norte-americanos nos anos 60-70, antes de começarem a ser empurrados pela telenovela para fora dos horários nobres. O fluxo global encontra-se agora, novamente, a aumentar em popularidade e importância, através da importação de formatos, ao mesmo tempo que, por toda a América Latina, a TV por cabo e assinatura iniciam, após 2000, um desenvolvimento crescente em popularidade. Apesar da multiplicação crescente dos fluxos televisivos, damo-nos conta da importância que mantém as tradições, longamente estabelecidas e profundamente enraizadas. Elas continuam

a enquadrar e a influenciar a televisão nacional, interagindo com formas televisivas e com estruturas económicas e culturais globais.

Referências bibliográficas

- AFONJÁ, I. A. O. (1999). Iansã is not St. Barbara. In R. M. Levine and J. J. Crocitti (Eds.), *The Brazil reader: history, culture, politics*. Durham: Duke University Press.
- ANDERSON, B. (1983). *Imagined Communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. Nova Iorque: Verso.
- BASTIDE, R. (1978). *The African religions of Brazil: toward a sociology of the interpenetration of civilizations*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- CANCLINI, N. G. (1982). *Las culturas populares en el capitalismo*. Cidade do México: Nueva Imagen.
- CANCLINI, N. G. (1995). *Hybrid cultures: strategies for entering and leaving modernity*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- CARRILLO, J. L. (2006, 29 de dezembro). Chávez: No habrá nueva concesión para Rctv. *Últimas Noticias*, p. 12.
- COLLIER, G. A.; Rosaldo, R. & Wirth, J. D. (1982). *The Inca and Aztec states, 1400-1800: anthropology and history*. Nova Iorque: Academic Press.
- GINSBURG, F. (1991). Indigenous media: Faustian contract or global village? *Cultural Anthropology* 6(1), 92-112.
- HALL, S. (1993). Culture, Community, Nation. *Cultural Studies* 7(3), 349-363.
- HALLIN, D. C. & Papathanassopoulos, S. (2002). Political Clientelism and the Media: Southern Europe and Latin America in Comparative Perspective. *Media, Culture & Society* 24(2), 175-195.
- HAUSSEN, D. F. (2005). Radio and Populism in Brazil: The 1930s and 1940s. *Television New Media* 6(3), 251-261.
- KRAIDY, M. (2002). Hybridity in Cultural Globalization. *Communication Theory* 12(3), 316-339.
- KRAIDY, M. M. (2005). *Hybridity, or the cultural logic of globalization*. Filadélfia: Temple University Press.
- KRAIDY, M. M. & O. Al-Ghazzi (2013). Neo-Ottoman Cool: Turkish Popular Culture in the Arab Public Sphere. *Popular Communication* 11, 17-29.
- MAHER, F. A. & Tetreault, M. K. (1993). Frames of positionality: Constructing meaningful dialogues about gender and race. *Anthropological Quarterly*, 118-126.
- MALLOY, J. M. (Ed.) (1976). *Authoritarianism and Corporatism in Latin America*. Pittsburg: University of Pittsburg Press.

- MARQUES de Melo, J. (Org.) (1992). *Comunicación Latinoamericana: desafíos de la investigación para el siglo XXI*. São Paulo: ALAIC.
- MARTÍN-BARBERO, J. (1993). *Communication, Culture and Hegemony: From the Media to the Mediations*. Newbury Park: Sage.
- MARTINS, M. L. (2011). Globalization and Lusophone world. Implications for Citizenship. In M. Pinto & H. Sousa (Eds.) *Communication and Citizenship. Rethinking crisis and change* (pp. 75-84) (IAMCR Conference, 2010). Coimbra: Grácio/CECS. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/25344>.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. M. Bastos (Org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29178>.
- MARTINS, M. L. (Ed.) (2015). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Famalicão: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MARTINS, M. L. (2015/2016). Ciências da Comunicação e mundo lusófono. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Santiago de Compostela: Lusocom/Agacom, pp. 11-18. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/45164>.
- MARTINS, M. L., et alii (2014). *Interfaces da Lusofonia*. Atas da Conferência “Interfaces da Lusofonia – 4-6 de julho de 2013. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29765>.
- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (2014). *Comunicação ibero-americana: os desafios da Internacionalização: livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana*. 13-16 de abril de 2014. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/33031>.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2006). *Comunicação e Lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos média*. Porto: Campo das Letras. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30019>.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2007). Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In Ledo Ándion, M. (Org.). *Comunicación Local no Espazo Lusófono* (pp. 301-310). Santiago de Compostela: Agacom. <http://hdl.handle.net/1822/24127>.
- MATTOS, S. (1982). *The Brazilian Military and Television*. Austin: University of Texas.
- MATTOS, S. (1984). Advertising and Government Influences on Brazilian Television. *Communication Research*, vol. 11 (2), pp. 203-220.
- MIGNOLO, W. (1995). *The Darker Side of the Renaissance: Literacy, Territoriality, and Colonization*. University of Michigan Press.

- MORLEY, S. G. (1994). *The Ancient Maya*. Stanford: Stanford University Press.
- MORRIS, N. & Waisbord, S. (Eds.) (2001). *Media and globalization: why the state matters*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- PIETERSE, J. N. (2004). *Globalization and Culture: global mélange*. Nova Iorque: Rowan and Littlefield.
- PIÑON, J. (2011). *Crafting the post-national: the rising transnational industrial model in the Ibero-American audiovisual space*. Global Fusion. Filadélfia: Temple University.
- RIVERO, Y. M. (2007). Broadcasting Modernity: Cuban Television, 1950-1953. *Cinema Journal* 46(3), 3-25.
- RIVERO, Y. M. (2009). Havana as a 1940s-1950s Latin American Media Capital. *Critical Studies in Media Communication*, vol. 26 (3), pp. 275-293.
- RIVERO, Y. M. (2014). Watching TV in Havana: Revisiting the Past through the lens of the Present New Agendas in Global Communication. In K. G. Wilkins; J. Straubhaar & S. Kumar (Eds.), *Global communication: new agendas in communication* (pp.50-65). Nova Iorque: Routledge.
- ROBERTSON, R. (1995). Globalization: Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity. In M. Featherstone; S. Lash & R. Robertson, *Global Modernities* (pp. 25-44). Thousand Oaks: Sage Publications.
- SHOHAT, E. (1992). Notes on the 'Post-Colonial'. *Social Text*, Vols. 31/32 (Spring), pp. 99-113.
- SINCLAIR, J. (1999). *Latin American television: a global view*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- SINCLAIR, J. (2003). "The Hollywood of Latin America". Miami as Regional Center in Television Trade. *Television & New Media*, vol. 4 (3), pp. 211-229.
- STRAUBHAAR, J. (1982). The Development of the Telenovela as the Paramount Form of Popular Culture in Brazil. *Studies in Latin American Popular Culture*, vol. 1, pp. 138-150.
- STRAUBHAAR, J. (1984). The Decline of American Influence on Brazilian Television. *Communication Research*, vol. 11 (2), pp. 221-240.
- STRAUBHAAR, J. (1989). Television and Video in the Transition from Military to Civilian Rule in Brazil. *Latin American Research Review*, vol. 24 (1), pp. 140-154.
- STRAUBHAAR, J. (1991). Beyond Media Imperialism: Asymmetrical Interdependence and Cultural Proximity. *Critical Studies in Mass Communication*, vol. 8, pp. 39-59.
- STRAUBHAAR, J. (2007). *World Television: From Global to Local*. Austin: Sage Publications.
- STRAUBHAAR, J. (2011). Telenovelas in Brazil: From Traveling Scripts to a Genre and Proto-Format both National and Transnational. In T. Orem & S. Sharaf (Eds.), *Global Television Formats: Understanding Television Across Borders* (pp. 148-177). Nova Iorque: Routledge.

- STRAUBHAAR, J. and Sinclair, J. (2014). The Iberian Pre- and Postcolonial Roots of the Latin American Television Regional Market. (Top Paper in Popular Communication Division.) ICA Annual Conference, Seattle, May 2014.
- TELLES, E. E. (2004). *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil*. Princeton N.J.: Princeton University Press.
- TURNER, T. (1992). Defiant images: the Kayapo appropriation of video. *Anthropology Today*, vol. 8 (6), pp. 5-16.
- VIANNA, H. (1999). *The Mystery of Samba*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- WAISBORD, S. (1995). Leviathan Dreams: State and Broadcasting in South America. *Communication Review*, vol. 1, pp. 201-226.
- WARREN, K. B. & Jackson, J. J. E. (2002). Introduction: Studying indigenous activism in Latin America. In K. B. Warren & J. J. E. Jackson (Eds.), *Indigenous movements, self-representation, and the state in Latin America* (pp. 1-46). Austin: University of Texas Press.
- WIARDA, H. J. (1978). Corporatism in Iberian and Latin American Political Analysis: Criticisms, Qualifications, and the Context and "Whys". *Comparative Politics*, vol. 10 (2), pp. 307-312.
- WILKINSON, K. (1995). *Where culture, language and communication converge: The Latin-American cultural linguistic market*. Austin: University of Texas.
- WILLIAMSON, J. G. (1992). The Evolution of Global Labor Markets in the First and Second World since 1830: Background Evidence and Hypotheses. Working Paper, n. 36, National Bureau of Economic Research (NBER/DAE) February.

SEGUNDA PARTE
**POLÍTICA CIENTÍFICA, PUBLICAÇÃO
E INTERNACIONALIZAÇÃO**

ARTICULAR A INVESTIGAÇÃO COM OS INVESTIGADORES A TAREFA DA *INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR MEDIA AND COMMUNICATION RESEARCH (IAMCR)**

Janet Wasko**

Resumo

Num processo em contínuo crescimento, a investigação em comunicação abriu caminho para a sua emancipação no período pós Segunda Guerra Mundial. Foi reforçada a cooperação e a colaboração entre investigadores académicos e instituições, e a criação da IAMCR (International Association for Media and Communication Research), em 1946, pretendeu promover a formação dos jornalistas e o estudo dos problemas da imprensa por todo o mundo. Mais de cinquenta anos depois deste trabalho seminal, a IAMCR junta-se à luta constante e ao empenho internacional em envolver os investigadores académicos, na compreensão dos fenómenos sociais e comunicacionais dos média, luta essa que está ameaçada por recursos limitados e orçamentos universitários cada vez mais pequenos.

Palavras-chave: IAMCR, investigação, comunicação, mundo

* Traduzido do inglês por Manuel António Carneiro Gaspar de Melo Albino.

** Professora na School of Journalism and Media de Oregon (EUA), Janet Wasko completou o doutoramento na Universidade de Illinois, em 1980. É atualmente a presidente da IAMCR (International Association for Media and Communication Research). Estuda os efeitos da política económica dos média, especialmente dentro da indústria do cinema e na *Walt Disney Corporation*. As suas publicações mais recentes incluem: *Cross-Border Cultural Production: Economic Runaway or Globalization* (2008), editada em conjunto com Mary Erickson; *The Contemporary Hollywood Film Industry* (2008), editada em conjunto com Paul McDonald; e *Media in the Age of Marketization* (2007), editada em conjunto com Graham Murdock. E-mail: jwasko@uoregon.edu.

É inegável que o campo de estudos dos média e da comunicação, em geral, tem vindo a crescer. O número de programas académicos orientados para a investigação em jornalismo, na comunicação de massas, nos média ou na comunicação, expandiu-se rapidamente por todo o mundo, desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

As razões para este histórico crescimento são diversas. Tal como Parcell observa, o crescente reconhecimento da importância dos meios de comunicação, tanto na indústria como no público em geral, bem como o respeito crescente pela área a nível universitário, levou ao apoio crescente e a novas bolsas de investigação (Parcell, 2008). Para além disso, Nordenstreng (2008, p. 228) observa o seguinte: “uma vez que a comunicação de massas, alcançou um nível de importância e de especialização na sociedade, equiparado a outros campos de atividade socioeconómica, a consequência foi a institucionalização da área, tanto a nível nacional como internacional”.

A expansão da pesquisa internacional sobre os média e a comunicação também cresceu com o aparecimento de revistas académicas e de organizações internacionais, bem como com o aumento da cooperação e da colaboração internacionais¹.

Mais recentemente, o desenvolvimento da tecnologia tem influenciado estas atividades, uma vez que é, sem dúvida, mais fácil partilhar informação e colaborar com parceiros na investigação global, com a disponibilização de e-mails e da Internet.

A IAMCR (Associação Internacional para a Investigação dos Média e da Comunicação) tem desempenhado um papel fundamental no relacionamento dos investigadores em média e comunicação, e, em 60 anos, continua a expandir-se, em paralelo com a área.

Este breve artigo providenciará uma breve história da organização, bem como uma panorâmica geral da associação atualmente, incluindo os seus princípios fundamentais, a sua relação com outras organizações, e os desafios que a associação enfrenta.

1 Neste sentido, gostaria de referir o trabalho desenvolvido, nas últimas décadas, pela Lusocom (Federação Lusófona de Ciências da Comunicação) e pela Confibercom (Confederação Iberoamericana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação), com os seus Congressos e as suas publicações. Destaco na Lusocom a *Revista Lusófona de Ciências da Comunicação*, editada desde 2003. E no que respeita à Confibercom, assinalo os livros dos dois Congressos realizados: M. Kunsch & J. M. Melo (2012); e M. L. Martins & M. Oliveira, 2014.

História da IAMCR

De forma a iniciar a história da IAMCR, fica aqui o início do comunicado de imprensa (*press release*) da Unesco, de 23 dezembro de 1957:

- Cinquenta especialistas na área dos média informativos, oriundos de 15 países, acabaram de completar, numa sessão de dois dias, na *Casa da Unesco*, em Paris, a tarefa de estabelecer a *International Association for Mass Communication Research* (Associação Internacional para a Pesquisa em Comunicação de Massas);
- Criada em cooperação com a Unesco, a nova associação, que é independente, tem a sua sede em Paris, nos escritórios do *Institut Français de Presse*, da Universidade de Paris;
- A sua função é a da promoção, por todo o mundo, do desenvolvimento da investigação em problemas relacionados com a imprensa, com a rádio, com a televisão e com o cinema.

A lista de membros associados incluía 200 nomes, de institutos, de estabelecimentos educacionais e de indivíduos. Educadores na área do jornalismo são os mais numerosos na lista individual, de educadores e sociólogos (referido por Hamelink e Nordenstreng, 2007).

A história da IAMCR remonta aos primeiros anos da Unesco. Em 1946, a sua Comissão para as Necessidades Técnicas dos Média de Massas, elaborou uma constituição para um Instituto Internacional de Imprensa e Informação, destinada a promover a formação de jornalistas e o estudo dos problemas da imprensa em todo o mundo. A Conferência das Nações Unidas sobre a Liberdade de Informação, realizada em 1948 em Genebra, tomou conhecimento da proposta e resolveu que tal instituto poderia ser propiciador de melhorias na qualidade da informação, pedindo ao Conselho Económico e Social para convidar os governos e organizações profissionais, nacionais e internacionais, para examinar em conjunto a possibilidade de implementar esta proposta.

Inicialmente, o principal objetivo da associação era o de facilitar o intercâmbio de métodos e resultados entre as instituições de pesquisa, e o de promover os contactos pessoais entre os membros. Procurava-se, especificamente, o reconhecimento da comunicação de massas como objeto de investigação científica independente.

A primeira Assembleia-Geral da IAMCR, após a conferência inaugural de 1957, realizou-se em outubro de 1959 em Milão, e nela foi eleito presidente, Raymond Nixon (dos EUA). Os primeiros líderes da associação vinham, essencialmente, de países europeus. Nordenstreng (2008) observa que:

A IAMCR cresceu a partir do rápido desenvolvimento do campo dos média, particularmente do campo que diz respeito ao jornalismo, campo esse que criou o seu próprio ramo de interesse institucional, a necessidade de formação profissional e de investigação científica. A pesquisa sobre os média de comunicação de massas tem sido inseparável, desde o início, da prática dos comunicadores, especialmente dos jornalistas.

Este papel dual, de investigação académica e de prática profissional, ainda é um fator distintivo do campo dos média e da comunicação, relativamente a outras disciplinas.

Entre as primeiras prioridades da IAMCR estavam: a atração de investigadores de várias disciplinas e o alargamento da sua representação geográfica. Ainda assim, durante os primeiros anos, os investigadores participantes representavam uma gama de perspetivas, teóricas e metodológicas, que incorporavam, tanto as ciências sociais em voga, como a teoria crítica ou o marxismo. Por exemplo, estavam entre os seus membros ativos, Wilbur Schramm (dirigindo uma secção acerca da Investigação Psicológica e Sociológica), Elizabeth Noelle-Neumann, George Gerbner, Dallas Smythe e Herb Schiller.

É também significativo que, no período da Guerra Fria, com o confronto ideológico Este-Oeste, os colegas de ambos os lados trabalhassem juntos na construção desta instituição internacional de investigação. A organização atraiu académicos da Europa e Leste e soviéticos, bem como da Europa, dos Estados Unidos e do Terceiro Mundo. Tal como Cees Hamelink e Kaarle Nordenstreng (2007) observam, no documento da IAMCR *in Retrospect: 1957-2007*, a IAMCR não era um projeto da Guerra Fria. Pelo contrário, foi fundada em solo ecuménico, no cruzamento do Este e do Oeste, bem como na divisão do Norte e do Sul.

Tal como as comunicações em massa se foram expandindo durante as décadas de 1960 e de 1970, também assim aconteceu com as instituições de investigação e com os programas académicos votados ao seu estudo. E, enquanto a abordagem a esta investigação era dominada pela investigação administrativa e positivista, mais orientações e atividades críticas emergiam. Isto foi garantido, pelo menos

na IAMCR, com a especial atenção prestada aos países em desenvolvimento, ao movimento não alinhado, e à discussão intitulada *New World Information Order* (NWIO) (Nova Ordem Mundial da Informação) (Nordenstreng, 2008).

Com efeito, durante este período, a IAMCR manteve uma estreita relação com a Unesco, recebendo algum suporte financeiro, contratos de investigação, e vários projetos contínuos de cooperação. Neste período a Unesco esteve ativamente envolvida, em assuntos relacionados com os média e com a comunicação, o que pode ser exemplificado pela criação da *International Commission for the Study of Communication Problems* (Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas em Comunicação), que produziu o documento intitulado *Many Voices One World* (1980, também conhecido como *relatório MacBride*), promovendo a democratização da comunicação.

Assim, ao longo destes anos, a IAMCR tem-se desenvolvido, tal como o campo dos média e da comunicação tem crescido. Entretanto, novas secções e grupos de trabalho foram acrescentados, refletindo as áreas emergentes neste campo de estudo (Wasco, 2013). Entre 1959 e 1979, a associação cresceu de 30 países e 100 indivíduos para 60 países e 1000 membros. Na década de 90 do século passado, a expansão resultou numa representação de cerca de 80 países.

A IAMCR, hoje

Atualmente, a IAMCR é a organização profissional líder mundial no campo de investigação em média e comunicação. O nome da associação foi mudado em 1996, de forma a refletir as mudanças ocorridas nos média e na investigação dos média, mas a organização continua a promover a inclusão global e a excelência, dentro da melhor tradição no campo da investigação em média e comunicação.

A organização é verdadeiramente internacional, e atualmente inclui membros de cerca de 100 países. As conferências continuam em sistema de rotatividade, por diferentes continentes e regiões, tendo sido realizadas numa ampla variedade de locais, de Seul, Singapura e Sydney, à Cidade do México, Istambul, Durban, ou Braga, Dublin, Hyderabad e Montreal. Estes eventos científicos atraem, hoje, com regularidade, centenas de pesquisadores de todo o mundo.

A IAMCR é uma comunidade de investigadores académicos, onde existem mais de 30 Secções e Grupos de Trabalho, que representam uma ampla gama de áreas e especializações. Os seus membros não apenas compartilham os seus

resultados, como também se reúnem no horário das refeições e nos eventos sociais das conferências, que são coorganizadas pelos seus membros e pelas suas universidades. A IAMCR oferece oportunidades *online* e *offline*, para a construção de redes fortes, colegiais e de apoio, entre aqueles que estão a contribuir para o seu campo de estudo, em todo o mundo. A associação continua a fortalecer e a incentivar a investigação na área da comunicação por toda a parte, e continua a enfatizar a plena participação de novos investigadores, da maior participação das mulheres, e daqueles que são oriundos de regiões economicamente desfavorecidas. Os programas específicos incluem a *Emerging Scholars Network* (Rede de Investigadores Emergentes), bolsas de conferências, e a inscrição grátis para doutorandos em universidades com participação institucional.

A IAMCR divulga informações acerca da investigação e das necessidades na investigação, quer anunciando-as em listas destinadas somente aos associados, quer em listas de acesso público, no Facebook e no Twitter. Estas plataformas são utilizadas, de forma a promover a produção e o trabalho dos seus membros, a anunciar oportunidades de emprego e de eventos, bem como fornecendo um espaço participativo para o debate.

A organização também promove a pesquisa, através de diversas publicações. Estas incluem duas coleções de livros: *Handbooks in Media & Communication Research* (Manuais de Investigação em Média e Comunicação), publicados pela Wiley Blackwell, e a coleção *Global Transformations in Media & Communication Research* (Transformações Globais na Investigação em Média e Comunicação), publicada pela Palgrave Macmillan. Trabalhos publicados recentemente incluem também o e-book, publicado com a Unesco, *Media and Gender: A Scholarly Agenda for the Global Alliance on Media and Gender* (Os média e as Questões de Género: uma Agenda Escolar para a Aliança Global dos Média e das Questões de Género), que pode ser baixado diretamente do site da IAMCR (<http://iamcr.org/>). Outro exemplo de publicações da organização é o jornal on-line *The Political Economy of Communication* (A Economia Política da Comunicação).

Esta organização associativa tem ainda o objetivo estimular o interesse pela pesquisa em Média e Comunicação e melhorar as políticas e as práticas dos Média e da Comunicação, especialmente a partir de perspectivas internacionais e interdisciplinares. A IAMCR continua, por outro lado, a contribuir para o desenvolvimento e a melhoria na educação e formação dos jornalistas, e de outros profissionais dos Média, através de investigação apropriada e outras atividades.

Os princípios da IAMCR

A IAMCR tenta seguir um conjunto de princípios, aqui descritos de forma breve². Esta organização associativa providencia um fórum, onde investigadores académicos, e outras pessoas envolvidas nas práticas e no estudo dos Média e da Comunicação, possam apresentar e discutir o seu trabalho, aprimorar a sua capacidade crítica, e colaborar em novos projetos.

Acima de tudo, a IAMCR incentiva a pesquisa e o estudo sistemático, especialmente nas áreas da produção e do consumo dos Média, e na estruturação e metamorfose dos mercados dos meios de comunicação, no dealbar da transformação, social e tecnológica, contemporânea. Esta organização associativa tem trabalho de forma a fortalecer e melhorar a investigação no campo dos média e da comunicação, apoiando o desenvolvimento de perspectivas locais, globais e interdisciplinares, e de conhecimento inovador.

Por outro lado, tem-se dedicado ao desenvolvimento da capacidade crítica, por parte das audiências, e à expansão da educação para os média (literacia mediática), bem como à tentativa de estimular o interesse pela investigação nos média e na comunicação, particularmente em áreas onde o trabalho não está ainda bem desenvolvido, e tendo em consideração a diversidade de contextos em que os média e a comunicação são experienciados.

A IAMCR tenta, também, garantir que a informação acerca dos resultados de investigação, assim como os métodos utilizados pelos investigadores, sejam partilhados entre todos aqueles que têm interesse neste campo, incluindo investigadores, profissionais e decisores políticos.

Podemos, por fim, acrescentar que a organização está formalmente comprometida com os princípios do impacto ambiental, e tem um comité específico dedicado a esse objetivo (*Committee on Environmental Impact*). Existe uma vincada tendência para a adesão aos princípios da ecologia verde, nas conferências realizadas, bem como no investimento adequado dos fundos da organização. Além disso, foi criado recentemente um prémio para a investigação em comunicação, sob o tema das mudanças climáticas (*Climate Communication Research Award*).

2 Os objetivos da organização estão disponíveis em: <http://iamcr.org/objectives>.

A IAMCR e a Unesco

Apesar de o ponto de vista da Unesco relativamente à comunicação registar desenvolvimentos, e mesmo alterações, como assinala e especifica o especialista Nordenstreng (2008), a IAMCR continua a ser uma Organização Não Governamental (ONG) e tem estatuto consultivo especial na Unesco e no Conselho Económico e Social das Nações Unidas. Esta circunstância distingue a IAMCR de muitas outras organizações de investigação em média e comunicação.

Por outro lado, as recentes atividades de cooperação entre a organização e a Unesco têm registado algum envolvimento tanto com a Aliança Global para Comunicação Social e a Diferença de Género (*Global Alliance for Media and Gender*), como com a Aliança Global para a Literacia Mediática e Informacional (*Global Alliance for Media and Information Literacy*), e ainda com o *World Press Freedom Study* (Estudo da Liberdade de Imprensa Mundial) e a *Internet Study* (Estudo da Internet). Os membros da IAMCR também continuam a participar nas *United Nations World Summits* (Cimeiras Mundiais das Nações Unidas) sobre a Sociedade da Informação.

A defesa do público: fazendo a diferença

Ao longo de sua história, a IAMCR fez tomadas de posição públicas e participou em discussões, acerca das políticas aplicadas, uma prática que a diferencia de outras organizações. Fez, por exemplo, pronunciamentos em questões como a proteção dos jornalistas, o direito à comunicação, a liberdade de investigar, o apoio às políticas de comunicação internacionais, ao serviço do desenvolvimento democrático, e também sobre a necessidade de contribuir para a melhoria das infraestruturas dos meios de comunicação no Terceiro Mundo. Como foi mencionado acima, estas questões foram especialmente vividas durante os debates da Unesco sobre a *New World Information Order*, que envolveram muitos membros da IAMCR.

A organização formou recentemente uma Câmara de Declarações Públicas (*Clearinghouse for Public Statements*), que propõe um método de seleção das declarações públicas relevantes e apropriadas.

Relações externas

A IAMCR mantém relações profissionais com uma vasta gama de organizações e centros de pesquisa em mídia e comunicação, incluindo associações regionais, como é o caso com a *Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación* (ALAIC), a *Asian Media Information and Communication Centre* (AMIC), a *European Communication Research and Education Association* (ECREA), a *International Communication Association* (ICA) e o *Nordic Information Centre for Media and Communication Research* (NORDICOM), bem como organizações nacionais, tais como a *Associação Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação* (INTERCOM), no Brasil, a *Société Française des Sciences de l'Information et de la Communication* (SFSIC), em França, e a *Japanese Society for the Study of Journalism, Media and Communication* (JSSJMC) no Japão.

Desafios de uma organização acadêmica internacional

Desafios não faltam para as organizações realmente internacionais, e especialmente para aquelas que não têm fins lucrativos, mas envolvem as academias, numa época de recursos limitados e orçamentos universitários cada vez mais reduzidos.

A língua é sempre um problema para as associações internacionais e para a comunicação entre culturas. Na tentativa de abordar estas questões, a organização inclui três línguas oficiais – Inglês, Espanhol e Francês. No entanto, isto ainda é uma luta.

Apesar do crescimento da área disciplinar e da organização, existem desafios financeiros em curso na IAMCR. Como organização sem fins lucrativos, tem dependido, de muitas formas, do trabalho voluntário dos seus membros. Os líderes da associação continuam a lutar com questões financeiras, e a angariação de fundos tornou-se uma prioridade.

Como as viagens internacionais se tornaram mais caras, é um desafio envolver os membros, tanto do Norte como do Sul, de países economicamente problemáticos. A organização reúne-se numa ampla variedade de locais, e não apenas nas tradicionais capitais do Norte. Isto dá aos membros do Terceiro Mundo ou aos países em desenvolvimento mais oportunidades de participar, pelo menos em algumas das conferências. No entanto, por vezes ainda é difícil organizar eventos que forneçam acesso suficiente para todos os membros. É cada vez mais possível

potenciar conferências virtuais, no entanto, muitos dos membros da organização resistem a esta opção, a não ser na organização de conferências de menores dimensões, regionais, nacionais ou locais.

Mas, apesar dos desafios, a associação continua a fornecer os seus serviços a um número crescente de académicos e investigadores dos média, e a ser a sua representante em diferentes contextos, a nível mundial. Como anterior Presidente da IAMCR, Cees Hamelink concluiu, da seguinte maneira, o resumo que fez sobre a IAMCR, em 2008, para a Enciclopédia Internacional da Comunicação (*The International Encyclopedia of Communication*):

As características identitárias da associação podem ser resumidas pela sua natureza ecuménica (no sentido de as abordagens dos tópicos de investigação serem interdisciplinares e plurimetodológicas), pela sua globalidade inclusiva, que se reflete no uso de três línguas oficiais (inglês, francês, e espanhol), e pelo encorajamento ativo da participação de jovens estudantes, e do aumento da presença de mulheres e de investigadores de regiões economicamente desfavorecidas do mundo (Hamelink, 2008, p. 2390).

Esta avaliação ainda é uma descrição apropriada da IAMCR na atualidade. Embora existam muitos desafios, a IAMCR continua a oferecer aos investigadores académicos em média e comunicação, espalhados por todo o mundo, uma organização verdadeiramente global como espaço de partilha e aprendizagem, dentro do seu campo de investigação.

Referências bibliográficas

- DONSBACH, W. (2015). Introduction. In W. Donsbach (Ed.), *The Concise Encyclopedia of Communication* (pp. xvii-xx). Oxford: Blackwell Publishing.
- HAMELINK, C. (2008). International Association of Media and Communication Research. In W. Donsbach (Ed.), *The Blackwell International Encyclopedia of Communication, Volume VI* (pp. 2387-2391). Oxford: Blackwell Publishing.
- HAMELINK, C. & Nordenstreng, K. (2007). *IAMCR in retrospect: 1957-2007*. Retirado de <https://iamcr.org/about-iamcr/history/305-iamcr-in-retrospect>.
- KUNSCH, M. & Melo, J. M. (Eds.) (2012). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (Eds.) (2014). *Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização*. Livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana. 13-16 de abril de 2014. Braga: Confiberom / Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/33031>.
- NORDENSTRENG, K. (2008). Institutional Networking: The Story of the International Association for Media and Communication Research (IAMCR). In D. Park & J. Pooley (Eds.), *The History of Media and Communication Research: Contested Memories* (pp. 225-247). Nova Iorque: Peter Lang Publishing.
- PARCELL, L. M. (2008). Communication and Media Studies, History since 1968. In W. Donsbach (Ed.), *International Encyclopedia of Communication*. Malden: Blackwell Publishing.
- UNESCO (1980). *Communication and Society Today and Tomorrow, Many Voices One World, Towards a New More Just and More Efficient World Information and Communication Order*. Londres: Kogan Page/ Nova Iorque: Uniput/ Paris: Unesco.
- WASKO, J. (2013). The IAMCR Political Economy Section: A Retrospective. *The Political Economy of Communication*, 1(1). Retirado de <http://www.polecom.org/index.php/polecom/article/view/11/148>.

AS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA EUROPA O PROJETO INACABADO DO COSMOPOLITISMO

Cláudia Álvares*

Resumo

Como parte de um processo ideológico, a emancipação das Ciências da Comunicação na Europa resultou também de uma tentativa de harmonização de perspetivas conflituantes, entre abordagens linguísticas histórico-discursivas (Wodak, 2001) e sociocognitivas (Van Dijk, 2009). Para além de entendimentos multidisciplinares, promoveu-se inclusivamente a multiculturalidade em sintonia com a emergência do próprio projeto europeu.

Contudo, o descentramento de diferentes teorias surgidas na Europa do pós-guerra, decorrentes de especificidades nacionais e regionais, conduziu a um certo abrandamento no ímpeto da globalização e da internacionalização que marcavam o espírito promissor da emergência da investigação em Comunicação. Deste modo, as culturas académicas latino-americanas nesta área assumem um papel especialmente importante, na medida em que devem reforçar a necessidade de imprimir uma mais-valia concreta aos desafios colocados pela história de violência colonial, racial, social e de género, levando-nos a reconhecer a necessidade de se preservar espaços de crítica contra a iniquidade.

Palavras-chave: Ciências da Comunicação; Europa; investigação; cosmopolitismo

* Doutorada em Ciências da Comunicação pela Goldsmith's College, Universidade de Londres (2001), é Professora Associada na Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Foi Presidente da European Communication Research and Education Association (ECREA), de 2012 a 2017, e estuda, entre outros assuntos, a representação discursiva de género nos média, e os fenómenos de participação *online*.

E-mail: claudia.alvares@ulusofona.pt.

Introdução: O Legado do Pós-Guerra

O surgimento da disciplina das Ciências da Comunicação na Europa está irremediavelmente ligado ao passado nacional-socialista alemão, tendo o respetivo desenvolvimento desse campo do saber apostado, por um lado, numa racionalidade comunicativa (Habermas, 1984) que tem como objetivo assegurar a convivência pacífica, baseada no consenso, entre perspectivas conflitantes, bem como, por outro lado, em abordagens linguísticas histórico-discursivas (Wodak, 2001) e sociocognitivas (Van Dijk, 2009) da identidade coletiva, que consideram esta última como sendo constituída e negociada por meio de interações com a comunidade discursiva (Koller, 2008). As críticas à indústria cultural (Horkheimer & Adorno, 2002) situam-se no âmbito da racionalidade comunicativa, sendo aquela considerada tão irracional quanto os totalitarismos manipuladores que impedem os indivíduos de pensar de forma autónoma, induzindo-os num conformismo que os distancia da participação cívica ativa.

A economia política dos *media*, herdeira da crítica à indústria cultural, aponta a promiscuidade entre a indústria dos média e o domínio da política, desconfiando assim da viabilidade de uma esfera pública democrática, a qual poderá apenas ser promovida mediante a regulação dos serviços dos média. Esta corrente de pensamento surge, também ela, associada à ideia de interpelação ideológica do sujeito (Althusser, 1971), o qual é negativamente manipulado em prol do consumo. Por seu turno, a estética da receção, primeiro desenvolvida por H. R. Jauss (1982) em finais da década de 60 do Século XX e posteriormente aplicada aos *media* por Stuart Hall (1980), foca a receção do 'texto' como momento de interpretação que se baseia no contexto cultural individual do recetor, bem como nas suas experiências de vida. Assim, o significado do texto constrói-se na relação entre texto e leitor, não sendo intrínseco ao texto. Hall (1980) virá a focar a possibilidade de os leitores escaparem às interpretações preferenciais codificadas no texto pelos seus produtores, ao enveredarem por leituras oposicionais ou negociadas na tentativa de descodificação do texto.

Em todas as correntes acima explicitadas se constata uma preocupação em refletir sobre os problemas decorrentes da falha do ato comunicacional, isto é, da capacidade de se pôr 'algo' verdadeiramente em comum com o outro. Se a racionalidade comunicativa privilegia o consenso, as abordagens histórico-discursivas e sociocognitivas chamam a atenção para a necessidade de se focar a interação das identidades com o seu contexto, de modo a se compreender as estratégias retóricas

que proporcionam uma compreensão baseada em *topoi* (Wodak, 2009, p. 42), ou lugares comuns discursivos, os quais distanciam os indivíduos do pôr em comum comunicacional. As críticas à ideologia capitalista procuram ainda articular uma forma de comunicar distante da racionalidade instrumental que reduz o indivíduo a um consumidor passivo, enquanto a estética da receção desconstrói um texto assente numa perspetiva autoral, abrindo-o à comunhão com o leitor com base na experiência vivida, ao mesmo tempo que realça o facto de o 'pôr em comum' do ato comunicacional não representar um ato absolutista, mas antes algo que se vai construindo com base na negociação permanente.

Estas correntes de pensamento sobre a comunicação foram, efetivamente, fortemente influenciadas pela configuração do Holocausto enquanto momento fundacional da ideia de civilização europeia, assente na multiculturalidade, e parte integrante da memória europeia. Tendo vindo a descontextualizar-se do seu espaço e tempo, o Holocausto passa então a significar qualquer ato de injustiça, deixando de estar confinado ao espartilho da Alemanha nacional-socialista e adquirindo um estatuto de quase religião civil da Europa Ocidental enquanto símbolo universalista da violação dos direitos humanos (Levy & Sznajder, 2007, pp. 167-168).

Neste cenário, a Comunidade Europeia que toma forma no pós-guerra afirma-se como defensora de um ideário universalista dos direitos humanos, tendo como contraponto qualquer nacionalismo particularista. Os objetivos da integração europeia afiguram-se assim como superando os estritamente económicos, procurando, acima de tudo, proteger a democracia pluralista, bem como o Estado de Direito, e obrigando os membros que aderem ao projeto europeu a respeitar tais princípios. Entre as razões que conduzem Habermas, por exemplo, a apoiar o projeto europeu, está o facto de muitos dos seus fundadores terem sido motivados pela memória imediata da guerra e da violência nacionalista, constituindo-se estas experiências como força motriz para o desenvolvimento de formas pós-nacionais de solidariedade e segurança (Stevenson, 2005, p. 4). A pós-nacionalidade remete para uma Europa cosmopolita, que estabelece mediação entre o nacional e o global, obedecendo a uma lógica cultural de constante autotransformação, assente na criação de uma sociedade civil que se estende para além das fronteiras nacionais (Delanty, 2005, p. 405).

Herdeiras deste legado, as Ciências da Comunicação na Europa são permeáveis a uma perspetiva culturalista amena à crítica aos nacionalismos sob a forma do estudo do pós-colonial e dos estudos de género (Hall, 2000), em consonância com

os objetivos de afirmação de uma esfera pública europeísta e descentralizadora dos particularismos contrários ao universalismo que subjaz ao projeto europeu.

Diferentes Tradições Europeias

A crise global de 2008 afetou profundamente o continente europeu, estando as Ciências da Comunicação a sofrer as consequências de cortes drásticos de financiamento aos níveis nacional e internacional, assim comprometendo a capacidade de fazer investigação de modo crítico e academicamente sustentado, privilegiando-se agora o empreendedorismo e desenvolvimento empresarial como critérios impulsionadores da investigação científica. Nesta perspetiva, corre-se o risco de pôr em causa o reconhecimento da necessidade de se efetuar estudos de longo-prazo, encorajando-se trabalhos que promovam uma visão instantânea do comportamento comunicacional. Há uma clara tendência de se privilegiar o quantitativo e a vertente positivista, com o perigo implícito de que, ao se medir apenas o mensurável, se deixe de parte aquilo que importa realmente analisar. Este pendor tem sido acompanhado por uma tentativa de camuflar a teoria que subjaz a qualquer tipo de investigação, não se assumindo explicitamente. Carecendo muitas vezes da explicitação do devido enquadramento teórico, os dados empíricos recolhidos por investigadores reduzem-se a factos sem significado, aproximando-se mais da informação do que do conhecimento, requerendo este último sempre uma sustentação teórica. Nestas circunstâncias, a investigação na área da Comunicação e dos Média torna-se difícil de distinguir da pesquisa de mercado, a qual se afigura colossal, correndo o risco de facilmente cair na tentação de se ficar pela rama, relegando para trás a difícil tarefa de construção de enquadramentos teóricos que contextualizem os factos (Álvares *et al.*, 2014, pp. 42-43).

Embora as teorias referidas na parte introdutória do texto sejam importantes à luz dos objetivos do projeto europeu surgido no pós-guerra, haverá tradições europeias diversas, aproximando-se em maior ou menor grau aos particularismos nacionais e regionais europeus, as quais condicionam os enquadramentos teóricos aplicáveis à parte pragmática da investigação. A investigação nesta área em França, por exemplo, tem vindo a ser largamente dominada pelo eixo da semiologia, com o objetivo de focar o conteúdo da comunicação mediante a análise das estruturas do discurso, por oposição aos métodos mais quantitativos vigentes noutros contextos (Flichy, 1980, p. 179). Essa abordagem semiológica

vai centrar-se na cinematografia em vez de outros meios de comunicação mais massificados, nomeadamente a televisão. Em França, os meios massificados têm sido mais abordados pela Sociologia da Cultura, tendo como expoente de relevo Pierre Bourdieu, autor cujo trabalho tem contribuído para contextualizar o uso dos *media* no âmbito de atitudes culturais generalizadas, rompendo assim com a tradição da sociologia da comunicação norte-americana, associada a um paradigma centrado nos *media* (i.e. ‘mediacêntrico’), de acordo com o qual todas as atividades sociais se tornam periféricas em relação àqueles (Flichy, 1980, p. 189).

O conceito de mediação (Krotz, 2008), primordialmente desenvolvido na Alemanha e nos países nórdicos, traduz este processo ‘mediacêntrico’, descrevendo a adaptação das macroinstituições da sociedade à presença ubíqua dos *media* (Mazzoleni & Winfried, 1999, p. 250). Nesta perspetiva, os *media* deixam de ser vistos como separados dessas instituições (Hjarvard 2008, p. 7), deixando de agir como elos de mediação entre o indivíduo e o social, mas antes funcionando como parte da tessitura do próprio social, definindo o modo como as questões são enquadradas para discussão pública. A influência dos *media* radica então na interiorização da ‘lógica dos *media*’ pelas instituições e atores sociais de modo a ganharem legitimidade e reforçarem o seu poder.

Os *media* como alvo de intervenção de políticas públicas de regulação (Curran, 2002; Golding & Murdock, 2005), tendo em vista a sua proteção contra a concentração indevida de propriedade, é um dos principais temas abordados pela economia política de inspiração britânica. Presumindo que a classe detentora dos meios de produção material também controla os meios de produção mental de uma sociedade, esta corrente faz opor o Estado às corporações económicas numa tentativa de garantir o acesso equitativo aos meios de comunicação enquanto bem público, semelhante à educação. Na atualidade, a lógica do mercado condiciona o acesso à informação *online* através do controlo concentrado das grandes corporações da área dos novos *media*, que introduzem filtros personalizados em benefício de anunciantes, pondo em causa a privacidade e a vigilância, as quais têm em vista o interesse público.

Efetivamente, as interações, *links* e perfis *online*, bem como o uso do telemóvel geram informação excendatória sobre as atividades online dos utilizadores, a qual pode ser rastreada, explorada e usada por aqueles que não participam nessas mesmas interações. Bases de dados são criadas como ‘pegadas’ de informação pessoal que os participantes deixam *online* enquanto comunicam, tornando-as (frequentemente sem que o saibam) acessíveis a terceiros, tendo em vista a sua

utilização para estudar padrões de efetuação e recepção de chamadas, envio e recepção de mensagens, carregamento/d Descarregamento de ficheiros, atividades de *friending* e de *liking*, ou os respetivos contrários, no *Facebook*. Baseados em grandes volumes de dados (*big data*) que são coligidos, analisados e usados, não apenas com objetivos de pesquisa, mas também – e sobretudo – para fins comerciais e políticos, percebe-se que os novos media representam séria ameaça, aos níveis ético e jurídico, para a esfera pública democrática (Álvares *et al.*, 2014, pp. 43-44).

Internacionalização e Híbridez

O mundo globalizado onde se faz investigação e ciência obriga-nos a pensar em termos de possíveis entrelaçamentos, que podem ser estabelecidos com outras áreas geográficas, numa perspectiva descentralizadora do olhar, muitas vezes enviesado em torno do mundo anglófono, se não mesmo europeu (Martins, 2010; Kunsh e Melo (2012); Martins & Oliveira (2014)). Qualquer tentativa no sentido de ‘internacionalizar’ a nossa área de estudo requer, no entanto, alguma reflexão sobre as consequências dessa internacionalização para as diversas partes intervenientes (Mansell, 2007, p. 287). Tal esforço deve então ser acompanhado de uma efetiva interdisciplinaridade crítica, que nos impele a problematizar a relação entre margem e centro na ‘economia epistémica dos estudos de comunicação’ (Althusser citado em Mansell, 2007, p. 287).

Ousamos então interrogar-nos sobre a mais-valia concreta que as culturas académicas latino-americanas da área das Ciências da Comunicação podem trazer para a Europa. São as veias abertas da América Latina (Galeano, 2007 [1978]), que expõem uma história de violência colonial, racial, social e de género, levando-nos a reconhecer a necessidade de se preservar espaços de crítica contra a iniquidade. Aí podemos realçar a importância de se estabelecer uma ponte entre a tradição britânica dos Estudos Culturais, oposta à Economia Política dos Media, e a Comunicação, ligação essa que já existe no Reino Unido, e que aparenta ver-se também refletida em muitos países da América Latina. É da crítica ao universalismo que se trata, numa tentativa de se apoiar um campo disciplinar que é antes de mais interdisciplinar na sua recusa da pureza ou autenticidade intelectuais. O conceito de híbridez multitemporal de Nestor García Canclini (1989) remete para a coexistência de múltiplas temporalidades na América Latina, onde as narrativas da modernidade coabitam com as da tradição. Tal como afirma Jesús

Martín-Barbero (1991), tais narrativas desfrutam de uma relação híbrida com a modernidade, incorporando elementos pré- e pós-modernos. Esta é uma mistura ou mestiçagem que não conduz a uma 'síntese', no sentido hegeliano, mas antes ao reconhecimento da contradição como algo intrínseco à modernidade, de modo similar à dialética da negatividade adorniana (Adorno, 2000 [1966]), que substitui uma teleologia orientada para o futuro sob a forma da 'narrativa de necessidade' pela contingência. A sociologia transgressiva de Sousa Santos (2010) também se baseia numa noção do 'ainda não' (Noch Nicht), que o filósofo utópico, Ernst Bloch, desenvolvera como resposta ao que considerava um dualismo rígido entre 'tudo' (Alles) ou 'nada' (Nicht). É na ambivalência entre processos 'primitivos' e 'amplificados' de acumulação de capital, lutas 'defensivas' e 'ofensivas' contra modos dominantes de ver o mundo e o uso contra-hegemónico de instrumentos hegemónicos que se joga a contradição civilizacional de uma modernidade não-linear, que efetivamente nunca foi nem será linear, em lado algum, mas cuja fragmentação se revela nesta conjuntura sem disfarce (Núñez, 2014, p. 138). A Europa cosmopolita, com o seu legado pós-colonial, também vive uma modernidade em mosaico, procurando por vezes impor o legado linear do iluminismo de forma a encobrir a coexistência forçada de outras temporalidades no seu interior, não sabendo como lidar com essa 'contradição' que põe em causa o próprio universalismo da esfera pública europeísta.

A desterritorialização e hibridiz que a modernidade trouxe à América Latina teve origem em processos de comunicação multidimensionais (Martín-Barbero, 2006, p. 283), nomeadamente as indústrias culturais e os meios de comunicação de massa responsáveis por novos processos de produção e circulação culturais. Não se tratando apenas de inovações tecnológicas, tais processos acabaram por criar novas percepções e sensibilidades, visíveis na economia simbólica da arte urbana e na mediação de identidades por meio da telenovela. De forma similar, os estudos culturais britânicos também se têm interrogado sobre o papel dos *media* e da indústria cultural nas mudanças nas relações de poder, conduzindo a uma desestabilização das definições tradicionais de identidade e promoção de novas formas de agenciamento. Numa vertente mais ligada à economia política dos *media*, questões relacionadas com a indústria criativa são fulcrais neste momento para a Europa, em que a par de cada vez mais oportunidades para os criadores de conteúdos resultante do uso das novas tecnologias, os meios de armazenamento e distribuição de massa para lucro continuam a ser dominadas por corporações globais (Álvares *et al.*, 2014, p. 39).

Conclusão

O início deste texto foca a história das Ciências da Comunicação na Europa, salientando a sua ligação aos objetivos do projeto europeu do pós-guerra, muito particularmente o combate aos totalitarismos, a promoção da convivência consensual entre partes conflitantes e a defesa dos direitos humanos. Obedecendo antes de mais a um desafio político que seria consolidado por meio de uma aliança económica, a integração europeia tornou-se simbólica de ideais humanistas e universalistas antagónicos aos particularismos nacionais, considerados como convergentes com o nacionalismo, o qual fazia ressuscitar imagens da então ainda recente experiência nacional-socialista.

Nesse contexto, as teorias da racionalidade comunicativa, as abordagens sociolinguísticas histórico-discursivas e sociocognitivas, as críticas à indústria cultural, antecipando a economia política dos *media*, bem como a teoria da recepção apontam caminhos para a emancipação do sujeito. A emancipação também é objetivo dos estudos culturais britânicos, os quais promovem um descentramento das narrativas universalistas de legitimação, chamando a atenção para as relações entre conhecimento e poder que subjazem às mesmas. Estabelece-se assim uma ponte entre a crítica emancipatória, que almeja libertar o indivíduo dos grilhões do pensamento conformista, e as correntes de pensamento latino-americanas que enfatizam a hibridez, mestiçagem, modernidade fragmentada e desterritorialização.

Apesar do descentramento das teorias surgidas na Europa do pós-guerra, subsistem tradições europeias diferentes, que não fogem aos particularismos nacionais e regionais europeus, as quais condicionam os enquadramentos teóricos aplicáveis à parte pragmática da investigação. Alguns exemplos são a semiótica estruturalista francesa, a teoria da mediatização que prevalece nos países nórdicos e na Alemanha, bem como os estudos de regulação inspirados na economia política britânica. Obviamente que estas correntes de pensamento não são estanques, resistindo ao confinamento às fronteiras nacionais, e encontrando forte adesão noutros países da Europa e mesmo noutros continentes. No entanto, talvez respondam mais ao ímpeto da globalização do que do cosmopolitismo, tal como surgido no pós-guerra. Enquanto a globalização diz respeito à convergência de plataformas, mercados e hábitos de consumo, podendo a semiótica, a mediatização e a regulação ser aplicadas ao estudo de produtos globalizados, o ímpeto cosmopolita que serve de inspiração às primeiras correntes mencionadas – racionalidade comunicativa,

sociolinguística, críticas à indústria cultural e teoria da recepção – prende-se com uma clara vertente emancipatória. Tanto as teorias mais vocacionadas para a esfera pública europeísta como as mais orientadas para lidar com os produtos mediáticos da globalização são complementares numa Europa transnacional, caracterizada por um legado simbólico universalista, onde os media digitais contribuem cada vez mais para a globalização do próprio cosmopolitismo.

Referências bibliográficas

- ADORNO, T. W. (2000 [1966]). *Negative Dialectics*. Londres: Routledge.
- ALTHUSSER, L. (1971 [1970]). *Lenin and Philosophy and Other Essays*. Londres: New Left Books.
- Álvares, C.; Cardoso, G.; Dahlgren, P.; Erstad, O.; Fornas, J.; Golding, P.; Nieminen, H.; Sparks, C.; Splichal, S. & Xinaris, C. (2014). *ESF Forward Look – Media in Europe: New Questions for Research and Policy*. Estrasburgo: European Science Foundation.
- CURRAN, J. (2002). Media and Democracy: The Third Way. In *Media and Power* (pp. 217-248). Londres: Routledge.
- DELANTY, G. (2005). The Idea of a Cosmopolitan Europe: On the Cultural Significance of Europeanization. *International Review of Sociology*, 15(3), pp. 405-421.
- FLICHY, P. (1980). Current approaches to mass communication research in France. *Media, Culture and Society*, 2, pp. 179- 188.
- GALEANO, E. (2007 [1978]). *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GARCÍA Canclini, N. (1989). *Culturas híbridas: Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. Cidade do México: Grijalbo.
- GOLDING, P. & Murdock, G. (2005). Culture, Communication and Political Economy. In *Mass Media and Society* (pp. 70-92). Londres: Hodder Education.
- HABERMAS, J. (1984 [1981]). *The Theory of Communicative Action*, Vol. 1: Reason and the Rationalization of Society. Boston: Beacon Press.
- HALL, S. (1980). Coding and encoding in television discourse. In Stuart Hall/Centre for Contemporary Cultural Studies (Org.), *Culture, Media, Language* (pp. 197-208). Londres: Hutchinson.
- HALL, S. (2000 [1992]). O Legado Teórico dos Cultural Studies. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 28, pp. 65-81.
- HJARVARD, S. (2008). The Mediatization of Religion: A Theory of the Media as Agents of Religious Change. In *Northern Lights 2008. Yearbook of Film & Media Studies* (pp. 9-26). Bristol: Intellect Press.

- HORKHEIMER, M. & Adorno, T. W. (2002 [1947]). *Dialectic of Enlightenment: Philosophical Fragments*. Stanford: Stanford University Press.
- JAUSS, H. R. (1982). *Toward an Aesthetic of Reception*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- KOLLER, V. (2008). Analysing collective identity in discourse: combining discourse-historical and socio-cognitive approaches. Comunicação apresentada no *Sociolinguistics Symposium: Micro and Macro Connections*. Retirado de <http://www.meertens.knaw.nl/ss17/contributions/abstract.php?paperID=266>
- KROTZ, F. (2008). Media Connectivity: Concepts, Conditions, and Consequences. In A. Hepp; F. Krotz; S. Moores & C. Winter (Orgs.), *Network, Connectivity and Flow: Key concepts for Media and Cultural Studies* (pp. 13-32). Nova Iorque: Hampton Press.
- KUNSCH, M. & Melo, J. M. (Orgs.) (2012). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- LEVY, D. & Sznajder, N. (2007). Memories of Europe: Cosmopolitanism and Its Others. In C. Rumford (Org.), *Cosmopolitanism and Europe* (pp. 158-177). Liverpool: Liverpool University Press.
- MANSELL, R. (2007). The problem of internationalizing media and communication research. *Global Media and Communication*, 3(3), pp. 283-288.
- MARTÍN-BARBERO, J. (1991, 3 de novembro). Sobre “Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad. Reseña. *El Espectador, Magazín Dominical*, 445. Retirado de <http://nestorgarciacanclini.net/index.php/hibridacion-e-interculturalidad/73-resena-sobre-culturas-hibridas-estrategias-para-entrar-y-salir-de-la-modernidad>.
- MARTÍN-BARBERO, J. (2006). A Latin American perspective on communication/cultural mediation. *Global Media and Communication*, 2 (3), pp. 279-297.
- MAZZOLENI, G. & Winfried S. (1999). “Mediatization” of Politics: A Challenge for Democracy? *Political Communication*, 16 (3), pp. 247-261.
- MARTINS, M. L. (2010). A mobilização infinita numa sociedade de meios sem fins. In C. Álvares, C. & M. Damásio (Org.) *Teorias e práticas dos media. Situando o local no global* (pp. 267-278). Lisboa: Edições Lusófonas. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/24250>.
- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (Eds.) (2014). *Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização*. Livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana. 13-16 de abril de 2014. Braga: Confibercom / Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/33031>.

- NÚÑEZ, D. (2014). Book review: Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del sur. *International Sociology*, 29, pp. 137-139.
- SOSA Santos, B. de (2010). *Refundación del Estado en América Latina – Perspectivas desde una epistemología del Sur*. La Paz/Bolivia: Plural Editores, CESU-UMSS.
- STEVENSON, N. (2005). European Cosmopolitanism and Civil Society: Questions of culture, identity and citizenship. *Innovation*, 18 (1), pp. 45-59.
- VAN Dijk, T. A. (2009). Critical Discourse Studies. A sociocognitive approach. In R. Wodak & M. Meyer (Org.), *Methods of critical discourse analysis* (pp. 62-85). Londres: Sage.
- WODAK, R. (2001). The discourse-historical approach. In R. Wodak & M. Meyer (Org.), *Methods of critical discourse analysis* (pp. 63-95). Londres: Sage.
- WODAK, R. (2009). *The Discourse of Politics in Action: Politics as Usual*. Basingstoke: Palgrave, Macmillan.

POLÍTICA CIENTÍFICA

UMA QUESTÃO DE CONFIANÇA

João Costa*

Resumo

A política científica nacional, que decorre de opções locais e de imposições dos quadros de financiamento europeu, tem sofrido alterações recentes que colocam em causa as formas tradicionais de fazer ciência, em particular na área das Ciências Sociais e das Humanidades. Passou-se de um modelo *bottom-up*, em que se confiava nas comunidades científicas para avaliar e definir o impacto da investigação e das propostas de pesquisa para modelos estandardizados e com definições apriorísticas de qualidade e relevância.

Neste texto, proponho uma breve reflexão sobre o papel da confiança na definição de políticas científicas, usando como exemplo de partida a evolução recente na minha área de trabalho, a linguística formal.

Abordarei, como eixos para o estabelecimento de uma política assente na confiança na comunidade científica, o papel da literacia científica no acesso ao conhecimento, o papel da Universidade na construção do conhecimento e a necessidade de reconhecimento da diversidade nos outputs científicos.

Palavras-chave: política; ciência; confiança; língua; sociedade

* Doutoramento em Linguística, pela Universidade de Leiden, na Holanda, é Professor Catedrático de Linguística, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Até novembro de 2015 desempenhou as funções de Diretor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas desta Universidade e de Presidente do Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Membro do Conselho Científico do Plano Nacional de Leitura, da Comissão Nacional do Instituto Internacional da Língua Portuguesa e do Conselho Consultivo do Instituto Camões, foi presidente da Associação Europeia de Estudantes de Linguística (SOLE) e da Associação Portuguesa de Linguística. Lecionou em várias universidades, no Brasil, em Macau, em Espanha e na Holanda. Atualmente, é o Secretário de Estado da Educação do XXI Governo de Portugal.
E-mail: jcosta@fcsh.unl.pt.

1. Uma questão linguística

A informação disponível na maior parte dos países em que existe recenseamento para este tipo de patologia indica que cerca de 7% das crianças em idade escolar sofrem de Perturbação Específica do Desenvolvimento da Linguagem (PEDL) (Tomblin *et al.*, 1997). Esta perturbação caracteriza-se por um défice da linguagem, que não tem associadas outras características – há ausência de défice cognitivo, de perturbações do foro emocional ou social, de perturbações auditivas. As crianças com PEDL apresentam vários sintomas. Quando o conhecimento sintático está afetado, a sua compreensão de determinadas estruturas pode encontrar-se comprometida. Por exemplo, quando consideramos o seguinte par de frases:

- a. Que menina é que abraçou a mãe?
- b. Que menina é que a mãe abraçou?

Observamos que a diferença entre estas frases é mínima. A expressão interrogativa em (1a) é o sujeito da frase, enquanto em (1b) é o complemento direto da frase. As crianças com PEDL têm dificuldades na compreensão da frase (1b), não sabendo se se lhes pergunta se a mãe abraçou a menina ou se, pelo contrário, foi a menina que abraçou a mãe. Este tipo de dificuldade compromete seriamente o rendimento escolar, basta pensar na quantidade de questões como: *Que povos invadiram os romanos?* e nas consequências de uma incapacidade de processamento deste tipo de questões.

Sabemos que a PEDL, até há muito pouco tempo, era muito pouco diagnosticada. As crianças com este tipo de perturbação passavam por desatentas, havendo alguns diagnósticos errados de défice de atenção. Sabemos também que as taxas de diagnóstico são bastante mais baixas nas populações bilingues (assumindo-se erradamente que uma criança que evidencia dificuldades na sua língua não-dominante as tem por ser bilingue).

Hoje, os instrumentos de diagnóstico para esta perturbação são muito mais finos e apurados. É possível saber que uma frase como (1b) é um bom indicador clínico de PEDL, porque envolve a anteposição de um constituinte interrogativo que contém um nome (*menina*) e que, como foi dito, apenas os constituintes com função de complemento são problemáticos. Sabemos ainda que, quanto maior a partilha de traços entre os constituintes envolvidos (neste caso, entre *menina* e *mãe*, dois nomes no feminino e no singular), maiores serão as dificuldades

encontradas. Estes contributos para um diagnóstico cada vez mais fino da PEDL decorrem de várias décadas de investigação em linguística teórica.

Esta investigação desenvolveu-se a partir dos trabalhos de Noam Chomsky, nos anos 50, sem que houvesse qualquer preocupação com a sua aplicabilidade imediata. Em 1957, Chomsky enuncia os primeiros princípios da gramática transformacional numa perspetiva mentalista sobre a gramática. Este trabalho introduzia a noção de movimento sintático – que permite dizer que em (1b) o constituinte *que menina* se move para o início da frase, mas não sistematiza ainda as propriedades e restrições deste tipo de movimento, o que é apenas feito em 1969, com a tese de John Ross (1969). Na década de 80, são muitos os trabalhos que aprofundam as propriedades formais das estruturas interrogativas e consegue-se, em particular através dos trabalhos de Luigi Rizzi (1990), entender as diferenças entre estruturas com e sem intervenção, o que estabelece diferenças cruciais formais entre frases como (1a) e (1b). Nos anos 90, assistimos a um interesse crescente sobre a aquisição e desenvolvimento da linguagem, no estudo de diversas línguas, que permitiram estabelecer a idade em que diferentes estruturas são adquiridas e como frases como as de (1) são produzidas e compreendidas pelas crianças em diferentes línguas e em diferentes estádios de desenvolvimento. Este tipo de trabalho permitiu que se estabelecessem normas para o desenvolvimento da linguagem. Graças ao trabalho da década de 90, foi possível, na década seguinte, observar que há contextos em que o desenvolvimento sintático não corre bem e estabelecer os desvios em diferentes quadros clínicos. Mais, com o enorme contributo de investigadores como (Friedman, Belletti & Rizzi, 2009), foi possível entender-se que as perturbações da linguagem são seletivas e guiadas por princípios abstratos explicáveis à luz das restrições sintáticas identificadas nos anos 70 e 80.

Com base neste conhecimento, nos últimos anos, tem sido possível que linguistas, psicólogos e terapeutas da fala colaborem na construção de instrumentos de rastreio e diagnóstico mais precisos para a identificação precoce de problemas de desenvolvimento da linguagem, que tenham em conta as especificidades das diferentes línguas.

Ninguém negará que é importante que haja instrumentos para o diagnóstico de perturbações da linguagem.

Hoje, infelizmente, ouve-se recorrentemente a pergunta: para que serve o que tu estudas? Como se todo o estudo tivesse de ter um retorno prático imediato, para além do aprofundamento do próprio conhecimento. Se é verdade que, no exemplo dado, a fase final é inegavelmente relevante, é sobretudo verdade que só

foi possível chegar a este tipo de aplicação porque houve 50 anos de trabalho de investigação fundamental, que não tinha em vista qualquer impacto económico imediato, que não respondia a nenhum desafio societal emergente. Estes 50 anos de investigação fundamental existiram porque houve financiamento assente na confiança na comunidade científica para avaliar a relevância e impacto desta investigação.

2. Políticas científicas

Com base neste pequeno exemplo do mundo da linguística, podemos refletir um pouco sobre o papel que a confiança deve ter na estruturação de políticas científicas. Debruçar-me-ei sobre três eixos: investigação e democracia; visão sobre a Universidade; tipologias de outputs.

a) Sobre investigação e democracia

Retomemos a definição de literacia científica que é dada pela OCDE na definição dos instrumentos do PISA:

“a capacidade de uso do conhecimento científico para identificar questões e projetar conclusões baseadas em provas, tendo em vista entender a ajuda e tomar decisões sobre o mundo natural, assim como as transformações nele introduzidas pela atividade humana”.

Através desta definição, podemos ver que o investimento na investigação e na formação científica das populações é fundamental. Conforme é bem documentado nos trabalhos de Norris, Phillips e Korpan (2003) e Fang (2004), entre outros, um cidadão com boa formação científica, com competência de literacia científica, exhibe um conjunto de comportamentos que o torna mais apto para uma cidadania ativa. Em particular, distingue-se pelas seguintes características:

- participa na sociedade de forma informada;
- questiona a partir de curiosidade sobre o mundo;
- lê artigos de divulgação e opinião e é capaz de discutir e colocar hipóteses sobre a validade das conclusões;

- expressa opiniões a partir de informação científica e tecnológica;
- argumenta a partir de evidências e tira conclusões a partir de argumentos válidos.

O investimento em investigação é, portanto, um requisito para a constituição de uma sociedade mais esclarecida e que toma decisões de uma forma mais consciente, contribuindo para o desenvolvimento das democracias. Veremos que, para entender a relação entre a Universidade e a absorção de conhecimento pela Sociedade, o investimento em literacia científica é fundamental.

b) Sobre o papel da Universidade

À Universidade compete gerar conhecimento. Esta é historicamente a missão da Universidade e esta instituição tem cumprido o seu papel nos últimos séculos, porque tem tido a liberdade de gerar conhecimento sem a pressão de saber como esse conhecimento é imediatamente relevante para a sociedade. Não se trata de advogar o isolamento da Universidade ao mundo exterior, mas sim de conferir à Universidade a capacidade de poder investigar, explorando e testando hipóteses independentemente da sua aplicabilidade imediata. Se é competência da Universidade gerar conhecimento – e deve ser penalizada quando não o faz – é, por outro lado, competência da sociedade e do tecido económico saber olhar para a Universidade e absorver o melhor conhecimento gerado. Esta “distribuição de tarefas” é fundamental para se perceber o papel de cada um. Ultimamente, assiste-se, por vezes, a uma inversão de papéis, que penaliza enormemente a investigação fundamental, concretizada em particular nas chamadas *Smart Specialization Strategies*, que beneficiam e privilegiam os projetos de investigação com impacto imediato na criação de valor económico. Pede-se à Universidade, portanto, que defina os temas de investigação em função das necessidades da economia, em vez de se pedir ao tecido económico que avalie quais os outputs do conhecimento que são mais relevantes, desafiando a Universidade para produzir mais e melhor.

Para que a Universidade cumpra o seu papel, na geração de conhecimento, é fundamental que se cumpra um requisito: que haja confiança nas instituições e na comunidade científica.

É inegável que a Universidade tem cumprido o seu papel. O conhecimento fundamental, aplicado ou em atividades de extensão aumentou enormemente nas últimas décadas, como atestam todos os indicadores disponíveis. Sabemos que,

graças ao enorme investimento público, apenas contrariado nos últimos anos, Portugal viu aumentar o número de adultos com qualificação superior e o número de indicadores de desempenho científico (e.g., teses de doutoramento, projetos internacionais e publicações). Diz-se que a Universidade não tem cumprido o seu papel porque ainda é baixa a correlação entre o investimento em investigação e o desenvolvimento económico – este é, por exemplo, o resultado do *Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação*, divulgado pela FCT em 2013. Contudo, é preciso dizer que a leitura desta baixa correlação deve ser interpretada com cautela.

Em primeiro lugar, uma política de confianças nas instituições requer condições para a execução de investigação científica de qualidade. Esta investigação científica de qualidade comporta três requisitos essenciais:

- Estabilidade e previsibilidade nos modelos e quadros de financiamento – os investigadores só podem desenvolver investigação se souberem que podem formar equipas a médio-longo prazo e quais os modelos de financiamento com que podem contar. A constante imprevisibilidade nos concursos e modelos de organização, avaliação e financiamento não permitem que haja um amadurecimento das instituições.
- Renovação de quadros – a renovação das instituições é fundamental. Atualmente, os quadros das Universidades estão envelhecidos e tem sido muito difícil a contratação de jovens investigadores. Para a criação de investigação científica fortemente competitiva, é fundamental que as instituições tenham a capacidade de fixar os melhores investigadores, que se têm visto obrigados – e até estimulados – a emigrar;
- Reforço de autonomia e responsabilização – o desenvolvimento da investigação implica que seja possível cada instituição definir o seu projeto, estabelecer as suas metas e gerir os seus recursos da melhor forma. Para tal, é necessário que haja uma progressiva autonomização da gestão, na contratação, nas modalidades de aquisição, nos modelos de gestão de recursos. Se esta autonomia for concedida, é possível e desejável uma muito maior responsabilização dos agentes de gestão.

Chamo a atenção para estas condições porque não vale a pena fazer diagnósticos sobre o baixo impacto da produção científica se não forem sendo garantidas, progressivamente, às instituições condições para uma execução continuada e previsível da sua produção.

Há um segundo aspeto na correlação entre produção científica e valor económico que justifica uma reflexão essencial. Para que haja absorção do conhecimento pelo tecido económico, é preciso que haja valorização do conhecimento pelos agentes económicos. Ora, como sabemos, e os dados do Eurostat mostram-no inequivocamente, os empresários portugueses têm qualificações muito baixas quando comparados com a média europeia. Isto significa que os empregadores têm um potencial muito fraco de valorização do conhecimento científico gerado na Universidade, não havendo, portanto, contexto para a sua absorção. É neste ponto que o que acima foi dito sobre literacia científica se torna relevante. A par do investimento estável e previsível no ensino superior e na ciência, é fundamental que sejam retomados os programas de formação e qualificação da população ativa e que se deem passos firmes numa política de promoção da cultura e literacia científica. Sem que isto aconteça, é muito pouco provável que se inverta a desvalorização do conhecimento e a baixa absorção do conhecimento científico gerado na Universidade pelo tecido económico, bem como a baixa integração de doutorados nas empresas.

c) Sobre a tipologia de outputs

Para se perceber que absorção de conhecimento é possível pela sociedade, é necessário que seja garantida a visibilidade de todos os produtos científicos. A tendência recente de valorização quase exclusiva das publicações indexadas em base comerciais tem sido penalizadora para as Ciências Sociais e para as Humanidades. Como evidenciado em vários estudos, os tipos de *output* científico são bastante diversificados em função das áreas e, se nas ciências exatas, é possível recorrer à publicação em revista como principal e quase exclusiva forma de divulgação do conhecimento, nas CSH são muito diversas as formas de divulgação do conhecimento. Tradicionalmente, publica-se em livros, capítulos de livros, atas e revistas, e a publicação é uma forma de divulgação a par de outros outputs como as coleções, a edição de partituras, os sítios arqueológicos, a organização de exposições, entre outros. Também a língua de publicação é bastante variável, havendo disciplinas em que a língua nacional é muito mais utilizada do que o inglês, o que pode ser tornado invisível quando apenas são contempladas as publicações indexadas em bases comerciais.

Na última década temos assistido a uma política *top-down* de definição de canais de comunicação de ciência, de definição de impacto nas áreas científicas

e, com maior gravidade, de definição de temas de investigação. Compete às comunidades científicas e aos investigadores saberem avaliar da qualidade científica dos *outputs*. Se por um lado esta política *top-down* tem permitido alguma preocupação crescente com a visibilidade externa da investigação (já é mais claro que interessa mais o que é lido do que aquilo que se publica) e com a definição de níveis de produtividade, por outro lado assistimos a alguns problemas nos exercícios de avaliação. A invisibilidade a que os produtos científicos mais relevantes em algumas áreas, como as CSH, estão condenados leva a que haja desvios na avaliação – estas áreas podem ser consideradas inerentemente pouco produtivas, podem subvalorizar alguns produtos científicos ou sobrevalorizar outros independentemente da sua qualidade real e, sobretudo, levam a que haja um enorme gasto de recursos na tentativa de adaptação das áreas às exigências externas das entidades avaliadoras, em vez de se canalizarem recursos para o que mais interessa: o investimento em investigação científica de qualidade.

É evidente que uma política científica assente em princípios de confiança na comunidade científica reconhecerá que a investigação irrelevante nunca vingou. Cada comunidade científica saberá, como sempre soube, aferir e avaliar os produtos dos seus pares e selecionar a melhor investigação.

Trago à discussão esta questão dos *outputs* científicos, já que não podemos querer que a Universidade cumpra o seu papel de entidade produtora de conhecimento, corresponsabilizando-se pela criação de uma cultura científica na sociedade e pela qualificação dos agentes económicos, se os seus produtos estiverem à partida condenados a ser invisíveis. Se muitos dos *outputs* das Humanidades, que se materializam em projetos de transferência de conhecimento, como catálogos, exposições, palestras, formação, são ignorados em processos de avaliação, não se pode esperar que os centros de investigação cumpram o seu papel.

De tudo o que foi exposto, parece fundamental que se reestabeleça e fortaleça a relação de confiança entre a comunidade científica e as agências que gerem a política científica dos vários países, sobretudo no contexto europeu. O conhecimento científico construiu-se porque houve liberdade conferida aos investigadores para identificarem as questões de investigação, recursos para investigar e confiança nas suas capacidades. Se estas condições não estiverem garantidas, pouco restará.

Referências bibliográficas

- CHOMSKY, N. (1957). *Syntactic Structures*. Cambridge: MIT Press.
- FANG, Z. (2004). Scientific literacy: A systemic functional linguistics perspective. *Science Education*, 89, 335-347.
- FRIEDMANN, N.; Belletti, A. & Rizzi, L. (2009). Relativized relatives: Types of intervention in the acquisition of A-bar dependencies. *Lingua*, 119, 67-88. doi: 10.1016/j.lingua.2008.09.002.
- NORRIS, S.; Phillips, L. M. & Korpan, C. (2003). University students' interpretation of media reports of science and its relationship to background knowledge, interest, and reading difficulty. *Public Understanding of Science*, 12, 1-23.
- RIZZI, L. (1990). *Relativized Minimality*. Cambridge: MIT Press.
- ROSS, J. (1969). *Constraints on Variables in Syntax*. Tese de doutoramento, MIT.
- TOMBLIN, J. B.; Records, N. L.; Buckwalter, P.; Zhang, X.; Smith, E. & O'Brien, M. (1997). Prevalence of specific language impairment in kindergarten children. *Journal of Speech and Hearing Research*, 40, 1245-1260.

DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO ACADÊMICA

Juremir Machado da Silva*

Resumo

Este estudo aborda a questão da internacionalização acadêmica, ou internacionalização da ciência, especialmente no que se refere às Ciências Sociais, como estratégia política dos países ocidentais. Examina aspectos como a hegemonia da língua inglesa, o estabelecimento de métricas controversas de avaliação, a uniformização dos procedimentos de produção acadêmica, os perigos dessa política para a liberdade de pesquisa e para a defesa da diversidade e das especificidades de cada domínio de conhecimento.

Palavras-chave: Ciências Sociais; internacionalização; pesquisa; globalização; universidade; comunicação

1. Ideais e razões da internacionalização

Tudo é narrativa. A ciência também conta sobre si e para si uma história. Não basta, porém, convencer os convencidos ou, como se diz, pregar para os convertidos. A narrativa sobre a grandeza da ciência precisa ser contada também para o grande público, o dito homem comum, aquele que se beneficia com os avanços

* Doutorado em Sociologia da Cultura pela Universidade de Paris V, René Descartes, em 1995, é Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Estuda a sociologia dos média, do imaginário e as relações entre a cultura, comunicação e tecnologia. É investigador do CNPq do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUCRS. Publicou, entre outras obras, *A miséria do jornalismo brasileiro* (2000), *As Tecnologias do imaginário* (2003), *O que pesquisar quer dizer* (2010), *História regional da infâmia – o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras, ou como se produzem os imaginários* (2010), *Vozes da Legalidade: política e imaginário na era do rádio* (2011) e *Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social* (2017).

E-mail: juremir@pucrs.br.

da ciência, mas permanece estranho ou indiferente aos seus mistérios. É o que se chama de vulgarização. Dependendo do narrador, essa história pode ser mais ou menos épica. Não deixa de ser interessante notar que os “cientistas” podem ser sensíveis às mesmas mitologias que seduzem os leigos. A narrativa padrão sobre ciência sugere que praticamente tudo nela se faz em nome da verdade e do bem por cientistas cujo único interesse seria o triunfo do esclarecimento, da razão e do melhor argumento.

Internacionalizar é a palavra de ordem no mundo acadêmico deste começo de século XXI. Em princípio, trata-se de uma abertura de horizontes e de novas janelas para intercâmbio, compartilhamento de conhecimentos e interação livre e transparente entre cientistas do mundo inteiro. Internacionalizar soa como um canto doce contra os fechamentos, os nacionalismos, os chauvinismos e toda sorte de obstáculos à troca de saberes. Internacionalizar eleva-se como um ideal emancipador, iluminista, iluminado e absolutamente moderno. Internacionalizar, enfim, é um hino entoado por quem ousa saber.

Karl Popper, sem estar focado nesse tema, num tempo em que a palavra internacionalização ainda não era um mantra, pode ter dado o pontapé inicial – ou fornecido mais um argumento – para a fixação dessa ideia que acompanha a ciência praticamente desde sempre: “Nossa civilização ocidental teve início com os gregos. Foram, eles, parece, a dar o passo do tribalismo para o humanitarismo. Consideremos o que isso significa” (Popper, 1974, p. 187). As considerações de Popper ficarão de lado. Outras, pretensamente mais adequadas para esta discussão, serão tecidas aqui. Seria a internacionalização o novo humanitarismo? Ou mais um passo na ruptura com o isolamento tribal das nações e das línguas, que prejudicam a livre circulação de ideias e o intercâmbio de saber? O humanitarismo seria justamente o fim do isolamento?

A bandeira da internacionalização tremula nos mastros universitários de países comprometidos com democracia, liberdade e conhecimento à disposição de todos. Quem poderia se opor a uma proposta tão generosa? Como fazer ressalvas a uma utopia transformada em políticas de Estado e de organismos supranacionais? Estudantes, professores e pesquisadores são estimulados a viajar, a trocar informações, a trabalhar em colaboração com colegas de países e instituições diversos. Recursos são disponibilizados para financiar bolsas de estudo no estrangeiro e de pesquisas compartilhadas com investigadores de laboratórios e centros de excelência situados por toda parte. O Brasil apostou, com êxito, no programa “Ciência sem Fronteiras”, para espalhar jovens pelo mundo. A internacionalização

faz sonhar, ajuda a transferir conhecimentos e a criar redes de saber. Na era da rede, esse ainda novo mundo da Internet, a ciência só pode se pautar pela noção vasta de entrelaçamento de nós.

Poderia, no entanto, por trás dessa operação generosa de interconexão epistemológica esconder-se alguma armadilha? O físico Paul Feyerabend notabilizou-se por sua desconfiança em relação a tudo o que, como um manual de procedimentos, limita a liberdade absoluta de produção do conhecimento:

O racionalismo crítico, a metodologia positivista mais liberal hoje existente, ou é uma ideia penetrada de significado ou não passa de uma coleção de frases feitas (como ‘verdade’, ‘integridade profissional’, ‘honestidade intelectual’, e assim por diante, que têm por objetivo intimidar oponentes pusilânimes. (Feyerabend, 1977, p. 269)¹

Seria a internacionalização uma “ideia penetrada de significado” ou uma “coleção de frases feitas”, para deslumbrar convertidos, ou intimidar “opponentes pusilânimes”? Esse questionamento é uma hipótese *ad hoc*, com um tom provocativo – de acordo com o espírito defendido pelo próprio Feyerabend, de levar certas possibilidades ao extremo para testar a razoabilidade do senso comum.

A provocação deve fazer a vocação da coisa vir à tona. Feyerabend segue as suas recomendações e pergunta: “quem teria coragem ou mesmo perspicácia para declarar que talvez a ‘verdade’ não seja importante e talvez chegue a ser indesejável” (Feyerabend, 1977, p. 269-270). A verdade em si não será questionada aqui. Como diriam os franceses, há outros gatos para chicotear. Mas nem tanto. A questão é mais de formulação. Alguém poderia ter a coragem ou a perspicácia de questionar a ‘verdade’ da internacionalização? Alguém seria capaz de considerá-la pouco importante ou, em certas condições, indesejável? Seria possível e desejável analisar o que está proposto como internacionalização? Haveria algum desvio em relação à ideia original, ou a esse princípio grego humanitarista e de ruptura com a tribo?

A internacionalização já deixou de ser apenas uma utopia, ou um ideal, para se materializar em procedimentos técnicos, burocráticos e em vetores de avaliação de desempenho. Virou meta. Em cada país é possível coletar e ouvir relatos sobre o emaranhado de normas, oriundo dos sistemas de internacionalização. Um

1 Sobre os efeitos que a metodologia positivista está a ter na produção científica das Ciências Sociais e Humanas, ver, também, “As Ciências Sociais e a política científica” (Martins, 2008); “A política científica e tecnológica em Portugal e as Ciências da Comunicação: prioridades e indecisões” (Martins, 2012); e “A liberdade académica e os seus inimigos” (2015 b).

pálido exemplo. O chamado “Documento de Área 2013”, que regeu a avaliação da pós-graduação brasileira em Comunicação no triênio 2010-2012, registra: “A internacionalização é uma questão estratégica para a educação superior e a pesquisa brasileira”². Para alcançar as notas seis e sete (máximas na escala de avaliação dos programas brasileiros de pós-graduação), é preciso ter “internacionalização e liderança”.

A hipótese ganha sua configuração: estaria o ideal da internacionalização, como intercâmbio generoso de saberes, sendo solapado por uma operação burocrática de estabelecimento de regras e critérios de avaliação acadêmicos e de produção de *ranking*? Em outras palavras: por trás da abertura de horizontes e de janelas haveria um fechamento normativo, normalizador e circular. Nesse sentido, o bom é a internacionalização, porque a internacionalização é boa. Algo que obriga a perguntar: o que é na prática a internacionalização? O que se pede e espera dos processos de internacionalização? Como a internacionalização é usada na gestão das práticas acadêmicas?

2. Internacionalização e globalização

Vastas ambições e grandes problemas. A internacionalização tem seus valores, suas crenças, seu discurso, sua gramática e sua língua. O inglês tornou-se o “esperanto” da ciência. Virou clichê dizer que o inglês é a língua da ciência. Agências nacionais de fomento lançam editais de pesquisa, para distribuição de recursos, e fixam, como critério de seleção, entre os tantos parâmetros para o financiamento de projetos de parcerias internacionais, que os visitantes, vindos de qualquer país, devam dar aulas em inglês. É o que diz, por exemplo, o edital de internacionalização 10/2014, montado em conjunto pela CAPES, organismo brasileiro do Ministério da Educação, e a FAPERGS, agência de fomento do Estado do Rio Grande do Sul: “Plano detalhado das atividades dos candidatos às missões diretamente relacionadas à execução da proposta, incluindo obrigatoriamente a participação de pesquisador estrangeiro em atividade de ensino a ser realizada em língua inglesa no programa de pós-graduação no RS”³. Em outro momento,

2 “Documento de Área 2013” (avaliação da pós-graduação brasileira em Comunicação no triênio 2010-2012). Retirado de: www.capes.gov.br/avaliacao. Consulta a 18.08.2017.

3 Edital de internacionalização 10/2014 (CAPES e a Fapergs). Retirado de: <http://www.fapergs.rs.gov.br/editais>. Consulta a 18.08.2017.

o mesmo edital flexibiliza: “Ministrar cursos e ou conferências que venham a contribuir para a carga horária dos alunos do programa de pós-graduação, em língua estrangeira, preferencialmente em inglês”⁴.

Um observador estranho ao imaginário atual da ciência poderia questionar ingenuamente: “Por que um francês, um espanhol ou um português deveriam dar aulas em inglês para um brasileiro?” A resposta, embora não explicitada, parece ser simples: porque os processos de internacionalização devem, em todas as suas instâncias, fortalecer a ideia de internacionalização na sua “essência”. Se o inglês é a língua da ciência – e ciência é internacionalização –, a internacionalização deve acontecer em inglês. Deve servir também para aperfeiçoar o domínio do inglês por estudantes e professores. Nada contra o inglês. A ciência e os cientistas, contudo, precisam estar cientes do papel que desempenham no enfraquecimento das línguas nacionais. Se economia (negócios), diplomacia e ciência se fazem em inglês, o patrimônio da diversidade linguística não fica ameaçado ou fragilizado? Essa pergunta costuma ser descartada rapidamente, como um sinal de nacionalismo retrógrado, ou de falta de domínio da língua inglesa. Ainda que essas hipóteses sejam pertinentes e prospectivas, a questão da diversidade também tem a sua validade. Salvo se outro ideal ou utopia, o de uma comunidade linguística internacional unificada pelo inglês, estiver sendo implementado pela diplomacia, pelos negócios e, cada vez mais, pela ciência em todos os degraus, da formação universitária aos campos de pesquisa e produção de saber.

A internacionalização acadêmica ganhou forças em tempos ditos de globalização. Por globalização entende-se um processo de contração de distâncias, eliminação de fronteiras e padronização de certos métodos e procedimentos. A lógica da globalização é fortemente unificadora. O inglês é a língua da globalização. O círculo fecha-se. Isso não implica automaticamente uma reprovação a essa dinâmica. Do ponto de vista, por exemplo, da lógica dos negócios, que parece envolver também a ciência, essa sistemática tem mostrado ser eficaz. A indústria do turismo alimenta-se dessa circulação sem fronteiras, mas, ao mesmo tempo, precisa da diferença e do local como produtos a serem consumidos. Por que se viajaria para ver, ouvir, comer e beber o que já se tem em casa? Essas contradições não param de inquietar uns e outros. Ainda no espírito de Feyerabend (1977), defensor de um “anarquismo epistemológico”, pode-se perguntar, desajeitadamente: padronizar traz mais benefícios do que prejuízos? Há riscos importantes de

4 *Ibidem*. Retirado de <http://www.fapergs.rs.gov.br/editais>. Consulta a 18.08.2017.

perda da diversidade? O que vale para o turismo, negócio cada vez mais rentável, deve valer também para a ciência?⁵

3. Internacionalização como critério de avaliação

Difícilmente um espírito razoável contestará o valor da internacionalização como ciência sem fronteiras. Materiais publicados em jornais brasileiros indicam, no entanto, que pode acontecer um desvirtuamento dessa ideia aparentemente irretocável. O título de uma reportagem do jornal *O Globo* é sintomático: “Universidades brasileiras sofrem para aparecerem em *rankings* internacionais”. A ênfase na hierarquização dos *rankings* tornou-se uma obsessão governamental, compartilhada com a imprensa e com os próprios acadêmicos. Os critérios de classificação, de certo modo, são aceitos como objetivos e indiscutíveis, ainda que passíveis de comentários. A linha de apoio ao título citado remete para o incontornável problema da língua: “O idioma é um dos maiores entraves para a abertura das instituições do país para o mundo, o que se reflete nas avaliações” (*O Globo*, 07/12/2014, p. 34).

Em outras palavras, o Brasil não se posiciona bem nos rankings acadêmicos internacionais, porque não fala inglês nas suas universidades. Uma cadeia fica estabelecida: abertura para o mundo = internacionalização = boas avaliações = bom posicionamento nos *rankings* internacionais = predomínio da língua inglesa. Uma ideologia de naturalização dessa equação encontra apoio em exemplos empíricos. Uma professora alemã, especialista em matemática, precisou de ajuda da comissão de seleção para ser aprovada numa universidade brasileira, quando teve dificuldades para se expressar em português. Ao jornal *O Globo*, a candidata, examinando o que lhe aconteceu, sugeriu uma alteração de procedimentos: “Eu tinha uma noção ainda superficial do português. Poderia haver, por exemplo, uma prova de língua inglesa para ingressar e, depois de um certo tempo, um teste de proficiência no idioma local. Ainda mais em matemática, que tem uma linguagem própria. Muitas universidades já fazem isso” (*O Globo*, *ibidem*). Parece bem razoável.

5 Sobre a diversidade linguística, ver “Interfaces da Lusofonia” (Martins *et alii*, Eds., 2014); e “Os Estudos Culturais como novas Humanidades” (Martins, 2015 c). O ponto de vista de Moisés de Lemos Martins é o de contrariar aquilo a que chama “globalização cosmopolita”, feita pelo uso exclusivo do inglês, pela contraposição daquilo a que chama “globalização multiculturalista” (Martins, 2011, 2015 a).

Essa proposta, porém, não encontrou inicialmente respaldo da alta administração da universidade em questão, quando da realização de novo concurso para professor titular. A justificativa dada foi clara e direta: “Ninguém é contra a internacionalização. Pressupomos que o professor entre na universidade e vá dar aulas na graduação. Se ele não domina a língua nativa, não pode cumprir esse papel” (*O Globo, ibidem*). Essa observação, que também não pode ser acusada de faltar com o bom senso, foi rebatida pelo autor da reportagem em tom imperativo: “O idioma é um dos maiores entraves para a abertura de nossas instituições ao mundo, algo que se reflete claramente nos *rankings* internacionais de avaliação das universidades. A pouca internacionalização sempre tira preciosos pontos” (*O Globo, ibidem*).

Passa-se de um registro a outro. A internacionalização torna-se importante, por dar pontos capazes de levar a uma melhor posição num *ranking*. Fica sugerido que o fundamental é estar bem colocado no sistema classificatório. A internacionalização ganha outro caráter. Se a língua nacional é um obstáculo para a conquista de pontos, deve ser sacrificada. Aulas, artigos e projetos devem ser apresentados em inglês. Dito assim, ainda pode parecer aceitável. Cabe ver mais.

A reportagem do jornal *O Globo* amparava-se num estudo feito pela consultoria britânica Times Higher Education (THE), segundo o qual o Brasil “só teve quatro representantes entre as 100 melhores universidades do grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e de todo o mundo emergente” (*O Globo, ibidem*). O jornalista enfatizou:

Embora ostente a segunda maior economia dos Brics, o país é o último em número de instituições entre as melhores. Os chineses têm nada menos que 27 representantes na tabela, seguidos pelos indianos, com 11, pela Rússia (com sete) e pela África do Sul (cinco). O grande destaque do ano ficou com a Turquia, com oito universidades entre as 100 melhores, incluindo a Universidade Técnica do Oriente Médio, em 3.º lugar (*O Globo, ibidem*).

Por que tudo isso? O que explica o fracasso brasileiro? A resposta faz pensar: “Isso ocorre porque essas universidades oferecem, além dos cursos em suas línguas, aulas em inglês” (*O Globo, ibidem*).

O problema não está na qualidade do ensino e da pesquisa brasileiros, mas no fato de que as aulas não são ministradas em inglês. O critério de classificação torna-se mais importante do que a qualidade possível do que é classificado. Falar

para “fora” ou abrir-se para os de “fora” converte-se em parâmetro. Se essa perspectiva for levada ao extremo, como hipótese *ad hoc*, mais uma vez tomando-se em consideração o ponto de vista metodológico de Paul Feyerabend, as universidades do mundo inteiro, para serem bem classificadas, tenderão a abrir mão das línguas nacionais e a operar em inglês. O que isso significaria? O que isso significará? Exagero? Possivelmente.

A reportagem do jornal *O Globo* focaliza outro aspecto: o baixo número de estrangeiros nas universidades brasileiras: “Desde 1977 no Brasil, onde chegou como professor visitante na Universidade Federal da Bahia (UFBA), o americano Robert Verhine é um dos educadores mais críticos ao ensino superior brasileiro nessa questão. Segundo ele, ainda há no país uma cultura de que as universidades públicas sejam direcionadas exclusivamente para o povo local, excluindo assim quem vem de fora” (*O Globo, ibidem*). O professor citado, referindo-se à situação da Bahia, ataca: “Nossa maior universidade, a que mais tem capacidade de atração, tem apenas 2% de alunos estrangeiros. Não atraímos porque temos uma mentalidade de que a universidade brasileira é para brasileiros, em vista do déficit histórico de vagas” (*O Globo, ibidem*). Por que a universidade brasileira não deveria ser, antes de tudo, para os brasileiros? Por que ter muitos estrangeiros é sinal de qualidade?

Cabe observar que discutir essa valorização em si não deve ser confundido com chauvinismo ou fechamento aos “de fora”. Não existe, nem deve existir, qualquer interdição à vinda de estrangeiros para as universidades brasileiras. Há, com certeza, excesso de burocracia. A reportagem de *O Globo* conclui: “Na UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], que vetou provas em idiomas estrangeiros, apenas 1040 estudantes em um universo de mais de 57 mil não são brasileiros, ou 1,8%. Já professores representam um percentual um pouco maior: 3,9% de quatro mil” (*O Globo, 07/12/2014, p. 34*). Neste ponto, não é desmedido ousar questionar ou provocar: a obsessão atual pela atração de estrangeiros por universidades europeias e norte-americanas tem a ver, acima de tudo, com um ideal científico, ou com um modelo de negócios rentável?

Um texto publicado no site do jornal *Folha de S. Paulo* havia enfocado o mesmo tema algum tempo antes com o título: “Por que as universidades brasileiras vão tão mal nos rankings internacionais?”⁶. A autora começou em tom

6 *Folha de São Paulo*. Por Sabine 02/10/13 20:34. Retirado de: <http://abecedario.blogfolha.uol.com.br/2013/10/02/por-que-as-universidades-brasileiras-va-ao-mal-nos-rankings-internacionais/>. Acedido a 18.08.2017.

alarmante: “USP [Universidade de São Paulo] e Unicamp [Universidade de Campinas] despencaram no *ranking* universitário internacional lançado hoje pelo THE (Times Higher Education), o principal da atualidade. A USP, única do Brasil que figurava entre as 200 melhores do mundo, passou de 158.^o lugar em 2012 para o grupo de 226.^o a 250.^o”. Norte-americanos dominam o ranking. Britânicos também aparecem muito bem colocados. Agravante: “O Brasil foi o único país que saiu do grupo de países com universidades entre as 200 melhores do mundo. Noruega, Espanha e Turquia entraram para o grupo de elite”. Por quê? O ensino na Noruega, na Espanha e na Turquia são superiores ao praticado no Brasil? Em que sentido?

A autora alerta: “Não dá para colocar a culpa na metodologia, que não mudou do ano passado para a atual edição”. O que houve? Como se trata de um blog, a resposta vem em tom coloquial: “O problema, ao que parece, é a falta de inglês nos corredores acadêmicos”. A falta de gente de fora derruba o Brasil. A observação seguinte parece mais inquietante: “Como publicamos trabalhos científicos essencialmente em português, quem não fala a nossa língua não consegue nos ler e nem nos citar – algo essencial na atividade científica. E assim, despencamos”. E se as pesquisas, apesar de pouco citadas, forem altamente qualificadas? Por que um especialista em História do Brasil deveria ser muito citado por pesquisadores canadenses ou noruegueses?

Essas questões, eivadas até de certa ingenuidade, servem para acirrar a discussão. Não se pretende, vale repetir, contestar radicalmente algo que tem qualidades evidentes e muitos resultados positivos. A proposta é refletir sobre possíveis desvios e efeitos perversos do modelo em voga. Não haveria em tudo isso até mesmo um efeito de moda, um efeito de classificação, alastrando-se como um jogo perverso por servir ao *marketing* acadêmico e aos índices de governos sedentos de estatísticas capazes de encantar os meios de comunicação?

O texto do blog na *Folha de S. Paulo* completa: “Não falar inglês prejudicou também outros indicadores, como ‘internacionalização’. Temos poucas aulas em inglês e, conseqüentemente, temos poucos alunos e poucos professores estrangeiros — um dos indicadores em avaliações como o THE. Na Unicamp, a queda do indicador ‘internacionalização’ de 20,9% para 19% foi um dos motivos que levaram a universidade para o fim da fila”. Um leitor radical poderia questionar vários pontos: para que fazer *rankings*? Ele seria considerado um inimigo da meritocracia, a base explícita ou implícita de todos esses sistemas classificatórios. Na mesma linha, poderia atrever-se a perguntar: e se a internacionalização, enfatizando

número de estrangeiros numa instituição e aulas em inglês, não passar de um critério de classificação na medida em que classificar se tornou um fim em si?

Paul Feyerabend acentua que na ciência também há mito e propaganda: “Os cientistas não se contentam com dirigir suas ideias, de acordo com o que entendem ser as regras do método científico: desejam dar universalidade a essas regras, querem que elas se tornem parte da sociedade e valem-se de todos os meios de que dispõem – argumento, propaganda, táticas de pressão, intimidação, ações de grupos – a fim de atingir seus objetivos” (Feyerabend, 1977, p. 341). Não é difícil se sentir intimidado pelas táticas de pressão dos grupos legitimados, quando se faz alguma ressalva aos novos dogmas racionalizados como os da internacionalização classificatória e do inglês como esperanto científico emancipador e unificador.

O problema, se problema pode haver, ainda segundo Paul Feyerabend, é que “as concepções dos cientistas e, especialmente, as concepções que têm acerca de questões fundamentais são, frequentes vezes, tão diferentes entre si quanto as ideologias subjacentes a culturas diversas” (Feyerabend, 1977, p. 401). É possível, quanto a isso, que as ideias de Paul Feyerabend tenham sido ultrapassadas e que as posições dos cientistas sobre questões fundamentais sejam tão iguais entre si quanto as poucas ideologias subjacentes às diversas culturas.

Como a proposta aqui não é dar respostas nem provocar tumulto ou aborrecimento nos que trabalham pela derrubada de fronteiras e de obstáculos à livre circulação de conhecimento, mas apenas suscitar debate, não custa lembrar que todos os sistemas de classificação são bons. Está provado. São bons para classificar. Não se pode, entretanto, jogar a criança fora com a água da bacia⁷. A internacionalização precisa, talvez, ser salva das manobras classificatórias que poderão reduzi-la a uma distopia assustadora⁸.

7 Sobre a avaliação científica, ver “A liberdade acadêmica e os seus inimigos” (Martins, 2015 b).

8 Em 20 de dezembro de 2014, o jornal *O Globo* voltou ao assunto com o título “UFRJ volta atrás e fará provas em diversos idiomas para contratação de professores estrangeiros”. Explicação: A decisão foi tomada após reportagem de *O Globo* mostrar que o idioma é um dos maiores entraves para a abertura das instituições brasileiras ao mundo, algo que se reflete negativamente nos rankings internacionais de avaliação das universidades devido à pouca internacionalização”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/ufrj-volta-atras-fara-provas-em-outros-idiomas-para-contratacao-de-professores-estrangeiros-14876457>. Consultado a 18.08.2017.

4. A internacionalização distorcida

Naturalmente que a valorização do número de estrangeiros numa universidade pode ser tomada apenas como um indicativo da sua abertura para o mundo. Acontece que uma instituição, em tese, também poderia ou pode ser excelente, num determinado domínio, sem ter estrangeiros. Em que sentido a qualidade dos estudos sobre a literatura escrita em português pode depender da sua recepção em língua inglesa? Sofisma? Primarismo? Malabarismos nacionalistas? Ou, ao contrário, pistas para o desmascaramento de uma situação curiosa: a internacionalização acadêmica como mecanismo de legitimação institucional e de estímulo à competição por meio dos rankings? Por trás da internacionalização está o ideal da cooperação ou a febre da competição desenfreada e útil à lógica do *marketing* e dos negócios⁹?

Nunca será demais enfatizar que o problema não é a internacionalização em si, mas a forma como vem sendo praticada. Flavia Melville Paiva, da Universidade do Mato Grosso do Sul (UFMS), no texto “A avaliação da internacionalização da pesquisa científica e da pós-graduação no Brasil”¹⁰, observa: “Considerando as demandas do capital cada vez mais internacionalizado, coloca-se a dúvida de como os programas de pós-graduação respondem às necessidades do mercado, por meio das políticas que incentivam, pressionam, fortalecem ou não a internacionalização da pós-graduação”. O mercado surge como mediador, instigador, beneficiário dessa internacionalização¹¹.

A autora complementa: “Em que sentido tem se dado a interação entre pesquisadores do Brasil e os pesquisadores sediados nos países hegemônicos, do ponto de vista dos interesses capitalistas?” Esse elemento nem sempre entra nas considerações “desinteressadas” das mitologias científicas. Flávia Paiva insiste: “Além disso, questões como a privatização do ensino superior no país; a democratização, massificação e interiorização do ensino superior, inclusive do ensino superior público, aliados à realidade de internacionalização do saber, ao

9 Sobre a febre da competição desenfreada e útil a que está sujeito, hoje, o ideal acadêmico da cooperação e da internacionalização, ver “A política científica e tecnológica em Portugal e as ciências da comunicação: prioridades e indecisões” (Martins, 2012).

10 Flávia Melville Paiva (2014). Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/GT5_Comunicacao/FlaviaMelvillePaiva_GT5_integral.pdf Consultado a 18.08.2017.

11 Sobre as injunções do mercado sobre o campo científico ver “A liberdade acadêmica e os seus inimigos” (Martins, 2015 b).

compartilhamento de tecnologias, à educação a distância e as novas tecnologias de informação e comunicação, são alguns dos desafios diferentes e ao mesmo tempo complementares e necessários de se balizar, quando se trata de pensar a formação de pesquisadores no contexto do século XXI”. A internacionalização não é só um ideal.

A internacionalização é incontornável e deve ser um horizonte cada vez mais próximo, mesmo para aqueles que ainda estão no começo dessa caminhada. Como toda grande ideia, contudo, pode sofrer deturpações e desvios comprometedores. A transformação de um elemento de qualificação em um critério quantitativo de avaliação tende a produzir deformações nem sempre admitidas. Uma instituição não é excelente por ser internacionalizada (ter grande número de estrangeiros ou ter o inglês como língua oficial), mas por ter na sua internacionalização um termo de qualidade, aferível por critérios internos de produção, ou intrínsecos à lógica da pesquisa científica: descobertas relevantes, oriundas de parcerias entre instituições ou pesquisadores de países diferentes; projetos inovadores compartilhados; patentes registradas derivadas de trabalho e de investigações em comum; publicações de equipes ou de indivíduos, inseridos em redes supranacionais, consideradas pelos pares como originais, diferenciadas e capazes de fazer avançar o conhecimento de determinada área. A internacionalização é meio, não fim. Não pode ser convertida simplesmente em procedimento de legitimação institucional pelo mecanismo de produção acelerada de estatísticas favoráveis¹².

Um meio convertido em fim acaba por ter as qualidades obscurecidas por defeitos que não lhe pertencem. O efeito perverso da ideologia dos rankings é obsessão por novos e sempre mais minuciosos critérios, que sirvam para incrementar os próprios ranqueamentos. A internacionalização não pode ser reduzida a um parâmetro de classificação. A sua função é produzir diferença e conhecimento.

12 Sobre os aspetos atinentes à internacionalização do conhecimento, consulte-se, também, “Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização” (Martins e Oliveira, Eds., 2014); e o Vol. 3 (2) da *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, Vol. 3 (2): *Ciência e conhecimento: políticas e discursos / Science and knowledge: policies and discourses*, editado por Moisés de Lemos Martins et alii (2015/2016).

Referências bibliográficas

- FEYERABEND, P. (1977). *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- MARTINS, M. L. (2015 a). (Ed.) *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Fama-liação: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MARTINS, M. L. (2015 b). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, n. 27 (pp. 405-420). Braga, CECS, Universidade do Minho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/36695>.
- MARTINS, M. L. (2015 c). Os Estudos Culturais como novas Humanidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*. Vol. 3 (1), pp. 341-361. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/40655>.
- MARTINS, M. L. (2012). A política científica e tecnológica em Portugal e as ciências da comunicação: prioridades e indecisões. In: Kunsch, M. & Melo, J. M. (Org.). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, v. 1, pp. 331-345. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23931>.
- MARTINS, M. L. (2011). Globalization and Lusophone world. Implications for Citizenship. In Pinto, M. & Sousa, H. (Eds.) *Communication and Citizenship. Rethinking crisis and change* (pp. 75-84) (IAMCR Conference, 2010). Coimbra: Grácio/CECS. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/25344>.
- MARTINS, M. L. (2008). As Ciências Sociais e a política científica. In A. Torres & L. Baptista (Org.) *Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção* (pp. 27-29). Porto: Afrontamento. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/1059>.
- MARTINS, M. L., et alii (2015/2016). (Eds.) *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, Vol. 3 (2): *Ciência e conhecimento: políticas e discursos / Science and knowledge: policies and discourses*. Retirado de: <http://www.rlec.pt/index.php/rlec/issue/view/6>.
- MARTINS, M. L., et alii (2014). *Interfaces da Lusofonia*. Atas da Conferência “Interfaces da Lusofonia” – 4-6 de julho de 2013. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/29765>.
- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (2014). *Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização* Livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana. 13-16 de abril de 2014. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/33031>.
- PAIVA, F. M. (2014). A avaliação da internacionalização da pesquisa científica e da pós-graduação no Brasil. Atas do IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação.

Porto, 14-16 abril de 2014. Retirado de http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/GT5_Comunicacao/FlaviaMelvillePaiva_GT5_integral.pdf.

SILVA, J. M. (2015/2016). Avaliação de programas de pós-graduação: um projeto incompleto. In *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, Vol. 3 (2): *Ciência e conhecimento: políticas e discursos* (pp. 33-43). Disponível em: <http://www.rlec.pt/index.php/rlec/issue/view/6/showToc>.

SILVA, J. M. (2010). *O que pesquisar quer dizer: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da Capes*. Porto Alegre: Sulina.

SILVA, J. M. (2003). *As Tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina.

POPPER, K. (1974). *A Sociedade aberta e seus inimigos*. São Paulo: Itatiaia.

Sites

BLOG de Folha de S. Paulo. "Por que as universidades brasileiras vão tão mal nos rankings internacionais?" (por Sabine 02/10/13 20:34. Retirado de <http://abecedario.blogfo- lha.uol.com.br/2013/10/02/por-que-as-universidades-brasileiras-va-ao-mal-nos-rankings-internacionais/>. Acedido a 18.08.2017.

DOCUMENTO de Área 2013 (avaliação da pós-graduação brasileira em Comunicação no triênio 2010-2012). Retirado de www.capes.gov.br/avaliacao. Acedido a 18.08.2017.

Outras obras consultadas

BOURDIEU, P. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CABRAL, M. S. A. (2009). *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Ed. Vozes.

DEFLEUR, M. & Ball-Rokeach, S. (1993). *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

DERRIDA, J. (1991). *Margens da filosofia*. Campinas: Papirus.

MAFFESOLI, M. (2008). *O Conhecimento comum*. Porto Alegre: Sulina.

MATTELART, A. & Mattelart, M. (1999). *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola.

MORIN, E. (1999). *O Método 3: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina.

POPPER, K. (1993). *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Cultrix.

SIMMEL, G. (2008). *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

WEBER, M. (2003). *Ensaio sobre a Teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Centauro.

WOLTON, D. (2010). *Informar não é comunicar*. Porto Alegre: Sulina.

COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM PORTUGAL, DURANTE OS XIX E XX GOVERNOS CONSTITUCIONAIS (2011-2015)

Helena Sousa*

Resumo

As exigentes reconfigurações da vida académica moderna obrigam investigadores e docentes a desenvolver esforços redobrados na disseminação da sua produção científica, tendo em vista o alargamento e a visibilidade do trabalho realizado nas universidades. Contudo, sobram elementos para definir concretamente de que forma os cientistas devem valorizar a sua atividade, sobretudo quando se trata de apelar ao interesse dos decisores públicos e políticos para a ligação que a academia procura estabelecer com o mercado.

A internacionalização da investigação, a partir da comunidade ibero-americana que aqui se concretiza, surge como estratégia complementar para a visibilidade de um contexto ainda excessivamente dominado pela aproximação a um estilo anglo-saxónico.

Palavras-chave: ciência; universidade; produção; valorização; política

Introdução

Precisamos de interrogar as políticas públicas para a ciência, no que respeita ao campo da Comunicação. O que fazer para promover e qualificar essas políticas? Como valorizar o nosso trabalho académico de modo a tornar-se respeitado pelos

* Atual Presidente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, coordenou, como *Chair* e *Vice-Chair*, a Secção de Economia Política da IAMCR. Editora do *European Journal of Communication*, é Vice-Presidente do Conselho Científico para as Ciências Sociais e Humanidades da FCT, sendo ainda *Full Member* do *EuroMedia Research Group*. Professora Catedrática no Departamento de Ciências da Comunicação, coordena diversas atividades de natureza pedagógica e científica. Áreas de investigação: regulação dos média e políticas de comunicação, economia política da comunicação e jornalismo.
E-mail: helena@ics.uminho.pt.

decisores públicos e útil para as decisões públicas? Como promover a ligação da academia aos serviços e aos mercados? Como manter a autonomia de pensamento num quadro político e económico que é, em alguns casos, dramático? Como reforçar as nossas redes de cooperação, de modo a garantir que este campo científico se torne mais influente e capaz de contribuir para o desenvolvimento social? Como reagir às novas exigências sociais, económicas e políticas¹?

Para problemas desta magnitude não é fácil encontrar respostas simples, unidimensionais, respostas que sirvam de igual modo aos diversos contextos, nacionais e regionais, deste grande espaço ibero-americano. O espaço ibero-americano é, pois, composto de realidades distintas e pensar em políticas públicas para a ciência exige a clarificação dos contextos. Não é fácil encontrar denominadores comuns...

Vamos, por isso, centrar a reflexão nas políticas públicas portuguesas e no seu potencial impacto, nos quadros mais alargados dos espaços lusófono e ibero-americano².

Começamos por colocar a seguinte questão: O que é que caracterizou, em matéria de política científica, a ação política do XIX e XX Governos Constitucionais (2011-2015), governos de coligação entre sociais-democratas e democratas-cristãos?

1. A desvalorização das Ciências Sociais e Humanas

Entre 2011 e 2015, ocorreu, de facto, a desvalorização das Ciências Sociais e Humanas, em geral, em benefício das biociências, particularmente das ciências da saúde e das ciências da vida. Esta desvalorização foi percebida transversalmente, mas em

1 Tendo presente o contexto ibero-americano, encontramos uma boa tentativa de resposta a estas questões em *Comunicação Ibero-americana: Sistemas Midiáticos, Diversidade Cultural, Pesquisa e Pós-Graduação*, livro editado em 2012, por Margarida Kunsch e José Marques de Melo, retomando os principais trabalhos apresentados ao I Congresso da Confibercom, realizado em São Paulo, em 2011 (Kunsch & Melo, 2012). Para o caso português, ver de Moisés de Lemos Martins, “A liberdade académica e os seus inimigos” (Martins, 2015 a); e “Os Estudos Culturais como novas Humanidades” (Martins, 2015 b).

2 Temos presente, neste domínio, os seguintes trabalhos: “A política científica e tecnológica em Portugal e as Ciências da Comunicação: prioridades e indecisões” (Martins, 2012 a); “Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento” (Martins, 2012 b); “As Ciências Sociais e a política científica” (Martins, 2008); e “Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono” (Martins, Sousa & Cabecinhas, 2007).

particular, pelo decréscimo drástico de bolsas para doutoramento e pós-doutoramento, pelos processos de avaliação de candidaturas a projetos, pela formulação de regulamentos preparatórios para a avaliação dos centros de investigação e pelo empastelamento burocrático das relações entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e as unidades de investigação. Esta desvalorização constituiu, em nossa opinião, uma perda e um retrocesso inaceitável, principalmente em tempos de crise como foram os nossos. Nunca as Ciências Sociais e Humanas, que compreendem naturalmente as Ciências da Comunicação, foram tão necessárias. As Ciências Sociais encerram em si o potencial para apontar possibilidades e ir construindo – sólida e sustentadamente – soluções para os problemas concretos das pessoas concretas. Sem o conhecimento profundo da realidade social e sem a compreensão de fenómenos comunicativos mais complexos, as sociedades não dispõem dos meios necessários para imaginar alternativas. E dada esta incompreensão, a realidade é como é, sem que sejam dados aos cidadãos os meios necessários para compreender a natureza construída da realidade social e económica (Berger e Luckmann, 1967; Merton, 1968; Watzlavick, 1976; McQuail e Siune, 1998; Manovich, 2001; Wasco, Murdock e Sousa, 2011).

Nestas circunstâncias, o que é que podemos fazer enquanto comunidade científica? Procurar afirmar, de forma sistemática e com energia, a importância das Ciências Sociais, em geral, e das Ciências da Comunicação, em particular, nas nossas sociedades... colocar a Comunicação na agenda para o desenvolvimento social, para o progresso social e para um futuro mais equilibrado, mais justo e mais sustentável. A Comunicação é para os seres humanos como a água para o peixe – absolutamente vital à sobrevivência. Mas a sua aparente naturalidade comporta enormes riscos sociais. Uma sociedade que não é capaz de descodificar as mensagens, de ler os interesses que se jogam por trás da oferta simbólica à sua disposição, é uma sociedade fragilizada e com maiores dificuldades em enfrentar os desafios sociais, culturais, económicos e ambientais.

2. A submissão de todas as ciências à lógica de avaliação e controlo

Um segundo traço das políticas públicas em Portugal é a submissão de todas as ciências à mesma lógica de avaliação e controlo, nomeadamente com a adequação ao modelo dominante, que é claramente anglo-saxónico (Martins, 2015 b). O sistema inglês de investigação e de ensino entrou por um caminho perigoso,

estando ainda por apurar as suas consequências sociais. Apesar da imprudência e da vontade de servir interesses imediatos da indústria, o caminho da hiper-competitividade foi sendo traçado e as áreas externas ao STEM (*Science, Technology, Engineering and Mathematics*) foram cilindradas pela mesma lógica de avaliação.

Em Portugal, todos os processos de avaliação dos projetos de ensino e de investigação decorrem em língua inglesa, sem que seja exigido que os avaliadores estrangeiros dominem a língua portuguesa. E esta circunstância ocorre nos mesmos termos, quando nós próprios estamos envolvidos em processos de avaliação noutros países. O princípio da reciprocidade não é aplicado, o que não deixa de corresponder a uma desvalorização objetiva da língua portuguesa e da comunidade científica de língua portuguesa.

Estamos longe de defender o fechamento do nosso espaço científico, até porque estamos, e devemos estar, em diálogo permanente com colegas de todo o mundo. A ciência é universal, mas não deve desenvolver-se numa única língua. Deve expressar-se, antes, na sua multiplicidade, considerando as especificidades linguísticas e comunicativas das sociedades nas quais se desenvolve. É a diversidade linguística, o multilinguismo, que deve ser defendido, e não a submissão, pura e simples, a um único modo de ler e de sentir o mundo (Martins, 2015 c; e Martins, Sousa & Cabecinhas, 2007).

3. O desinvestimento financeiro

Um terceiro aspeto das políticas públicas para a ciência e a tecnologia, em Portugal, durante os XIX e XX Governos Constitucionais, foi o desinvestimento financeiro. Não vamos entrar em detalhes técnicos. Julgamos, no entanto, que toda a política científica do Estado (incluindo naturalmente o modo como a FCT operacionalizou a sua ação) se baseou na ideia de reduzir a despesa com a ciência. De 2011 a 2015, houve significativos cortes nos montantes atribuídos aos centros de investigação, e também foi manifesta uma enorme desorientação (não sabemos, se uma desorganização deliberada) nos modos de atribuição de verbas.

Justificada com a má situação financeira do país, a política científica austérrica legitimou o impensável e converteu-o em moeda corrente. E, todavia, um país como Portugal deveria investir na ciência, como modo de lidar com os seus problemas de produtividade, de competitividade externa, de internacionalização

dos seus recursos humanos e da sua economia. Mas foi precisamente o contrário que ocorreu, durante o XIX e o XX Governos Constitucionais.

4. A desvalorização da universidade pública

Procurando ainda aspetos genéricos que, de alguma forma, nos ajudem a compreender a realidade do país, de 2011 a 2015, julgamos que é possível falar da desvalorização da universidade pública, em geral, e da universidade pública, em particular, como espaço de excelência da investigação científica. Na realidade, o XIX e o XX Governos Constitucionais ignoraram o modo como, ao longo dos anos, se foi estruturando a rede de investigação científica nas universidades, em articulação com os projetos de ensino pós-graduado. A ideia com que se ficou sobre as políticas científicas do país foi a de que os centros das universidades públicas portuguesas foram preteridos, em relação a unidades de investigação privadas, como por exemplo, o Instituto Gulbenkian de Ciência e a Fundação Champalimaud. Respeitando, naturalmente, o trabalho meritório que estas Fundações têm desenvolvido, em prol da ciência em Portugal, pareceu-nos no mínimo estranho que tenha sido o próprio Estado a financiar fundações privadas, que estiveram, em algumas circunstâncias, a competir, com as universidades públicas, pelos mesmos recursos financeiros. Um investigador em exclusividade, de uma Fundação privada, não deveria competir, diretamente, com um docente-investigador, de uma universidade pública, porque as condições de produtividade têm necessariamente que ser diversas.

5. Nota conclusiva

Podemos dizer, em síntese, que o XIX e o XX Governos Constitucionais consistiram num retrocesso, relativamente a conquistas feitas na área da investigação científica, com particular incidência nas áreas do saber que são, por definição, mais críticas, com um forte pendor humanista e, por isso, entendidas como menos pragmáticas, instrumentais e operativas. Argumentou-se, então, que não havia fundos públicos. No entanto, a falta de financiamento não pode deixar de ser lida e compreendida à luz do pensamento crítico, instruído e problematizante. O financiamento (e/ou a sua ausência) decorre de escolhas políticas, de opções deliberadas e com uma intencionalidade clara.

Neste quadro, que é português, mas que terá certamente pontos de contacto com outros contextos e ramificações várias, importa interrogar o papel da comunidade científica, enquanto estrutura e agente de mudança, ou de resistência, a políticas que, a prazo, têm como consequência condicionar a liberdade de pensamento científico e reduzir a diversidade da sua expressão. O imediatismo a que a ciência parece estar submetida, a lógica produtivista e a hípercompetitividade podem ajudar no curto prazo a colocar as universidades um ponto acima ou abaixo nos *rankings* nacionais e internacionais. Mas o que importa interrogar é a razão de ser das universidades, que contributo podem efetivamente dar para que se mantenham como entidades relevantes e socialmente significativas.

Interrogamo-nos, pois. Estes problemas são comuns no espaço ibero-americano? Enfrentamos, porventura, os mesmos desafios? Sem querer anteciper o debate, diria talvez que um risco partilhado será o de vermos diminuir a capacidade de pensamento crítico que tem caracterizado, em larga medida, o trabalho na área das Ciências da Comunicação na América Latina e no espaço ibérico. Assistimos, hoje, a uma verdadeira deriva positivista e imediatista, que compromete a visibilidade de textos mais progressistas, mais normativos ou mais comprometidos com o desenvolvimento social (Martins, 2008 b, 2012 a, 2015 b). Há resistência, é claro! Mas será suficiente? Estaremos a fazer tudo o que está ao nosso alcance? A ciência deve ser verdadeiramente plural (nas perspetivas teóricas, nas metodologias utilizadas, nos problemas que coloca, nas dúvidas que suscita). Hoje, apesar da explosão de publicações e dos movimentos de acesso livre à produção científica publicamente financiada, assistimos a um estreitamento dos quadros dominantes de pensamento. Será que as redes académicas, lusófonas e ibero-americanas, têm a vitalidade necessária e indispensável para desempenharem, com vigor, um papel de insubordinação, de pensamento contraintuitivo, de reação aos paradigmas dominantes?

Não há qualquer dúvida de que a nossa comunidade é já hoje vibrante, cheia de vitalidade, com associações dinâmicas. Há já importantes redes de cooperação e relações solidamente estabelecidas. Julgamos que devemos valorizar o que foi já conquistado e aprofundar o caminho realizado. As associações e redes temáticas e disciplinares ibero-americanas, que existem hoje, têm contribuído de forma decisiva para a mundialização da nossa investigação. Estas redes têm potenciado o nosso envolvimento noutras estruturas de investigação regionais, tais como a European Communication Research and Education Association (ECREA), a International Association for Media and Communication Research (IAMCR) e

a Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (LUSOCOM). Mas temos, certamente, muito trabalho pela frente, no sentido de procurarmos afirmar internacionalmente o grande espaço ibero-americano das Ciências da Comunicação e para melhor servirmos as nossas comunidades, com uma investigação científica, que seja verdadeiramente significativa e útil para as comunidades que servimos.

Referências bibliográficas

- BERGER, L. P. & Luckmann, T. (1967). *The Social Construction of Reality*. New York: Anchor Books.
- KUNSCH, M. & Melo, J. M. (Eds.) (2013). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- MANOVICH, L. (2001). *The Language of New Media*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- MARTINS, M. L. (2015 a). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, n. 27 (pp. 405-420). Braga, CECS, Universidade do Minho. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/36695>.
- MARTINS, M. L. (2015 b). Os Estudos Culturais como novas Humanidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*. Vol. 3 (1), pp. 341-361. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/40655>.
- MARTINS, M. L. (Ed.) (2015 c). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Famação: Húmus. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MARTINS, M. L. (2012 a). A política científica e tecnológica em Portugal e as Ciências da Comunicação: prioridades e indecisões. In M. Kunsch & J. M. Melo (Org.). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 331-345). São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/23931>.
- MARTINS, M. L. (2012 b). Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento". *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 35 (1), pp. 233-251. São Paulo. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/23768>.
- MARTINS, M. L. (2008 b). As Ciências Sociais e a política científica. In A. Torres & L. Baptista (Org.) *Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção* (pp. 27-29). Porto: Afrontamento. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/1059>.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2007). Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In Ledo, M. (Org.). *Comunicación*

- Local no Espazo Lusófono* (pp. 301-310). Santiago de Compostela: Agacom. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/24127>.
- MCQUAIL, D. & SIUNE, K. (Eds. for the Euromedia Research Group) (1998). *Media policy: convergence, concentration and commerce*. Sage, London.
- MERTON, R. (1968). *Social Theory and Social Structure*. New York: Free Press.
- SOUSA, H. *et alii* (2013). *Media Regulators in Europe: a Cross-country Comparative Analysis*. Universidade do Minho / CECS. Ebook. Retirado de: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/118/showToc.
- WASCO, J.; MURDOCK, G. & SOUSA, H. (2011) (Eds). *The Handbook of Political Economy of Communications*. United Kingdom: Wiley-Blackwell. “Global Handbooks in Media and Communication Research” – IAMCR.
- WATZLAVICK, P. (1976). *How Real Is Real? Confusion, Disinformation, Communication*. New York: Random House.

POLÍTICA CIENTÍFICA, PUBLICACIÓN E INTERNACIONALIZACIÓN EN EL CAMPO DE LA COMUNICACIÓN EN ESPAÑA

Emili Prado*

Resumen

Este trabajo analiza las consecuencias de la crisis sobre la política científica en España y su incidencia en el campo de la comunicación. Este campo vive un crecimiento intenso en la talla de investigadores operativos como consecuencia de un crecimiento exponencial de los centros de formación de comunicadores que se ha registrado en los últimos lustros. Las exigencias establecidas en las instancias oficiales para evaluar la producción condicionan tanto el tipo de investigaciones como las formas de su difusión. Se aborda la cuestión de la medida de la calidad con herramientas externas como el Factor de Impacto de las revistas y sus limitaciones en un momento en el que ha surgido una puesta en cuestión de los mismos a nivel internacional y se realizan propuestas de mejora.

Palabras clave: política de I+D, Productividad, índices, internacionalización

* Professor Catedrático de Comunicação Audiovisual e Publicidade da Universidade Autónoma de Barcelona (UAB). É diretor do Grupo de Investigação da Imagem, Som e Síntese (GRISS) e coordenador dos observatórios EUROMONITOR (Televisão na Europa), USAMONITOR (Televisão nos Estados Unidos) e OXSI (Redes sociais na Internet). Dirige o Mestrado em Comunicação e Marketing Digital e a revista *Quaderns del CAC*, publicação académica, editada pelo Conselho Audiovisual da Catalunha. Membro do Conselho Internacional da Maison de Sciences de l'Homme, de Paris, e avaliador de agências oficiais de comunidades autonómicas, estatais e internacionais. Foi ainda Presidente da Faculdades de Ciências da Comunicação da UAB e fundador da Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade de Santiago de Compostela. E-mail: emili.prado@uab.cat.

1. Introducción

La investigación en comunicación en España está en su momento cuantitativo más álgido, la multiplicación en los últimos lustros de centros universitarios que incluyen en su oferta titulaciones de comunicación, ha incrementado exponencialmente el número de profesores del campo, muchos de ellos en fase de formación como investigadores que inician su carrera académica y que aspiran a consolidarla obteniendo una plaza permanente, para lo cual se les requiere demostrar una serie de méritos, entre los que tienen un peso preponderante los méritos de investigación. Consecuentemente se ha incrementado la publicación de artículos en revistas científicas revisadas por pares, así como monografías en editoriales que siguen procesos de selección de originales más o menos rigurosos. La presión por obtener “méritos” con urgencia está dando como consecuencia una inflación de publicaciones, al tiempo que el contexto de crisis ha provocado una desinversión en la I+D, lo que dificulta el armado de proyectos de investigación ambiciosos que fundamenten las publicaciones, circunstancia que deben contrarrestar los investigadores con un plus de esfuerzo, pero en determinadas especialidades del campo la falta de recursos no se puede compensar completamente con voluntarismo.

Pese a que urgencia y falta de medios no es la combinación ideal para la emergencia de la calidad, es cierto que del incremento exponencial de la masa crítica de producción científica en el campo de la comunicación debe derivarse también un incremento de la excelencia. Pero la valoración de la calidad de la investigación también topa con un conjunto de disfunciones, entre las que más debate generan se halla la aplicación de indicios de calidad fundamentados muy prioritariamente en el Factor de Impacto de las revistas en las que se publica y la exigencia de internacionalización.

2. Política científica: Desinversión en I+D

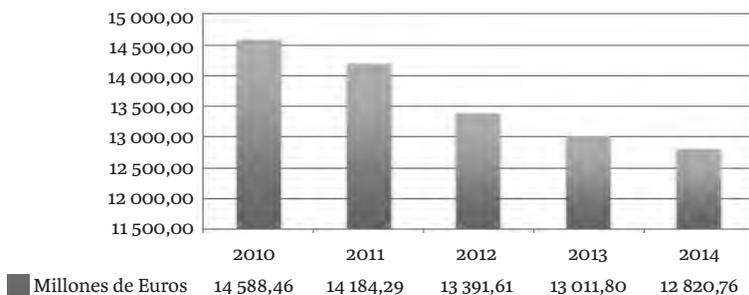
Existe un consenso generalizado en considerar la política científica como uno de los pilares sobre el que se asienta la competitividad de los países y por tanto como un instrumento estratégico para conseguir un crecimiento sostenible que garantice la mejora de las condiciones de vida. Este consenso abstracto se difumina cuando se baja a las situaciones concretas. Esto se constata crudamente en

situaciones de crisis económica como la que insiste en azotar a los países de la UE, con intensidad modulada según la resistencia de las economías de sus estados miembros. Los recortes presupuestarios y su correlato, la austeridad, arbitrados por las políticas comunitarias como plan de choque contra la crisis, cuya eficiencia ha sido cuestionada por múltiples especialistas, desde diferentes corrientes de pensamiento, tuvieron su impacto también en la inversión en I+D+I. En la medida en que la receta de austeridad no se ha mostrado eficiente a la hora de revertir la situación de crisis, la desinversión en investigación se está sosteniendo en el tiempo y amenaza con dejar marcas indelebles en la competitividad de los sistemas de ciencia y tecnología europeos. Pero el comportamiento en este capítulo difiere mucho por países.

En el caso español el problema adquiere proporciones alarmantes y la Inversión en I+D ha sufrido unos recortes sostenidos por encima de la media de la Unión, lo que le sitúa en 2014 en una inversión del 1,22% del PIB mientras la media de la Unión Europea se sitúa en el 2%. Un esfuerzo inversor que le coloca a la cola de las cinco grandes economías europeas que se sitúan en un 2,85% en Alemania seguida de Francia con un 2,27%, Reino Unido con un 1,71% e Italia con un 1,29% (EAE, 2016). Pero además en el caso español el horizonte sigue siendo pesimista porque, si tomamos de referencia la evolución desde 2010, cada año el porcentaje del PIB dedicado a I+D+I se ha reducido, cosa que no ocurre en los otros cuatro países donde o bien crece el porcentaje cada año como en el caso de Francia o se dan fluctuaciones al alza con algún ejercicio de disminución, lo que hace que tomando en consideración los extremos de la serie España es la única con un balance negativo de -9,7%.

La inversión en I+D+I procede en España del sector público y del sector privado casi a partes iguales, con una pequeña ventaja para este último, pero en la serie temporal que estamos considerando ambos sectores han desinvertido y los esfuerzos totales muestran una preocupante tendencia a la baja que amenaza con poner en riesgo la competitividad de la investigación española y como consecuencia la competitividad misma del país.

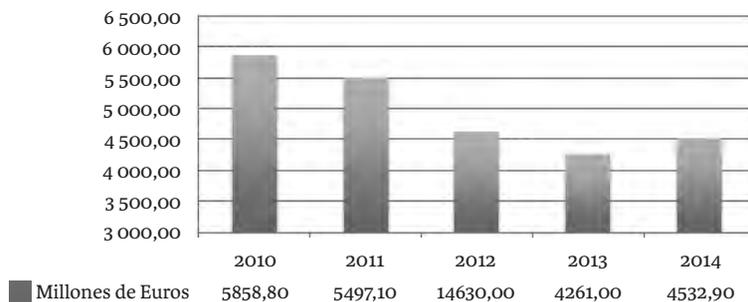
Evolución de los esfuerzos de I+D+I en España



Fuente: Elaboración propia con datos de EAE extraídos del Instituto Nacional de Estadística.

Esa situación general afecta al conjunto del sistema español de ciencia y tecnología, pero supone una mayor erosión para la investigación de los campos de las ciencias sociales entre ellos la Comunicación. Una situación que se agrava si tomamos en consideración que, como acabamos de referir, la inversión en investigación en España procede del ámbito privado en poco más del 50% y que la crisis económica repercute de forma especial en las empresas del sector de la comunicación. En una situación de recortes, una de las primeras partidas que sufre las consecuencias en la mayoría de empresas es la inversión publicitaria, que es uno de los principales combustibles en el sector de la comunicación, lo que afecta inmediatamente a la cuenta de resultados de la industria de la comunicación.

Evolución de la inversión publicitaria real estimada en medios convencionales en España



Fuente: Elaboración propia con datos de INFOADEX.

Con el descenso de ingresos, las empresas de comunicación tienen que disminuir el gasto y una de las primeras partidas que sufren las consecuencias son las destinadas a investigación. Unas partidas que, incluso en condiciones de bonanza no son especialmente generosas, dada la escasa tradición que hay en la industria de la comunicación española de hacer descansar su toma de decisiones en el conocimiento aportado por la investigación.

Esta práctica, que es negativa para cualquier tipo de empresa, resulta muy lesiva en el sector de la comunicación dada la elevada incidencia que tiene la innovación tecnológica. Una innovación acelerada y con un ritmo de obsolescencia que obliga a modificar constantemente las estrategias para adaptarse a los cambios en el ecosistema comunicativo. En un escenario tan variable es evidente que la investigación es una herramienta eficaz para reducir la incertidumbre en la toma de decisiones y por ende reducir el índice de fracaso, por ello resulta sorprendente que en situaciones de complejidad añadida como son las crisis económicas las empresas de comunicación prescindan de las herramientas de la investigación en su toma de decisiones. Dada la naturaleza extremadamente cambiante del sector, el éxito radica en gran parte en la capacidad de innovar no sólo en los aspectos tecnológicos, sino también en los contenidos, su forma de distribución, su consumo, las relaciones con las audiencias y los usuarios, las formas de financiación y en los modelos de negocio. La innovación en todos los aspectos es deudora de la investigación, aunque algunos creen que basta con la intuición.

3. Explosión de la producción en el campo

En España la investigación en comunicación padece de forma aguda la desinversión tanto privada como pública en I+D+I y ello coincide con el momento de máxima expansión en el número de investigadores. Los estudios reglados de comunicación llegan a la Universidad a principios de la década de los setenta del siglo XX con la inauguración en 1971 de las Facultades de la Universitat Autònoma de Barcelona y de la Universidad Complutense de Madrid, ambas universidades públicas y de la Universidad de Navarra en el sector privado. En estas tres instituciones se configuran los equipos de investigadores que pondrán las bases sobre las que se desarrollarán los estudios de comunicación en España. La llegada de los estudios de comunicación a la Universidad reclama urgentemente el aporte de la investigación para constituir un corpus de conocimiento científico capaz

de interpretar los fenómenos y sistemas de comunicación que se sumara a la transmisión de conocimientos reglados para el ejercicio profesional en los que se habían centrado las Escuelas Oficiales (Periodismo, Publicidad, Cine, Radio y Televisión) a las que venían a substituir.

Nótese que las tres facultades pioneras nacen en el tardofranquismo (1971) con una industria de la comunicación de talla modesta y en un contexto de falta de libertad de información y de expresión, aunque los rigores de la censura hubieran disminuido respecto a los momentos álgidos de la dictadura. Para cuando sale la primera promoción de las facultades en julio de 1976, el general Franco ya había muerto (20 de Noviembre de 1975) y España se encontraba en plena transición a la democracia. Como en los otros ámbitos, en el sector de la comunicación se produce un cambio total de estructuras que responde a las nuevas demandas objetivas de información y comunicación derivadas de la progresiva institucionalización de la democracia con la consiguiente multiplicación de demanda de profesionales para cubrir las necesidades surgidas en el nuevo contexto democrático. En este contexto se crea la Facultad de la Universidad del País Vasco, que nace bajo la tutela de la Universitat Autònoma de Barcelona y se une a las tres precedentes en la labor pionera de fundamentar la investigación en comunicación en España.

La demanda de ingreso en estos cuatro centros va creciendo de forma acelerada impulsada por tres fenómenos: a) la demanda de especialistas en diferentes ámbitos de la comunicación (prensa, radio, televisión, agencias de publicidad y gabinetes de comunicación de las empresas y las instituciones), b) el incremento de las vocaciones de incidir en la transformación social generada con la recuperación de las libertades y c) por una moda debida a la centralidad creciente de la comunicación y el “glamour” de sus profesiones. Esa demanda mantiene su intensidad, con independencia de la correspondencia entre el número anual de egresados y el número de puestos de trabajo disponibles. Superado el primer impulso multiplicador de puestos de trabajo en el sector de la comunicación derivado de la democratización, es cierto que el número de puestos de trabajo se va multiplicando, primero por los efectos de la desregulación del sistema audiovisual y después por las nuevas actividades derivadas de la progresiva implantación de las innovaciones tecnológicas que reclaman una serie de competencias en comunicación destinadas al nuevo hipersector de la información y la comunicación.

La presión de la demanda para estos estudios es exponencial también porque la democratización influyó en la tasa de acceso a los estudios universitarios en la sociedad española y la demanda creció de forma general y con un plus añadido por

el atractivo de los estudios de comunicación. Se produce así una multiplicación de las facultades en diferentes universidades españolas, a partir de 1989, como las de Sevilla, Málaga, Pontificia de Salamanca, Santiago de Compostela, Pompeu Fabra, Ramon Llull, Vigo, Valencia... Impulsados por la demanda sostenida, por la emulación, y por una cierta crisis de la demanda en otras especialidades de las humanidades y ciencias sociales, muchas universidades deciden ofrecer estudios de comunicación sea con la creación de facultades específicas, sea con la inclusión de titulaciones del campo en otras facultades preexistentes cuyas titulaciones resultaban de escaso atractivo para los jóvenes. Independientemente del juicio que se puede hacer sobre la oportunidad de multiplicar hasta este punto las plazas para formar comunicadores, lo cierto es que en estos momentos superan el medio centenar los centros en los que se ofrece alguna titulación de comunicación.

Esa oferta multiplicada implica a varios millares de profesores. En el sistema universitario público español los profesores estables de cualquier nivel contractual tienen entre sus obligaciones la docencia y la investigación, dicho de otro modo todos son investigadores, así que la multiplicación de plazas docentes para cubrir la oferta de plazas de formación en las facultades de comunicación contribuye a incrementar la masa crítica de investigadores en el campo. Sabemos que el incremento de la talla no tiene porque suponer un incremento de la calidad, pero resulta innegable que la talla de investigadores permite hipotetizar que alcanza la masa crítica necesaria para la emergencia de la excelencia.

Además, el sistema de carrera académica en las Universidades españolas promueve la producción ya que la evaluación de la investigación tiene un peso específico determinante en la obtención de las plazas estables del profesorado y en la promoción dentro de los diferentes niveles de la carrera académica. De nuevo aquí, esa legión de investigadores encuadrados en el campo de la comunicación produce impetuosamente artículos y otras publicaciones que les permitan acceder a la carrera académica o escalar posiciones una vez que han alcanzado la estabilidad dentro de ella. Como consecuencia de ello la productividad se ha multiplicado de forma exponencial y también en este caso es de esperar que con el aumento de la masa crítica de publicaciones emerja la excelencia.

Muchos observadores son escépticos respecto a esta regla porque ven más indicios de la importación de la práctica anglosajona del “publish or perish” (Martínez Nicolás, 2009; Perceval & Fornieles, 2008; Soriano, 2008), que de solidificación de la investigación en el campo. Seguramente ambas perspectivas tienen un punto de encuentro, ya que como también señala Martínez Nicolás también

se derivan aspectos positivos. Dada la necesidad imperiosa de publicar hay un índice de redundancia alta en los trabajos publicados, tanto si observamos autores individuales como si observamos el conjunto de aportaciones. Pero no es menos cierto que en un volumen tan elevado de aportaciones encontramos un número no despreciable contribuciones originales y estimulantes. No es objetivo de este texto la evaluación de la calidad de la producción científica española de comunicación por lo que no podemos acreditar la certeza de una de las visiones, pero dada la explosión registrada en la última década los juicios sobre la calidad deberán hacerse reposadamente con una mayor perspectiva histórica. No obstante, hay una serie de indicios indirectos que han sido observados que hacen pensar con cierto optimismo (Fernández-Quijada & Masip, 2013; Moragas, 2005).

4. Publicación: Del libro a la revista

Las tradiciones investigadoras en los diferentes campos científicos han convivido y conviven con formas específicas de difusión de los resultados que no son coincidentes entre ellas y que varían con el tiempo para cada una. En el caso de la comunicación en España la forma de publicación más prestigiosa en los primeros compases de la investigación académica en el campo fueron los libros, con editoriales que lanzaron colecciones de comunicación como ATE (Mitre), IORTV, Gili, Paidós, Ariel, Akal, Fundesco, Cátedra, Fragua, Pirámide, EUNSA..., la mayoría de ellas activas en nuestros días conformando un dispositivo que integran casi medio centenar de editoriales.

En 1980 se lanza *Anàlisi* editada por la facultad de la UAB, que podríamos considerar la primera revista científica de comunicación en España, sin desmerecer la labor precursora que había efectuado *Mensaje y Medios* (1977). Progresivamente se irían sumando nuevas cabeceras de revistas, aunque moderadamente en la primera década, para registrar un crecimiento progresivo en la década de los 90 hasta llegar a una veintena en el cambio de siglo y una explosión ulterior que nos lleva a las 69 revistas de comunicación censadas actualmente por el Observatorio de Revistas Científicas de Ciencias Sociales. El prestigio del artículo como forma de publicación científica se va incrementando en paralelo al propio prestigio de las revistas, pero especialmente a partir de dos factores, que podríamos denominar administrativos. Primero, su inclusión en los criterios de valoración de los currículos en los concursos para acceder a las plazas de profesorado. Segundo, su inclusión en los criterios para evaluar la productividad científica de

los investigadores españoles de todos los campos de conocimiento y también de los de comunicación.

En el balance actual predomina el artículo como forma de difusión privilegiado por los investigadores españoles, aunque los libros publicados en editoriales competentes, con sistemas de selección rigurosa de originales sigue teniendo un prestigio en el campo de la comunicación de una magnitud superior al de otros campos científicos. Pero esta forma de publicación de la investigación está amenazada por dos factores. Primero, porque las editoriales con colecciones de comunicación privilegian los libros de texto y divulgación, limitando mucho el cupo para los libros de investigación. Segundo, porque los criterios establecidos por las diferentes agencias de evaluación privilegian, cada vez más, los artículos en las revistas indexadas, lo que decanta decididamente a los investigadores hacia esta vía de difusión de los resultados de sus investigaciones.

El establecimiento de la cultura de la evaluación ha sido en términos generales positiva para la productividad científica en el campo y ha producido un incremento tanto de la actividad investigadora como en los esfuerzos por difundir los resultados por medio de su publicación.

5. Consecuencias de la externalización de la evaluación de la calidad

Los criterios de valoración de las agencias españolas, ANECA (Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación), CNEAI (Comisión Nacional Evaluadora de la Actividad Investigadora, ANEP (Agencia Nacional de Evaluación y Prospectiva), así como sus homólogas de ámbito autonómico, coinciden de forma general en atribuir un valor preferente a las publicaciones en revistas indexadas en el Journal Citation Report (JCR) de la Web of Science (WoS) u otros equiparables, estableciendo según los casos unos mínimos de publicación de ese tipo requeridos para obtener una evaluación positiva. Es evidente que estas normativas marcan la hoja de ruta de los investigadores en la elección de las publicaciones a las que someten sus trabajos.

El aspecto positivo que se deriva de esta política es que la investigación española de comunicación entra en mayor medida en la circulación internacional. Por el lado negativo encontramos el hecho que la inmensa mayoría de las revistas de ese índice se publican en lengua inglesa por lo que a largo plazo la producción

científica en lengua castellana, y en mayor medida aún de las otras lenguas oficiales, se reduzca drásticamente. Puede parecer un problema menor, pero si en el ámbito científico en general puede considerarse relativamente importante, en el campo de las ciencias sociales y las humanidades es relevante y en el de la comunicación, especialmente en algunas disciplinas, puede resultar crucial.

No vamos a profundizar en otros aspectos condicionantes pero merecen ser mencionados por lo menos dos. Primero las diferentes disciplinas del campo de la comunicación no tienen las mismas proporciones de revistas indexadas por lo que eso puede influir en la orientación de los investigadores hacia temáticas o líneas con mayor oportunidad de publicar porque hay más revistas interesadas en ellas. Segundo las revistas marcan, legítimamente, sus líneas editoriales y los aspectos metodológicos exigidos para publicar en las mismas, con lo que indirectamente se produce un “efecto girasol” por el que los investigadores adoptan metodologías y aproximaciones para las que hay más oportunidades de publicación.

Hay que remarcar que ninguno de estos problemas es atribuible a los autores del índice, sino al hecho de universalizarlo como herramienta privilegiada de medida de la calidad de la labor investigadora. Ciertamente las agencias españolas han ido introduciendo en los criterios de evaluación, el reconocimiento también de otros índices e indicios de calidad como SCOPUS, así como otros, de existencia efímera y carácter nacional, como IN-RECS, pero persiste su consideración entre los evaluados como de “segunda división” por lo que la capacidad de atracción de las revistas que no están en los índices de “primera división” es mucho menor. Los investigadores perciben que si tienen las publicaciones requeridas en el índice de JCR su evaluación positiva será mecánica, mientras si sus publicaciones están en otras revistas van a depender del criterio que le merezcan a las comisiones evaluadoras. En la práctica se produce por tanto una externalización de la evaluación que se delega en las revistas de los índices más valorados por las agencias, en manos de corporaciones privadas, que en consecuencia se convierten en gatekeepers tanto en el proceso de selección de los académicos cuya carrera se consolida, como de las temáticas abordadas por los investigadores o las líneas de investigación y metodologías privilegiadas.

6. Crisis internacional del Factor de Impacto como medida de calidad de la investigación

El debate sobre la valoración de la calidad de la producción científica individual o institucional a través del Factor de Impacto de las revistas no es una peculiaridad española (Archambault & Larivière, 2009; Martins, 2015), ha saltado a la esfera internacional con la declaración de San Francisco, elaborada por un grupo de editores de revistas científicas reunidos en la ciudad californiana el 16 de diciembre de 2012 con motivo del “Annual Meeting of The American Society for Cell Biology (ASCB)” en lo que acabaría conociéndose como la *San Francisco Declaration on Research Assessment* que hace un conjunto de recomendaciones dirigidas a los actores implicados en la evaluación de la investigación: agencias de financiación, instituciones académicas, revistas científicas, organizaciones que suministran métricas e investigadores.

Previamente señalan:

El Factor de Impacto de las revistas se utiliza con frecuencia como el principal parámetro con el que comparar la producción científica de los individuos y las instituciones. El Factor de Impacto de las revistas, según los cálculos de Thomson Reuters, fue creado originalmente como una herramienta para ayudar a los bibliotecarios a identificar las revistas para la compra, no como una medida de la calidad de la investigación científica en un artículo. Con esto en mente, es importante entender que el Factor de Impacto de las revistas tiene, de forma probada y documentada, una serie de deficiencias como herramienta para la evaluación de la investigación. Estas limitaciones incluyen: a) las distribuciones de citas en las revistas son muy sesgadas; b) las propiedades del Factor de Impacto de las revistas son específicas para cada campo: es una combinación de múltiples y diversos tipos de artículos, incluyendo artículos de investigación y artículos de revisión; c) El Factor de Impacto de las revistas puede ser manipulado (o “trucado”) por la línea editorial; y d) los datos utilizados para calcular el Factor de Impacto de las revistas no son transparentes ni accesibles para el público (DORA, 2012).

Tres temas atraviesan las recomendaciones de la Declaración. Primero la necesidad de eliminar el uso de las métricas como el Factor de Impacto de las revistas en las decisiones de financiación, contratación y promoción. En segundo lugar señalan la necesidad de evaluar la calidad de la investigación por sus propios méritos en lugar de hacerlo en función de la revista en la que se publica.

Finalmente, apuntan la necesidad de capitalizar las oportunidades que ofrece la publicación en línea que permitirían relajar las estrictas exigencias relativas al número de palabras, gráficas, cuadros o referencias exigidas por las revistas para cada artículo, así como explorar nuevos indicadores de significación e impacto.

Sin entrar en el detalle, el lector puede acceder a la declaración íntegra (DORA, 2012), queremos destacar la recomendación general para todos los actores implicados: “No usar métricas como el Factor de Impacto de las revistas para delegar en él la medida de la calidad de un artículo de investigación, ni para evaluar la producción científica de un investigador, ni para tomar decisiones en los procesos de contratación o promoción, ni en la financiación de la investigación.” Esta recomendación remite al problema de delegar la responsabilidad de la evaluación de la calidad a un indicador que, aún si no presentara las deficiencias apuntadas en la DORA, sería parcial y escasamente cualitativo.

En medio de un volumen extraordinario de procesos de evaluación, estos índices externos hacen más soportable en coste y en tiempo de ejecución la toma de decisiones, pero llevan como correlato manifiestas injusticias en la evaluación de la calidad de la producción. Es evidente que los índices del Factor de Impacto de una revista seguirán siendo por mucho tiempo un elemento determinante en la evaluación de la investigación y sin duda un referente sobre la influencia de una revista. La objeción no está dirigida al Factor de impacto, si es transparente y está bien hecho. La objeción se dirige a su uso inadecuado como clave predominante en los procesos de evaluación porque resulta perjudicial para el conjunto de las políticas científicas y académicas e injusto a nivel individual. Esta información adquirible de forma automatizada facilita la comparación y por eso se seguirá utilizando y en consecuencia debe ser perfeccionado, eliminar los errores señalados en la DORA y aumentar las fuentes de la información que se manejan. Y aún así debe ser un indicador más de muchos otros que deben considerarse.

La DORA ha puesto el debate en primer plano, ha aglutinado un número muy relevante de adheridos (más de 12.000 científicos relevantes y casi 600 instituciones) y ha conseguido algunos movimientos tanto en los organismos que suministran métricas, Thomson Reuters ha aumentado sus fuentes, ha Introducido el servicio InCites que permite evaluar el impacto para cada artículo al margen del Factor de Impacto de la revista en la que ha sido publicado y Elsevier ha dado la bienvenida a la recomendación para los editores de no enfatizar sólo el Factor de Impacto en las publicaciones y refuerza su política de informar en las revistas no sólo del Factor de Impacto calculado tradicionalmente (2 años) sino de su variante

de cinco años, del Eigenfactor y de Article Influence scores y los SNIP (Source Normalized Impact per Paper) y SJR (SCImago Journal Rank) de Scopus.

Estos movimientos son positivos pero siguen siendo indicadores limitados, que además de ser utilizados de forma combinada deben ser complementados con otros indicadores de impacto. La digitalización y el acceso en línea a los artículos permite tomar en consideración indicadores como el número de descargas o accesos en línea a un determinado texto. La digitalización de las tesis doctorales, de los informes de investigación para las instituciones permite ampliar las fuentes de citas para medir el impacto e influencia de un determinado artículo. Además debe poder contabilizarse el impacto social de la investigación. No tiene sentido que el resultado de investigación pueda influenciar un cuerpo normativo, como la organización del servicio público audiovisual, o la ley general del sector de las comunicaciones, sea incluso referenciada en la propia norma y este hecho resulte transparente a los mecanismos de valoración del impacto.

7. Conclusiones

La adopción de la cultura de la evaluación por parte de los investigadores y las instituciones del campo de la comunicación en España no debe tener vuelta atrás. El escrutinio de la calidad de la producción de la investigación es un requerimiento para poder considerarla científica. En consecuencia, ninguna de las objeciones que se puedan formular legítimamente a los sistemas de evaluación, justifican la renuncia a la evaluación. Por el contrario, el análisis de las deficiencias debe conducir a subsanar las disfunciones observadas. Parece obligado huir de la simplificación. La evaluación debe contemplar múltiples aspectos, entre los cuales el factor de impacto de las revistas, pero no sólo, ni principalmente. El mayor o menor impacto de un artículo en la comunidad científica no dependerá sólo de haber sido publicado en una revista con un alto Factor de Impacto. Primero para generar impacto debe ser leído, después debe ser citado por los pares, además no sólo en sus publicaciones en revistas indexadas con Factor de Impacto sino en otras que siguen reglas de selección de originales rigurosas con evaluación ciega por pares, en libros, en ponencias en congresos relevantes con selección ciega competitiva, en tesis doctorales, y por qué no, por otros indicios de uso en la industria o las instituciones. La digitalización de los contenidos no deja excusa. Se pueden habilitar sistemas automáticos de conteo auditado de todos esos impactos

y además en todos los idiomas. Los sistemas públicos de ciencia y tecnología de todos los países deberían mancomunar un sistema de índices complejos de carácter público, auditados por relevantes científicos de cada campo, que operen con garantía de neutralidad, haciendo públicos los algoritmos utilizados para establecer el impacto, en los que se debían contemplar variables de impacto relativo que tomen en consideración de la talla del campo científico, o de hablantes de la lengua en que se publica. En todo caso la Unión Europea, que maneja ingentes presupuestos dedicados al I+D, debería tomar este desafío como una prioridad.

Evidentemente la evaluación de la calidad no se puede limitar a los indicadores, por completos que sean, nada puede excusar la interpretación de una trayectoria por los pares, teniendo en cuenta el contexto y las necesidades específicas de un campo o una plaza dada. Este aspecto debería definirse, tanto a nivel nacional como europeo en las políticas científicas.

Referencias bibliográficas

- Archambault, E. & Larivière, V. (2009). History of the journal impact factor: Contingencies and consequences. *Scientometrics*, 79(3), pp. 635-649.
- Casado del Río, M.A. & Fernández-Quijada, D. (2015). References in communication policy research: a bibliographical characterization of articles, published by Spanish authors. *Communication & Society*, 28(2), pp. 73-85.
- DORA (2012). *San Francisco Declaration on Research Assessment*. Retrived from <http://www.ascb.org/files/FDeclarationFINAL.pdf>
- EAE (2016). *La inversión en I+D+I 2016*. Retrived from <http://www.eae.es>.
- FERNÁNDEZ-QUIJADA, D. & Masip, P. (2013). Tres décadas de investigación española en comunicación: hacia la mayoría de edad. *Comunicar*, 41, (XXI), pp. 15-24.
- FERNÁNDEZ-QUIJADA, D.; Masip, P. & Bergillos, I. (2013). El precio de la internacionalidad: la dualidad en los patrones de publicación de los investigadores españoles en comunicación. *Revista Española de Documentación Científica*, 36 (2), e010.
- MARTÍNEZ Nicolás, M. (2009). La investigación sobre comunicación en España. Evolución histórica y retos actuales. *Revista Latina de Comunicación Social*, n. 64, pp. 1-14.
- MARTINS, M. L. (2015). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, n. 27 (pp. 405-420). Braga: CECS, Universidade do Minho. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/36695>.

- MORAGAS, M. (2005). Investigación de la comunicación y política científica en España. Ponencia presentada en la Reunión Científica de la Sociedad Española de Periodística (SEP). Santiago de Compostela, 27 y 28 de mayo de 2005.
- PERCEVAL, J.M. & Fornieles, J. (2008). Confucio contra Sócrates: la perversa relación entre la investigación y la acreditación. *Anàlisi*, n. 36, pp. 213-224.
- SORIANO, J. (2008). El efecto ANECA. In *Atas del Congreso Internacional Fundacional AE-IC* (pp. 1-18). Santiago de Compostela: Asociación Española de Investigación de la Comunicación [CD-ROM].

DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO COMUNICACIONAL NOS PRIMEIROS ANOS DA CONFIBERCOM (2011-2015)

Cicília M. Krohling Peruzzo*

Resumo

Este texto sintetiza os trabalhos realizados no Fórum de Publicações e Difusão de Conhecimento Científico da Confibercom, entre 2011 e 2015. Em termos gerais, este Fórum comprovou a dispersão das produções científicas na área das Ciências da Comunicação, no espaço ibero-afro-americano. A participação em bases de dados, a circulação de investigadores e a sustentabilidade de alguns projetos editoriais sempre se debateram com limitações decorrentes do escasso financiamento público na ciência.

O desafio da internacionalização da investigação, publicada em Comunicação no espaço geográfico ibero-afro-americano não pode, todavia, deixar de valorizar, progressivamente, o português e o castelhano como línguas de cultura e ciência, em diálogo atento com o mundo anglófono. O rumo não pode deixar de ser o reforço da comunicação eletrônica, relativamente às revistas científicas, aos grupos de pesquisa e às publicações *online*, em acesso aberto.

Palavras-chave: espaço transcultural ibero-afro-americano; difusão científica; investigação; revistas científicas; português; castelhano

* Coordenadora da Comissão do Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento da Confibercom. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), São Bernardo do Campo – SP, Brasil. Doutora em Ciências da Comunicação, pela Universidade de São Paulo, foi Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Editora da *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* (2005-2016), publicou, entre outros livros, *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Tem publicado, também, artigos em revistas científicas, nacionais e internacionais.
E-mail: kperuzzo@uol.com.br.

Introdução

O *Fórum de Publicações e Difusão de Conhecimento Científico*, da Confibercom – Confederação Ibero-americana das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação / Confederación Iberoamericana de Asociaciones Científicas y Académicas de la Comunicación, foi criado dois anos depois da fundação desta confederação científica. A sua primeira atividade ocorreu, aquando do I Congresso da Confibercom, que se realizou em São Paulo, em 2011, e constou de dois seminários: um, sobre revistas de Comunicação; outro, sobre portais e enciclopédias.

O desafio da divulgação do conhecimento científico em Comunicação no espaço ibero-americano esteve em debate em três momentos que antecederam o II Congresso Mundial de Comunicação Ibero-americana, realizado em 2014, em Braga – Portugal.

Refiro-me, em primeiro lugar, ao Seminário de Revistas de Comunicação, realizado em São Paulo, em 2011, com a participação de representantes de 40 revistas, da Bolívia, Brasil, Colômbia, Espanha, Equador, Portugal e Venezuela. Foram discutidos os problemas relativos às publicações científicas, desde questões tópicas até à avaliação de periódicos no Brasil, assim como as consequências do predomínio do critério anglo-saxão para publicação científica. Foi então criada a *Rede Confibercom de Revistas de Comunicação (Reviscom)*¹, a qual congrega, hoje, 96 membros associados. O objetivo da Reviscom é reunir os periódicos num único espaço e facilitar o acesso aberto e gratuito ao conteúdo completo das revistas associadas².

Um segundo momento de debate sobre a divulgação do conhecimento científico em Comunicação no espaço ibero-americano ocorreu durante o *I Fórum da Confibercom*, que se realizou em Quito, em 2012³. O painel do *Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento Científico* contou com participação de expositores convidados de vários países e identificou os problemas que enfrentava o campo da produção e da divulgação científica em Comunicação.

1 Site da Reviscom: <http://redrevistascomunicacion.wordpress.com/>.

2 Este Fórum decorreu durante a realização do I Congresso Confibercom, de que foram publicadas as atas: *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (M. M. Kunsch & J. M de Melo, 2012).

3 O livro de atas deste I Fórum da Confibercom foi organizado e editado por Margarida Kunsch, com o título *La Comunicación en Iberoamérica. Políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento* (M. M. Kunsch, 2013).

Por sua vez, durante o II *Fórum da Confibercom*, realizado no Porto, em 2013, foi dada continuidade à ampliação da rede de revistas na América Latina, Portugal e Espanha. Além do trabalho de identificação de periódicos, o painel do *Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento Científico* fez ainda propostas para melhorar as condições de difusão do conhecimento científico produzido na Ibero-américa.

Entretanto, em 15 abril de 2014, durante o II Congresso da Confibercom, realizado em Braga, Portugal, voltaram a reunir-se os investigadores do *Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento Científico*, então confirmado pela Direção da Confibercom⁴. Foi discutido um programa de ação, e o objetivo manteve-se: valorizar a produção científica no espaço ibero-afro-americano, internacionalizando a produção científica de Comunicação, realizada nesta vasta região do globo⁵.

Depois da realização de um seminário durante o II Congresso da Confibercom, em Braga, o *Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento Científico* voltou a reunir-se no decorrer do III Fórum da Confibercom (fórum global), realizado em São Paulo, em março de 2015⁶.

De 2011 a 2015, estes seminários contribuíram para o estabelecimento de uma estratégia comum de divulgação do conhecimento à escala ibero-americana. Em termos gerais, grande parte das informações compartilhadas e dos debates travados nestes encontros científicos centraram-se nas dificuldades, fragilidades e limitações dos periódicos de Comunicação, tanto de ordem operacional, quanto de conteúdo disponibilizado. Os avanços verificados em alguns países não foram muito valorizados nestes seminários, talvez por serem uma realidade específica de apenas alguns países, precisamente daqueles onde as Ciências da Comunicação têm um grau maior de institucionalização e de desenvolvimento. Referimo-nos à indexação de periódicos, à observação de padrões técnico-editoriais e à existência

4 Integravam a Comissão do Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento Científico, Antonio Carlos Castillo (Espanha); Carlos E. Arcila Calderon (Colômbia); Cicília M. Krohling Peruzzo (Brasil) – Coordenadora; Eduardo Villanueva (Peru); Gerardo León Barrios (México) e J. Paulo Serra (Portugal).

5 Deste II Congresso da Confibercom foi publicado um livro de atas: *Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização* (M. L. Martins & M. Oliveira, 2014).

6 Neste seminário, realizado em São Paulo, em março de 2015, Paulo Serra apresentou o estudo “O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação”, que veio a ser publicado na *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies* (P. Serra, 2015/2016).

de sistemas de avaliação de periódicos. Por outro lado, foi sempre assinalado pelos investigadores o seu desconforto perante o grau de comprometimento do sistema internacional de difusão da produção científica com os mecanismos de mercado, controle e hierarquização do conhecimento, segundo padrões norte-americanos e europeus das áreas das ciências já consolidadas.

Aspectos situacionais de produção e circulação dos periódicos

Com base em estudos apresentados nos seminários mencionados⁷, constata-se que a produção científica de Comunicação e os próprios periódicos desta área estão dispersos e, em geral, têm dificuldades do ponto de vista da sustentabilidade, participação em bases de dados, e até de circulação entre os próprios países ibero-americanos, entre outros aspectos.

As condições de produção de periódicos científicos de Comunicação, especialmente na América Latina, são difíceis pelas seguintes razões: com poucas exceções, não há fundos públicos que os financiem; as equipes de trabalho (às vezes voluntárias) acumulam funções dentro de suas instituições, não podendo dedicar-se estritamente ao ofício da edição de periódicos; é grande a diversidade de publicações, em termos de formatos, enfoques, conteúdos, qualidade editorial, quantidades (o Brasil tem quase uma centena de periódicos, em contraste com outros países da região, que praticamente não têm periódicos); os editores, em geral, não possuem formação especializada e exercem a função por curtos períodos de tempo (rotatividade grande, com exceções); os países não têm sistemas de avaliação de periódicos, exceto o Brasil (*Qualis Periódicos*), o qual, todavia, apresenta distorções e limites; proporcionalmente ao número de periódicos científicos, são raros os que estão indexados em bases de dados internacionalizadas, como Scopus, Web of Science, Redalyc, Scielo, e até mesmo inseridos no Catálogo Latindex. A área da Comunicação é a menos representada nos catálogos e indexadores das Ciências Sociais.

Quanto à distribuição dos periódicos, existe uma situação difícil no que diz respeito à sua circulação, tanto nacional, como fora do próprio país, situação que, no entanto, tende a melhorar em decorrência de sua crescente disponibilização

7 Ver Castillo Esparcia; Almansa; Álvarez Nobell (2012), Martins (2012), Peruzzo (2012, 2013), Serra (2013), Sierra (2013), Suing (2013), Cohendoz (2013) e Valarezco; Gutierrez (2013).

na Internet. Existem, todavia, outros fatores que também interferem no acesso. Às vezes os periódicos são restritos às próprias universidades e associações (e com baixa circulação nelas mesmas), embora existam alguns periódicos com projeção nacional e já indexados em bases internacionais, principalmente Scielo, Redalyc e DOAJ. Neste contexto, constata-se ainda a existência de limitação de leitura de periódicos científicos. Não se sabe claramente se é por dificuldade de linguagem, de desinteresse por texto científico, de falta de domínio dos canais de acesso, ou de idioma, quando diz respeito à produção oriunda de outros países da Ibero-América. Os artigos publicados em revistas científicas são pouco consumidos enquanto textos de referência. De fato, a maior busca de literatura parece ser ainda a estrangeira, principalmente de autoria de norte-americanos e europeus, a exemplo os *papers* apresentados em congressos. Alguém disse num dos fóruns: “Cada vez produzimos mais, mas nos citamos menos...”

Num nível mais amplo, foi referida a necessidade de se discutir os sistemas dominantes de indicadores de qualidade em vigor que institucionalizam e hierarquizam o conhecimento, uma vez que as tendências da política de publicação de revistas em curso se baseiam na privatização, industrialização e mercantilização de produtos do conhecimento. Estamos a referir-nos a mecanismos que impedem o acesso público e gratuito ao conteúdo de periódicos científicos, e quase excluem outro idioma que não seja o inglês nos sistemas de buscas.

Foram feitas, também, muitas críticas aos sistemas de indexação e de métricas, para medir o impacto, dado o facto de não serem desenhadas para avaliar o valor da ciência, nem o valor do conteúdo dos artigos, e sim a repercussão dos periódicos. Sobre essa questão, foram feitas várias constatações.

1. Existe uma dominação exercida por empresas comerciais, designadamente pela Thomson Reuters (JCR, Web of Science, ISI), e pela Elsevier (Scopus), que privatizam os resultados de pesquisas geradas com fundos públicos⁸.

8 Como diz Paulo Serra (2013: 93-94), “é certo que a digitalização da ciência tem vindo a ser feita a passos largos – mas, de forma predominante, em língua inglesa e marcada pelos interesses comerciais de grandes companhias como a *Thomson Reuters* (ISI), a *Elsevier* (SCOPUS), a *IGI Global* e outras, que procuram fazer mais-valias privadas à custa do trabalho produzido com fundos públicos pelos cientistas das diversas universidades, laboratórios e centros de investigação – com a aquiescência mais ou menos resignada destes, submetidos ao imperativo do ‘publish or perish’. O resultado desta verdadeira paródia do imperativo mertoniano da publicação da ciência é aquilo a que se tem vindo a chamar a ‘*fast science*’, e que mais não é que uma caricatura

2. Existe, por outro lado, um jogo antiético de práticas, que acaba condicionando os índices de fator de impacto⁹, em favor de alguns periódicos e das grandes empresas de bases indexadoras.
3. Também acontece que o sistema instituído destrói, ou então não reconhece, o valor das ciências publicadas em outros idiomas que não o inglês.
4. Em síntese, podemos concluir que o artigo que não seja publicado em periódico indexado parece não ter valor científico, nem social, o que é contraproducente, uma vez que toda a pesquisa de qualidade, que seja apropriada socialmente, demonstra valor, esteja ou não indexada¹⁰.

De um modo geral, a produção científica ibero-americana em Comunicação vive no isolamento, pelo menos a que circula em periódicos. O espanhol e o português mantêm-se como línguas de baixa aceitação no campo científico das Ciências Sociais e Humanas, onde o inglês é predominante de modo quase hegemónico. Esta circunstância tem também como consequência o baixo número de revistas indexadas em bases internacionais.

Paralelo ao problema do “fator de impacto”, a informação científica confronta-se com um outro problema, que decorre dos sistemas de busca na Internet. Tomando o exemplo da empresa Google, verificamos que a informação é classificada através de seus próprios motores de busca e seus próprios critérios (por exemplo, o idioma e a demanda). Estas circunstâncias acabam hierarquizando as publicações, manipulando os índices e comprometendo a amplitude possível do acesso. No caso da publicação científica, por exemplo, os artigos escritos e publicados em inglês aparecem sempre no início dos resultados de buscas.

da ciência – uma caricatura que, a mais ou menos curto prazo, não deixará de pôr em causa a própria qualidade da ciência”.

- 9 Com base em estudo bibliométrico, o fator de impacto de uma revista é de determinado e calculado todo ano da seguinte maneira: primeiramente são contabilizadas as citações que recebem durante esse ano (ex. 2008) todos os documentos publicados na revista nos dois anos anteriores (ex. 2007 e 2006). O número total de citações é o numerador. Em segundo lugar, são contabilizados todos os ‘itens citáveis’ publicados na revista nesses dois anos (ex. 2007 e 2006) e já temos o denominador. O fator de impacto se calcula dividindo o numerador entre o denominador” (Castillo Esparcia; Almansa Martín y Álvarez Nobell, 2012, p. 387). A partir dessa métrica surgem as artimanhas para aumentar o FI...
- 10 Veja-se M. L. Martins (2015), *A liberdade académica e os seus inimigos*.

Propostas para enfrentar as incongruências e limitações do setor

A Confederação, enquanto coletivo de associações científicas no espaço ibero-americano, congrega pessoas de diferentes visões, o que torna complexa sua atuação. Num contexto acadêmico em que a pressão das universidades por se publicar em periódicos indexados, principalmente aqueles indexados por JCR¹¹ e Scopus¹², por exemplo, é crescente, há uma tendência por parte dos docentes investigadores – e até de estudantes de doutorado, em se sujeitarem a critérios dos mesmos, em nome do “publique ou pereça”, às vezes em detrimento das necessidades de pesquisa (problemáticas investigadas, abordagens e difusão interna de conhecimentos) de seus próprios países, e dos riscos ao próprio valor da ciência¹³.

Se por um lado é importante a difusão do conhecimento científico através de periódicos bem conceituados e em nível internacional, por outro lado, as revistas científicas nacionais e regionais do espaço ibero-americano também têm importância, talvez até maior, em função na necessidade de compartilhamento das pesquisas científicas, além de estarem num universo de leitores potencialmente mais interessados e necessitados da informação científica situada, ou seja, relacionada à problemas de investigação presumivelmente vinculados às realidades desses países, embora isso não seja regra nem condição para que a mesma se desenvolva. Refiro-me à dialética entre o interesse (do leitor por temas de sua realidade), à acessibilidade (acesso aberto e idioma), e a apropriação do conhecimento (utilidade pública e subsídios que disponibiliza). Afinal o valor da ciência se mede pela contribuição que traz à sociedade e à humanidade.

Karl Popper (1987, 2002), já nos anos 1940, defendia a prática científica com liberdade de pensamento e contrária ao dogmatismo e autoritarismo dos próprios métodos, da concepção de ciência e das instituições, além de defender a ciência como intervenção social e propósitos de combater os problemas de miséria social e econômica em prol do desenvolvimento humano¹⁴. Como aceitar então as prescrições institucionais de governos, universidades e de empresas editoriais

11 Journal Citation Reports, da Thomson Reuters, empresa proprietária também da Web of Science e da Science Citation Index – SCI.

12 De propriedade da Elsevier.

13 Veja-se Paulo Serra (2013).

14 Ver a leitura atenta de Barreto (2012) sobre essa dimensão do pensamento de Popper.

que pretendem direcionar tanto as temáticas¹⁵ de pesquisa quanto os métodos e as abordagens?

Em suma, há distorções em certas políticas científico-acadêmicas que ditam orientações de difusão do conhecimento que, em última instância, favorecem o negócio editorial internacional em detrimento do valor a ciência para os próprios países nos quais é gerada.

Desse modo, se justifica a forte recomendação do *Fórum de Publicações e Difusão do conhecimento Científico da Confibercom* para que o jogo de interesses em publicar em periódicos de mais alto “Fator de Impacto”, cujas métricas, como já foi dito, são alvo de severos questionamentos, não venha a restringir a presença dos artigos científicos nos idiomas nativos – no caso, português, espanhol, galego, catalão – nem desprestigiar os periódicos científicos da região ibero-americana, nem de outras regiões do mundo com idiomas próprios.

Além do interesse nacional envolto na divulgação e apropriação do conhecimento, os contingentes de pessoas de língua não inglesa são enormes. Como mostra Martins (2012, p. 246), há uma

multidão de pessoas que têm a língua portuguesa como primeira língua. São 190 milhões os falantes de português, quase tantos como os falantes de francês (110 milhões) e de alemão (100 milhões) juntos. Depois do mandarim, com 1000 milhões de falantes, do hindi com 460 milhões, do espanhol com 300 milhões, do inglês com 350 milhões e do árabe com 200 milhões, o português vem a seguir, em sexto lugar. No entanto, na era da informação global, impressiona saber que o total de falantes em língua inglesa é de 1000 milhões, enquanto o Hindi é 650 milhões, o Francês 500 milhões, o Árabe 425 milhões, o espanhol é 320 milhões, o russo 280 milhões e o português 230 milhões¹⁶.

Outro aspecto que compõem esse cenário é a ênfase de publicação de artigos em revistas, em detrimento, inclusive, da publicação de livros. Porém, se

15 As grandes revistas científicas indexadas nas bases antes mencionadas, por exemplo, têm entre os critérios para aceitação de artigos, aqueles que enfocam de temas de interesses globalizantes, portanto, pesquisas sobre realidades específicas de países ibero-americanos são desprestigiadas, além da exigência de padrões metodológicos e de linguagem mais afeitos a determinadas lógicas metodológicas anglo-saxônicas dominantes.

16 Fonte usada pelo autor: http://wapedia.mobi/pt/L%C3%ADngua_mundial [valores em dezembro de 2009].

a publicação em revistas faz elevar os índices acadêmicos, não significa a garantia de que haja a leitura dos artigos no grau desejado. Quando são acessados, a tendência é que seja pelos pares, ou seja leitores do próprio circuito acadêmico, o que é relevante, afinal trata-se de circulação e democratização de ideias e, ao mesmo tempo, um mecanismo de avaliação/validação de resultados de pesquisa. Mas, do meu ponto de vista, diante das possibilidades que as configurações das tecnologias atualmente oferecem há que se equilibrar alternativas de difusão e compartilhamento da produção científica, tanto junto aos públicos especializados (para os pares, universidades, congressos, associações) através dos periódicos, visando o debate e a validação, quanto para a sociedade como um todo, segundo o princípio da divulgação/comunicação pública da ciência. São linhas de atuação que demandam o desenvolvimento de táticas específicas, como por exemplo, a concentração dos esforços nos periódicos científicos, e também a agregação dos blogs de pesquisadores, repositórios digitais de universidades e de associações científicas, perfis acadêmicos de pesquisadores e grupos de pesquisa nas mídias e redes sociais virtuais, além de outras bases de acesso público. Tão importante quanto publicar numa revista JCR (que inclusive restringe o acesso a pagantes) ou Scielo, é publicar para acesso público universal e apropriação pela sociedade dos resultados da pesquisa científica. Nesse sentido, não basta a difusão de artigos científicos, mas a incorporação de outras linguagens, como entrevistas com investigadores e a elaboração de áudios e vídeos que conjuguem cientificidade com clareza e sínteses competentes.

A Confibercom, através do seu *Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento Científico* propõe-se manter o trabalho de diagnóstico da situação dos periódicos científicos e de outras bases e plataformas (portais, enciclopédias, museus, repositórios e catálogos) de difusão do conhecimento do campo da Comunicação. Por outro lado, pensamos que a divulgação e integração da produção científica ibero-americana exige a criação de uma potente Plataforma Digital, desenvolvida com pessoal especializado e estrutura tecnológica condizente. Uma tal plataforma informática permitiria aglutinar e divulgar revistas científicas, enciclopédias, repositórios científicos, museus virtuais, do campo da Comunicação, tendo em vista facilitar o acesso aberto universal à informação gerada no espaço ibero-americano. Tratar-se-á de fazer jus à potencialidade que o desenvolvimento tecnológico oferece na atualidade.

Quanto à internacionalização, não se trata de rejeitar o inglês, mas aproveitá-lo para garantir maior visibilidade da ciência realizada em nossos países. Nesse

sentido, publicar em português e espanhol significa lutar contra a invisibilidade e atingir públicos mais amplos e contestar certo etnocentrismo cultural, que associa a universalização da ciência à ciência publicada em língua inglesa. A Confibercom bater-se-á pela publicação das revistas científicas, em múltiplos idiomas: português, espanhol e inglês, embora se saiba das dificuldades financeiras e operacionais para tanto. Em consonância a essa estratégia, cabe publicar tudo (livros, capítulos de livros, revistas, *papers*, dissertações de mestrado, teses de doutoramento), em regime de acesso aberto universal, limitando os direitos autorais aos direitos morais. Resgatar e digitalizar a produção ibero-americana “perdida” (não indexada), disponibilizando-a de modo gratuito, valoriza o trabalho acadêmico, em geral, e a pesquisa, em particular. Enfatiza-se a premência em facilitar o acesso irrestrito à produção científica na Internet, como forma de internacionalização do conhecimento científico, gerado na Ibero-américa.

A Confibercom interroga, também, o “fator de impacto”, o qual é usado não para “avaliar” a produção do conhecimento e o correspondente valor da ciência, mas que é desenhado para avaliar os periódicos, e a partir de critérios e mecanismos anglo-saxônicos e interesses mercadológicos da própria indústria editorial, como já foi explicitado.

São ainda propósitos da Confibercom, a) Auxiliar na formação de editores visando à melhoria da qualidade científica dos periódicos e a democratização do saber técnico quanto a critérios e processos de indexação; b) Incentivar e ajudar na interação das revistas da região com os sistemas de indexação privados (por exemplo, Scielo e Redalyc) e de catalogação (como é o caso do Latindex), além dos demais indexadores; c) Propor às identidades nacionais competentes critérios de divulgação do conhecimento científico e de avaliação de periódicos, que favoreçam o avanço da qualidade editorial e respeitem a diversidade cultural, regional e acadêmica; d) Criar um *Observatório de Revistas*, com o propósito de sistematizar, analisar e avaliar as atividades de difusão científica nos países ibero-americanos; e) Criar grupos de trabalho por regiões e/ou em países, de modo a facilitar a convergência de programas de formação e intercâmbio; f) Desenvolver um *Banco de Avaliadores e Editores*, para facilitar o intercâmbio e ampliar a cooperação entre os periódicos científicos; g) Criar múltiplos canais de informação científica de acesso aberto, de modo a interagir com investigadores e públicos não especializados e a promover a e-ciência no campo ibero-americano; h) Desenvolver um catálogo ibero-americano de periódicos de Comunicação, similar ao Latindex, que atenda a uma variada gama de áreas do conhecimento; i) Agregar a Reviscom no site

da Confibercom; j) Criar um *Catálogo de Coleções*, no site da Confibercom, para acesso aos investigadores; l) Otimizar, na plataforma digital Confibercom, o uso de recursos, articulando (através de links) produtos já existentes, tais como revistas científicas, catálogos, portais científicos, bibliotecas digitais e a Rede Reviscom.

Podemos dizer, em síntese, que a Confibercom, por intermédio do seu *Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento*, enfatiza a cooperação e o respeito às regionalidades, assim como a integração e o acesso público universal ao conhecimento, propondo-se priorizar as seguintes políticas:

- a) Realizar seminários para editores de revistas científicas, visando discutir e ajudar nos processos de indexação;
- b) Fazer um levantamento de dados sobre o uso da comunicação digital, a partir da base do catálogo Latindex e de indexadores como Scielo¹⁷ e Redalyc¹⁸;
- c) Formar um banco de avaliadores/pareceristas, disponibilizando uma lista com nomes de pesquisadores titulados, que possam auxiliar na avaliação de artigos de revistas científicas;
- d) Intensificar a divulgação (no Facebook e em outras redes) da Rede de Revistas (Reviscom)¹⁹, de modo a difundir informações sobre a disponibilização de conteúdos completos de uma centena de revistas científicas de Comunicação já disponíveis para acesso aberto;
- e) Criar uma *Plataforma Digital*, a qual pode se concretizar pela melhoria/dinamização do site da Confibercom, de modo a converter-se numa plataforma digital ou na criação de um novo sítio (portal potente), o que implica na compra de um domínio de Internet e de um servidor. Esta plataforma digital poderia comportar não apenas um repositório de revistas científicas, como também a migração da rede Reviscom e de toda a memória dos eventos da Confibercom, inclusive, dos *papers* apresentados, além da conexão, em rede, com bibliotecas virtuais, como a BOCC²⁰, o Portal de la Comunicación Infoamérica, catálogos, portais científicos e museus virtuais.

17 Scientific Electronic Library Online.

18 Red de Revistas Científicas de America Latina y el Caribe, España y Portugal.

19 Retirado de <http://redrevistascomunicacion.wordpress.com/>.

20 Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação da Universidade Beira Interior (Portugal).

Considerações finais

A área de abrangência do *Fórum de Publicações e Difusão do Conhecimento Científico* tem especificidades, como as discutidas neste texto, mas, ao mesmo tempo, tem intersecções aos espectros dos demais Fóruns da Confibercom – de Políticas Científicas e de Pós-Graduação. As macropolíticas de ciência e tecnologia interferem diretamente no direcionamento das políticas de produção e de difusão/divulgação do conhecimento. São desenhadas a partir de instâncias que prescrevem normas e parâmetros, principalmente, no nível das políticas de investigação científica e de pós-graduação, os quais desembocam nas políticas de difusão do conhecimento. Portanto, somente um trabalho conjunto dos três fóruns que formam a Confibercom pode ser mais eficiente no delineamento de ações capazes de contribuir para a formulação de novas diretrizes e pressionar por alterações nas macropolíticas de ciência e tecnologia que tanto impactam as micropolíticas editoriais e a própria visão dos gestores acadêmicos, de editores de periódicos científicos e dos próprios docentes investigadores.

Referências bibliográficas

- CAHENDOZ, M. (2013). Revista Argentina de Comunicación, una política de la voz. In M. M. Kunsch (Org.), *La comunicación en Iberoamérica: políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento* (pp. 365-376). Quito: CIESPAL/Confibercom.
- CASTILLO E. A.; Almansa M. A. & Álvarez Nobell, A. (2012). A pesquisa latino-americana em Comunicação, estudo bibliométrico de revistas. In M. M. Kunsch & J. M. de Melo (Orgs.), *Comunicação ibero-americana. Sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 385-400). São Paulo: ECA-USP, Socicom.
- KUNSCH, M. M. (Ed.) (2013). *La Comunicación en Iberoamérica. Políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento*. Quito: CIESPAL/Confibercom.
- KUNSCH, M. M. & Melo, J. M. (Eds.) (2012). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- MARCOS, L. H. (2013). Redes e portais de ciências da comunicação em Portugal. In M. M. Kunsch (Org.), *La comunicación en Iberoamérica: políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento* (pp. 309-332). Quito: CIESPAL/Confibercom.
- MARTINS, M. de L. (2012). Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento

- e conhecimento. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 35 (1). São Paulo, pp. 233-251. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23768>.
- MARTINS, M. L. (2015). A liberdade acadêmica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, n. 27 (pp. 405-420). Braga, CECS, Universidade do Minho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/36695>.
- MARTINS, M. L. & Oliveira, M. (Orgs.) (2014). *Comunicação ibero-americana: os desafios da internacionalização*. Livro de atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana. 13-16 de abril de 2014. Braga: Confiberom / Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/33031>.
- MELO, J. M. de (2012). Babel comunicacional: identidade brasileira. In M. M. K. Kunsch & J. M. de Melo (Orgs.), *Comunicação ibero-americana. Sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 433-442). São Paulo: ECA-USP, Socicom.
- PERUZZO, C. M. K. (2012). Panorama brasileiro das revistas científicas de comunicação. In M. M. K. Kunsch & J. M. de Melo (Orgs.), *Comunicação ibero-americana. Sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 417-432). São Paulo: ECA-USP, Socicom.
- PERUZZO, C. M. K. (2013). Visión general de los periódicos de comunicación en Brasil y de la Red Confibercom de Revistas de Comunicación. In M. m. K. Kunsch (Org.), *La comunicación en Iberoamérica: políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento* (pp. 395-308). Quito: CIESPAL/Confibercom.
- POPPER, K. R. (1987). *A sociedade aberta e seus inimigos*. Belo Horizonte, Itatiaia.
- POPPER, K.I R. (2002). *La miseria del historicismo*. Madrid, Alianza.
- SERRA, P. (2013). Digitalização e acesso aberto na publicação em Ciências da Comunicação: o caso português. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 36(2), 91-104.
- SERRA, P. (2015/2016). O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*. Vol. 3 (2): *Ciência e conhecimento: políticas e discursos* (editado por M. L. Martins *et alii*). Retirado de <http://rlec.pt/index.php/rlec/issue/view/6/showToc>.
- SIERRA Caballero, F. (2013). La era open data. Publicaciones, política científica y socialización del conocimiento. Hacia una nueva economía política del archivo. In M. M. K. Kunsch (Org.), *La comunicación en Iberoamérica: políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento* (pp. 347-364). Quito: CIESPAL/Confibercom.
- SUING, A. (2013). Aporte de Diálogos de la Comunicación a la difusión de las ciencias de la comunicación. In M. M. K. Kunsch (Org.), *La comunicación en Iberoamérica: políticas*

científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento (pp. 333-346). Quito: CIESPAL/ Confibercom.

VALAREZO, K. & Marin Gutiérrez, I. (2013). Difusión de la ciencia de la comunicación, una tarea pendiente en Latinoamérica. In M. M. K. Kunsch (Org.), *La comunicación en Iberoamérica: políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento* (pp. 377-392). Quito: CIESPAL/Confibercom.

Sites

Site da Reviscom: <http://redvistascomunicacion.wordpress.com/>

ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS DA IDEIA DE REDE AO IDEAL DE COMUNIDADE

Madalena Oliveira*

Resumo

O desenvolvimento dos estudos de Comunicação – como certamente os de outras ciências – tem sido acompanhado pela atividade de inúmeras associações científicas. De âmbito nacional ou internacional, disciplinares ou transversais às várias áreas, estas organizações têm desempenhado importantes funções de reunião, dinamização e promoção do trabalho realizado em universidades e centros de investigação. Com iniciativas muito diversificadas – como a organização de eventos científicos e a publicação de séries de livros e revistas – as associações científicas são hoje um indicador relevante do grau de consolidação de campos e grupos científicos. Estão vinculadas à ideia de criar redes de trabalho e cooperação, um objetivo condizente com o desenho de uma sociedade global, feita de ligações, ou conexões, entre pessoas e instituições. No entanto, é na palavra comunidade – ou seja, na ideia de partilha – que o sentido das associações científicas encontra, pelo menos na área das Ciências da Comunicação, o seu fundamento mais expressivo.

Palavras-chave: ciência, associação científica, rede, comunidade

* Professora Associada do Instituto de Ciências Sociais e membro do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, onde se doutorou em 2007. Leciona disciplinas como Semiótica, Comunicação e Linguagens, Jornalismo e Som e Jornalismo Especializado. Nos seus interesses de investigação inscrevem-se atualmente o som como linguagem, o jornalismo sonoro, a cultura sonora, bem como políticas de comunicação e ciência. É vice-presidente da SOPCOM, Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, coordenadora do Grupo de Trabalho de Rádio e Meios Sonoros desta associação e *chair* da Radio Research Section da ECREA, European Communication Research and Education Association.
Email: madalena.oliveira@ics.uminho.pt

As sociedades científicas

As associações científicas tal como hoje as conhecemos – com graus de especificidade muitas vezes bastante acentuados – ter-se-ão inspirado nas sociedades científicas¹ formadas a partir do século XVII, num movimento que terá começado em Itália. Stanley Siegelman considera-as, a par das revistas científicas, um dos contributos que estão na origem da ciência moderna (Siegelman, 1998, p. 9). Os grupos de que fala o autor – essas primeiras sociedades científicas – eram ainda pouco mais do que uma espécie de “clubes” de discussão que nem sempre desenvolviam investigação original, embora pudessem fazer nalguns casos algum trabalho de experimentação. Os seus objetivos fixavam-se na análise e no debate sobre fenómenos da natureza, sendo os tópicos mais comuns “o calor, a luz, o peso, o movimento, o magnetismo, o comportamento dos gases, as marés, metalurgia, ótica, astronomia e física” (Siegelman, 1998, p. 10). Promovidas por patronos, estas primeiras sociedades² funcionavam como lugares de alguma irreverência científica, nalguns casos reunindo-se de modo quase secreto e, por vezes, à revelia das autoridades eclesiásticas.

Distinguiu-se neste contexto a Royal Society of London que, tendo começado em 1645 como um grupo de indivíduos com interesses comuns, se tornou progressivamente numa sociedade relativamente bem-sucedida, que mantinha inclusive um *staff* de dois funcionários assalariados. Com um modelo de inscrição de membros já algo sofisticado para a época, organizado segundo um sistema de quotas, esta sociedade científica – que teria em Paris como equivalente a Académie des Sciences – desempenhava também, segundo Siegelman, uma função social. Conta o autor que “mercadores, filósofos, aristocratas e proprietários de terras (*landed gentlemen*) se reuniam para jantar antes das reuniões ou para tomar café depois das sessões para fazer *network* e socializar com os cientistas” (Siegelman, 1998, p. 12).

-
- 1 Na literatura de expressão inglesa, é relativamente comum a referência a *scientific societies* como sinónimo de *scientific associations*. O mesmo acontece, aliás, em Português, sendo o termo *sociedade* usado, por vezes, na designação de algumas associações. Nesta primeira secção do capítulo, porém, consideramos as sociedades científicas no seu sentido mais genérico original.
 - 2 Siegelman refere, por exemplo, no contexto italiano, a Academia Secretorum Naturae, fundada por Giambattista della Porta, a Academia del Lincei, organizada por Duke Federigo Cesi, e a Academia del Cimento, que tinha como patrono Leopold Medici (Siegelman, 1998, p. 10).

Pelas suas características, as sociedades científicas que surgiram nos anos 1600 estariam de algum modo para as ciências naturais e da vida como os círculos culturais para o que viriam a ser as ciências sociais e humanas. Combinando a reunião de especialistas com o diálogo com outros atores sociais, estas sociedades eram organizações onde, pela palavra, se construía a noção de saber e se produzia conhecimento. Com uma atividade paralela à que se desenvolvia nas universidades da altura, os grupos que se reuniam a este pretexto podiam integrar, na verdade, alguns cientistas universitários, mas tinham uma ambição que ultrapassava claramente as fronteiras da instituição universidade. É certo que o acesso a estas sociedades – mesmo aquelas que se apresentavam como mais ecléticas – era, de algum modo, um exclusivo das elites da época. No entanto, havia já uma percepção de que o conhecimento carecia de socialização.

Para além das reuniões presenciais que promoviam – quais assembleias de debate – as primeiras sociedades científicas implementaram também um sistema de correspondência, que contribuiu para a recolha e redistribuição de informação. Conta Sarah S. Gibson que “com o estabelecimento oficial da Royal Society em 1660 e da Académie des Sciences em 1666, o sistema [de correspondência] foi institucionalizado e as assembleias foram sendo transformadas em corpos mais ou menos profissionais” (Gibson, 1982, p. 148). O ponto de originalidade das sociedades científicas fundadas a partir do século XVII era, pois, o da consciência de que a ciência só faria sentido na base da partilha de informação. Haveria, por isso, em cada organização, como sustenta a autora referindo-se a um estudo concreto sobre a Académie des Sciences, “um ‘instinto comunal’ para partilhar informação com os membros [das sociedades] e tornar as descobertas científicas genericamente disponíveis para outros grupos interessados” (Gibson, 1982, p. 149).

Do ponto de vista estritamente científico, as sociedades que se constituíram na Europa (Itália, França, Alemanha e Reino Unido, especialmente) terão contribuído para encorajar cientistas na realização de trabalhos de descoberta e para, desse modo, promover o progresso em matéria de conhecimento. Do ponto de vista mais global, o que estas sociedades proporcionaram foi, em larga medida, a consciência de que o conhecimento deveria ser publicitado e que a troca e o debate de ideias entre cientistas poderiam ser tão profícuos como a experimentação e os testes empíricos. Foi nesse contexto que, tirando proveito das novas oportunidades proporcionadas pela invenção da imprensa de Gutenberg, estes grupos patrocinaram a criação das primeiras revistas científicas, bem como de

relatórios e outras publicações que teriam, à época, um caráter semelhante ao dos livros de atas dos congressos contemporâneos. Siegelman fala de um “forte desejo de comunicar”, lembrando que “as novas revistas científicas eram simplesmente um meio prático de distribuir detalhadas ‘cartas eruditas’” (Siegelman, 1998, p. 13). Sarah Gibson acrescenta que o mesmo interesse supremo pela comunicação estava presente nas duas primeiras sociedades científicas americanas, que se criariam na segunda metade do século XVIII, a American Philosophical Society e a American Academy of Arts and Sciences (Gibson, 1982, p. 150).

A partir do século XIX, o movimento de criação de sociedades científicas haveria de se intensificar cada vez mais por áreas mais especializadas, que sentiriam o mesmo ímpeto por partilhar ideias e transferir o conhecimento produzido. Primeiro nas ciências dedicadas à natureza, aos fenômenos físicos e químicos e na medicina, depois progressivamente também nas ciências humanas, as sociedades científicas seriam encaradas a partir do século XX como “instituições estabelecidas”, cuja responsabilidade passava por “atuarem como um centro de difusão de informação para a comunidade científica” (Gibson, 1982, p. 153)³, favorecida pela distribuição de publicações e por uma prática de troca que envolvia universidades, bibliotecas e instituições dos governos.

As associações científicas modernas

As significações genéricas relacionadas com o termo associação remetem para as ideias de “aliança”, “união”, “reunião”, “colaboração”, “união de esforços de várias pessoas para prosseguir um fim comum”. O verbo associar-se, por sua vez, admite também como significado a ideia de “tomar parte”, “participar”, “relacionar-se com”, “combinar-se”. Herança das primeiras sociedades científicas, que continuam a ser hoje instituições em certa medida dedicadas a uma necessária regulação da ciência, as associações científicas criadas no seio das mais variadas áreas de conhecimento correspondem, em parte, àquilo que são as aceções de senso comum. De todos os pontos de vista, as associações traduzem um ímpeto pela ligação e pela partilha – aquilo que comumente se designa por *networking*. Elas nascem, segundo Geraldina Porto Witter, “em decorrência da necessidade de

3 Acrescenta a autora que algumas destas sociedades poderiam também ter como finalidade a difusão do conhecimento também para as massas.

ampliar o contacto e o conhecimento entre cientistas e como forma de se obter o aceite dos pares” (Witter, 2007, p. 2).

Definindo-se como organismos que articulam pessoas com interesses comuns, as associações científicas são, antes de mais, instituições cujo sentido se realiza num ideal de identificação que visa, como fim último, a construção de uma identidade de grupo. Fazer parte de uma associação significa, por este prisma, identificar-se com um grupo, seja por razões de natureza teórica seja por questões de ordem pragmática ou metodológica. Significa, por outras palavras, sentir aproximações a uma comunidade cujo *modus operandi* e/ou ideário parecem oferecer coincidências com iniciativas pessoais. Num texto de introdução ao número 9 da revista *Science and Engineering Ethics*, Mark S. Frankel e Stephanie J. Bird assinalam que “é raro haver um cientista que não esteja afiliado em uma ou mais sociedades científicas”. Reconhecem os autores que estas associações “têm funcionado como uma importante fonte de identidade profissional para os cientistas” (Frankel & Bird, 2003, p. 139). O gesto de se associar a uma organização científica é, por norma, voluntário, não constituindo necessariamente um requisito absoluto da atividade profissional do cientista. Em todo o caso, a adesão a uma associação sugere a criação de laços entre pares, uma espécie de movimento para o coletivo que, mesmo antes de poder ser reconhecido como uma inclinação para um *sentir-em-conjunto*, como proporia Mario Perniola (1993), pode ser visto como uma necessidade de *pensar-em-conjunto*.

Neste exercício de confronto entre pares, as associações científicas modernas mantiveram o propósito de fomentar o debate, a troca de ideias, a partilha de conhecimento que estavam na origem das primeiras sociedades científicas. Frankel e Bird sustentam que “os cientistas se juntam a sociedades como uma maneira de encontrar e interagir com colegas e pela função que cumprem de fórum para apresentação dos seus trabalhos” (Frankel & Bird, 2003, p. 139). Entendidas como extensão do processo de identificação com os interesses e eventuais esquemas intelectuais de um coletivo, as arenas de debate constituídas nestes contextos cumprem, então, uma dupla missão: a) por um lado, o conhecimento mútuo, a discussão “dentro de portas”, que é o mesmo que dizer imanente ao próprio grupo científico; b) por outro, a afirmação “para fora”, junto de outros grupos científicos, diante dos quais é necessário declarar a especificidade de um objeto científico ou de metodologias particulares. Se a primeira incumbência da utilização das associações como plataformas de discussão tem uma finalidade endógena, motivada pela necessidade de solidificação de uma espécie de *group*

mind, a segunda visa impor uma espécie de *group think*, assente na delimitação de fronteiras epistemológicas.

Baseadas, portanto, na força própria do coletivo, as associações científicas constituem-se como núcleos legitimadores quer de problemas formulados como objeto de determinadas ciências quer dos métodos prescritos para a sua abordagem. A constituição de associações científicas, sejam elas nacionais ou internacionais, disciplinares ou interdisciplinares, está, por isso, ligada à consolidação de determinados campos científicos e suas comunidades. Daí que, em parte, a maturidade de um dado ramo científico possa, de algum modo, ser também aferido tanto pela longevidade das suas associações como pela dimensão e espessura dos seus corpos de cientistas.

Para além de representarem a identidade e legitimidade de um grupo e de um campo científico, as associações científicas estão também ligadas à expectativa de promoção de integridade da investigação. Quer isto dizer que se lhes atribui igualmente uma responsabilidade ética que Iverson, Frankel e Siang traduzem nesta convicção: “as sociedades científicas estão bem posicionadas para funcionarem como guardiãs dos valores profissionais e dos padrões éticos que foram sendo estabelecidos pelos seus membros ao longo do tempo e para ajudar a transmiti-los às subseqüentes gerações de cientistas” (Iverson, Frankel, & Siang, 2003, pp. 141-142). É nesse sentido que as associações de ciência são, por outro lado, impulsionadoras de “uma variedade de atividades e estratégias que visam promover a conduta de investigação responsável” (Frankel & Bird, 2003, p. 140). Felice Levine e Joyce Iutovich também reconhecem que o vasto papel das associações científicas tem incluído “o desenvolvimento de códigos de ética e o apoio público de políticas com vista à defesa de práticas éticas na conduta de investigação” (Levine & Iutovich, 2003, pp. 257-258). De acordo com os autores, as associações foram, por isso, comprometendo-se com a necessidade de sensibilizar para problemas como “a fabricação ou falsificação de dados, a proteção dos indivíduos humanos, a confidencialidade, o relato rigoroso dos resultados e o plágio” (Iverson, Frankel, & Siang, 2003, p. 258).

Reconhecendo que “aos poucos foram sendo agregados papéis e funções cada vez mais relevantes” às associações científicas, Geraldina Witter admite que estes organismos se foram diversificando, ampliando e tornando mais normativos e poderosos (Witter, 2007, p. 2). Com efeito, qualquer que seja o seu domínio científico de atuação, uma das expectativas progressivamente identificadas com as associações prende-se com o papel que podiam ter na definição de políticas

públicas de ciência. Para Ana Delicado, “seria de esperar que as associações científicas fossem de algum modo consultadas no desenho das políticas de ciência”, uma participação que, em Portugal, “é (e praticamente sempre foi) quase inexistente” (Delicado, 2015, p. 333).

A dinamização da ciência

Se a primeira de todas as funções das associações científicas estará ligada à reunião de investigadores por relação aos seus interesses de investigação, o que estes organismos hoje representam não se esgota na simples aproximação de cientistas. Ao invés, a partir deste propósito, desempenham atualmente, numa tendência que começou a intensificar-se na segunda metade do século XX, um papel de franca dinamização. De acordo com Carlos Fiolhais, “várias associações de cientistas têm tido um papel de relevo na promoção da ciência, incluindo a divulgação científica” (Fiolhais, 2011, p. 94). Reconhece o autor que “praticamente todas as disciplinas científicas e os seus praticantes nacionais são defendidos por sociedades científicas”, sugerindo ainda que, “umas mais ativas do que outras, todas têm ajudado à afirmação e disseminação da ciência e da cultura científica” (Fiolhais, 2011, p. 95).

Defender a ciência e promover a divulgação científica são então, para Fiolhais, duas missões a que modernamente as sociedades científicas têm procurado dar resposta. Com este horizonte, as associações investem na constituição de grupos de trabalho delimitados por subáreas de conhecimento, que favorecem a realização de investigação cada vez mais específica e a aplicação de grandes províncias do saber a realidades emergentes. Por outro lado, é também da iniciativa destas associações que se viabiliza a realização de encontros e reuniões científicas tanto de âmbito regional e nacional como de âmbito internacional. Embora episódicos, os congressos – que hoje se realizam em grande número e diversidade de enfoques – funcionam como uma espécie de “feiras de ciência” patrocinadas, em boa medida, pelas associações científicas que buscam nestas iniciativas retomar, ao menos em parte, o espírito das primeiras assembleias de cientistas. Talvez mais democráticos hoje do que os fóruns do passado, estes eventos convidam à apresentação de trabalho inovador, de perspectivas originais e de novas preocupações científicas. Funcionam, por outro lado, como uma espécie de “mercado de tendências”, onde se escrutinam entre pares metodologias e doutrinas teóricas. São,

em última análise, a chave de reforço das próprias associações como entidades promotoras do encontro, do intercâmbio e da sustentação de redes de cooperação.

Outra das esferas de atuação em que as associações científicas se têm destacado é no fomento à publicação, ou seja, à divulgação pública do conhecimento, que é frequentemente, segundo Anabela Carvalho e Rosa Cabecinhas, uma das conotações da expressão “comunicação da ciência” (Carvalho & Cabecinhas, 2004, p. 5). Em articulação com editoras dedicadas à difusão científica, as associações encorajam a edição de livros em coleções especializadas, bem como a sustentação de publicações periódicas, cada vez mais numerosas e sujeitas a um sistema de competição traduzido em índices de impacto e prestígio. Lembra Sarah Gibson que “desde o século XVII, tem havido [por parte das associações científicas] uma clara compreensão da importância da partilha de conhecimento científico e do valor da propaganda relativo a essa disseminação”. Explica a autora que este interesse pela difusão alargada dos resultados do trabalho de investigação não diz respeito, para estas entidades, “apenas a uma questão de prestígio, mas antes à manifestação de um *ethos* que requer que a comunicação dos resultados seja uma condição *sine qua non* da empresa científica” (Gibson, 1982, p. 159).

Sendo uma das suas faces mais visíveis, a publicação de livros e de revistas não exaurem o propósito de difusão científica. Nas últimas décadas, também outros instrumentos de disponibilização de recursos científicos têm contado com o patrocínio das associações. Embora não de sua iniciativa exclusiva, bases de dados têm sido incentivadas por estas entidades, que investem, por outro lado, na criação de observatórios e de *think tanks*, cuja finalidade é alargar à sociedade em geral o produto da ciência realizado em laboratórios e universidades.

Na mobilização dos interesses dos seus associados e na afirmação da importância da ciência em geral, as associações científicas têm também um potencial de influência de decisores políticos. Pelo privilégio de conhecerem com propriedade o imperativo da produção de conhecimento nas suas áreas de atuação concreta, bem como as condições de ação dos investigadores a elas associados, as sociedades científicas modernas têm desenvolvido, de um modo geral, e em alguns casos de modo mais particular, um papel decisivo de exercício de *lobbying*. Embora reconheça que as associações portuguesas têm tido um papel modesto no aconselhamento dos administradores das políticas de ciência, Ana Delicado admite que “há, porém, uma área em que as associações científicas, em particular as associações de profissionais científicos, têm sido particularmente ativas na procura de intervenção sobre políticas de ciência”. Concretiza a investigadora do

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, responsável pelo desenvolvimento do projeto “Sociedades Científicas na Ciência Contemporânea”⁴, que é na área das carreiras científicas e da defesa e representação dos investigadores junto da tutela que estas associações têm desempenhado um papel importante (Delicado, 2015, pp. 338-339). Ainda assim, Ana Delicado sugere que o repertório de ação ao dispor das associações pode também passar por outros instrumentos:

contactos diretos com agentes políticos (...) ou reuniões convocadas por iniciativa das associações, cartas ou testemunhos endereçados a decisores políticos, comentários em jornais e comunicados de imprensa, *policy briefs* e livros brancos, declarações, criação de gabinetes ou programas especializados em medidas de política, organização de simpósios e conferências, emissão de resoluções e pareceres, constituição de painéis de aconselhamento, participação em processos de consulta pública (...), apresentação de queixas a instâncias judiciais, etc... (Delicado, 2015, p. 344)

Para a autora, é verdade que “as relações entre associações científicas e a esfera política são pouco consistentes” (Delicado, 2015, p. 348). No entanto, é na constituição de grupos de pressão que possam também contribuir para a definição de critérios de aferição da qualidade na investigação que poderia residir o potencial das associações. Segundo Geraldina Witter, neste domínio, “as sociedades poderiam ter uma participação de colaboração na emissão de pareceres técnicos para as agências, definição de critérios de qualidade específicos de cada área, usar e validar instrumentos de avaliação, de projetos, relatórios, publicações, etc.” (Witter, 2007, p. 9).

No cumprimento da sua missão, as associações científicas corporizam não só o desejo de intervir junto dos decisores políticos como também o de fomentar uma aproximação da academia ao mercado de trabalho e à sociedade em geral. É nesse anseio que se fundamenta a admissão, em algumas associações, tanto de cientistas como de profissionais e a celebração de protocolos de cooperação com empresas e outros organismos de gestão do trabalho e dos serviços nas diversas áreas da vida em sociedade.

4 Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia em 2008, desenvolvido por investigadores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em cooperação com o Centro de Investigação e Estudos Sociais do Instituto Universitário de Lisboa e com o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão.

Não obstante a relevância do papel que podem assumir em termos públicos, quer na disseminação do conhecimento quer no exercício de influência em matéria de políticas de ciência, é ainda no domínio da dinamização interna dos campos científicos que as associações têm localizados alguns dos seus principais desafios. Contrariando o acantonamento de grupos, as sociedades científicas respondem hoje ao repto de criação de redes ao estimularem a cooperação entre diferentes agregados representantes de diferentes regiões geográficas ou mesmo diferentes áreas disciplinares. O reforço de iniciativas de interação entre os associados assim como a promoção de relacionamentos estratégicos com associações congêneres estão na agenda das principais sociedades científicas que procuram, por outro lado, nestas conexões um fator de originalidade e de pertinência.

Na asserção dos seus campos científicos, as associações científicas são, na opinião de Melissa S. Anderson e Joseph B. Shultz, “expressões da identidade de disciplinas ou campos”. Nesse contexto, “expressam também perspectivas disciplinares sobre normas, padrões e questões éticas” (Anderson & Shultz, 2003, p. 270) e distinguem-se pelo exercício de uma espécie de meta-ciência. É disso exemplar o papel que se lhes reconhece na promoção da integridade da investigação e na dissuasão de condutas desviantes. E é disso também exemplar o papel que delas se espera na autoavaliação dos seus procedimentos, na problematização dos paradigmas dominantes e na redefinição dos seus objetos de análise.

Associações científicas no campo da Comunicação

Embora os problemas da comunicação e das linguagens estejam presentes na reflexão de várias disciplinas há vários séculos, enquanto campo científico as Ciências da Comunicação contam uma história que se inicia apenas no século XX, contemporânea do desenvolvimento dos média e do seu impacto na sociedade. Considerado o fundador do campo das Ciências da Comunicação no contexto americano, Wilbur Schramm é um dos investigadores associados à definição desta área científica, cujos trabalhos permitem situar no final da década de 1940 o estabelecimento da Comunicação como campo de estudo cientificamente reconhecido. É certo que já antes disso se conheciam alguns estudos, como o de Lazarsfeld, realizado em 1930-1931, sobre os ouvintes de rádio, e que “a tradição do ensino universitário na área da comunicação [na Alemanha] data de 1916”, sabendo-se ainda que “em 1926 eram já nove as universidades alemãs (das 23 então existentes)

onde existia a área de Ciência dos Jornais (*Zeitungswissenschaft*) (Fidalgo, 1998, p. 2). Ainda assim, é no pós-Segunda Guerra Mundial que se situa, de modo mais ou menos consensual, o início do estudo sistemático da Comunicação, que seria introduzido nas universidades portuguesas apenas no final da década de 1970 (Martins & Oliveira, 2013).

É precisamente a meio do século XX que aparece também a primeira associação de impacto neste campo, a atual International Communication Association (ICA), que surgiu a 1 de janeiro de 1950, na altura como National Society for the Study of Communication. De acordo com informação disponibilizada no *site* da organização, “o aspeto-chave desta nova sociedade era o estudo da comunicação”⁵. O mesmo objetivo esteve na base da criação, em 1957, da International Association for Media and Communication Research (IAMCR), que tem hoje, como objetivo primeiro “providenciar um fórum onde investigadores académicos e outros envolvidos na pesquisa e prática dos média e da comunicação possam apresentar e discutir o seu trabalho, refinar as suas competências críticas e colaborar em novos projetos”⁶. Criada em 1978, a Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC) surgiu, de acordo com a informação institucional da organização, “para aglutinar os investigadores latino-americanos, tentando incluir a América Latina na comunidade mundial de investigadores das Ciências da Comunicação”⁷. De âmbito igualmente transnacional, em 2005, surge na Europa a European Communication Research and Education Association (ECREA), que resultou da fusão de duas outras associações, a European Communication Association e o European Consortium for Communications Research. Estabelecendo que “o seu enfoque disciplinar incluiria os média, as (tele)comunicações e a investigação informática, incluindo abordagens relevantes das ciências sociais e humanas”⁸, a ECREA secunda as associações de origem americana no propósito de “providenciar um fórum onde investigadores e outros envolvidos na investigação em comunicação e informação podem encontrar e trocar informação e documentação”⁹.

5 Ver <https://www.icahdq.org/page/History> .

6 Ver <https://iamcr.org/objectives> .

7 Ver <http://alaic.org/site/historia-alaic-historia-alaic/> .

8 Ver <http://ecrea.eu/about/history> .

9 Informação igualmente disponível no site da organização, em <http://ecrea.eu/about/history> .

Para além destas que serão as principais associações internacionais do mundo ocidental com enfoque nas Ciências da Comunicação, a segunda metade do século XX corresponde também ao aparecimento de dezenas de outras associações de âmbito nacional e/ou regional. No contexto ibero-americano, têm especial expressão associações como a Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, fundada em 1977, a Asociación Mexicana de Investigadores de la Comunicación, criada em 1979, a Asociación Boliviana de Investigadores de la Comunicación, constituída em 1981, e, em Portugal, a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM), cuja reunião fundadora se realizou em 1997, 20 anos depois da fundação da sua congénere brasileira¹⁰. Outras associações posteriores, criadas já no novo milénio compõem nesta região transnacional o mapa associativo no campo da Comunicação, de que são exemplos a Asociación de Investigadores Venezolanos de Comunicación (INVECOM) e a Asociación Española de Investigación en Comunicación (AE-IC). Bem mais modesto é o panorama de associações científicas de Comunicação nos países africanos de expressão portuguesa, onde se destacam apenas a Associação Cabo-verdiana de Ciências da Comunicação (MEDIACOM), fundada em 2013, e a Associação Moçambicana de Ciências da Informação e da Comunicação (ACICOM), mais recente ainda, criada apenas em 2015.

Para além destas organizações de âmbito nacional, destaca-se ainda a criação progressiva de federações que reúnem algumas destas associações. No contexto latino-americano eram já conhecidas a Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social (FELAFACS), constituída em 1979 e a Federación Argentina de Carreras de Comunicación Social (FADECCOS), que se iniciou em 1983. Criaram-se outras, entretanto, como a Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (LUSOCOM), estabelecida em 1998 para reunir as associações dos países de expressão em língua portuguesa. Também a Federação Brasileira das Associações Científicas e Académicas de Comunicação (SOCICOM) reúne desde 2008 associações brasileiras, tendo em 2009 sido criada a Confederação Ibero-americana de Associações Científicas e Académicas de Comunicação

10 Relativamente ao contexto português, dizem Ana Delicado, Luís Junqueira, Raquel Rego, Cristina Conceição e Inês Pereira que “é a partir dos anos 80 que se dá o verdadeiro arranque no desenvolvimento científico, com a entrada da ciência na orgânica dos governos (...) e a criação de programas estáveis de financiamento”, um desenvolvimento “acompanhado pela fundação crescente de associações científicas” (Delicado, Junqueira, Rego, Conceição, & Pereira, 2011, p. 101)

(CONFIBERCOM) que amplia para os países de expressão espanhola a reunião de associações dedicadas ao campo da Comunicação.

Com perfis muito diversos, todas estas associações partilham, no entanto, o objetivo de promover o desenvolvimento das Ciências da Comunicação e favorecer a publicação nos idiomas ibéricos, o Português e o Espanhol. A estas organizações se deve um grande número de congressos realizados nas últimas décadas, bem como a criação de relações de cooperação científica entre os diferentes países da região ibero-americana. Criando solidariedade entre investigadores, estas associações têm tido também o mérito de favorecer o conhecimento mútuo dos diferentes contextos de investigação, bem como a realização de pesquisa comparada, uma metodologia que se tornou recorrente, especialmente entre estudantes que realizam períodos de intercâmbio durante os seus percursos de formação.

Contribuindo para uma disseminação mais alargada da produção científica, o que as redes de contacto viabilizadas por estas associações também têm fomentado é um melhor conhecimento e circulação de publicações entre os diferentes países, especialmente no caso de afinidades linguísticas, como é o caso da região ibero-americana. Com efeito, apesar da partilha de uma língua comum, portugueses e brasileiros não tinham, até há relativamente pouco tempo, hábitos de leitura mútua. Hoje, para além desse conhecimento, tem-se proporcionado também a oportunidade cada vez mais frequente de edição de obras em parceria, decorrentes de projetos de cooperação ou da iniciativa de investigadores cuja relação se intensificou nos últimos anos.

Dificuldades e desafios

Apesar do entusiasmo que determina o seu lançamento, as associações científicas são, em muitos casos, estruturas que se confrontam com dificuldades que inviabilizam o cumprimento integral da sua missão. A falta de suporte técnico e profissional no desenvolvimento das suas ações é a consequência mais evidente das debilidades económicas experimentadas pelas associações, qualquer que seja a sua área científica, com especial incidência, talvez, nas áreas das ciências sociais e humanas, menos atrativas para a angariação de fundos por outras vias que não apenas a das contribuições dos seus sócios.

Sem estabilidade financeira e com orçamentos reduzidos, as associações veem-se diante da necessidade de dispensar a contratação de *staff* de apoio,

vivendo muitas vezes da exclusiva dedicação voluntária dos seus corpos sociais e associados. Por outro lado, apesar da relevância reconhecida pelos cientistas em geral ao facto de se pertencer a uma associação, o grau de comprometimento dos associados é, não raras vezes, pouco expressivo; faltará aos membros das associações o sentido de militância e de envolvimento político que caracteriza outras organizações coletivas como os partidos políticos ou os sindicatos.

Concorrendo para uma certa fragilização do sentido de coesão do grupo, estes fatores repercutem-se, por consequência, na pouca notoriedade e no insuficiente reconhecimento das associações por parte das instituições de gestão e apoio à ciência, que se traduz, diz Ana Delicado, numa “fraca abertura por parte das instâncias de decisão a este tipo de participação” (Delicado, 2015, p. 348). Ao inventariar as razões por que as associações científicas acabam por ter um papel diminuto em matéria de políticas de ciência, a autora menciona ainda “o facto de as atividades de aconselhamento nas políticas públicas e *lobby* serem, pela sua própria natureza, irregulares ou poderem não ser perspetivadas pelas associações como centrais no quadro da sua missão”, bem como “a pulverização das associações científicas e a ausência de uma federação ou associação agregadora” (Delicado, 2015, p. 348).

Retardando aquilo que poderiam ser os benefícios políticos decorrentes da atividade das associações, estas circunstâncias não suprimem, no entanto, relevância ao movimento associativo. No contexto lusófono, por exemplo, mantêm-se bem expressivos os imperativos de defesa do potencial do Português como língua de conhecimento, de pensamento e de ciência, estendido no âmbito ibero-americano à promoção dos idiomas ibéricos, que correspondem, no conjunto, à segunda maior província linguística do mundo¹¹. De acordo com Moisés de Lemos Martins, “uma língua apenas pode fazer valer a sua força pela informação e pelo conhecimento que veicula” (Martins, 2015, p. 19). Continua o autor, sugerindo que “só numa língua materna é possível a expressão de sentimentos complexos, como a expressão artística, a reflexão filosófica e a manifestação espiritual e sentimental, que não cabem na linguagem simplificada que uma segunda língua pode permitir” (2015, p. 20). Ainda que seja hoje uma batalha perdida a refutação da hegemonia

11 De acordo com o Alphatrad Portugal – Optilingua Internacional, o Espanhol será a segunda língua mais falada, com 332 milhões de falantes, aparecendo o Português em sexto lugar, com 170 milhões de falantes. No conjunto, ambos os idiomas são ultrapassados apenas pelo Mandarim, falado por 885 milhões de pessoas. Ver <https://www.alphatrad.pt/50-linguas-mais-faladas-no-mundo>.

de uma ciência uniformizadora conforme aos padrões anglo-saxónicos, a persistência das associações do mundo de expressão portuguesa e espanhola na defesa das suas línguas para a transmissão de informação e de conhecimento é, na Península Ibérica, nos Países Africanos de Língua Portuguesa e na América Latina, um dos aspetos distintivos das sociedades científicas de Comunicação, uma área tão sensível aos modos idiossincráticos de expressão.

Coincidentes de um modo geral com os propósitos de todas as organizações científicas, as associações de Comunicação dos países ibero-americanos concorrem, pela sua atuação, para a criação da ideia de redes de investigação e de cooperação. No caderno de encargos têm anotada a necessidade, comum a todas as organizações congéneres, de promover uma maior ligação às empresas e aos profissionais, bem como uma maior literacia científica do público em geral, no horizonte de uma mais ampla abertura à sociedade. É, no entanto, no ideal de comunidade que se manifesta – ou pode manifestar – a sua marca diferenciadora, em tudo o que comunidade tem de superação do desejo de estar conectado ou em rede. Sendo a comunidade a expressão do que há de comum, ela é o lugar da conjugação de objetivos práticos, mas também da partilha de afetos e de identidade cultural, de que o próprio adágio da ciência não deveria arredar-se numa área tão vocacionada para a prática dialógica.

Referências

- ANDERSON, M. S., & Shultz, J. B. (2003). The role of scientific associations in promoting research integrity and deterring research misconduct. *Science and Engineering Ethics*, 9, 269-272.
- CARVALHO, A., & Cabecinhas, R. (2004). Comunicação da ciência: perspetivas e desafios. *Comunicação e Sociedade*, 6, 5-10. doi:10.17231/comsoc.6(2004).1224
- DELICADO, A. (2015). As associações científicas. Em M. d. Rodrigues, & M. Heitor (Eds.), *40 anos de políticas de ciência e de ensino superior* (pp. 329-348). Coimbra: Almedina.
- DELICADO, A., Junqueira, L., Rego, R., Conceição, C., & Pereira, I. (2011). Associações científicas portuguesas: mapeamento e caracterização. *Forum Sociológico*, 21, 97-107. doi:10.4000/sociologico.459
- FIDALGO, A. (1998). *Publizistik ou as Ciências da Comunicação na Alemanha*. Obtido de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-publzistik.pdf>
- FIOLEAIS, C. (2011). *A ciência em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- FRANKEL, M. S., & Bird, S. J. (2003). The role of scientific societies in promoting research integrity. *Science and Engineering Ethics*, 9, 139-140.
- GIBSON, S. S. (1982). Scientific societies and exchange: a facet of the history of scientific communication. *The Journal of Library History*, 17(2), 144-163.
- IVERSON, M., Frankel, M. S., & Siang, S. (2003). Scientific societies and research integrity: what are they doing and how well are they doing it? *Science and Engineering Ethics*, 9, 141-158.
- LEVINE, F. J., & Iutovich, J. M. (2003). Challenges in studying the effects of scientific societies on research integrity. *Science and Engineering Ethics*, 9, 257-168.
- MARTINS, M. L. (2015). Lusofonias: reinvenção de comunidades e combate linguístico-cultural. Em M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 7-23). Famalicão: Húmus.
- MARTINS, M. L., & Oliveira, M. (2013). Doctorado e investigación sobre Comunicación en Portugal: panorama, retos y oportunidades. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 10, 250-263.
- PERNIOLA, M. (1993). *Do sentir*. Lisboa: Editorial Presença.
- SIEGELMAN, S. S. (1998). The genesis of modern science: contributions of scientific societies and scientific journals. *Radiology*, 208(1), 9-16. doi:10.1148/radiology.208.1.9646786
- WITTER, G. P. (2007). Importância das sociedades/associações científicas: desenvolvimento da ciência e formação profissional-pesquisador. *Boletim de Psicologia*, LVII(126), 001-014.

POLÍTICAS CIENTÍFICAS DE COMUNICAÇÃO E OS DESAFIOS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO UM BREVE PANORAMA SOBRE MOÇAMBIQUE

Tomás José Jane*
Elias Djuve**
Eulálio Mabuie***

Resumo

Pretendemos com este estudo fazer um levantamento sobre as possibilidades de financiamento em políticas científicas de comunicação em Moçambique, olhando para as agências financiadoras, o quanto as mesmas olham para a área das Ciências Sociais, como campo maior e, em específico a Comunicação, enquanto área prioritária para o investimento e, acima de tudo, o desenho de políticas que contribuem na difusão da informação e comunicação em Moçambique. Buscamos também fazer um breve panorama sobre o ensino da Comunicação, a nível de licenciatura e com maior ênfase para a pós-graduação, como desafio às futuras pesquisas nesta área de conhecimento, tomando em consideração que, só recentemente, iniciaram os cursos de licenciatura em Ciências da Comunicação.

Palavras-chave: política científica; pós-graduação; comunicação; Moçambique

* Doutorado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, em 2006, é Director-Geral e Professor Titular na Escola Superior de Jornalismo, em Moçambique. Investiga a implementação das rádios comunitárias em Moçambique e a educação em áreas rurais. Entre as várias publicações que dispõe constam *Comunicação Comunitária: uma alavanca para o desenvolvimento local* (2009), *O papel das rádios comunitárias na educação e mobilização das populações para os programas de desenvolvimento local em Moçambique* (2004) e *A experiência de Moçambique no uso dos Meios para a educação das comunidades rurais* (2004).
E-mail: tomajane55@gmail.com.

** Mestre em Comunicação Organizacional, Director Científico-Pedagógico na Escola Superior de Jornalismo, Moçambique.
E-mail: eliasdjive@gmail.com.

*** Mestre em Educação e Comunicação, Chefe do Departamento de Pesquisa em Comunicação para o Desenvolvimento, na Escola Superior de Jornalismo, Moçambique.
E-mail: eulamab@gmail.com.

Introdução

O ensino superior em Moçambique constitui uma das alavancas da educação para o desenvolvimento de Moçambique. Nos últimos quinze anos, isto após a liberalização do sistema de educação, através da Lei n.º 1/93, o ensino superior tem merecido análises profundas de várias camadas sociais, a fim de verificar sua contribuição no desenvolvimento da sociedade moçambicana, em geral e das comunidades locais, em particular. A referida Lei veio abrir espaço nas universidades moçambicanas para a introdução de ensino de Ciências da Comunicação que, em 1996, teve como precursor o então Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU), hoje Universidade Politécnica de Moçambique que, na altura, introduziu o Curso de Ciências da Comunicação (CC), com áreas de concentração em Jornalismo, Relações Públicas e Marketing e Publicidade.

A segunda instituição a introduzir programa de Ciências da Comunicação é a Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane, em 2004, com o curso de Jornalismo. Outras instituições públicas e privadas foram tomando consciência da necessidade de oferecer oportunidades de formação superior, aos cidadãos moçambicanos que, com excelência, possam contribuir para o desenvolvimento de ensino e pesquisa em Ciências da Comunicação no país.

No presente momento, Moçambique possui cerca de 50 instituições de ensino superior das quais 18 públicas e 31 privadas oferecendo diversos cursos e especialidades. No âmbito de ensino de Ciências da Comunicação, quatro instituições são privadas e três, públicas. Duas instituições conferem, para além do grau de licenciatura, os graus de Mestrado e de Doutoramento em Ciências da Comunicação.

Recorda-se que o ensino de jornalismo em Moçambique começa em 1980 com a criação, pelo Governo, da Escola de Jornalismo, que tem como uma das suas atribuições formar jornalistas de níveis básico e médio. Esta instituição formou centenas de profissionais de Comunicação que, desde então, têm vindo a assegurar o funcionamento dos órgãos de comunicação social no país.

O primeiro moçambicano a graduar-se ao nível de licenciatura em Comunicação Social, com especialidade em jornalismo, surge em 1986, beneficiando do acordo de cooperação existente entre Moçambique e Brasil. De lá ao presente momento, muitos jovens moçambicanos beneficiaram de bolsas de estudo para formação em Comunicação Social e/ou Ciências da Comunicação, aos níveis de licenciatura, mestrado e doutoramento, o que nos leva a realizar o presente estudo,

visando aferir perspectivas que nos conduzam à promoção do ensino e pesquisa em Ciências da Comunicação no país.

É a partir deste diapasão que pretendemos, neste estudo, trazer uma reflexão sobre o ensino e pesquisa em Ciências da Comunicação em Moçambique.

1. Objectivos e Metodologia

Vivemos hoje em uma sociedade de informação, onde há muita disponibilidade e pouco trato destas informações, que nos são fornecidas, vezes sem conta, pelas plataformas mediáticas que o ciberespaço oferece. Isso vai colocando vários desafios aos países em desenvolvimento, como Moçambique, que se debatem com problemas de acesso a informação pelos cidadãos, com problemas de democratização da informação e, acima de tudo, com problemas relacionados com a inclusão digital¹.

Este estudo resulta do trabalho feito por três pesquisadores, como um desafio para se reflectir em torno da política científica de comunicação em Moçambique, tendo como finalidade perceber seus contornos, em relação às possibilidades de maior investimento em cursos de pós-graduação em Moçambique. Tomando em consideração que existe um número considerável de instituições públicas e privadas que oferecem cursos de Ciências da Comunicação a nível de licenciatura, as que oferecem o nível de pós-graduação são consideravelmente insipientes.

Para o presente trabalho, a colecta de informações foi feita em três fases, sendo que na primeira, foi feito um mapeamento das Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas, que leccionam os cursos de Ciências da Comunicação e Informação, tanto no nível de graduação como de pós-graduação, conforme mapa a seguir.

1 Sobre as novas possibilidades para o desenvolvimento humano, para o desenvolvimento social, cívico e cultural, que se espera das tecnologias da informação e da comunicação, veja-se *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia* (Martins, 2015 a), sobretudo o capítulo "Média Digitais e Lusofonia" (pp. 27-56).

Tabela 1. Instituições do Ensino Superior (IES) moçambicano que oferecem cursos de Comunicação

Província	Nome da instituição	Cursos oferecidos	Níveis
Maputo e Manica	Escola Superior de Jornalismo	<ul style="list-style-type: none"> • Jornalismo • Relações Públicas • Publicidade e Marketing • Biblioteconomia e Documentação 	Licenciatura
Maputo	Escola de Comunicações e Artes (ECA-UEM)	<ul style="list-style-type: none"> • Jornalismo • Ciências da Informação 	Licenciatura
Maputo	Instituto Superior de Comunicação e Imagem (ISCIM)	<ul style="list-style-type: none"> • Multimédia • Comunicação e Relações Públicas • Marketing 	Licenciatura
Maputo	Instituto Superior Monitor (ISM)	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de Marketing e Relações Públicas 	Licenciatura
Nampula	Universidade Católica de Moçambique (UCM)	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação para o Desenvolvimento 	Licenciatura Mestrado Doutoramento
		<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Estratégica de Comunicação Corporativa 	Licenciatura e Mestrado
		<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de Marketing e Comunicação Empresarial 	Licenciatura e Mestrado
		<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de Publicidade 	Licenciatura
Maputo	Universidade Politécnica	<ul style="list-style-type: none"> • Relações Públicas e Comunicação Estratégica 	Licenciatura
		<ul style="list-style-type: none"> • Ciências da Comunicação • Gestão Estratégica de Marketing 	Licenciatura Mestrado
Maputo	UNITIVA	<ul style="list-style-type: none"> • Ciências da Comunicação 	Licenciatura
Maputo	Universidade Pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> • Jornalismo e Estudos Editoriais 	Mestrado

Na segunda fase, foi feita uma pesquisa em profundidade sobre o perfil dos graduados das IES que leccionam os cursos das Ciências da Comunicação, para aferir o tipo de enquadramento, assim como as formações pós-licenciatura. Isto permitiu, de certa forma, que obtivéssemos um dado importante, que mostra que mais da metade dos graduados não fizeram as suas pós-graduações em Ciências da Comunicação, por várias razões, que apontaremos em outra secção do presente trabalho.

A terceira fase consiste no segundo mapeamento, que é dedicado às agências de fomento de pesquisa, que canalizam suas acções para a área das Ciências da Comunicação. Aqui, em particular, fez-se um levantamento das agências existentes em Moçambique, desde as governamentais, entre outras, com o intuito de tentar perceber que lugar se dá à pesquisa em Comunicação, que editais são abertos para esta área, e se existem temáticas que ocupam lugar de relevo.

2. Breve panorama do ensino superior em Comunicação, em Moçambique

Pretendemos, num primeiro momento, situar a génese do ensino de cursos ligados às Ciências da Comunicação, em Moçambique. A emergência desta área, no ensino superior moçambicano, é bem mais recente, sendo posterior ao período do monopartidarismo vivido no período pós-colonial. Diante disso, não é menos verdade considerar que a Constituição de 1990, com a abertura do mercado e o advento do multipartidarismo, propiciaram a emergência das Ciências da Comunicação, no ensino superior moçambicano.

No âmbito das IES públicas, só em 2004 é que nasce a primeira Instituição, a Escola de Comunicações e Artes, filiada à Universidade Eduardo Mondlane, que logo introduz formações em Comunicação. Quatro anos depois, em 2008, surge a segunda IES, a Escola Superior de Jornalismo, que oferece cursos nesta área. Estas duas instituições, embora uma delas esteja vinculada à mais antiga Universidade do país, gozando de alguns privilégios, enfrentam ambas dificuldades, que vão desde instalações próprias à falta de docentes qualificados e formados em áreas específicas das Ciências da Comunicação.

Nas IES privadas, a Instituição que introduziu cursos de Ciências da Comunicação foi a Universidade Politécnica, em 1996. Tendo em conta estes dados, pode afirmar-se que a “A Politécnica” foi a pioneira no ensino em Ciências da Comunicação, em Moçambique.

Com a massificação de instituições do ensino superior no país, várias instituições têm-se interessando pela área de Ciências da Comunicação, sobretudo em especialidades de Publicidade e Marketing. O curso de Jornalismo conhece uma expansão bem mais reduzida, em relação a outros cursos ligados a esta área de saber.

Actualmente, os cursos de Ciências da Comunicação estão presentes em apenas três IES públicas. Destas três, duas estão leccionando os graus de Licenciatura (Escola Superior de Jornalismo e Escola de Comunicações e Artes/UEM); a terceira instituição, a Universidade Pedagógica, está leccionando somente o nível de Mestrado.

Para além destas instituições, esta área está presente em menos de uma dezena de IES privadas, nomeadamente: Universidade Politécnica (APolitécnica), Instituto Superior de Comunicação e Imagem de Moçambique (ISCIM), Universidade Católica de Moçambique (UCM), Universidade Wutivi (UniTiva).

Os níveis de pós-graduação em Ciências da Comunicação estão sendo oferecidos, até ao presente momento, por duas IES: a Universidade Pedagógica e a Universidade Católica de Moçambique. No concernente ao nível de doutorado, esta última iniciou-o no ano de 2015.

3. Pesquisa em Ciências de Comunicação

Não há debates que não reconheçam que qualquer ciência, para que possa consolidar-se e ganhar seu espaço na academia, bem como nas sociedades, não precise do envolvimento de académicos que militem nessa área, com vista a desenvolver pesquisas científicas. É a actividade de pesquisa científica que aguça o raciocínio do estudante universitário e que torna o trabalho de ensino mais próximo daquilo que a sociedade dele possa esperar.

A evolução industrial, como um dos marcos históricos das sociedades modernas, contou com actividades de pesquisas que puderam impulsionar invenções humanas e demonstram a utilidade dessas invenções para a vida no planeta.

Por outro lado, é de grande importância o reconhecimento de que a actividade académica, nas instituições do ensino superior, não se limita ao trabalho de docência, mas sim, ela está e deve estar enquadrada na tríplice dimensão “ensino-pesquisa-extensão”. Só com o reconhecimento da *indissociabilidade* e a retroalimentação desses três pilares é que se pode ter aquilo que a sociedade espera das instituições de ensino superior. A necessidade da manutenção e busca

constante desta tríplice dimensão da actividade académica é consubstanciada pelas palavras do autor guineense, Carlos Cardoso (2012, p. 131), segundo as quais:

Sem negar a possibilidade de produção de conhecimento fora do espaço universitário e académico, as universidades são o lugar privilegiado de realização da investigação científica de uma forma geral, e das Ciências Sociais em particular. Através da produção de pessoal de alto nível, através da geração de conhecimentos pela pesquisa e através do fornecimento de serviços à comunidade, as universidades constituem instrumentos-chave para a promoção das ciências, da tecnologia e da cultura.

Estas palavras encontram eco nas entrelinhas referidas por Boaventura Sousa Santos (2004, p. 17), ao explicar que desde sempre, as formas privilegiadas de conhecimento, quaisquer que elas tenham sido, num dado momento histórico e numa dada sociedade, foram objecto de debate sobre a sua natureza, as suas potencialidades, os seus limites e o seu contributo para o bem-estar da sociedade.

E as Ciências da Comunicação, em Moçambique, não se podem furtar a esse debate, sobre as suas contribuições para o bem-estar e a consolidação de um Estado democrático, que é e pretende ser.

Embora a academia e o mercado sejam espaços distintos – a primeira, enquanto produtora de conhecimento; e a segunda, como aplicadora de conhecimento produzido perla primeira –, as duas instituições devem coexistir e interagir, quando se pensa num conhecimento que não vira as costas às necessidades das sociedades nas quais esteja inserido. E é com base nas pesquisas, básicas ou aplicadas, que se pode pensar a aplicabilidade do conhecimento produzido nas academias e o fornecimento de colaboradores capacitados para o mercado do trabalho.

A área de pesquisa em Ciências da Comunicação, em Moçambique, é bem mais recente que a emergência das instituições de ensino superior, que oferecem cursos nesta área de conhecimento. Mais ainda, são poucas as IES, que dispõem de uma plataforma clara e de unidades orgânicas internas, ligadas à pesquisa. Referimo-nos à diminuta existência de departamentos e de centros de pesquisa em Ciências da Comunicação. Das três instituições públicas do ensino superior moçambicano, que oferecem cursos de graduação e pós-graduação na área da Comunicação, apenas uma, concretamente a ESJ, é que tem departamentos de pesquisa constituídos.

Olhando para as IES privadas, apenas a Universidade Católica de Moçambique (UCM) é que dispõe de um centro de pesquisa, voltado para as Ciências

da Comunicação. Porém, não se pode ignorar que a comunidade académica dessas instituições não esteja engajada em pesquisas isoladas em Ciências da Comunicação.

A inexistência de departamentos ou centros de pesquisa em Ciências da Comunicação, em muitas das IES moçambicanas, tanto públicas como privadas, revela a ausência de uma política científica clara, no campo das políticas públicas. Com efeito, dada esta inexistência, não é possível criar espaços de produção científica, nem abrir espaço para se pensar em agências de financiamento, nacionais e estrangeiras, para pesquisas científicas.

Fora das academias, na última década, assistiu-se à emergência de centros de pesquisa em Ciências da Comunicação autónomos, como são do Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (CEC) e a Organização Sekelekani.

O Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (CEC), criado em 2010, em Moçambique, tem os seguintes objectivos: realizar estudos nas diversas áreas das ciências da comunicação na sua interacção com os diversos sectores da sociedade; desenvolver reflexões acerca do papel da Comunicação, especificamente dos *media*, na sociedade moçambicana; promover do intercâmbio entre os órgãos de comunicação, as instituições de formação e os profissionais de comunicação, de modo a garantir uma maior contribuição dos seus profissionais para o desenvolvimento humano, cultural e científico do país.

A IBIS Moçambique é o principal parceiro financiador do Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (CEC). Na área de pesquisa, conta com o apoio da unidade de investigação portuguesa, Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ).

A Sekelekani é uma instituição moçambicana fundada em 2012. Tem como objectivo servir de plataforma de promoção da comunicação para o desenvolvimento. Orientada para enaltecer o diálogo entre os decisores de políticas públicas e as partes interessadas, nomeadamente as comunidades destinatárias do desenvolvimento, a Sekelekani foi fundada por especialistas moçambicanos de Comunicação e desenvolvimento, independentes, com larga experiência profissional de comunicação, pesquisa, documentação, advocacia e lóbi, acumulada ao longo de vários anos, na colaboração com diferentes instituições nacionais, regionais e internacionais.

Como se pode depreender, há uma quase inexistência de centros de pesquisa voltados para o campo de Ciências da Comunicação. Aliado a isso, os poucos recursos financeiros que são alocados às instituições do ensino superior, em

Moçambique, raras vezes beneficiam as Ciências Sociais e Humanas, em particular as Ciências da Comunicação.

A título de exemplo, o Plano Estratégico do Ensino Superior em Moçambique 2012-2020 (pp. 63-64), refere, na definição de prioridades, que, “tendo em conta a situação actual do país e os desafios que se colocam para o seu desenvolvimento sustentável”, são propostas, como áreas estratégicas, a serem perseguidas pelas diferentes IES, as seguintes, por ordem alfabética: “Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências Biomédicas; Ciências Naturais; Ciências Tecnológicas; Engenharias; Áreas transversais; Ambiente; Biotecnologia; Ciências Sociais e Humanas; Educação; Gestão; Línguas; Tecnologias de Informação e Comunicação”.

Vistas assim estas áreas, fica a impressão de que as Ciências da Comunicação não figuram como prioritárias para o “desenvolvimento sustentável” moçambicano, isto porque, diferentemente de áreas como Educação, Gestão e Tecnologias de Informação e Comunicação, a Comunicação é vista como uma área das Ciências Sociais e Humanas, ou, ainda, como parte das ditas Ciências transversais².

4. Desafios do ensino e pesquisa em comunicação em Moçambique: graduação e pós-graduação

Os desafios que se colocam às IES, que agregam cursos de Comunicação, começam logo na fraca qualidade de ensino que caracteriza o estágio actual do ensino superior em Moçambique. Esta fraca qualidade acentua-se mais no campo de pesquisa e extensão, enquanto pilares cruciais das IES.

Embora a questão inerente ao apetrechamento de infra-estruturas das IES esteja plasmada no referido plano estratégico do ensino superior³, as IES públicas, que oferecem cursos de Ciências da Comunicação ao nível de licenciatura,

2 Este desanimador panorama moçambicano, relativo às Ciências da Comunicação, não é muito distinto do panorama português, para darmos um exemplo. Vejam-se, a este propósito, os seguintes trabalhos: A política científica e tecnológica em Portugal e as Ciências da Comunicação: prioridades e indecisões (Martins, 2012); A liberdade académica e os seus inimigos (Martins, 2015 b); Os Estudos Culturais como novas Humanidades (Martins, 2015 c); e Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono (Martins, Sousa & Cabecinhas, 2007).

3 Todas as IES a serem criadas devem reunir condições que garantam padrões mínimos de qualidade de ensino. A garantia de qualidade passa necessariamente por infra-estruturas adequadas para as actividades académicas. “Este é um desafio importante, porque o país estará a formar graduados com competências e habilidades não só para dar resposta às necessidades de desenvolvimento

particularmente ESJ e ECA, continuam a ressentir-se da falta de infra-estruturas próprias, onde possam funcionar condignamente, recorrendo a espaços pertencentes a outras instituições e/ou alugando a privados, o que acarreta avultados custos para as instituições.

Os graus de pós-graduação, que são eminentemente de pesquisas científicas, herdam os problemas vividos nos graus antecedentes. Há uma maior carência no que concerne à formação de docentes e pesquisadores em Comunicação no país. A pós-graduação em Ciências da Comunicação, nas instituições onde já foi criada, é assegurada por uma maioria de docentes e pesquisadores formados no estrangeiro. A maioria destes tem a missão de assegurar a leccionação, em mais de uma instituição, devido à falta de corpo docente nacional, com níveis de mestrado e doutorado, nessa área de saber. Portanto, constitui, sim, um grande desafio, formar, cada vez mais, docentes e pesquisadores em níveis de mestrado e doutoramento. Isso porque acreditamos que só com a formação desses profissionais é que se pode alcançar a tão almejada qualidade de ensino de Ciências da Comunicação nas instituições moçambicanas.

Diante destes desafios que nos são colocados, e movidos pela vontade de vencer, continuaremos a bater-nos por fornecer à sociedade moçambicana profissionais de comunicação e informação capazes de disponibilizar conteúdos informativos aos cidadãos, com responsabilidade.

Embora o Plano Estratégico, referido nas linhas anteriores, inclua a formação de docentes universitários em graus de mestrado e doutorado, falta, ainda, uma política efectiva e clara, conducente à materialização deste pressuposto básico, para a consolidação do ensino superior moçambicano, incluindo as Ciências da Comunicação.

Com um certo número de mestres e doutores, que fizeram as suas formações de pós-graduação fora do país, somos de acreditar que existem condições suficientes para a instalação de programas de pós-graduação em Ciências da Comunicação, com capacidades técnicas e humanas, que possam conduzir o ensino e aprendizagem a uma qualidade desejável.

socioeconómico, mas também para criar condições para a internacionalização e integração regional efectivas” (Plano Estratégico do Ensino Superior 2012-2020, p. 47).

Referências bibliográficas

- CARDOSO, C. (2012). Os desafios da pesquisa em Ciências Sociais e o papel das organizações acadêmicas regionais em África. In T. C. Silva; P. B. Coelho & A. N. de Souto (Orgs.), *Como fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas* (pp. 301-323). Senegal: CLASCSO.
- MARTINS, M. L. (2012). A política científica e tecnológica em Portugal e as Ciências da Comunicação: prioridades e indecisões. In M. Kunsch & J. M. Melo (Org.). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 331-345). São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/23931>
- MARTINS, M. L. (Org.) (2015 a). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Famação: Húmus. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/39693>
- MARTINS, M. L. (2015 b). A liberdade acadêmica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, n. 27 (pp. 405-420). Braga, CECS, Universidade do Minho. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/36695>
- MARTINS, M. L. (2015 c). Os Estudos Culturais como novas Humanidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*. Vol. 3 (1), pp. 341-361. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/40655>
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2007). Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In Ledo, M. (Org.). *Comunicación Local no Espazo Lusófono* (pp. 301-310). Santiago de Compostela: Agacom. <http://hdl.handle.net/1822/24127>
- MINAYO, M. C. (2002). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- MINISTÉRIO da Educação (2012). *Plano Estratégico 2012-2020*. Maputo: Imprensa Universitária.
- SANTOS, B. S. (2004). *A universidade no século XXI*. São Paulo: Cortez.

TERCEIRA PARTE
**LÍNGUA, GLOBALIZAÇÃO E
INTERCULTURALDADE**

AS LÍNGUAS FRANCAS EM CIÊNCIA E A QUESTÃO DOS PARADIGMAS

Paulo Serra*

Resumo

Tal como outrora aconteceu com o latim e a escolástica, a afirmação do inglês como língua franca representa, hoje, a afirmação de um certo paradigma de ciência – um paradigma que Monbiot (2011) qualifica como de “monopólio de conhecimento” e “parasitismo económico”. Visando interrogar o atual império do inglês como língua franca, este artigo propõe-se os seguintes objetivos: i) fazer uma arqueologia mínima da história e do conceito de “língua franca”; ii) caracterizar o paradigma contemporâneo que tem o inglês como língua franca; iii) discutir as principais consequências epistémicas desse paradigma.

Palavras-chave: ciência; língua franca; paradigmas; publicação

* Professor Catedrático na Universidade da Beira Interior (UBI), onde se doutorou em Ciências da Comunicação, em 2005. Atual presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), dirige, também, o LabCom.IFP da UBI. Estuda, entre outros assuntos, a participação cívica, proporcionada pelos média digitais, a retórica e a argumentação, e a interseção entre a comunicação e a política. É autor dos livros *A Informação como Utopia* (1998), *Informação e Sentido* (2003) e *Manual de Teoria da Comunicação* (2008). É coautor do livro *Informação e Persuasão na Web* (2009) e coorganizador de várias obras, a última das quais *Political Participation and Web 2.0* (2014).
Email: pserra@ubi.pt.

Introdução

No prefácio da sua obra *How to write and publish a scientific paper*, escreve Robert Day:

O objetivo da investigação científica é a publicação. Os cientistas, desde que começam como estudantes de pós-graduação, não são avaliados, principalmente, nem pela sua destreza nas manipulações laboratoriais, nem pelo seu conhecimento inato de temas científicos amplos ou estreitos, nem certamente pela sua inteligência ou pelo seu encanto; eles são avaliados, e tornam-se conhecidos (ou permanecem desconhecidos), pelas suas publicações (Day, 1998, p. ix)¹.

Estas afirmações de Day podem causar estranheza pelo facto de parecerem centrar o objetivo da investigação científica na publicação – trocando, assim, os *fins* pelos *meios*. No entanto, se descontarmos o tom hiperbólico do autor, não deixa de ser verdade que a publicidade – no sentido de tornar público – sempre foi uma característica essencial da ciência. Só existe aquilo que se publica – e aquilo que se publica *urbi et orbi* ou, pelo menos, para o maior número de pessoas possível.

O ideal seria, portanto, que a língua de publicação científica fosse uma língua universal.

A impossibilidade *de facto* de construir uma tal língua universal, artificial, foi devidamente sublinhada por Descartes, na sua célebre carta a Mersenne, de 20 de novembro de 1629 – na qual se conclui, a propósito do projeto de autor desconhecido, que a carta discute, que “seria mais fácil fazer com que todos os homens concordassem em aprender a língua Latina ou qualquer outra das que estão em uso do que esta sua língua [artificial]” (Descartes, 1972, p. 79).

A impossibilidade prática de uma língua universal/artificial poderá ser, assim, remediada pela possibilidade daquilo a que habitualmente se chama uma “língua franca”. Nesta matéria, podemos distinguir três grandes períodos (e situações) na história da ciência ocidental: um período em que o latim impera como *lingua franca* (do século I a.C. ao século XVII); um período de multiplicação de línguas francas (do século XVIII a meados do século XX); um período de domínio do inglês (a partir de meados do século XX e até hoje). O domínio do inglês é acompanhado

¹ A tradução deste e de outros trechos de obras estrangeiras, citadas neste artigo, para língua portuguesa, é da responsabilidade do autor.

– e reforçado – quer pela institucionalização do IMRaD como modelo do artigo científico, quer pela criação dos sistemas de indexação dos artigos científicos por Garfield e pelo seu ISI. No seu conjunto, estes elementos constituem aquilo que aqui designamos como “paradigma dominante” – dando ao conceito kuhniiano de paradigma um sentido um pouco mais amplo que o autor (talvez “superparadigma” fosse um termo preferível). Face a esse paradigma, as posições oscilam entre a aceitação, pura e simples, a recusa, o compromisso, ou mesmo o anúncio do fim.

As línguas francas e o império do latim

A expressão “língua franca”, que acabou por generalizar-se, significava originalmente o *pidgin* italiano, utilizado no Mediterrâneo oriental, na primeira metade do 2º milénio da nossa era, nos contactos dos gregos e turcos com os franceses e italianos, que eram conhecidos no seu conjunto como “francos”. Os gregos bizantinos chamavam a essa língua *phrángika* e os ocidentais *lingua franca* (Ostler, 2010).

Quanto à sua definição concetual, as “línguas francas” são línguas de larga escala, utilizadas internacionalmente (Ostler, 2010). Uma língua franca também pode ser definida por contraposição a uma “língua materna” ou “vernacular”: enquanto esta última se aprende no contexto familiar, de forma mais ou menos inconsciente, a primeira aprende-se no contexto de uma organização que a usa, de forma consciente e deliberada; é uma língua “de contacto”, exterior à comunidade em que se nasceu e se foi criado (Ostler, 2010).

São vários os exemplos de línguas francas, de grande influência, que existiram ao longo da história: o egípcio (3000 a.C.-500 a.C.); o grego e o sânscrito (300 a.C.-1200 d.C.); o latim (100 a.C.-1600 d.C.); o persa (1000-1800 d.C.) (Ostler, 2010).

Quanto ao “*pidgin*”, mencionado atrás, ele é uma língua franca aprendida de forma incompleta pelos seus falantes, e que mistura elementos da língua aprendida com outros, provenientes, nomeadamente, da própria língua materna. Como os *pidgins* mais familiares estão ligados ao comércio, compreende-se que a etimologia da palavra *pidgin* corresponda à pronúncia da palavra chinesa que significa “negócio” (Ostler, 2010).

No que se refere especificamente à ciência, o latim foi a sua língua franca durante cerca de dezoito séculos, entre o século I a.C. e o século XVII – século no final do qual, em Inglaterra, Newton publica os seus *Philosophiae naturalis principia mathematica* (1687).

Era em latim que se ensinava nas universidades europeias, que emergiram nos séculos XII e XIII. Foi para latim que foram traduzidos os livros dos grandes mestres Gregos, como Platão ou Aristóteles. Foi em latim que foram criadas as obras de mestres medievais, como Agostinho ou Tomás de Aquino. Foi ainda em latim que escreveram os mestres renascentistas.

Quando no século XV foi inventada a imprensa, e os livros latinos começaram a ser impressos, o latim parecia ter todas as condições para florescer ainda mais como língua franca da ciência. No entanto, paradoxalmente, essa sua função não duraria mais do que dois escassos séculos.

De acordo com Neil Postman (1988), é possível fazer uma analogia entre o que aconteceu com a publicação da ciência em vernáculos e aquilo que dantes tinha acontecido com a impressão da Bíblia nesses mesmos vernáculos: “[...] a impressão (*printing*) da Bíblia em línguas vernáculas introduziu a impressão (*impression*) de que Deus era um inglês, um alemão ou um francês – quer dizer, a imprensa reduziu Deus às dimensões de um potentado local”².

Para este desvanecimento do latim como língua franca, podem ser apontadas várias razões, das quais duas parecem ser as principais. Em primeiro lugar, o facto de os vernáculos – nomeadamente o inglês, o francês e o alemão – fornecerem aos impressores de livros um mercado incomparavelmente maior do que o constituído pelas elites europeias que dominavam o latim. Uma segunda razão, quiçá mais importante, foi o facto de os nacionalismos europeus verem na sua língua, e na sua literatura, uma forma de se afirmarem politicamente (Ostler, 2010).

Ao mesmo tempo que o latim declina, é o francês que emerge como língua franca das elites europeias (e não só) na ciência, na cultura e na política, no decurso dos séculos XVII e XVIII – uma situação que se vai manter até aos anos 1920. Cerca de 1937, o francês perde para o inglês o estatuto de língua estrangeira mais ensinada nas escolas europeias.

No entanto, o latim ainda vai continuar como língua da ciência até pelo menos ao final do século XVIII – e, nalguns casos notáveis, mesmo depois disso. Assim, no século XIX, na Alemanha, o matemático Carl Gauss continua a publicar em latim – por exemplo as *Disquisitiones Arithmeticae*, em 1801, ou a *Theorematis arithmetici demonstratio nova*, em 1808. Já no século XX, em Inglaterra, Alfred

2 Comunicação “Five things we need to know about technological change”, apresentada a 28 de março de 1998, em Denver, Colorado. Retirado de <http://www.cs.ucdavis.edu/~rogaway/classes/188/materials/postman.pdf>.

North Whitehead e Bertrand Russell publicaram os três volumes dos seus *Principia mathematica* (1910, 1912 e 1913).

Ainda no século XX, o matemático italiano Giuseppe Peano, exasperado com o facto de não ter percebido a carta de um seu colega japonês, subscreve em 1903 a proposta de criação de uma língua universal (artificial), baseada no latim, a que chamou “Latino sine flexione”, e que mais tarde veio a ser chamada “Interlíngua” e, ainda mais tarde, “Europeano” (Ostler, 2007). No entanto, e precisamente pelas razões já antevistas por Descartes, na sua carta de 1629, tal projeto de língua artificial universal acabou por não vingar.

O império do inglês

Nos séculos XVIII e XIX, e no século XX, pelo menos até finais da I Guerra Mundial, são o francês, o inglês e o alemão que são utilizados como “línguas francas” da ciência. Assim, aquilo a que se costuma chamar a “ciência moderna” é, no essencial, produzido não sob o monopólio de uma língua franca, mas sob o signo da pluralidade linguística, traduzida na coexistência de várias línguas francas – embora umas o fossem mais do que outras, em determinados períodos.

Se o francês – com a *Encyclopédie*, o Iluminismo, a Revolução Francesa e o Império – e o inglês são predominantes no século XVIII, já o alemão afirma-se sobretudo durante o século XIX, com a formação do império prussiano, em 1871, e a criação do sistema universitário humboldtiano (a Universidade de Berlim foi criada em 1810 por Humboldt). Como refere Ostler (2010, §27.18)³,

Até 1914, as revistas científicas alemãs forneceram os serviços de resumo dotados de autoridade em biologia e medicina, tornando o alemão a principal interlíngua da investigação internacional. Os japoneses, em particular, tendiam a escolher o alemão como a sua língua franca para publicação científica, e era frequente que os artigos em japonês ou em russo aparecessem com resumos em alemão.

Na última década do século XIX, as percentagens de trabalhos publicados nas três principais línguas de publicação científica estavam mais ou menos

3 Utilizamos a versão do livro em epub, pelo que se indica o número do parágrafo em vez do número da página; o programa de leitura é o Calibre, versão 64 bits.

equilibradas, com o inglês a representar 35%, o francês 28% e o alemão 23%. E, ao contrário do que aconteceu com o francês, o alemão subiu nas duas primeiras décadas do século XX – até à sua queda abrupta depois dessa data (Ostler, 2010).

Esta queda do alemão terá, segundo Ostler (2010), três causas fundamentais: o sentimento antialemão, que emerge nos mundos anglófono e francófono, durante a I Guerra Mundial; a perseguição movida pelo nazismo aos judeus, que constituíam uma importante parte dos cientistas alemães, e dos quais muitos emigraram para países anglófonos, nomeadamente os EUA; o poder económico, político e militar dos EUA, no pós-II Guerra Mundial.

Esta queda abrupta do alemão, acompanhada da queda mais gradual do francês, que já vinha detrás, coincide com a ascensão do inglês, que se verifica claramente, a partir da II Guerra Mundial – e de um modo tal que, já em 1967, Eugene Garfield, o fundador do *Institute for Scientific Information* (ISI), constatava o facto de o inglês se ter tomado a linguagem internacional da publicação científica (Garfield, 1967). E quem diz publicação científica diz, segundo Garfield (e não só), publicação de artigos em revistas científicas.

As revistas e o artigo científico

As duas primeiras revistas científicas, que surgem ambas em 1665, são também ambas editadas em vernáculo: o *Journal des Sçavans*, em francês; e as *Philosophical Transactions*, em inglês (Banks, 2009; Banks, 2010).

Com o surgimento das revistas científicas, os livros e as cartas, que entre os séculos XV e XVII, tinham sido as formas predominantes de publicação e comunicação científicas, vão progressivamente dar lugar ao artigo científico, durante os séculos XVIII e XIX (Garfield, 1980; Garfield, 1992).

Ao longo desse período, e sobretudo a partir dos finais do século XIX, o artigo científico vai adquirindo a estrutura que viria a cristalizar, já no pós-II Guerra Mundial, no modelo chamado IMRaD – *Introduction, Methods, Results, and Discussion* (Day, 1998, pp. 6-7). De acordo com a explicação de Day,

A lógica do IMRaD pode ser definida na forma de questões: Que questão (problema) foi estudada? A resposta é a Introdução. Como foi estudado o problema? A resposta são os Métodos. Quais foram as descobertas? A resposta são os Resultados. O que significam estas descobertas? A resposta é a Discussão (Day, 1998, p. 7).

Baseando-se no exame de uma amostra de 1297 artigos originais, publicados entre 1935 e 1985, nas revistas médicas *British Medical Journal*, *Journal of the American Medical Association* (JAMA), *The Lancet* e *New England Journal of Medicine*, Sollacci e Pereira (2004, pp. 365-366) concluem que a porcentagem de artigos que apresenta a estrutura IMRaD vai crescendo, de forma exponencial, ao longo desses cinquenta anos: em 1935, é de 0%; em 1950, ultrapassa os 10%; em 1975, ultrapassa os 80%; é de 100% (adoção completa do modelo) no *New England Journal of Medicine*, em 1975, no *British Medical Journal*, em 1980, e no *JAMA* e no *The Lancet*, em 1985.

Assim, a adoção do IMRaD é coetânea da adoção do inglês como língua de ciência, verificando-se ambas no pós-II Guerra Mundial.

Esta *normalização* da publicação científica terá a ver, não apenas com as exigências dos editores e revisores das revistas científicas, mas também, e por causa disso, com as exigências de indexação dessas mesmas revistas (Day, 1998, p. 7). Convém lembrar, a este respeito, que o *Institute for Scientific Information* (ISI) foi criado por Eugene Garfield em 1960, e que o *Science Citation Index* (SCI) foi lançado em 1963, colocando a ênfase em elementos do artigo como o autor, o título, o resumo e as referências – tudo, obviamente, em inglês.

É certo que a adoção do IMRaD não se fez sem resistências. Assim, logo em 1964, o prêmio Nobel de Medicina, Peter Medawar, perguntava “O artigo científico é uma fraude?”. A esta pergunta o autor respondia afirmativamente, argumentando que “o artigo científico é uma fraude, no sentido em que fornece uma narrativa totalmente enganadora acerca do processo de pensamento envolvido nas descobertas científicas” (Medawar, 1964, p. 43). O que o autor recusa, colocando-se numa perspectiva popperiana, é a concepção indutiva de ciência, subjacente ao artigo científico de estrutura IMRaD, que passa dos resultados à discussão – quando o que a ciência implica é, em primeiro lugar, um processo de discussão de resultados, já conhecidos, e de levantamento de novas hipóteses, que podem levar a (novos) resultados. Assim, o processo de descoberta científica, tal como vivida pelo cientista, é exatamente o inverso do da exposição que aparece plasmada na estrutura do artigo científico. Daí a “fraude”.

No entanto, resistências como a de Medawar foram minoritárias, e não conseguiram travar o movimento de generalização do IMRaD. Até porque, de acordo com a justificação de Day (Day, 1975, p. 33), a questão da escrita de um artigo científico não é uma questão de escrita propriamente dita, de estilo, mas de organização: “Um artigo científico não é literatura. O preparador de um artigo científico não

é realmente um autor”. Assim sendo, o *cozinhado* do artigo é quase automático: “De facto, eu vou ao ponto de dizer que, se os ingredientes forem organizados de forma apropriada, o artigo quase que se escreverá a si próprio”. No limite, concluímos nós, os artigos até poderão ser produzidos por programas informáticos, especialmente desenhados para o efeito, e que sejam *alimentados* com os dados adequados – como o ilustra, ainda que sob a forma de farsa, o programa SCIGen⁴ (Ferreira, 2014).

Questionar o paradigma dominante

Se é certo que ao erigir o latim como língua franca, os antigos e os medievais deram à ciência uma certa universalidade – os sábios de cada país podiam ensinar e ser lidos em qualquer outro país –, não é menos certo que ele excluía todos os que não dominavam essa língua, e se exprimiam nos diversos vernáculos (a maioria). Na realidade, mesmo entre os sábios, o latim não era a língua franca *da* ciência, mas a língua de *um certo* tipo de ciência: a escolástica. Compreende-se, assim, que tenha sido em conflito com o latim, e em nome dos vernáculos, que alguns dos principais criadores da ciência moderna, como foi o caso de Galileu ou Descartes, orientaram a sua publicação.

Talvez a passagem em que se revelam de forma mais clara as razões desse conflito dos sábios modernos com o latim, enquanto língua franca de um certo tipo de ciência, seja a seguinte, do *Discurso do Método* (1637):

E se escrevo em francês, que é a língua do meu país, em vez de latim, que é a dos meus preceptores, é porque espero que aqueles que não se servem senão da sua pura razão natural ajuizarão melhor acerca das minhas opiniões do que aqueles que não acreditam senão nos livros antigos. E no que se refere àqueles que juntam o bom senso com o estudo, os únicos que desejo como meus juizes, eles não serão tão parciais em relação ao latim, que recusem entender as minhas razões, pelo facto de eu as explicar em língua vulgar (Descartes, 1980, p. 59).

Por razões semelhantes, Galileu publica em italiano o seu *Dialogo sopra i due massimi sistemi* (1632), que é traduzido para o latim apenas em 1635 (Ostler, 2007).

4 Ver <http://pdos.csail.mit.edu/scigen>.

O que a posição de Descartes e Galileu tem de interessante é que eles ambos mostram que uma língua franca – o latim – não tem apenas vantagens, mas também apresenta uma desvantagem essencial: a de que é a língua franca de um certo “paradigma” (Kuhn, 1996)⁵, que tende a excluir todos os outros, nomeadamente no que se refere à visibilidade ou “impacto” da publicação científica; e, ainda, que tal exclusão se deve menos a razões epistémicas que a razões políticas e culturais – de tal modo que a luta por uma nova ciência implica, ao mesmo tempo, a luta por uma nova política e uma nova cultura.

O paradigma de ciência que hoje se encontra vigente pode ser resumido nas teses seguintes:

1. Ciência é o que é publicado em inglês;
2. Ciência é o que é publicado, sob a forma de artigos, em revistas científicas;
3. Ciência é o que é publicado em artigos, que obedecem ao formato IMRaD;
4. Ciência é o que é publicado em revistas científicas com “fator de impacto”.

A expressão mais visível deste paradigma e a sua consequência prática é o sistema de publicação a que Monbiot (2011) chama “parasitismo económico” e “monopólio do conhecimento” – e que se traduz, em última análise, em levar os investigadores e as instituições que produzem ciência com fundos públicos a comprar, depois, a ciência que eles próprios produzem e publicam nas revistas dos grandes conglomerados multinacionais.

Na prática, este paradigma exclui da ciência tudo aquilo que não se publica em inglês (mas em outras línguas), que não se publica sob a forma de artigos científicos (mas sob a forma de livro ou capítulo de livro, por exemplo), que não tem uma feição indutiva que lhe permita adequar-se ao modelo IMRaD (mas que é crítico-racional ou ensaístico), cujo fator de impacto não se pode medir em termos bibliométricos (mas tem, por exemplo, impacto social ou cultural).

Pode-se argumentar, em relação a esta nossa posição, que o que define um paradigma é a forma de produção da ciência, e não a sua forma de publicação

5 Como refere Kuhn, os paradigmas “fornecem aos cientistas não apenas um mapa, mas também algumas das indicações essenciais para a elaboração de mapas. Ao aprender um paradigma, o cientista adquire ao mesmo tempo uma teoria, métodos e padrões científicos, que usualmente compõem uma mistura inextricável. Por isso, quando os paradigmas mudam, ocorrem alterações significativas nos critérios que determinam a legitimidade, tanto dos problemas, como das soluções propostas” (Kuhn, 1996, p. 109).

– entendendo-se a segunda como um mero meio e uma consequência da primeira. No entanto, cabe perguntar se, também aqui, os meios não determinam os fins, isto é, se a forma de publicação não determina, *ab initio*, a própria forma de produção. Com efeito, produzir *para* publicar parece ser a exigência primeira das instituições (universidades, institutos, laboratórios, etc.) e dos indivíduos, que hoje produzem ciência – já que é (sobretudo) dessa publicação que dependem os rankings, os projetos, os financiamentos, os empregos, as progressões, etc. É precisamente nesse sentido que, em nossa opinião, deve ser interpretada a expressão, hoje corrente, “*publish or perish*” – uma expressão cujo uso, de acordo com Garfield (1996), remonta pelo menos a 1942, e à obra *The academic man: A study in the sociology of a profession*, de Logan Wilson, ou seja, ao período em que começa a firmar-se o “paradigma dominante”, e de que pode ser vista, precisamente, como uma das palavras de ordem fundamentais. Desde essa altura, publicar para não perecer tem vindo a significar, cada vez mais, publicar em inglês, artigos em formato IMRaD, em revistas indexadas em bases de dados como a (antiga) ISI.

A “síndrome do publicar ou perecer” (Searle, 1971) liga-se, indissociavelmente, à “*fast science*” que, segundo Stengers (2011), emerge no século XIX, marcada pela profissionalização e especialização dos cientistas e pela ligação da ciência à indústria – e que levou à identificação da produção rápida, da publicação copiosa e da transferência de resultados para a economia, como as qualidades ideais do “investigador-empresendedor” dos nossos tempos (Benninghoff, 2011).

É precisamente perante a exigência deste tipo de qualidades que Peter Higgs, que postulou em 1960 a existência do chamado “bóson de Higgs”, e a quem foi atribuído o prémio Nobel da Física em 2013, confessa em entrevista, dada em dezembro desse mesmo ano, que “Eu não seria suficientemente produtivo para o sistema académico de hoje” (citado em Aitkenhead, 2013). Um outro prémio Nobel, Sydney Brenner (citado em Dzung, 2013), laureado em Medicina e Fisiologia, em 2002, observa, ironicamente, que

Mesmo Deus não conseguiria uma bolsa hoje, porque alguém do júri diria, oh essas experiências foram muito interessantes (a criação do universo), mas elas nunca foram repetidas. E, em seguida, alguém diria, sim, ele fez isso há muito tempo, o que fez ele recentemente? E uma terceira pessoa diria, para culminar, ele publicou tudo isso numa revista sem arbitragem (a Bíblia).

Os caminhos divergentes

Em relação ao paradigma dominante são possíveis vários caminhos.

Um deles, que está a ser seguido pela maior parte dos cientistas das ciências “duras”, das ciências médicas e mesmo das ciências sociais e humanas, é o de se submeter sem mais aos ditames do paradigma, integrando-se, alegremente, nessa *autopoiesis*, que leva a publicar artigos IMRaD em inglês, porque se publica cada vez mais artigos IMRaD em inglês – mesmo se os artigos IMRaD são um formato limitado e o inglês é dominado a custo, escrito aos solavancos, envolvendo muitas rejeições e reformulações, até se chegar às pareências do inglês de um *native speaker*.

Um segundo caminho, oposto ao anterior, é o de recusa, pura e simples, do paradigma, continuando-se a publicar não só artigos, mas também todos os outros tipos de textos científicos, no respetivo vernáculo.

Um terceiro caminho, de compromisso, e que está a ser seguido, neste momento, por algumas das mais importantes revistas portuguesas e brasileiras, da área das Ciências da Comunicação, é a publicação de artigos bilingues, em vernáculo (português) e em inglês – uma solução que, aliás, Meneghini e Packer (2007) sugeriam já há alguns anos⁶.

Mas é possível que, num futuro próximo – e, aqui, só podemos especular – o caminho venha a ser um outro. Esse caminho, que hoje apenas começa a perspetivar-se, vem-nos do lado das tecnologias, mais concretamente das tecnologias de tradução automática, de que são exemplos o *Google Tradutor*, o *WordLingo* ou o *Babylon*⁷, para mencionarmos apenas alguns. Na opinião de Nicholas Ostler (2010), nos próximos anos as tecnologias de tradução automática virão a ter um impacto tal que deixará de haver necessidade de qualquer “língua franca”:

A médio prazo, provavelmente em meados do século XXI, e possivelmente mais cedo, [...] já não será necessária uma língua franca mundial. A tecnologia da linguagem tomará a seu cargo a interpretação e a tradução, e a aprendizagem de uma língua

6 Esta solução foi tomada pelas revistas portuguesas de Ciências da Comunicação, *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies* (www.rlec.pt) e *Comunicação e Sociedade* (<http://revistacomsoc.pt/>), e também pela revista brasileira *Matrizes* (<http://www5.usp.br/tag/revista-matrizes/>).

7 Ver, respetivamente, <https://translate.google.com>, <http://www.worldlingo.com> e <http://tradutor.babylon.com>.

estrangeira vai tornar-se uma tarefa desnecessária, exceto para os especialistas e entusiastas (Ostler, 2010, §32.54).⁸

O inglês poderá ser, assim, tal como o sugere o título do livro de Ostler, “a última língua franca”, que antecede “o regresso de Babel” – só que, agora, uma Babel em que, por via da mediação das tecnologias da tradução automática, todas as línguas se entendem umas às outras⁹.

Contudo, o fim do inglês como língua franca global, por efeito das tecnologias de tradução automática, não implica, necessariamente, o fim das línguas francas. De facto, se é verdade que, como procurámos mostrar no que antecede, “as ‘línguas francas’ da ciência são mutáveis” (Forattini, 1997, p. 8), e que essa mutabilidade terá mais a ver com razões extra científicas – nomeadamente económicas e políticas – do que com razões científicas, nada impede que, à semelhança do que aconteceu em outros períodos da história, alguns deles muito recentes (séculos XVIII a XX), haja várias línguas francas da ciência, em vez de uma; isto é, que a hegemonia global (do inglês) seja também por esse lado contrariada por contra hegemonias locais (Cabral, 2007).

Mais concretamente, nada impede que o português, com os seus cerca de 250 milhões de falantes, seja uma dessas línguas francas da ciência¹⁰. Aliás, o português já atualmente está longe de se encontrar na situação de países como a Eslovénia ou a Holanda, que precisam de publicar em inglês para que as suas publicações tenham um mínimo de impacto (Carvalho, 2013).

8 Utilizamos a versão do livro em epub, pelo que se indica o número do parágrafo em vez do número da página; o programa de leitura é o Calibre, versão 64 bits.

9 Como que a reforçar esta opinião de Ostler, os responsáveis do Skype anunciaram, em meados de dezembro de 2014, que, depois de uma fase de testes do *Skype Translator*, o serviço de videochamada se prepara para, daqui a alguns meses, oferecer tradução simultânea gratuita aos seus utilizadores – numa primeira fase apenas entre inglês e espanhol e, numa segunda fase, entre quarenta diferentes línguas (Jiménez Cano, 2014).

10 É essa a proposta de Moisés de Lemos Martins, em *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia* (Martins, 2015 a). Elegendo o ciberespaço como o novo lugar do conhecimento científico, nas atuais condições da sociedade tecnológica, com a língua portuguesa a saltar para as redes sociais, os repositórios digitais de conhecimento e os museus virtuais, M. L. Martins fala da “nova América de um novo arquivo cultural”, como consequência da travessia tecnológica em curso. Nesse sentido, procede a uma analogia entre a circum-navegação marítima dos séculos XV e XVI e atual circum-navegação tecnológica, remetendo para figuras como as de “região geolinguística”, “região geocultural” e “identidade transcultural” (ver, especificamente, “Média digitais e lusofonia”, pp. 27-56).

Se a situação colocar problemas à bibliometria e à indexação, terão de ser os bibliometristas e os indexadores a resolvê-los, e não os cientistas; eles terão, mesmo, aí, um campo de trabalho de eleição. Talvez também neste campo a solução venha do lado da tecnologia, como o mostra a crescente importância de sistemas de indexação automática, como o *Google Scholar*.

Considerações finais

Afirma Hegel, nas suas *Lições sobre a Filosofia da História* (2001, p. 20), contra os que defendem que devemos aprender com as “lições da história”, que o que a experiência e a história ensinam é que “os povos e os governantes nunca aprenderam nada com a história” – e isso porque, sendo cada época idiossincrásica e original, é também de forma idiossincrásica e original que os homens dessa época devem decidir, não podendo transpor para o seu presente as lições do passado.

Não pondo de parte esta posição de Hegel, diremos, no entanto, que há pelo menos uma lição que todos nós aprendemos com a história: precisamente a de que há uma história, isto é, que por muito que dure, nada permanece imutável. Evocar aqui o “*E pur se muove*” de Galileu, perante o Tribunal do Santo Ofício, ou o “Nada é impossível de mudar”, do título do poema de Bertolt Brecht, não passaria de um lugar-comum. No entanto, já não é um lugar tão comum a “súplica” que, neste mesmo poema, Brecht nos faz, de que examinemos “sobretudo o que parece habitual”, e que não o aceitemos como “coisa natural” (Brecht, 1983, p. 45) – já que é no habitual, na sua naturalidade e evidência, que se consagra a dominação e a tirania.

O habitual hoje, na ciência ocidental, é aquilo que aqui designámos como “paradigma dominante”, e que procurámos caracterizar a partir de três traços essenciais: publicação em língua inglesa, de artigos em formato IMRaD, suscetíveis de indexação nas bases de dados, como a Thomson Reuters e outras.

Questionar cada um destes traços – a começar pela fatalidade do inglês como língua franca única e global – é, para além de uma exigência académica, uma exigência cultural e política a que os académicos não podem eximir-se¹¹. Não é que sejamos contra o inglês; mas somos contra o paradigma asfixiante que ele hoje suporta.

11 Veja-se, neste sentido, por exemplo, Moisés de Lemos Martins, em “A liberdade académica e os seus inimigos” (Martins, 2015 b).

Referências bibliográficas

- AITKENHEAD, D. (2013, 6 de dezembro), Peter Higgs: I wouldn't be productive enough for today's academic system. *The Guardian*. Retirado de <http://www.theguardian.com/science/2013/dec/06/peter-higgs-boson-academic-system>
- BANKS, D. (2009). Starting science in the vernacular: Notes on some early issues of the *Philosophical Transactions* and the *Journal des Sçavans*, 1665-1700. *ASp*, 55, 5-22. Retirado de <http://asp.revues.org/213>. DOI: 10.4000/asp.213.
- BANKS, D. (2010). The beginnings of vernacular scientific discourse: Genres and linguistic *featu(res)* in some early issues of the *Journal des Sçavans* and the *Philosophical Transactions*. *E-rea*, 8(1). Retirado de <http://erea.revues.org/1334>. DOI: 10.4000/erea.1334.
- BENNINGHOFF, M. (2011). "Publish or perish !": la fabrique du chercheur-entrepreneur. *Carnets de Bord*, 17, 47-58. Retirado de http://www.unige.ch/ses/socio/carnets-de-bord/revue/pdf/17_175.pdf.
- BRECHT, B. (1983). *Antologia poética*. São Paulo: Perspectiva.
- CABRAL, J. P. (2007). Língua e hegemonia nas ciências sociais. *Análise Social*, XLII(182), 233-237.
- CARVALHO, M. V. (2013, 29 de dezembro). Língua portuguesa e ciência. *Público*, p. 52.
- DAY, R. A. (1975). How to write a scientific paper. *IEEE Transactions on Professional Communication*, junho, 32(7). Retirado de <http://www.eecs.harvard.edu/cs261/background/day.pdf>.
- DAY, R. A. (1998), *How to write and publish a scientific paper*. Phoenix: Oryx Press.
- DESCARTES, R. (1972) [1897]. Descartes à Mersenne. Amsterdam, 20 novembre 1629. In *Œuvres de Descartes*, Tome I: *Correspondance, avril 1622 – février 1638* (pp. 76-82). Paris: Léopold Cerf.
- DESCARTES, R. (1980). *Discurso do método. As paixões da alma*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- DZENG, E. (2013, February 24), How Academia and Publishing are Destroying Scientific Innovation: A Conversation with Sydney Brenner. *Kings Review*. Retirado de <http://kingsreview.co.uk/magazine/blog/2014/02/24/how-academia-and-publishing-are-destroying-scientific-innovation-a-conversation-with-sydney-brenner>.
- FERREIRA, N. (2014, 3 de março). Publicados mais de 100 artigos científicos que foram inventados por um programa de computador. *Público*. Retirado de <http://www.publico.pt/ciencia/noticia/editora-springer-publicou-16-artigos-cientificos-produzidos-por-programa-de-computador-1626954>.
- FORATTINI, O. P. (1997). A língua franca da ciência. *Rev. Saúde Pública*, 31(1), 3-8.
- GARFIELD, E. (1967). English – an international language for science? *Essays of an Information Scientist*, 1, 19-20.

- GARFIELD, E. (1980). Has scientific communication changed in 300 years? *Essays of an Information Scientist*, 4, 394-400.
- GARFIELD, E. (1992). David Kronick's 'Guide' unearths the bones of 17th- and 18th-century scientific Journals. *Essays of an Information Scientist*, 15, 91.
- GARFIELD, E. (1996, 10 de junho). What is the primordial reference for the phrase 'publish or perish'? *The Scientist*, 10(12), 11.
- HEGEL, G. W. F. (2001). *The philosophy of history*. Kitchener, Ontario: Batoche Books.
- JIMÉNEZ Cano, R. (2014, 15 de dezembro). Skype oferecerá tradução simultânea. *El País*. Retirado de http://tecnologia.elpais.com/tecnologia/2014/12/15/actualidad/1418633602_025046.html.
- KUHN, T. S. (1996). *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press.
- LORD Brain, D. M. (1965). Structure of the scientific paper. *British Medical Journal*, 2, 868-869. Retirado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1846354/pdf/brmedj02597-0064.pdf>.
- MARTINS, M. L. (2015 a). Média digitais e lusofonia. In Martins, M. L. (Ed.) *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia* (pp. 27-56). Famalicão: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MARTINS, M. L. (2015 b). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, n. 27 (pp. 405-420). Braga, CECS, Universidade do Minho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/36695>.
- MEDAWAR, P. B (1964, 1 de agosto). Is the scientific paper a fraud? *The Saturday Review*, pp. 42-43. Retirado de <http://www.unz.org/Pub/SaturdayRev-1964aug01-00042>.
- MENEGHINI, R. e Packer, A. L. (2007). Is there science beyond English? *EMBO- European Molecular Biology Organization reports*, 8(2), 112-116.
- MONBIOT, G. (2011, 29 de agosto). Academic publishers make Murdoch look like a socialist. *The Guardian*. Retirado de <http://www.theguardian.com/commentisfree/2011/aug/29/academic-publishers-murdoch-socialist/print>.
- OSTLER, N. (2007). *Ad infinitum: A biography of Latin*. Londres e Nova Iorque: HarperCollins, Walker & Co [Formato e-pub].
- OSTLER, N. (2010). *The last lingua franca: English until the return to Babel*. Londres e Nova Iorque: Penguin, Bloomsbury/Walker Books.
- POSTMAN, N. (1988). Five things we need to know about technological change, comunicação apresentada a 28 de março de 1998, em Denver, Colorado. Retirado de <http://www.cs.ucdavis.edu/~rogaway/classes/188/materials/postman.pdf>.

- SEARLE, S. R. (1971). The publish or perish syndrome. *Southeast Texas Chapter of the American Statistical Association*, 2 de abril., Retirado de <https://ecommons.library.cornell.edu/bitstream/1813/32455/1/BU-367-M.pdf>
- SERRA, J. P. (2012). Unidade e multiplicidade nas ciências da comunicação: uma comparação entre Portugal e Brasil. *Animus, R. Interamericana de Comunicação Midiática*, 11(21), 113-127. Retirado de <http://www.ufsm.br/revistas>.
- SOLLACI, L. B. & Pereira, M. G. (2004). The introduction, methods, results, and discussion (IMRAD structure): A fifty-year survey. *J Med Libr Assoc*, 92(3), 364-7. Retirado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC442179/pdf/i0025-7338-092-03-0364.pdf>.
- STENGERS, I. (2011, 13 de dezembro). "Another science is possible!" A plea for slow science. *Inauguratial lecture Chair Willy Calewaert 2011-2012 (VUB)*. Retirado de https://threeerottenpotatoes.files.wordpress.com/2011/06/stengers2011_pleaslowscience.pdf.

Revistas consultadas

- REVISTA Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies* www.rlec.pt
- COMUNICAÇÃO e Sociedade* <http://revistacomsoc.pt/>
- MATRIZES* <http://www5.usp.br/tag/revista-matrizes/>

LUSOFONIA, INTERCULTURALIDADE E GLOBALIZAÇÃO A LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA DE CIÊNCIA

Maria Manuel Baptista*

Quase toda a tese ‘rígida’, quer dizer, pretensamente neutra
revela uma mentira do autor sobre si próprio.

Rodriguez, 2012

*A ciência moderna, que expulsou do seu corpo a arte, também
nos dirá o que é a poesia?*

Hissa, 2013

Resumo

A presente reflexão discute a questão da produção científica em língua portuguesa na área das Ciências Sociais e Humanas, em particular no espaço da comunidade científica lusófona. Mas este estudo procura ir mais longe, colocando também, de forma mais ampla, a questão do uso da língua própria, como questão central na criação de conhecimento, em todas as áreas que visam a compreensão cultural do humano, em tempos de globalização e multiculturalismo cultural.

Em segundo lugar, defenderemos que a internacionalização científica, essencialmente regida pelas regras do mercado global, constitui um paradoxo (mas não necessariamente um obstáculo), instalado na interculturalidade, tão repetida e estudada pelas Ciências Sociais

* Professora Auxiliar com Agregação do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro e investigadora do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da mesma universidade. Investiga sobre identidade e lusofonia, estudos culturais em Portugal e nos PALOP, história e sociologia da cultura. Consta da sua obra os seguintes títulos: *O ‘Génio Colonial’ Português. O Papel dos Media na Criação de um Mundo Português* (2017); *Identity. Concepts, Theories, History and Present Realities (an European Overview)* (2015); *Cultura: Metodologias e Investigação* (2009); *Uma Cartografia Imaginária de Eduardo Lourenço – Dos Poetas e Amigos* (2008).
E-mail: mbaptista@ua.pt.

e pelas Humanidades. Finalmente, num terceiro momento, procuraremos argumentar em favor da ideia de que a globalização não pode ser entendida exclusivamente como expansão da língua e cultura, de raiz e impulso anglófono, sendo possíveis e desejáveis múltiplas globalizações.

Palavras-chave: lusofonia; globalização; ciência; língua; interculturalidade

Introdução

O que se pretende abordar no presente estudo é a questão da língua, em particular da língua portuguesa, na construção do conhecimento em Ciências Sociais e Humanas. ou mais especificamente, da língua própria (no caso em apreço, o português), enquanto língua de ciência.

Quando nos referimos a ciência neste contexto, referimo-nos a um tipo de produção com aspirações a um conhecimento rigoroso, metodologicamente controlado e crítico, que, no caso das Ciências Sociais e Humanas, permita simultaneamente estudar as especificidades culturais, favorecer a interculturalidade e até a própria internacionalização (embora esteja fora do âmbito desta reflexão discutir aqui as diferenças e coincidências entre ambas).

Pretendo partir da muito conhecida afirmação de Fernando Pessoa, “a minha língua é a minha pátria”, quer dizer, a minha língua é o lugar de onde eu vejo o mundo, a minha história, pessoal e coletiva, e mesmo o Outro ou Outros que se inscrevem em mim, através da minha memória cultural, numa presença que a própria língua se encarrega, simultaneamente, de velar e desvelar (Baptista, 2003, 2004).

É neste sentido que, para nós, a Lusofonia é o lugar de construção do bilinguismo/multilinguismo, o qual obriga, no mínimo, à pertença a várias pátrias, quer dizer, a mundos diversos e a diferentes memórias, que, frequentemente são pouco compatíveis entre si, comunicam pouco e são acionadas em diferentes momentos e oportunidades culturais. Ora, tudo isto é mais vulgar e comum na pós-modernidade, do que nunca antes o foi, qualquer que seja o momento da história da humanidade em que nos situemos. Hoje, a questão identitária é uma questão de múltiplas identidades e diferentes pertenças (Maalouf, 1998; Steiner, 1997 [1971]).

Talvez que alguma luz se possa fazer sobre esta questão, se compreendermos duplamente que cada um de nós (como cada cultura) é sempre um Outro para alguém e que o Outro nunca é a pura exterioridade, mas é feito de imanência, pois

que só existe a partir do ato linguístico que o nomeia, a partir da nossa própria memória cultural (Baptista 2009, 2011).

No caso da Lusofonia, o equívoco pode surgir, podendo ser-se levado a pensar que o caminho está feito, quando a realidade nos mostra que estamos numa encruzilhada (ou em várias) feitas de paradoxos e ambiguidades (Martins, 2011 e 2015 a).

1. A língua própria como língua científica

Conscientes de que a língua própria como língua científica é uma questão de grande complexidade, limitar-nos-emos neste trabalho a considerar uma das dimensões desta problemática, que pensamos interpelar todos os investigadores em Ciências Sociais e Humanas, e mesmo a comunidade científica em geral, pois atravessa a própria natureza do seu trabalho, quer como investigadores, quer como professores.

Uma nota prévia, porém: o que em seguida diremos não pode servir, de modo nenhum, para substituir o rigor do trabalho científico, o controlo metodológico pelos pares, a necessidade de uma constante vigilância da investigação, auto e heterocrítica.

Isto dito e tendo esta ideia sempre presente, pretende-se apresentar e explicitar aqui uma certa compreensão epistemológica em relação ao trabalho que designamos por investigação científica. Referimo-nos a todo o trabalho que em ciência os investigadores realizam sobre, com e a partir da língua própria, quando no âmago da produção de investigação e conhecimento em Ciências Humanas e Sociais (Tarricone, 2011; Martins, 2015 b).

Esta constatação é especialmente válida no contexto dos estudos artísticos, humanos e sociais onde não se pretende produzir ciência universalmente objetiva (não existe um *ponto de vista de Sirius*). Queremos aqui sublinhar que o conhecimento é contextual, cultural, interpessoal e autoral: “mesmo se o sujeito é silêncio, ele é, também, uma mostra da impossibilidade de sua ausência e uma mostra do lugar político, de onde *ele profere o seu silêncio* e de onde *ele diz a sua impessoalidade*” (Hissa, 2013, p. 172).

Com efeito, a ciência não procura apenas a infinita descrição e nem mesmo apenas a compreensão do mundo. Possui, sobretudo, um impulso criador, sendo por isso que toda a argumentação científica tem uma estrutura narrativa.

Deste modo, mesmo no âmbito da escrita científica, o uso da linguagem não é estritamente científico (no mínimo há o estilo, as escolhas, a estrutura argumentativa, etc). Assim, fácil é verificar que todo o processo de escrita (também a científica, ou esta em primeiro lugar) é uma luta dentro da língua e com a língua, não se dando nunca fora dela.

Nestas circunstâncias, a compreensão científica não pode ocorrer fora da linguagem e da língua que a fala, quer estejamos a falar da interpretação do observado, quer da criação ou imaginação de hipóteses (Bachelard, 1943). Ora, estes processos, que podem dar-se no interior da nossa própria língua ou da alheia, são indissociáveis da construção científica.

E se, nas ciências em geral, comunicar e disseminar ciência pode ter uma natureza essencialmente descritiva, em Ciências Humanas e Sociais compreender, expressar, criar são operações indissociáveis e ocorrem dentro de uma língua. Com efeito, compreender em Ciências Humanas e Sociais é tentar, é ensaiar; é um olhar, uma linguagem, uma perspectiva sobre a realidade; por vezes, mesmo uma luta entre a linguagem e a realidade (os 'factos') (Bachelard, 1938).

O que queremos aqui defender é a aproximação (mas não a total coincidência) entre o trabalho científico e o trabalho literário, pois em estudos artísticos, humanos e sociais, criatividade e linguagem científica, não sendo idênticas, frequentemente coincidem. Não se defende, porém, que o trabalho que as ciências realizam com e sobre a linguagem seja de natureza ficcional, mas tão só literário, quer dizer criativo, e que ele é absolutamente essencial para a compreensão da realidade que estudamos.

É por isso que toda a escrita científica tem uma marca autoral e vive da inspiração maior ou menor do seu autor, revelando-se aí claramente a aproximação ao trabalho literário (Gumbrecht, 2010 [2004]).

Como diz Rodriguez (2012), a atividade científica é, em primeiro lugar, um exercício narrativo-literário do cientista a si próprio, do cientista aos seus pares e do cientista aos seus leitores. Se os recursos expressivos e literários do investigador são limitados, o resultado da sua comunicação não pode ser bom. Pelo contrário, o domínio cabal no uso e exploração dos recursos de uma língua traz a possibilidade de uma qualidade extra ao trabalho científico.

Neste sentido, há má e boa literatura científica, como também se depreende das palavras de Boaventura Sousa Santos:

(...) se analisarmos a carreira científica de alguns cientistas sociais preocupados com o rigor da linguagem (Lazarsfeld, Merton, Parson, Bourdieu, Touraine, Boulding, Bell, Galbraith, Hirschman [de entre tantos]), verificamos que à medida que os anos passam e eles avançam na sua investigação, os seus textos tornam-se mais literários, metafóricos, imagéticos e analógicos (Santos, 1988, p 128).

Sublinhamos, assim, em particular, as possibilidades criativas da linguagem, que permitem a exploração mais profunda e cautelosa dos diversos caminhos possíveis na produção científica, colocando-se o cientista, enquanto autor de textos científicos, no ‘lugar ambíguo’ entre leitor e autor, até para poder ter dúvidas (Rodríguez, 2012), um dos mais poderosos motores da produção científica.

Mas, como refere Rodríguez (2012, p. 46), as universidades, com a sua estrutura, convertem o ato da escrita em frustração e desmotivação, desviando a criatividade para outros suportes, estimulando uma escrita que apenas se centra no uso acríptico e dogmático de bibliografia que se acumula, por vezes sem sentido nem criatividade, servindo mais para evitar o trabalho de reflexão do autor do que para construir um conhecimento balizado e dividido com os outros. Ou, como refere Hissa (2013, p. 50), “há muitos exercícios, tomados como pesquisas, que, burocráticos, apenas cumprem formalidades”¹. Na realidade, esquece-se que na investigação científica há um “primeiro passo: *penso que escrevo*, em muitas situações, *para saber o que penso*. Isso significa que a escrita, de alguma maneira a representação do pensamento, *põe-me em movimento* no sentido da organização das ideias” (*Ibid.*, p. 23).

2. Comunicação em ciência, interculturalidade e lusofonia

Como não há ciência sem comunicação, pois ela visa sempre a publicação, ela organiza-se estruturalmente como uma atividade interpessoal e intercultural (o que não significa que ela vise toda e de imediato a internacionalização).

Porém, a interculturalidade, que é visada nas áreas dos estudos artísticos, sociais e humanos não se resolve pela redução de toda a ciência produzida em línguas diversas à hegemonia da língua inglesa, o que constituiria a ortodoxia do

1 Estes exercícios vazios da investigação científica estão entre as ameaças à “liberdade académica”, de que fala Moisés de Lemos Martins em “A liberdade académica e os seus inimigos” (Martins, 2015 c).

pensamento único, mas pela tentativa de compreensão do outro na sua diversidade linguística e cultural (Baptista, 2003, 2004; Martins *et al.*, 2014).

Ora, aquilo a que temos vindo a assistir, é a uma espécie de sistema científico de livre-mercado globalizado, altamente concorrencial, instalado no coração da produção e comunicação em ciência. Esta situação renova, e até aprofunda, a constatação de Pierre Bourdieu, em *Homo Academicus*, na qual se refere que “o campo universitário reproduz na sua estrutura o campo do poder cuja acção própria de seleção e de inculcação contribui para reproduzir a estrutura” (Bourdieu, 2011 [1984], p.70).

Ao organizar-se como mercado, o sistema científico aponta no sentido de uma internacionalização, que equivale, quase exclusivamente, à globalização da ciência produzida e comunicada em língua inglesa, e com ela a uma globalização de formas linguística, literárias, criativas e interpretativas de raiz anglófona.

No entanto, nas palavras de Maalouf (1998, pp. 159-160),

ninguém deveria ser obrigado a ‘expatriar-se’ mentalmente cada vez que abre um livro, de cada vez que se senta diante de um écran, de cada vez que (...) discute ou reflecte. Cada um devia poder apropriar-se da modernidade, em vez de ter constantemente a impressão de a estar a pedir emprestada aos outros.

Ou seja, é de uma visão do mundo que se trata de impor, quando se defende a exclusiva utilização do inglês como língua de produção e comunicação em ciência, transformando a maior parte dos autores/cientistas e a literatura científica de origem, não estritamente anglófona, em expatriados produtores de ciência, que frequentemente se tornam criadores de textos científicos de insuficiente qualidade linguística, e portanto, fracamente reflexivos, e mesmo de penosa leitura.

Ainda aqui serve plenamente a advertência de Maalouf, ao considerar que “nada é mais perigoso do que procurar romper o cordão maternal que liga um homem à sua língua” (Maalouf, 1998, p. 158), mais ainda quando se trata de produzir conhecimento, como bem se pode compreender.

Na senda do que refere João Maria André (2012, p. 302),

a língua materna é o berço em que nascemos para os outros e para o mundo (...). Cuidar do pensamento e cuidar da cultura é também cuidar da língua através da qual somos capazes de dizer o pensamento e a cultura. Nessa língua se sedimentam e decantam memórias, tradições e identidades, nela foram depositando os que nos precederam a

sua compreensão do tempo e da história, nela ecoam contactos com os outros povos que nos fizeram na interacção com eles, desde os gregos e os latinos aos árabes e visigodos, desde os nossos vizinhos espanhóis aos franceses, ingleses e alemães.

E a globalização da ciência? Sim, com certeza, se ela for simultaneamente localização e aprofundamento criativo em cada língua, em direção ao que se quer compreender (Martins, 2011).

Com efeito, toda a ciência tem uma origem local, vive de uma motivação subjetiva e esconde as biografias que a fazem mover. Embora falar em literatura científica não seja falar em ficção, o facto é que toda a ciência é interpretação e recriação de factos através da linguagem e, portanto, não pode fugir à literatura (Martins, 2015 b).

Assim, a possibilidade de globalização dos nossos conhecimentos passa, em primeiro lugar, por um aprofundamento da produção científica em língua própria, que simultaneamente vise a interculturalidade e em última análise a própria globalização, que pode ser feita, a partir da língua própria (no nosso caso, a construção da lusofonia é um modo de globalização em língua portuguesa), e também em direção a outros modos de globalização em múltiplas línguas de larga expressão global. Quer dizer, por que não pensar também na globalização possível em língua castelhana, ou francesa ou italiana, ou genericamente de raiz latina, que seja reconhecida tão válida e científica como aquela que decorre a partir da língua inglesa?

A nós, cientistas em língua portuguesa, cabe-nos pugnar pelo reconhecimento da possibilidade de uma globalização lusófona em ciência, que cruze línguas, conhecimentos e histórias próprias. Ou como diz, de forma muito mais perfeita Caetano Veloso:

Gosto de sentir a minha língua roçar
 A língua de Luís de Camões
 Gosto de ser e de estar
 E quero me dedicar
 A criar confusões de prosódia
 E uma profusão de paródias
 Que encurtem dores
 E furem cores como camaleões
 Gosto do Pessoa na pessoa

Da rosa no Rosa
(...)
E deixa os portugueses morrerem à míngua
Minha pátria é minha língua
Fala Mangueira
Fala!
Flor do Lácio Sambódromo
Lusamérica latim em pó
O que quer
o que pode
Esta língua

Vamos atentar para a sintaxe paulista
E o falso inglês relax dos surfistas
Sejamos imperialistas
Cadê? Sejamos imperialistas
(...)
Incrível
É melhor fazer uma canção
Está provado que só é possível filosofar em alemão
Se você tem uma idéia incrível
É melhor fazer uma canção
Está provado que só é possível
Filosofar em alemão
Blitz quer dizer corisco
Hollywood quer dizer Azevedo
E o recôncavo, e o recôncavo, e o recôncavo
Meu medo!
A língua é minha Pátria
eu não tenho Pátria: tenho mátria
Eu quero fráttria
(...)

3. (In)concluir – formas de resistência

Pretendo concluir esta reflexão com duas pequenas narrativas pessoais:

Como docente e investigadora de Cultura Portuguesa, não me canso de estranhar o facto de os Projetos submetidos à Fundação para a Ciência e Tecnologia terem de ser exclusivamente redigidos em língua inglesa. Seria caso de dizer aqui que estamos perante um exemplo de desprezo cultural pela própria língua como língua de ciência.

A segunda consideração que gostaria de fazer consiste numa nota de resistência e esperança, relativamente a uma possibilidade diferente de internacionalização em ciência, que pode não ser exclusivamente anglófona, buscando outros caminhos possíveis. Participei recentemente num grupo de trabalho de cientistas de países latinos sobre políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Na ocasião, um cientista italiano dizia em língua inglesa: “vou falar inglês aqui pela última vez... afinal com um pouco de paciência, persistência e hábito, podemos entender-nos todos nas nossas próprias línguas (português, espanhol, italiano, francês), de forma mais correta, produtiva e confortável para todos”. E eu concluo. Do que se trata, aqui, sem dúvida, é de um sinal de esperança na possibilidade de imaginarmos modos diferentes de globalização, novas formas de real interculturalidade e efetiva comunicação internacional em ciência.

Referências bibliográficas

- ANDRÉ, J. M. (2012). *Multiculturalidade: Identidades e Mestiçagem – o diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião*. Coimbra: Palimage.
- BACHELARD, G. (1938). *La Formation de l'esprit scientifique. Contribution à une psychanalyse de la connaissance objective*. Paris: Vrin.
- BACHELARD, G. (1943). *L'Air et les songes: essai sur l'imagination du mouvement*. José Corti.
- BAPTISTA, M. M. (2003). Da Cultura Europeia à Lusofonia: Pensar o Impensado com Eduardo Lourenço. *Metamorfoses*, vol. 4, pp. 45-54.
- BAPTISTA, M. M. (2004). Lusofonia, Globalização e Multiculturalismo 'pós-humanista'. Comunicação apresentada à 120th MLA Annual Convention, Filadélfia, 27/30 dezembro.
- BAPTISTA, M. M. (2009). Comunicação Intercultural e Lusofonia – a Perspectiva da Semiótica da Cultura. In H. Sousa; S. Marinho & R. P. Rocha (Eds.), *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2008* (pp. 11-20). Braga: CECS/ Lusocom/Sopcom.

- BAPTISTA, M. M. (2011). The construction of new identity(ies) for the Lusosphere: asynchrony and decentring. In A. M. Correia & I. C. de Sousa (Eds.), *Lusofonia – Encruzilhadas Culturais* (pp. 16-23). Macau: Saint Joseph Academic Press.
- BOURDIEU, P. (2011 [1984]). *Homo Academicus*. Florianópolis: Editora UFSC.
- GUMBRECHT, H. U. (2010 [2004]). *Produção de Presença – o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Editora PUC.
- HISSA, C. E. V. (2013). *Entrenotas – Compreensões de Pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MAALOUF, A. (1998). *Les Identités meurtrières*. Paris: Grasset.
- MARTINS, M. L. (Ed.) (2015 a). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Famação: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MARTINS, M. L. (2015 b). Os Estudos Culturais como novas Humanidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, vol. 3 (1), pp. 341-361. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/40655>.
- MARTINS, M. L. (2015 c). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, n. 27 (pp. 405-420). Braga, CECS, Universidade do Minho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/36695>.
- MARTINS, M. L. (2011). Globalization and Lusophone world. Implications for Citizenship. In M. Pinto & H. Sousa (Eds.), *Communication and Citizenship. Rethinking crisis and change* (pp. 75-84) (IAMCR Conference, 2010). Coimbra: Grácio/CECS. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/25344>.
- MARTINS, M. L., et alii (Eds.) (2014). *Interfaces da Lusofonia*. Atas da Conferência “Interfaces da Lusofonia” – 4-6 de julho de 2013. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29765>.
- RODRÍGUEZ, V. G. (2012). *O Ensaio como Tese – estética e narrativa na composição do texto científico*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- SANTOS, B. S. (1989). *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Porto: Afrontamento.
- STEINER, G. (1997 [1971]). *Dans le Château de Barbe Bleu – notes pour une redéfinition de la culture*. Paris: Gallimard.
- TARRICONE, J. (2011). *Hermenêutica e Crítica: o Pensamento e a obra de Benedito Nunes*. São Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo/ Fapesp Pará: Editora da Universidade Federal do Pará.

AS MISSANGAS DA COMUNICAÇÃO

MOÇAMBIQUE NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO

Armando Jorge Lopes*

Resumo

Nesta comunicação apresentam-se reflexões sobre a língua portuguesa e alguns dos seus enquadramentos em Moçambique, em particular, a relação desta língua com a língua espanhola nesta parte de África, a globalização e a pedagogia da equidade.

Interagir com diferentes línguas e culturas, e do mesmo modo, interagir com a mesma língua e diferentes culturas é muito útil porque estas interacções fornecem perspectivas diferentes da nossa e nos libertam de preconceitos que, muitas vezes, são condicionados culturalmente. Neste contexto, torna-se fundamental estudar os processos históricos que moldaram e continuam a moldar os contextos sociais, culturais e linguísticos de Moçambique, com destaque para a coabitação linguística e cultural entre a língua portuguesa e as línguas bantu, em contexto de harmonia multilinguística e multicultural.

São ilimitadas as contas do colar linguístico moçambicano, que é também universal, cada uma encerrando histórias sobre a modernização da língua portuguesa, temperada pela

* Armando Jorge Lopes, mestrado [York, UK, 1982], doutorado [Wales, UK, 1986] e pós-doutorado [USC, California, 1991 & Cambridge, UK, 1993], é linguista [Linguística Aplicada] e dedica-se há mais de 45 anos ao ensino de línguas—como explicador de Inglês [1967], professor no ensino secundário [1972-77], docente, investigador e gestor universitário [1977--] e Professor Catedrático [2000--] na Universidade Eduardo Mondlane [UEM], Moçambique. Tem ensinado em programas de doutoramento e pós-doutoramento também em universidades na Europa, América e outros países de África. Foi Director Pedagógico da UEM [1987-90], Director-Adjunto da Faculdade de Letras para a Investigação [1993-96], Chefe do Departamento de Linguística e Literatura [2001-04] e Director da Faculdade de Letras e Ciências Sociais [2007-12]. Exerceu o cargo de Editor-Chefe da LASU, Associação de Linguística das Universidades da SADC [1990-95] e realizou interpretação simultânea e tradução na SADCC e em outras instituições políticas e económicas em Moçambique e outros países [1975-1994]. Publicou 11 livros e uma centena de artigos em revistas internacionais e nacionais. Foi Vice-Reitor (Científico-Pedagógico) da Universidade Politécnica de Moçambique [2014-2017].

relação com outras línguas usadas em Moçambique, incluindo as indo-europeias, que a longa noite colonial decidiu não promover e até mesmo coarctar.

Palavras-chave: lusofonia, hispanofonia, Moçambique, comunicação intercultural

Introdução

Reflectir sobre temas que as missangas encerram não é tarefa simples. Língua, globalização, interculturalismo, intraculturalismo, lusofonia, hispanofonia, entre outros, são temas que entendo como contas ou missangas. Sem necessariamente serem as de Mia Couto de 2008, muito embora nos deslumbremos através delas, as contas do colar moçambicano, que se pretende universal e partilhado, apresentam-se ilimitadas. São missangas que vamos introduzindo no fio da comunicação, aquelas contas de vidro coloridas e de outros materiais—as missangas moçambicanas, que são também missangas do mundo (Lopes, 2013^a). Reflicto aqui sobre algumas missangas da língua, da cultura e da inclusividade.

Não pertencendo ao espaço ibero-americano de forma directa, por assim dizer, a história deste país que tem a língua portuguesa como língua oficial e, acima de tudo, a sua situação híbrida entre a anterior vivência com o mundo português e a recente e intensa experiência também partilhada com o mundo hispânico tornam Moçambique num lugar privilegiado de reflexão e problematização desse mesmo espaço e fazem com que a nação africana seja sua parte integrante, mesmo que de forma indirecta. Ao aceitar-se que uma língua não é uma parte isolada de um sistema ecológico complexo, mas sim, e necessariamente, parte integrante do mesmo, ao compreender-se a importância do sistema ecológico do espaço ibero-americano e o facto das línguas nele faladas serem línguas pluricêntricas, não idênticas nas suas variedades metropolitanas, e ao reconhecer-se que cada um dos centros cria uma pressão na direcção da sua variedade—não apenas em termos fonológicos, morfológicos, sintácticos, semânticos e lexicais, mas também em termos discursivos—e que estas pressões se exercem tanto diacrónica como sincronicamente, deduz-se que as influências do Português e do Espanhol sobre todas as outras variedades, incluindo as variedades emergentes de vários estados e ainda sobre as línguas indígenas neles faladas sejam profundamente complexas e diversas. É neste sentido que entendo Moçambique como parte integrante da iberoфония.

Argumento sobre a diversidade linguístico-cultural como suportes do enquadramento e desenvolvimento das línguas portuguesa e espanhola, componente importante da vivência contemporânea. Na verdadeira acepção dos conceitos, o mundo de hoje já começa a ser realmente bilingue, mas de modo ainda ténue, multilingue e multicultural; a condição monolíngue e monocultural do amanhã poderá vir a ser idêntica à do analfabeto de hoje. A língua portuguesa é a língua oficial e veicular de Moçambique, operando juntamente com vinte e duas línguas bantu como línguas maternas da esmagadora maioria da população, e ainda com as línguas de origem asiática (Guzerati e Memane, entre outras) e o Árabe (Lopes, 1999).

1. Linguagem e globalização

As missangas aqui unidas pelo fio da comunicação são a língua, o universal, o global, o particular, o Outro e a solidariedade. Começarei pela questão da língua.

À altura da Independência Nacional de Moçambique decorria no Departamento de Letras Modernas da Universidade Eduardo Mondlane um projecto designado de *Português Fundamental* que, entre outros objectivos, aspirava à construção de uma matriz de 2000 vocábulos. O projecto de elaboração local do *Português Fundamental* partilhou muitos dos traços caracterizantes da abordagem metodológica de experiências precursoras, em particular a francesa. Apenas lembrar que para neutralizar os danos de Babel, ou a complexidade que a multiplicidade das línguas criou, nas suas palavras, os partidários da língua universal defendiam a necessidade de introdução de uma língua comum que fosse utilizada por falantes de línguas diferentes.

O primeiro exercício de simplificação, por meio de uma língua artificial humana, foi ensaiado com o *Esperanto*, língua constituída em 1878 por Zamenhof, que usava o pseudónimo de Dr. Esperanto. O Esperanto, criado a partir de bases românicas, germânicas e eslavas, gozava e goza (ainda há actualmente cerca de dois milhões de pessoas que compreendem a língua) de um elevado grau de previsibilidade devido sobretudo ao recurso frequente e constante a sufixos e infixos¹.

1 Sobre a previsibilidade do Esperanto, diz Abley (2003, p. 93) o seguinte: "Todos os substantivos terminam em -o, todos os adjectivos em -a, todos os advérbios em -e...Uma árvore é *arbo*; uma árvore pequena é *arbeto*; uma árvore grande *arbego*; uma floresta é *arbaro*...O homem é *viro*; a mulher *vir'ino*. O marido é *edzo*; a esposa *edzino*. A base da língua assenta na masculinidade,

Mas nem todos os linguistas da altura sonhavam com a invenção e conseqüente imposição de um idioma universal fabricado. Alguns propunham a adopção de uma língua já existente—naturalmente a sua própria—habitual referência ao Inglês ou, em caso de impossibilidade, até mesmo o Francês.

Argumentava-se que a base greco-latina do vocabulário do Inglês (cerca de 900 vocábulos básicos) a tornara numa língua rica, abrangente e relativamente fácil de aprender por parte de aprendentes ocidentais, e que sendo a gramática isenta de conjugações verbais complicadas se tornava relativamente acessível para aprendentes asiáticos e africanos. E ainda uma coisa boa com que todos concordavam: o facto de o Inglês não ter acentos, til ou cedilhas, o que certamente facilitaria o seu uso na escrita e sua utilização tipográfica.

Mas como em quase todas as coisas não há bela sem senão, também se verificaram características mais complexas e que se constituem em dificuldade para aprendentes do Inglês, falantes de outra língua como língua materna. É a questão da ortografia e a sua relação, por vezes pouco sistemática, com as dezenas e dezenas de sons nessa língua, é a questão da idiomaticidade que requer o conhecimento de uma quantidade enorme de construções idiomáticas. Simplificar a língua inglesa foi a tarefa a que se impôs o linguista Ogden que fez publicar em 1930 a obra *Basic English*, apresentando um conjunto de cerca de 850 vocábulos e 18 verbos.

E a ideia de uma forma simplificada do Francês para uso internacional? De onde parte? Em 1951 uma comissão francesa da UNESCO, que incluía Gougenheim, começou por elaborar um projecto que foi chamado de *Francês de Base*, designação que não agradaria e que por isso viria depois a ser alterada para *Francês Elementar*, e acabando mesmo por desembocar na designação definitiva de *Francês Fundamental*. E tal como já havia acontecido com o *Basic English*, nem o Francês nem o Inglês, como grandes línguas de comunicação mais ampla resolviam à época o problema de existência de uma língua universal, depois de goradas, para o mesmo fim de comunicação, as tentativas de introdução e uso de línguas artificiais como línguas universais.

Tendo estes episódios históricos como pano de fundo, não posso deixar de me interrogar sobre a pretendida e incessante busca dos universais linguísticos; não se situava essa busca na mesma lógica das tentativas de desbabelização? À

tudo o que é feminino é criação posterior". [All its nouns end in *-o*, all its adjectives in *-a*, all its adverbs in *-e*... A tree is *arbo*; a small tree is *arbeto*; a big tree is *arbego*; a forest is *arbaro*... Man is *viro*; woman is *vir'ino*. A husband is *edzo*; a wife is *edzino*. At the base of the language is maleness, anything female is an afterthought].

procura de melhor entendimento sobre a questão dos universais, propõe Édouard Glissant a teoria da *Relação* para explicar uma parte importante do comportamento humano:

De um modo formal, questiono a ideia do universal. O universal é uma sublimação, uma abstracção que nos faz esquecer as pequenas diferenças; buscamos o universal mas esquecemos estas pequenas diferenças; a Relação é uma maravilha porque não nos deixa fazer isso. Não existe Relação feita de grandes diferenças. A Relação é total, porque se assim não for não temos Relação. É por isso mesmo que prefiro a noção de 'Relação' à noção de universal (Barson & Gorschlüter, 2010, p. 62).

Estou totalmente de acordo com este posicionamento, ao mesmo tempo que o relaciono com o conceito do que no passado designei de *naturalização de língua*, em particular, “a aceitação por parte de uma comunidade de indígenas de uma língua que lhe é alheia e à qual concedeu estatuto de cidadania” (Lopes, 1997, p. 39). A naturalização do Português Moçambicano vem-se desenvolvendo de modo localizado, e sempre entendida como diferença, não como deficiência. Trata-se de uma variedade linguística e cultural que se vai alimentando de pequenas diferenças e que se vai comportando de forma una e múltipla, em simultâneo. Como uma história, que teve o seu início, desenvolve-se e um dia chega ao porto que lhe está destinado. Uma história tem sempre um ponto de chegada, um ponto de chegada que pode ser especial, como entende ainda Édouard Glissant e que explicita ao seu entrevistador, o maliano Manthia Diawara, numa viagem atlântica em 2009, a bordo do navio *Queen Mary II*:

Para mim, a chegada é o momento em que todos as componentes da humanidade— não apenas as componentes africanas—acordam na ideia de que é possível ser-se, ao mesmo tempo, um e múltiplo; que podes ser tu próprio e o Outro; que podes ser o Mesmo e o Diferente. Quando essa batalha—porque é de uma batalha que se trata, não militar, mas sim espiritual—quando essa batalha for ganha, muitos acidentes da história humana terminarão, extinguir-se-ão (Barson & Gorschlüter, 2010, p. 59).

No livro intitulado *A Batalha das Línguas*, originalmente escrito em 2004 (Lopes, 2013^d; 2004), procedi a reflexões sobre as influências linguísticas e culturais de que Moçambique e outros países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foram e continuam a ser alvo, reflectindo então sobre

a necessidade de se realizarem estudos sobre as diversas forças que produzem mudanças na história, de molde a compreendermos melhor a natureza do poder que faz funcionar a língua portuguesa e a língua espanhola como línguas do mundo e, assim, adquirirmos maior capacidade de análise e rigor na descrição das novas variedades de língua e dos seus contextos.

A importância destes elementos é apropriadamente destacada por Moisés de Lemos Martins, na sua obra sempre actual de 1996, nos seguintes termos:

Aquilo que fundamentalmente está em jogo, quando interrogamos o sentido de nação, região e comunidade local, é a interpretação da lógica social da linguagem empregue. (...) Colocada a questão na linguagem, importa assim ter presente a sua lógica específica enquanto realidade social. Quer isto dizer que se trata de indagar até que ponto a linguagem é um poder, numa luta pelo poder de interpretar, censurar, afirmar, recusar; até que ponto a linguagem, que diz as divisões da realidade, contribui para a realidade das divisões. (Martins, 1996, pp. 16-17)

É claro que noções como *aldeia global* e *cultura mundial* significam muito pouco ou mesmo quase nada para as pessoas que têm uma cultura de subsistência como única cultura ou que não vêm o seu dia-a-dia melhorado. Teremos nós vontade de vencer a prática da sobrevivência do mais forte? Ou os cidadãos do mundo continuarão a fingir que estão apaixonadamente interessados pelo Outro, e a imaginar o mundo do outro de um modo em que o outro já não é mais o Outro? Pessoalmente, gosto, em particular, da ideia de que me posso transformar interagindo com o Outro sem me distorcer, sem perda. Assim, e novamente em sintonia com o que diz Glissant:

Tu podes mudar, podes mudar com o Outro, podes mudar com o Outro ao mesmo tempo que permaneces tu próprio, tu não és um, tu és múltiplo e és tu próprio. Não estás perdido porque és múltiplo. É difícil admitir isto, porque temos medo de nos perdermos. Dizemos para connosco: se eu mudar, perco-me. Se eu me apropriar de alguma coisa do Outro, o meu ser desaparece. Temos decididamente de abandonar este erro (Barson & Gorschlüter, 2010, p. 61).

De facto, prefiro um mundo de partilhas, de união de culturas, de hibridação a um mundo da globalização com a sua uniformidade redutora e marginalização ou mesmo extermínio das culturas minoritárias.

Muitos falantes nativos e não só orgulham-se, com certa naturalidade, do facto de o Português no mundo ser reconhecido como língua internacional e em expansão. Mas na verdade, o Português perde o seu estatuto mais localizado, digamos a sua paroquialidade, e adquire a internacionalidade e intercontinentalidade pela simples razão desta língua não ser propriedade de nenhum estado e povo, pelo facto desta língua não estar sob custódia de nenhum estado, região ou comunidade que dela se serve, pelo facto de não caber a ninguém o direito de reclamar para si a propriedade da língua, e ainda pelo facto de apenas pertencer a todos que dela gostam e que com ela se identificam (Lopes, 2013^c; Martins, 2014; 2015). E tal como aconteceu com a fragmentação do latim nas línguas românicas, todo o processo de heterogeneização parece gerar sempre outros processos simultâneos de homogeneização e heterogeneização no seu seio. A posição de Mosquera reforça, a este propósito, a ideia que acaba de ser exposta, quando diz que:

É óbvio que a globalização não consiste de uma interconexão efectiva de todo o planeta por meio de uma grelha articulada de comunicações e de trocas. A globalização é sim um sistema radial que se estende de diversos centros de poder com dimensão variada a múltiplas zonas económicas bastante diversificadas. Tal estrutura implica a existência de vastas zonas de silêncio, praticamente sem ligação entre si ou apenas ligadas indirectamente por via das metrópoles...A globalização melhorou sem dúvida as comunicações a um nível extraordinário, dinamizou e pluralizou a circulação cultural e criou uma consciência mais pluralista. Contudo, fê-lo através dos mesmos canais seguidos pela economia, reproduzindo-se assim, em larga medida, as estruturas do poder (Mosquera, 2001, p. 32).

No Brasil, num passado não distante, as políticas de difusão do Português não mereciam atenção particular; persistia a ideia de que uma política de língua tinha de ser, em primeiro lugar, uma política direccionada para a preservação e consolidação da língua como veículo de cultura. No Brasil, antes de 1940, a política de difusão do Português restringia-se sobretudo à tradução de livros. Depois vieram os *Centros de Estudos Brasileiros* (CEB) que visavam (e visam) promover a língua e cultura em países estrangeiros e, mais recentemente, num contexto de continuada reestruturação, pelo menos no caso de Moçambique, os chamados *Centros Culturais Brasil-Moçambique* (CCBM). Quanto a Portugal, nos anos 70, a política linguística portuguesa passou a ter em atenção os filhos dos emigrantes portugueses em países mais desenvolvidos como a França, onde vivia 10% da

população de Portugal. Este tipo de política era um tipo de política de manutenção de língua e não tanto uma política de difusão de língua. Em tempos mais recentes, e através do Instituto Camões, as autoridades portuguesas e as autoridades da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo associaram-se, via leitorado, com o objectivo de desenvolver acções de dinamização da língua portuguesa em universidades do Zimbabwe, Suazilândia e África do Sul, três países, em que o inglês é língua oficial ou co-oficial.

Mais recentemente, a partir de 2004, e na sequência da cooperação existente entre os dois países desde a década de 70, a Agência Espanhola para a Cooperação e Desenvolvimento (AECID) começou a apoiar Moçambique na introdução de um leitorado para o ensino da língua e cultura espanhola na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) em Maputo. Esta acção despertou bastante interesse no seio dos moçambicanos, tendo o leitorado recebido continuados apoios ao longo do tempo por parte da Embaixada de Espanha e da Embaixada de Cuba em Maputo.

Criou-se também a *Associação Mozhispana Cultural*, ao mesmo tempo que se multiplicaram acções de ensino do espanhol em outra importante instituição de ensino superior, o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI) a partir de 2011 e ainda numa instituição privada, a Escola Francesa de Maputo.

Na UEM, a língua é ensinada em diferentes níveis através de cursos livres, mas no ISRI o espanhol tornou-se uma língua opcional do currículo de licenciatura. Hoje mais de quinhentos alunos nas três instituições aprendem o espanhol como língua estrangeira. Os leitores especializados no ensino de língua espanhola como língua estrangeira e ainda em tradução são espanhóis, moçambicanos, cubanos e argentinos e são já em número considerável os alunos que prestam *as pruebas del DELE*, exames para o Diploma de Espanhol como Língua Estrangeira. Vários graduados moçambicanos, com um domínio já razoável do Espanhol, têm-se beneficiado de bolsas de estudo para mestrado e doutoramento em diferentes universidades espanholas, através do apoio prestado pelo MAEC, Ministério dos Assuntos Exteriores e Cooperação.

O interesse pela aprendizagem do Espanhol como língua estrangeira e nalguns casos como segunda língua reside, entre outros motivos, na proximidade linguística e cultural que os aprendentes sentem entre o Espanhol e o Português e nas relações com Cuba, relações históricas de amizade, forjadas no contexto das lutas de libertação na região austral de África, para onde foram estudar milhares de moçambicanos, aproximadamente doze mil alunos de nível médio e cinco mil alunos que completaram as suas licenciaturas em diversas áreas do conhecimento.

Tudo começou com um encontro de amizade na cidade da Beira entre os líderes Samora Machel e Fidel Castro, no ano de 1977, o que provocou uma verdadeira diáspora. Após um período de cerca de 16 anos, o tempo de formação superior desde a primeira classe, os moçambicanos deviam regressar e ocupar-se de múltiplas frentes no país, tão carente ao longo do tempo, sobretudo a partir do êxodo de profissionais que se registou imediatamente após a Independência nacional. O mesmo contexto de libertação e de solidariedade ideológica internacional trouxe para Moçambique muitos brasileiros, chilenos, outros latino-americanos, europeus de outras paragens, asiáticos e africanos. Os internacionalistas, como eram conhecidos, activos em diferentes frentes do desenvolvimento do país, vieram escrever *páginas de internacionalização*, criando relações como as que a poetisa moçambicana Sónia Sultuane viveu na sua recente viagem a Cuba:

...Houve logo uma empatia, aquele sentimento de proximidade. Assim que se diz que se é de Moçambique, tornamo-nos irmãos, filhos, melhores amigos do povo cubano. (...) É comum ouvir o meu amigo, o amigo do meu amigo, um parente do parente esteve em Moçambique. (...) Passadas três horas, já me sentia em casa, tinha arranjado família, amigos. Devo dizer que o povo cubano foi dos povos com quem mais gostei de privar, de partilhar. (...) Oxalá um dia possa regressar a Cuba e encontrar ainda aquela magia que só ali senti (Sultuane, 2013, pp. 72; 74-75).

E também relações que construíram muitos dos caminhos de hoje, em que as marcas da constituição de uma considerável parte da *intelligentzia* moçambicana pós-independência são visíveis e profundas. Ouçamos, por exemplo, um breve depoimento de Eduardo Siteo, Professor na UEM e igualmente Presidente do Conselho Nacional para a Qualidade do ensino (CNAQ) no Ministério da Educação de Moçambique: “A minha vida pessoal pode ser um bom exemplo desse conceito de ‘iberoфонia’ que o Professor quer defender ainda que, mais tarde, o Inglês tenha tornado mais complexa a minha ‘classificação’, diria assim, em termos linguísticos. Até aos 8 anos de vida eu só tinha conhecido o Changane e nunca tinha, sequer, ouvido falar nenhuma outra língua, por alguém, que não fosse Changane. Vim para Lourenço Marques com o meu pai que já cá trabalhava depois de deixar a RAS, por ocasião da morte prematura da minha mãe. Rapidamente entrei na escola oficial com a ajuda dos patrões do meu pai e durante 7 anos aprendi o Português, tendo atingido o nível da 5^a. Classe. Posso dizer que aos 15 anos já era lusófono. Parti para Cuba no mesmo ano e fiz todo o meu ensino secundário geral

e técnico profissional durante 8 anos. O ensino aqui era em Espanhol (cubano), embora tivéssemos disciplinas em Português dadas por professores moçambicanos sobre História, Estudo Político, Geografia e a própria disciplina de Português até ao fim do ensino secundário. Confesso que quando comecei a trabalhar aos 23 anos de idade eu era falante de Changane-Português-Espanhol mas, curiosamente, sentia-me tecnicamente mais seguro a formular as minhas ideias e os meus pensamentos em Espanhol; mas gostava de escrever poemas de amor em Português. O Changane servia mais para o foro familiar. Esta a minha história, mas o Inglês atrapalhou esta arrumação das línguas: o Changane passou a ser mais para os encontros com os mais velhos e família, o Espanhol para o convívio com os ex-colegas sem conteúdo profissional; o Português, a língua de trabalho do dia-a-dia e o Inglês, a língua para a formulação de ideias e pensamentos que requerem uma elaboração mais cuidada”².

2. A cultura e a pedagogia da equidade na comunicação

Aqui as missangas são o intraculturalismo, o interculturalismo e a formação em comunicação em contexto multicultural. A noção de *cultura* adquire especial importância, particularmente no campo da comunicação. A cultura é um fenómeno humano complexo e, em muitos aspectos, um conceito que se presta a equívocos. A cultura está, muitas vezes, associada a bens materiais e artefactos, à alimentação, indumentária e às artes. Digamos que a cultura é um conjunto complexo que inclui o conhecimento, a linguagem (i.é, a língua, os padrões não-verbais de comunicação e o estilo de comunicação), as crenças, as percepções, as atitudes, os valores (como a dignidade humana, igualdade, justiça), a arte, a moral, a lei, os costumes e outras capacidades que o ser humano adquire como membro de uma sociedade.

O conceito de *multiculturalismo* tem-se prestado a interpretações variadas (Lopes, 2006, p. 39), incluindo a interpretação de Honwana (2011)³, que enquadra o conceito num contexto contemporâneo e específico, associando-o à noção de

2 Email de 12 de Abril de 2014, em resposta a um pedido de depoimento feito pelo autor do presente estudo.

3 O Estado é simultaneamente o objectivo final do movimento nacionalista e o instrumento para a construção da nação que, conseqüentemente, deve ter uma natureza multicultural. A política linguística vem assim substituir os processos violentos que levaram à formação das actuais

política linguística. Por outro lado, e como deixei implícito na secção anterior, em algumas sociedades do mundo pós-colonial, o conceito de *sociedade multicultural* tem significado a manutenção de uma cultura dominante sobre as outras culturas, regra geral culturas das ‘minorias’, e a aceitação dessas mesmas culturas. Esta aceitação das outras culturas é, por outro lado, questionada, reivindicando-se um projecto cultural plural, assente no princípio de que nenhuma cultura é superior a outra, nenhuma cultura é mais verdadeira ou tem mais valor do que outra e que, por isso, vale o esforço de tentar pôr juntas, num todo heterogéneo, formas culturais diversas sem perda e sem grande conflito. Julgo importante manter-se este enfoque no contexto que agora discuto, ou seja, o contexto das ciências da comunicação, e sobretudo no âmbito do que designaria por *pedagogia da equidade*.

Em termos amplos, a pedagogia da equidade reconhece o direito à existência de diferentes grupos culturais, considera a diversidade linguística e cultural como um bem e não uma desvantagem, reconhece os direitos de todos os grupos culturais da sociedade como direitos iguais e promove a igualdade de oportunidades educacionais.

Em termos mais específicos, a pedagogia da equidade não ocorre apenas num único curso ou programa mas, sim, numa variedade de programas e práticas. É claro que também pode ter significados diferentes em diferentes escolas e com diferentes grupos de indivíduos, segundo as suas necessidades e circunstâncias. O sucesso do professor relativamente ao desenvolvimento académico de alunos oriundos de diferentes grupos culturais e sociais constitui o cerne da pedagogia da equidade. Atenção especial é dada à integração ao nível dos conteúdos, o que significa que os conteúdos de algumas disciplinas são retrabalhados de molde a representar experiências diversas e perspectivas diferentes, sobretudo das pessoas que habitualmente são sub-representadas ou excluídas. Promove-se a interacção e cooperação mútuas, incentiva-se a valorização de todas as culturas e reforça-se o poder dos chamados grupos étnicos minoritários. Há uma relação dupla entre comunicação e cultura, porque a comunicação é moldada pela cultura e é um poderoso agente de transmissão e preservação cultural. O mestre transmite e interpreta o conhecimento da cultura dominante e o conhecimento das microculturas, proporcionando, assim, uma formação multicultural. São sobretudo três os

línguas universais e línguas eurásicas. Ela é um elemento fundamental na validação e defesa do multiculturalismo como alternativa nacional

factores que, na minha opinião, ilustram a influência da cultura na comunicação. Primeiramente, a *socialização* ‘in tandem’ com a comunicação, isto é, a socialização através da qual o indivíduo adquire o conhecimento, os valores, a língua e as aptidões sociais, permitindo-lhe a integração na sociedade; por outro lado, a *comunicação* que dá a oportunidade a crianças e jovens de diferentes grupos culturais de aprenderem a falar várias línguas e aprenderem a importância da comunicação não-verbal. Em segundo lugar, os *valores sociais*, que são adquiridos a partir do sistema social e da cultura em que o indivíduo cresce e que podem ser diferentes de cultura para cultura, precisam de ser compreendidos e partilhados; e em terceiro lugar, o factor relacionado com as *estruturas do conhecimento e com a visão do mundo*, isto é, o modo como um indivíduo, grupo cultural ou comunidade vê as pessoas, os acontecimentos, o mundo, em geral.

A abordagem multicultural na comunicação, que relaciona a raça, a língua, a cultura, o género, a deficiência física e a classe social deve fazer com que todos os quadrantes celebrem a diversidade humana e a igualdade de oportunidades; fornecer competências transculturais que visem assegurar que os aprendentes adquirem o conhecimento e as habilidades necessárias para funcionar na sua própria cultura, aquilo a que eu tentativamente chamaria de *intraculturalismo*, e para funcionar na cultura dos outros indivíduos, que é geralmente referido por *interculturalismo*. Para mim, é tão importante o intraculturalismo como o interculturalismo. Não há um enfoque sem o outro.

Ao discutir a dinâmica e a mecânica do interculturalismo, aponta-se para a necessidade de reforço do ensino e da pesquisa para melhor entender o que os comunicadores, os especialistas das ciências de comunicação, os docentes e os jornalistas realmente fazem quando comunicam com sucesso, repartindo o conhecimento partilhado do código linguístico, o conhecimento partilhado das convenções retóricas e discursivas, e o conhecimento partilhado de dimensões não-linguísticas da experiência, incluindo a sua visão do mundo e permanente busca da verdade (Lopes, 2013^b).

Conclusão

É inegável que as línguas e culturas lusófona e hispanófona são importantes no mundo, porque podem abrir várias portas; só não sabemos ainda exactamente como é que e porque é que o fazem e quais as implicações para as outras línguas

do sistema ecológico; e assim, partindo do sistema ecológico do espaço ibero-americano, parece-me, em jeito de conclusão, que as seguintes perguntas têm alguma pertinência:

- Quantos moçambicanos se prevê que venham a falar Português em 2050? E quantos, nessa altura, falarão Espanhol como língua estrangeira (Le)?
- Quantos africanos na Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC) têm actualmente algum conhecimento do Português? O número obedece a alguma razoabilidade? E que previsões há até ao ano de 2050?
- Que papel o Português desempenha e virá potencialmente a desempenhar nas suas vidas? Desfrutam e virão a desfrutar dos ricos recursos culturais que as duas línguas proporcionam?
- Que efeitos tem e terá a globalização económica na demanda pelo Português na SADC?
- Será que a evolução de blocos regionais, como o da SADC, ocorrerá no sentido da promoção de línguas francas que desafiam a posição do Português em Moçambique?
- Será que a expansão do Português e uma eventual maior cobertura do Espanhol podem vir a provocar a extinção de várias outras línguas, sobretudo a das línguas indígenas?
- Será que o Português e o Espanhol se revelarão recursos importantes para diversos países em diferentes continentes, proporcionando-lhes vantagens económicas perante outros concorrentes agressivos?

Termino com uma passagem de Amin Maalouf (2009) que discute a indissociável articulação entre a cultura e a língua, no âmbito dos direitos humanos:

...Não aceito a ideia de que deverão existir uns direitos humanos para os europeus e outros para os povos islâmicos, africanos, asiáticos. Têm que ser os mesmos. Mas depois deverá existir uma grande diversidade de expressões culturais. A principal é a linguagem. (...) e toda a cultura associada à língua deverá tornar-se conhecida, mesmo para lá das fronteiras dessa cultura.

É, por isso, que acho que as missangas com que fui tentando compor o fio da comunicação vão também para além das fronteiras do espaço ibero-americano. Não será o espaço moçambicano de comunicação também iberófono? E tendo

em conta a história de Moçambique independente, e com enfoque na actual faixa etária dos 40 a 55 anos de idade de uma parte do sector populacional mais letrado, e em larga medida camada dirigente, não será o próprio espaço moçambicano de comunicação e cultura também ibero-americanófono?

Referências bibliográficas

- ABLEY, M. (2003). *Spoken Here: Travels among Threatened Languages*. Londres: William Heinemann.
- BARSON, T. & Gorschlüter, P. (Eds.) (2010). *Afro Modern: Journeys through the Black Atlantic*. Londres: Tate Publishing.
- COUTO, M. (2008). *O Fio das Missangas*. Alfragide: Editorial Caminho.
- HONWANA, L. B. (2011). Português: Língua de fazer Moçambique? Palestra convidada ao colóquio *Português em contexto africano multilingue: Em busca de consensos*. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.
- LOPES, A. J. (2015). Política linguística—Terra de ninguém, terra de todos. Notas a partir de um posto de observação moçambicano. In M. L. Martins (Ed.). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia* (pp. 197-226). Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Famalicão: Húmus. A partir de intervenção no Congresso “Interfaces da Lusofonia – 4-6 de Julho de 2013. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- LOPES, A. J. (2013a). As mil e uma missangas da língua: Reflexões sobre o Português. Comunicação convidada apresentada ao Instituto Politécnico de Macau, Macau, 23 de Outubro de 2013.
- LOPES, A. J. (2013^b). Não foi isso o que quis dizer! Nunca entende o que digo! Do código ao processo de comunicação. Comunicação apresentada ao I Congresso Moçambicano das Ciências da Comunicação, Maputo, 24-6 de Abril de 2013. *Notícias*, p. 2 [Primeiro Plano], 30 de Abril-1 de Maio de 2013. Também publicado em www.ippucsp.org.br.
- LOPES, A. J. (2013^c). Língua portuguesa em Moçambique: Timakas, milandos e desafios. *Revista Brasileira* [da Academia Brasileira de Letras], Jan.-Março, Ano II, no. 74, pp. 117-34. Reproduzido in *Notícias*, p. 2 [Primeiro Plano], nos. 28.772/3, 9[e 10]/04/2013.
- LOPES, A. J. (2013d) *A Batalha das Línguas: Perspectivas sobre Linguística Aplicada em Moçambique*. Luanda: Editora das Letras. [Reedição do volume original bilingue de 2004, *A Batalha das Línguas: Perspectivas sobre Linguística Aplicada em Moçambique/The Battle of the Languages: Perspectives on Applied Linguistics in Mozambique*. Maputo, Livraria Universitária.]

- LOPES, A. J. (2012). Criando a região inteligente: O caso do Português na Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC). Comunicação apresentada ao colóquio internacional sobre ‘O Português nas Organizações Internacionais’, IILP, Luanda, 2-5 de Julho de 2012. Publicada in *Notícias*, p.2 [Primeiro Plano], 17-8 de Julho de 2012.
- LOPES, A. J. (2006). Reflexões sobre a situação linguística em Moçambique. In R. Chaves & T. Macêdo (Orgs.) *Marcas da Diferença: As Literaturas Africanas de Língua Portuguesa* (pp. 35-46). São Paulo: Alameda.
- LOPES, A. J. (1999). The language situation in Mozambique. In R. B. Kaplan e R. B. Baldauf, Jr. (Eds.) *Language Planning in Malawi, Mozambique and the Philippines* (86-132). Clevedon: Multilingual Matters, UK.
- LOPES, A. J. (1997). *Política Linguística: Princípios e Problemas/Language Policy: Principles and Problems*. Maputo: Livraria Universitária.
- MAALOUF, A. (2009) Redenção cultural. Entrevista (Rita Freire) ao *JL*, edição 12-25 Agosto, pp. 34-6.
- MANTHIA D. M. (2010). Conversation with Édouard Glissant aboard the Queen Mary II. In Barson, T. & Gorschlüter, P. (Eds.) *Afro Modern: Journeys Through the Black Atlantic* (pp. 58-63).
- MARTÍNEZ Alfaro, R. *El Español en Mozambique*. Maputo, 2013, manuscrito não publicado.
- MARTINS, M. L. (Ed.) (2015). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Famalicão: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. M. Bastos (Org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29178>.
- MARTINS, M. L. (1996). *Para Uma Inversa Navegação: O Discurso da Identidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- MOSQUERA, G. (2001). Notes on globalisation, art and cultural difference. *RAIN Artists’ Initiatives Network*, Rijksakademie van beeldende kunsten, Amsterdão.
- OGDEN, C. K. (1930). *Basic English*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- SÁNCHEZ, A. G., e Guerra, UV. *El Español en Mozambique*. Maputo, 2011, manuscrito não publicado.
- SULTUANE, S. (2013). Dos cubanos. Índico 22, Série III, Nov.-Dez., pp. 70-5.

LINGUAS, GLOBALIZACIÓN E INTERCULTURALIDADE UNHA REFLEXIÓN DESDE O GALEGO

Henrique Monteagudo*

Resumo

A globalización neoliberal tende a reducir o valor das linguas á súa dimensión económica, reducíndoas a mercadorías (*comodificación*). A vella noción de comunidade lingüística-cultural sofre a competencia da nova noción de mercado lingüístico. Por outra banda, a globalización tamén erosiona o estatus das linguas oficiais dos estados nacións, favorecendo a posición do inglés, mentres que as novas tecnoloxías da comunicación ofrecen máis posibilidades de visibilización dunha diversidade lingüística previamente ocultada. Culminará a tendencia uniformizadora coa definitiva imposición da *lingua global*? Poderán algunhas das grandes linguas, como o español ou o portugués, atopar acomodación como linguas de comunicación internacional? Que vai acontecer coas linguas menores? Do que non hai dúbida é de que a comodificación das linguas resulta incompatible coa interculturalidade, desde que baleira e desposúe ás linguas da súa bagaxe cultural. Non obstante, a volta ao vello escenario da lingua nacional do estado monolingüe é inviable. Neste contexto, cómpre vindicar a alternativa ecolingüística, de respecto á diversidade lingüística. Non será renunciando á súa condición bilingüe e dispersa como conseguirán abrir camiño comunidades lingüísticas menores como a galega. En canto ao espazo ibero-(afro-)americano, o futuro virá da construción dun espazo de comunicación horizontal entre socios libres, diversos e iguais. A clave radica en activar e fomentar o coñecemento

* Forma parte do Instituto da Lengua Galega da Universidade de Santiago de Compostela. Profesor de Filoloxía Galega e Portuguesa, é especialista en Sociolingüística e Historia da Lingua. Foi docente convidado na University of Birmingham, City University of New York, University of California – Santa Barbara, Universidade de Lisboa, Universidade de Coimbra, Universidade de São Paulo, Universidade Federal Fluminense, Universidad de Buenos Aires e Universidad de la República (Montevideo). Son obras súas: *Historia social da lingua galega* (1999), *Galego e Portugués Brasileiro. História, variação e mudança* (coeditor, 2012), *Linguas, sociedade e política* (editor, 2012). É tamén codirector de *Grial. Revista Galega de Cultura*. Desde 2013 é Secretario da Real Academia Galega.

E-mail:henriquemonteagudo@gmail.com.

e recoñecemento recíprocos, valorizando a nosa rica diversidade cultural e a vantaxe da mutua comprensión entre as nosas linguas.

Palabras-clave: globalización; lingua e cultura; diversidade lingüística; espazo de comunicación ibero-afro-americano; galego

“Lingua, globalización e interculturalismo”: O tema é tan suxestivo como inabarcábel, polo que se impón acoutalo dalgún xeito. No presente contributo acoutarémolo mediante dous recortes. Dunha banda, desenvolveremos a presente achega desde a focaxe da socio-/ecolingüística, pertinente no contexto do presente congreso. Por outra banda, situándonos no punto de vista da nosa propia historia, contemplarémolo desde a peculiar posición do idioma galego, pois entendemos que a súa condición de lingua minorizada e marxinada, propia dunha comunidade non só bilingüe, mais sobre todo periférica –como é a galega– pode ser elucidadora de varios dos aspectos que se levantan cando tratamos esta cuestión.

No título do noso traballo referímonos ás *Linguas* en plural, mellor cá *Lingua*, en singular. *Linguas* e non *lingua*: por que? Porque se nos situamos na perspectiva eco- ou sociolingüística, no centro do noso asunto está non tanto *A Lingua*, esa entidade que se nos presenta uniforme e monolítica, como a *diversidade lingüística*, noción que abranxe a un tempo a pluralidade de linguas –o feito de que os seres humanos non falamos todos unha única lingua, senón unha multiplicidade delas– e mais a variación interna de cada lingua –o feito de que cada lingua non é unha entidade uniforme senón o que tecnicamente denominamos un *diasistema*, un sistema de sistemas, internamente diversificado. De feito, as dúas faces da diversidade acaban por ser moito máis próximas do que pode parecer a primeira vista. A pregunta, por tanto, sería: como afecta a globalización á diversidade lingüística? Doutro xeito: que novidades supón a globalización en termos de valorización e de xestión de tal diversidade?

O primeiro que debemos ter en conta é que a *globalización* non constitúe un fenómeno unidireccional e perfectamente coherente, senón un conxunto extremadamente intrincado de procesos en parte contraditorios. Por tanto, os seus efectos sobre a diversidade lingüística son tamén complexos e parcialmente contraditorios (Coupland, 2010; Martins, 2011). Así, dunha parte, coa unificación dos mercados, a hexemonía das grandes empresas multinacionais, a relevancia crecente dos organismos internacionais de diverso tipo, o dominio das industrias do entretemento

norteamericanas e a interconexión de todos os recantos do planeta mediante unha multiplicidade de medios de comunicación, a globalización favorece extraordinariamente a difusión de linguas de comunicación internacional, nomeadamente unha, o inglés, ao punto de que este é considerado ‘o idioma da globalización’, ben que este xa non é o inglés culto británico ou norteamericano, mais si unha serie de modalidades derivadas desa lingua, que configuran o antes chamado *inglés internacional* e agora coñecido mellor como *inglés global* (Crystal, 1997). Poderíamos dicir que esta tendencia da globalización vai da man do auxe do ultraliberalismo que tende á mercantilización das culturas, á *comodificación* destas e mais das linguas – a súa conversión en puras mercadorías –, asunto sobre o que decontado tornaremos.

Doutra banda, a ampliación e a maior accesibilidade da comunicación a través de redes horizontais, abertas, non centralizadas nin xerarquizadas (facilitado por Internet), permite a emerxencia, visibilización e interconexión dunha polimorfa diversidade lingüística e cultural previamente submerxida, invisibilizada e fragmentada. De súpeto, moitas máis persoas en todo o mundo son conscientes da inmensa variedade de idiomas que se falan no planeta, e moitas persoas falantes de idiomas que antes non tiñan acceso a medios de comunicación minimamente sofisticados, empregan as novas tecnoloxías para conectarse entre si e para dar a coñecer o seu idioma e a súa cultura. Antes, as comunidades lingüísticas pequenas, en moitos casos subalternas e dispersas, dificilmente conseguían soste r medios de comunicación que eran moi custosos, mentres que na actualidade teñen da posibilidade de artellar medios sostibles a moito menor custo.

Deste xeito, falando da diversidade lingüística, imperceptiblemente deixámonos esvarar cara á diversidade cultural, e con isto pasamos ao outro termo que completa a tríade do noso título: o interculturalismo ou *interculturalidade*. É que as linguas – e cómpre insistir sobre isto precisamente no marco dos estudos de comunicación – non son en exclusiva nin principalmente, como tantas veces se proclama, códigos ou instrumentos de comunicación, que teñen un valor calculable en termos económicos, dependendo do tamaño da súa audiencia/mercado – de onde a hipervaloración actual da función comunicativa da lingua no contexto da globalización, asunto sobre o que axiña tornaremos (Heller & Duchêne, 2012). A linguaxe é un *órgano*, non un *instrumento*, da nosa mente: por iso se ten afirmado que cada lingua nos ofrece unha visión do mundo, nos dá o mundo visto dunha determinada maneira (Monteagudo, 2002)¹.

1 Anotemos de camiño que esta afirmación ás veces esta afirmación é mal interpretada: unha *visión* do mundo non constitúe unha *concepción* do mundo. Unha lingua non impón unha determinada

Pero, ademais de códigos útiles para a comunicación e órganos de ordenación da realidade na nosa mente, as linguas teñen unha función expresiva: a través da lingua e do discurso construímos a nosa identidade, tanto a individual coma a social – desde a identidade de xénero ou de clase social ata a de grupo etario ou profesional, étnica ou nacional. Precisamente estas dúas dimensións das linguas, como órganos do pensamento e como constitutivas da identidade, son as que as converten en infraestruturas básicas e expresións sobranceiras das culturas. E por isto é pertinente relacionar *globalización e linguas* con *interculturalidade* (Bruthiaux, 2008).

O paradigma napoleónico: estado, nación, lingua

Vexamos, pois, como afecta a globalización ás linguas canto que constitutivas das identidades culturais. Preguntémonos primeiro: como era xestionada a diversidade lingüística na época moderna, digamos na *contemporaneidade clásica*, antes do estoupido da globalización? A noción clave para entender o modo de xestión dominante nesa etapa histórica é a *lingua nacional*, moldeada conforme o modelo napoleónico: un estado, unha soa nación, unha única lingua (Monteagudo, 2012). A diversidade lingüística da humanidade organizábase xerarquicamente arredor dunha serie de idiomas de estado, cada un dos cales expresaba –ou iso se pretendía– unha cultura nacional. Dentro de cada estado, toda outra lingua ou modalidade lingüística se subordinaba a esa lingua nacional de estado. Por suposto, algunhas linguas eran faladas en máis de un estado, mentres que outras eran utilizadas na comunicación internacional (na diplomacia, na ciencia, nos comercio e os negocios), pero estes eran fenómenos complementarios ou secundarios en relación co padrón principal de ordenamento dos espazos lingüístico-comunicativos e simbólico-identitarios – en definitiva, das comunidades lingüísticas – en territorios estado-nacionais definidos polo predominio dun determinado idioma e só ese.

As venerables ‘grandes linguas de civilización’ estado-nacionais eran imaxinadas como uniformes, fixas, monolíticas, coroadas por un ‘centro’, que era a súa variedade *superior*: na escrita, a lingua literaria; na fala, a da conversa formal

ideoloxía – unha concepción do mundo –, senón que ofrece unha perspectiva peculiar sobre a realidade, unha específica ordenación desta.

das clases altas educadas (sempre tendo en conta que a forma ideal dun idioma era escrita, en canto que a fala viña a ser considerada unha versión deturpada ou imperfecta desta). As linguas estado-nacionais eran monárquicas, ou, como moito, aristocráticas ou elitistas: lembremos aqueles manuais titulados *The King's English* ou *The Queen's English*. As academias, os dicionarios, o uso das calses cultivadas marcaban o que era 'correcto'; o resto era 'incorrecto'. De feito, *A Lingua* identifícase coa súa modalidade culta, estándar, escrita, a que describían as gramáticas, a que se ensinaba na escola, a que se codificaba na ortografía e nos dicionarios a que falaban as persoas cultas en contextos formais: *O Francés*, *O Italiano*, *O Español*, *O Alemán*, *O Portugués* tomaban corpo naquelas modalidades cultivadas e codificadas e confundíanse con estas (Joseph, 1987). Por outra banda, as grandes linguas de civilización tiñan o seu berce en Europa, e aquelas que por avatares da historia se difundiran fóra de Europa tiñan o seu centro aquí. Todo ao máis a que podían aspirar os ianquis, os hispanoamericanos, os brasileiros... era a imitar as formas de falar e escribir correctas das elites educadas de Inglaterra, España ou Portugal. Os malpocados africanos malamente podían aspirar nin sequera a iso.

A nación ideal, co seu estado propio, era monolingüe, e o falante ideal era tamén monolingüe: a cultura lingüística do estado-nacionalismo era e é estritamente *monoglósica*. O bilingüismo –ou máis en xeral, o poliglotismo– era unha condición especial dunha reducida elite privilexiada, ou ben era unha condena que recaía en emigrantes e /ou falantes de linguas subalternas. Calquera desviación da norma lingüística era condenable –un desvío, unha anomalía, unha dexeneración– e o contacto e a mestura de linguas constituían o cúmulo da aberración: se falar un *patois* (i.e., dialecto) era desprezable ou ridículo nunha persoa culta (aínda que desculpable nun pobre aldeán), como comportamento propio de analfabetos, linguaxar *creoulo* era inequívoco e perturbador síntoma de confusión mental, peor aínda, de déficit de humanidade.

Sintetizando moito, ese foi o paradigma occidental moderno de xestión da diversidade lingüística: o ideal (ou, visto desde outro ángulo, o obxectivo) era a creación de espazos lingüísticos homoxéneos dentro dos límites de cada estado, coa imposición da lingua nacional dese estado e a subordinación e finalmente a eliminación de calquera outra lingua que existise previamente dentro do territorio do estado. A diversidade lingüística, pois, imaxinábase fundamentalmente territorializada, e, como dixemos, verquida nos moldes do estado-nación: cada lingua –cada comunidade lingüística– tiña un territorio, cada territorio unha lingua. Dentro de cada lingua, existía unha rixida xerarquía cunha variedade (ou conxunto

de variedades) ‘centrais’, *estándar*, e toda unha panoplia de variedades periféricas ou marxinais, subestándar. O monolingüismo, do individuo e da comunidade, era a norma, a mestura de linguas unha anomalía que requiría rectificación.

A globalización, un paradigma emerxente? Contradicións

O efecto da globalización sobre o devandito paradigma resulta ser triplamente erosionador. Por arriba, imponse o inglés como lingua de comunicación global, secundarizando todas as outras linguas, incluso as antes venerables ‘grandes linguas de civilización’, que se ven rebaixadas e humilladas: a rápida decadencia do francés na segunda metade do século pasado ilustra perfectamente o fenómeno (Calvet, 1999 e 2002). Esas vellas glorias xa non son intermediarios obrigatorios para os falantes de idiomas menores que queren acceder á comunicación internacional, pois estes poden facelo prescindindo delas, a través do inglés. O estatus das linguas estado-nacionais aparece, pois, degradado, ou ao menos relativizado. Isto explica tamén que países que estaban instalados nunha cultura lingüística rexamente monoglósica (auténticos abandeirados dela), como é Francia, de súpeto desen en descubrir as bondades da ‘diversidade lingüística’: non unha diversidade lingüística auténtica, pluralista e igualitaria, senón unha diversidade mínima, a dose xusta que lle permita abrirse un oco ao francés ao pé do inglés, ao menos no apetitoso mercado do ensino/aprendizaxe de linguas estranxeiras. Tamén, pola mesma razón, outras linguas se apresuran a redefinirse como internacionais: o español e o portugués están no caso. Diremos dúas palabras sobre isto máis adiante.

Pero, como antes afirmamos, a globalización é contraditoria: por unha banda favorece a difusión do inglés e, en menor medida, doutras superlingüas internacionais, pero por outra banda facilita o afloramento da diversidade lingüística de base (Valle, 2011). Así, as grandes linguas de extensión internacional descóbreanse a si mesmas policéntricas (Clyne, 1992; Pöll, 2001). Estas linguas son cada vez menos imaxinadas, tal como acontecía antes, como entidades compactas e uniformes coroadas por un centro superior, ordenadas nunha xerarquía ríxida; pola contra, cada vez máis as linguas pasan a ser contempladas como espazos diversificados e multidimensionais: xa que logo, as nocións de ‘centro’ e ‘periferia’ esváense e a dicotomía entre o ‘correcto’ e o ‘incorrecto’ perde valor normativo. A pluralidade e a diversidade deixan de ser vistas como desorde, caos, disgregación, a unidade

xa non segue sendo sinónimo de uniformidade e comeza a entenderse como harmonía e compatibilidade das diferenzas.

En consecuencia, a diversidade lingüística xa non é necesariamente xulgada como un molesto herdo do subdesenvolvemento que cómpre remover por mor de progresar, mais como unha riqueza e talvez un recurso de valor imponderable no porvir. As linguas menores xa non son unanimemente contempladas no peor dos casos como obstáculos na *inexorable* marcha da humanidade cara á unificación e no mellor como reliquias que se deben conservar en museos. O multilingüismo non é xa unha condena babélica, senón unha vibrante expresión da orixinalidade e a capacidade de adaptación aos distintos medios naturais e condicións históricas das comunidades humanas. De aí o nacemento da ecolingüística como reformulación da sociolingüística (Bastardas i Boada, 1996).

Na mesma liña, o monolingüismo xa non é o ideal, senón case unha limitación, e o políglotismo é revalorizado e fomentado: véxase senón os programas europeos para a aprendizaxe de segundas e terceiras linguas estranxeiras. Por parte, a explosión das comunicacións, en particular das redes asociadas ás novas tecnoloxías, contribúen a desterritorializar os espazos lingüísticos. Coas novas tecnoloxías, a escrita xa non está no centro, senón que gaña preeminencia a fala canda a imaxe. As experiencias de emigración e de fronteira, o contacto de linguas, as variedades mestizas, son revalorizadas como contextos e ocasións favorables para a xeración de novas redes e de novos modos de interrelación e a emerxencia da creatividade humana.

E, como se pon de relevo no que acabamos de dicir, alá onde van as linguas, van as identidades: ou mellor, linguas e identidades van da man. A tradicional concepción esencialista, fixista, monolítica da identidade propia do estadio 'estato-nacional' vai cedendo terreo ante a aparición das novas identidades múltiples e esvaradías da globalización, capaces de solaparen e compatibilizaren unha diversidade de referentes (desde o plano local ao continental), unhas identidades dinámicas, portátiles, ás veces volátiles e mesmo mutantes. Das culturas autor-referentes e os canons consagrados pasamos a proteicos procesos de hibridamento, interculturalismo e transculturalización (Heller 2011; Heller & Duchêne, 2012). Ora, non podemos pasar por alto a asociación crecente da globalización co auxe do neoliberalismo, o cal no ámbito das linguas e culturas significa a súa mercantilización ou que, *faute de mieux*, podemos denominar *comodificación* (Tan & Rubdy, 2008), isto é, a súa conversión en puras mercadorías. O valor económico dunha lingua está intimamente vencellado, como é obvio, ao seu

potencial comunicativo, xa que, simplificando moito, aquel equivale á cantidade de riqueza agregada dos seus usuarios (consumidores) reais ou virtuais, cantidade que, loxicamente, garda relación co número total destes. Co asoballante auxe da globalización, pasouse de enfatizar o valor económico das linguas a contemplalas exclusivamente (ou case) desde o reducionista punto de vista económico ou utilitario, espaldas do ‘peso’ das culturas específicas a que están vencelladas. Os vellos discursos que facían repousar o valor da lingua na súa asociación cunha identidade nacional forte, na que tradición cultural, e especialmente o prestixio da súa literatura, adoitaba a xogar un importante papel, recúan fronte os novos discursos sobre a súa condición de vehículo de comunicación internacional e o valor de mercado, real ou imaxinario, que se lle atribúe: da noción de *comunidade lingüística* pasamos á de *mercado lingüístico* (Heller & Duchêne, 2012). Resulta significativo que se procuramos na rede ‘valor económico do portugués’ ou ‘do español’, inmediatamente aparecen ligazóns que se refiren a estes idiomas como linguas de comunicación internacional².

O asunto é tratado con moitísima frecuencia e conspicua saliencia nos principais medios de comunicación de España e Portugal, con titulares e informacións do teor das seguintes:

EL REY DEFIENDE LA IMPORTANCIA DEL ESPAÑOL
COMO ACTIVO ECONÓMICO.

“El idioma español se ha convertido ya en la segunda lengua de comunicación internacional y en un activo económico de primer orden”. Esta afirmación la ha hecho el Rey en el solemne acto de presentación de la 23ª edición del *Diccionario de la lengua española* celebrado este viernes, en la sede de la Real Academia Española.” (*El País*, 17/10/2014)⁴

2 Véxanse títulos como *Valor económico del español* (Delgado / Alonso / Jiménez 2012). Como non é este o tema da nosa disertación, non imos deternos nel nin na amplísimas bibliografía que arredor del se produciu nos últimos anos. A título orientativo, pode consultarse os sitios webs sobre o asunto do Instituto Cervantes e do *Observatório da Língua Portuguesa*.

Retirado de http://www.cervantes.es/bibliotecas_documentacion_espanol/valor_economico_espanol/libros.htm.

<http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/geopolitica/o-valor-economico-da-lingua-portuguesa>.

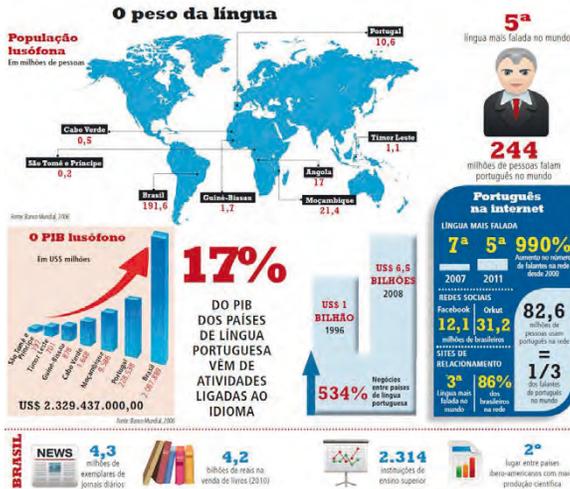
3 Retirado de http://cultura.elpais.com/cultura/2014/10/17/actualidad/1413548153_026732.html.

As estimacões económicas, adoito realizadas con criterios opacos ou discutibles, ofrecen resultados ora improbables ora torpemente manipulados, acompañados de interpretacións fantasiosas, deste teor:

“El español genera en la actualidad el 16% del valor económico del Producto Interior Bruto (PIB) y el “factor ñ” de los contenidos en ese idioma provenientes de las industrias culturales aporta el 3% del PIB en España, según un nuevo estudio de la presentado hoy en Nueva York. El informe, titulado *El valor económico del español: una empresa multinacional*, revela que ese idioma es el activo intangible más valioso que posee la economía, y destaca que es la única de las grandes lenguas internacionales que hoy tiene un diccionario, una ortografía y una gramática comunes. (ABC, 7/12/2011)⁵.

Outro exemplo, este gráfico, no sentido máis literal da palabra, agora referido ao portugués:

Ilustración 1: O peso da lingua.



Fonte: Revista Língua Portuguesa, decembro / 2011. Retirado de <http://revistalingua.uol.com.br/textos/72/o-valor-do-idioma-249210-1.asp>.

4 Retirado de <http://www.abc.es/20111206/economia/abci-espanol-produccion-201112060303.html>.

Non raramente, as gabanzas da lingua en foco, formuladas a ton cos discursos economicistas da globalización neoliberal, deixan albiscar as pervivencias da chatarra retórica do vello imperialismo. Así, como exemplo ilustrativo, un artigo titulado “El español, lengua internacional”, aparece encabezado cunha frase de nada menos que o emperador Carlos V que reza: “mi lengua española, la cual es tan noble que merece ser sabida y entendida de toda la gente cristiana”⁵. Claro está que onde hai retórica e ideoloxía, tamén hai intereses máis ou menos confezables (véxase por caso Valle / Villa, 2007) sobre a política lingüística de España en relación co Brasil).

Xa que logo, á derradeira, a globalización ultraliberal, co seu efecto de comodificación das linguas e as culturas, acaba por resultar un obstáculo pa a interculturalidade, pola sinxela razón de que a comodificación hipervalora o potencial comunicativo das linguas pero infravalora a súa asociación coas respectivas culturas.

O futuro da globalización e o porvir da diversidade

En que senso se decantará finalmente ese conxunto variopinto e en moitos senso contraditorio de procesos que denominamos *globalización*? Como será o novo escenario ecolingüístico resultante? Imporase unha tendencia uniformizadora, converxendo as linguas e culturas do mundo co inglés e a cultura dominante anglosaxoa, definitivamente *comodificados*? Será que algunhas das grandes linguas –como o español ou o portugués, mais tamén o francés e o ruso– poderán ser dabondo *comodificadas* para tirar proveito do novo escenario? Que acontecerá con outras linguas de estados-nación, grandes –como o alemán–, medianas –como o italiano ou o polaco– ou pequenas, coma o grego, o sueco, o checo ou o lituano? Cal será o destino das linguas e culturas ameazadas e minorizadas, como a galega, a vasca ou a galesa?

Non é doado predicilo. Obviamente, existen poderosas forzas que apuxan cara á culminación da tendencia á drástica redución da diversidade lingüística e cultural dos últimos séculos, acelerada nas décadas pasadas (Crystal, 2000). Se continúa a imporse a valorización das linguas e as culturas en termos estritos de mercadoría, probablemente asistiremos á culminación da hecatombe lingüístico-cultural en marcha: segundo estimacións confiables, ao longo do século XXI

5 Retirado de <http://www.vallenajerilla.com/berceo/marcos/lenguainternacional.htm>.

desaparecerá o 90% das linguas que se falaban ao comezo deste. Pode discutirse o significado deste feito en termos de perda de riqueza para o conxunto da humanidade, pero o que non se pode discutir é que o feito está en camiño de ocorrer (Nettle & Romaine, 2000).

Por outra banda, na globalización tamén coexisten outros elementos –novos medios de comunicación, novos recursos tecnolóxicos e lingüísticos, novos valores, novas mentalidades– que poden facilitar a creación de condicións de sustentabilidade do multilingüismo, e en concreto, da revitalización e mantemento das linguas ameazadas. O que cómpre, en todo caso, é ter claro por que modelo se desexa optar.

Reflexións e propostas ao fío dun congreso iberoamericano

O proceso de reformulación da identidade colectiva que se está a producir no Brasil, ao abeiro da profunda vaga democratizadora que se desenvolveu nas últimas décadas, pode ser ilustrativo dos efectos paradoxais da globalización sobre a diversidade lingüística. Aquela xigantesca nación, que se imaxinaba racialmente branca, culturalmente europea e lingüísticamente portuguesa, está a construír unha nova identidade, empeñada por incorporar as compoñentes indoamericana e africana e as achegas das distintas migracións máis recentes. Correspondentemente, esa nación xa non aspira a falar ‘portugués’ entendido á moda europea (en realidade, lisboeta), senón que decidiu reivindicar e recrear os seus modos de expresión propios, aceptando unha certa pluralidade e adoptando criterios flexibles. Este é o fondo do intenso e interesantísimo debate que se está a producir naquel país en relación coa redefinición da norma lingüística do portugués do Brasil (Bagno, 2002 e 2003; Faraco, 2008). Atreveime a formular o seguinte prognóstico: ou o portugués se reinventa como lingua policéntrica ou acabará fragmentándose, co brasileiro escindíndose como lingua independente (Baxter, 1992). Neste punto, na miña modesta opinión, e sen querer interferir nun debate que os propios interesados deben resolver, radica a posible fortuna do Acordo Ortográfico dos ‘90: que sexa un punto de partida para abandonar os moldes das vellas linguas monocéntricas, mirando de conciliar as dúas tendencias contraditorias da globalización⁶. Isto é,

6 Pezas especialmente significativas do debate arredor do portugués como lingua internacional e da noción de *lusofonía* son Pinto (2009); Castilho (2013); Castro (2010); Faraco (2010 e 2012); Oliveira (2013a e 2013b); Martins (2012, 2014); Martins, Sousa & Cabecinhas (2007); e o conxunto de traballos recollidos en Moita Lopes (2013), Martins (2015) e Martins, et al. (2014).

apoiando a tentativa de reposicionar o portugués como lingua de comunicación internacional precisamente nun recoñecemento sincero da diversidade lingüística e cultural.

Neste novo contexto é tamén no que teñen que situarse idiomas menores e minorizados como o galego. Pensando neste último, non será renunciando á nosa condición bilingüe, fronteiriza, difusa e dispersa, como nos abriremos o camiño cara ao porvir. Se conseguimos labrar un futuro para o noso idioma e cultura propios (tarefa extremadamente difícil) será precisamente aprendendo desa experiencia (dolorosa, mesmo traumática) de contacto, dominación, marxinalización e conflito, pero tamén de combate pola dignificación, a reconstrución e a revitalización do noso idioma, da cultura e a identidade propias. Só teremos futuro como pobo, cultura e lingua diferenciados se soubermos explotar as vantaxes, no novo contexto, e ofrecer os ensinamentos que saibamos extraer da nosa atribulada historia e a nosa problemática condición.

Canto ao espazo íbero-(afro-)americano, o futuro só pode vir da construción dun ámbito de comunicación e troca entre libres e iguais, en que poñamos en valor os intereses comúns e saibamos valorizar o que temos de semellantes tanto como respectar o que temos de diferentes. Un respecto que non podemos confundir nin coa veneración acrítica da diferenza nin coa tolerancia condescendente ou negligente co outro. A clave está en activar os procesos de diálogo, de *coñecemento* e *recoñecemento* mutuos: partirmos das respectivas identidades pero non obsesionados en reafirmármolos nelas, senón coa disposición para enriquecelas, adaptalas e renovalas mediante as nosas trocas. O coñecemento mutuo ten no caso do galego e os países de expresión portuguesa a paradoxal condición dunha aventura tanto cara a fóra como cara a dentro: canto máis e mellor nos coñecemos mutuamente, máis e mellor os parceiros nos coñecemos a nós mesmos (Monteagudo & Alonso Pintos, 2010).

No aspecto lingüístico, unha estratexia de grande valor é o fomento do denominado *bilingüismo receptivo* ou sesquilingüismo, que facilita o *contacto bilingüe*: sabemos que a capacidade para a intercomprensión mutua depende un tanto do coñecemento da lingua do outro, e noutro tanto nunha actitude de escoita activa (Teyssier, 2004)⁷. Cun pouco de esforzo, unha actitude proactiva e un chisco de experiencia na comunicación interlingüística, os falantes das linguas neolatinas ibero-(afro-)americanas (castelán e portugués, pero tamén galego e catalán,

7 Véxase o sitio web <http://lingalog.net/dokuwiki/es/intercomprension/accueil>.

francés e italiano) podemos entendernos empregando cada un a súa lingua, ao tempo que podemos acceder aos produtos culturais e ás redes de comunicación en todas esas linguas: velaí a noción do contacto bi- ou multilingüe. Os sistemas educativos dos nosos países deberan orientarse de xeito máis decidido a favorecer esa competencia multilingüe receptiva. Pero tamén os medios de comunicación deben xogar un papel na visibilización, familiarización e exposición das distintas linguas e culturas.

Por último, permitímonos suxerir a conveniencia de encadrar este tipo de encontros no novo paradigma dos estudos trasatlánticos, que alén de permitírnos a incorporación de África ao diálogo entre Europa e América, salientan a importancia dun elemento fundamental das nosas realidades: as migracións. A nosa condición de pobos que experimentaron e experimentan a diáspora, o rol das respectivas diásporas en cadanseu proceso histórico, o lugar da diáspora –emigración e exilio– nos nosos imaxinarios colectivos, son todos eles asuntos que deben ser reexaminados á luz dos novos paradigmas relacionados coa globalización. Que experiencia pode ser máis acaída cá diáspora para a partir dela reflexionar sobre o dinamismo das identidades, o esvaemento das fronteiras, o cuestionamento da noción de centro e periferia, a interculturalidade, os procesos de hibridamento, o plurilingüismo, a desterritorialización das linguas?

Os estudos trasatlánticos tamén nos convidan a imaxinar o espazo mundo desde outro punto de vista: na perspectiva trasatlántica, os nosos países, as nosas culturas, as nosas identidades, xa non aparecen como periferia, senón como membros activos dun ámbito dinámico, axentes conectados nunha rede difusa de conexións horizontais, participantes integrados nun ámbito en construción do que todos somos parceiros e todos aprendemos de todos en condicións de igualdade. E ocasións como a presente, un encontro efectivamente trasatlántico, figúransenos finalmente como un fito valioso nese camiño.

Referencias bibliográficas

- BAGNO, M. (Org.) (2002). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola.
- BAGNO, M. (2003). *A norma oculta. Língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola.
- BASTARDAS i Boada, A. (1996). *Ecología de les llengües*. Barcelona: Proa.
- BAXTER, A. (1992). Portuguese as a pluricentric language. In M. Clyne (Ed.), *Pluricentric Languages. Differing Norms in Differing Nations* (pp. 11-43). Berlín/Nova Iorque: de Gruyter.

- BRUTHIAUX, P. (2008). Dimensions of Globalization and Applied Linguistics. In R. Rubdy & P. Tan (Eds.), *Language As Commodity* (pp. 16-30). Nova Iorque: Continuum International Publishing Group.
- CALVET, L.-J. (1999). *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon.
- CALVET, L.-J. (2002). *Le marché aux langues. Les effets linguistiques de la mondialisation*. Paris: Plon.
- CASTILHO, A. T. de (2013). Desafios para a promoção e a internacionalização da língua portuguesa. In Colóquio sobre A internacionalização da língua portuguesa: concepções de ações. Mesa redonda sobre “A língua portuguesa e suas perspectivas para o século XXI”. UFSC, 6 a 8 de março de 2013. Retirado de <http://anpoll.org.br/portal-novo/wp-content/uploads/2013/03/ATALIBA-T-DE-CASTILHO-DESAFIOS-PARA-A-PROMO%C3%87%C3%83O-E-A-INTERNACIONALIZA%C3%87%C3%83O-DA-LINGUA-PORTUGUESA.pdf>.
- CASTRO, I. (2010). As Políticas Linguísticas do Português. In *Textos Seleccionados, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 65-71). Porto: Associação Portuguesa de Linguística. Retirado de <http://www.apl.org.pt/docs/25-textos-seleccionados/05-Ivo%20Castro.pdf>.
- CLYNE, M. (Ed.) (1992). *Pluricentric Languages. Differing Norms in Differing Nations*. Berlin / Nova Iorque: de Gruyter.
- CRYSTAL, D. (1997). *English as a Global Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CRYSTAL, D. (2000). *Language Death*. Cambridge: Cambridge University Press.
- COUPLAND, N. (Ed.) (2010). *The handbook of language and globalization*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- DELGADO, J. L. G.; Alonso, J. A. & Jiménez, J. C. (2012). *Valor económico del español*. Barcelona: Colección Fundación Telefónica.
- FARACO, C. (2008). *Norma culta brasileira: destando alguns nós*. São Paulo: Parábola.
- FARACO, C. (2010). As encruzilhadas da lusofonia. *Grial*, 187, pp. 76-81.
- FARACO, C. (2012). Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. In T. Lobo; Z. Carneiro; J. Soledade; A. Almeida & S. Ribeiro (Eds.), *ROSAE. Linguística histórica, história das línguas e outras histórias* (pp. 31-50). Salvador: EDUFBA. Retirado de http://issuu.com/prohpor/docs/parte_1_-_rosae_-_ling_hist_rica_.
- HELLER, M. (2011). *Paths to Post-Nationalism: A Critical Ethnography of Language and Identity*. Oxford: Oxford University Press.
- HELLER, M. & Duchêne, A. (Eds.) (2012). *Language in Late Capitalism: Pride and Profit*. Londres: Routledge.
- JOSEPH, J. E. (1987). Eloquence and power: *The rise of language standards and standard languages*. Nova Iorque: Basil Blackwell.

- MARTINS, M. L. (Ed.) (2015). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Famalicão: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (Org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29178>.
- MARTINS, M. L. (2012). Revistas científicas de Ciências da Comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 35 (1), pp. 233- 251. São Paulo. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23768>.
- MARTINS, M. L. (2011). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29167>.
- MARTINS, M. L.; et alii (Eds.) (2014). *Interfaces da Lusofonia*. Atas da Conferência “Interfaces da Lusofonia” – 4-6 de julho de 2013. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29765>.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2007). Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In M. Ledo Ándion (Org.). *Comunicación Local no Espazo Lusófono* (pp. 301-310). Santiago de Compostela: Agacom. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/24127>.
- MOITA Lopes, L. P. da (Org.) (2013). *Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola.
- MONTEAGUDO, H. (2002). A lingua como visión do mundo. Perspectivismo e igualdade das linguas en Wilhem von Humboldt. *Grial*, 153, pp. 11-33.
- MONTEAGUDO, H. & Pintos, S. A. (2010). Que Lusofonia para a Galiza? In M. de L. Martins; R. Cabecinhas & L. Macedo (Orgs.), *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2010. Lusofonia e sociedade em rede* (pp. 177-188). Coimbra: Grácio Editor/CECS.
- MONTEAGUDO, H. (2012). *A invenção do monolinguismo e da língua nacional*. *Gragoatá*, 32, pp. 43-54.
- NETTLE, D. & Romaine. S. (2000). *Vanishing Voices. The Extinction of the World's Languages*. Oxford: Oxford University Press.
- OLIVEIRA, G. M. de (2013a). Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 52(2), pp. 409-433. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/tla/v52n2/a10v52n2.pdf>.
- OLIVEIRA, G. M. de (2013b). Um Atlântico Ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI. In L. P. da M. Lopes (Org.), *O Português no Século XXI – cenário geopolítico e sociolinguístico* (pp. 53-73). São Paulo: Parábola.

- PINTO, J. F. (2009). *Estratégias da ou para a Lusofonia?. O futuro da língua portuguesa*. Lisboa: Prefácio.
- PÖLL, B. (2001). Essai de standardologie comparée: Quelques éléments pour une comparaison d'espagnol et du portugais européens et américains. *Revue belge de philologie et d'histoire / Belgisch tijdschrift voor filologie en geschiedenis*, 79(3), pp. 907-930.
- TAN, P. K. W. & Rubdy, R. (Eds.) (2008). *Language As Commodity. Global Structures, Local Marketplaces*. Londres/Nova Iorque: Continuum.
- TEYSSIER, P. (2004). *Comprendre les langues romanes. Du français à l'espagnol, au portugais, à l'italien & au romain*. Paris: Chandeigne.
- VALLE, J. del & Villa, L. (2007). La lengua como recurso económico: Español S.A. y sus operaciones en Brasil. In J. del Valle (Ed.), *La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español* (pp. 97-128). Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert.
- VALLE, J. del (2011). Transnational languages: beyond nation and empire? An introduction. *Sociolinguistic Studies*, 5(3), 387-39). Retirado de <http://www.equinoxpub.com/journals/index.php/SS/article/view/12431/12539>.

MODELOS COGNITIVOS DA LUSOFONIA

ROMANTISMO E RACIONALISMO NAS POLÍTICAS DE LÍNGUA E COMUNICAÇÃO DE UNIDADE/DIVERSIDADE DO PORTUGUÊS EUROPEU E BRASILEIRO

Augusto Soares da Silva*

Resumo

Pensamos sobre a realidade social em termos de modelos cognitivos e culturais e, consequentemente, utilizamos estes modelos para categorizar e avaliar a variação linguística. Neste estudo, analisaremos os modelos cognitivos e culturais subjacentes às percepções e atitudes relativamente às variedades europeia e brasileira do português. Emergindo necessariamente no discurso, esses modelos serão estudados com base num *corpus* de debates sobre políticas de língua e comunicação, normatização linguística e lusofonia. Identificaremos modelos *românticos* e modelos *racionalistas*, tanto de convergência como de divergência entre as duas variedades nacionais, que estão na base de atitudes puristas e pró-independentistas face ao português como língua *pluricêntrica*. O *modelo racionalista* vê a norma padrão como meio de participação social, ao passo que o *modelo romântico* olha para a língua padrão como meio de discriminação de identidades. Discutiremos a influência destas ideologias românticas e racionalistas no pluricentrismo do português e na lusofonia.

Palavras-chave: lusofonia; pluricentrismo; políticas de língua e comunicação; modelos cognitivos

* Professor Catedrático da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa, onde concluiu o Doutoramento em Linguística Portuguesa, em 1997. As suas áreas de investigação são a semântica lexical, as bases conceptuais da gramática e a variação linguística, na perspetiva da Linguística Cognitiva, e a interface entre esta e as Ciências da Comunicação na análise crítica e cognitiva de discursos dos media. Entre as suas obras publicadas constam *O Mundo dos Sentidos em Português: Polissemia, Semântica e Cognição* (2006), premiado com o Grande Prémio Internacional de Linguística, da Sociedade da Língua Portuguesa. Coordena a Licenciatura em Ciências da Comunicação e o Doutoramento em Linguística e é diretor do Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos.

E-mail: assilva@braga.ucp.pt.

1. Introdução

Pensamos sobre a realidade social em termos de *modelos cognitivos e culturais*, isto é, conhecimentos individualmente idealizados e interindividualmente partilhados pelos membros de uma comunidade. Sendo qualquer língua um fenómeno sociocultural inevitavelmente não-homogéneo, usamos modelos cognitivos e culturais para categorizar e avaliar a variação intralinguística tanto regional como nacional. Especificamente, utilizamos modelos românticos e racionalistas para perceber, categorizar e avaliar a variação e a normatização linguísticas, bem como para decidir sobre questões de normatização e estabelecer políticas de língua e comunicação. O *modelo racionalista* vê a norma padrão como meio de participação social, ao passo que o *modelo romântico* olha para a língua padrão como meio de discriminação de identidades.

No contexto do estudo sobre *línguas pluricêntricas* (Clyne, 1992; Silva, 2014a) e na perspetiva de uma visão *cognitiva* da linguagem e da comunicação (Geeraerts & Cuyckens, 2007; Silva, 1997, 2004), analisaremos os modelos cognitivos e culturais subjacentes às perceções e atitudes relativamente às variedades nacionais do português europeu e brasileiro. Depois de um breve olhar sobre o português como língua pluricêntrica, identificaremos, com base num *corpus* de debates sobre políticas de língua e comunicação e lusofonia, modelos românticos e racionalistas, tanto de convergência como de divergência entre as duas variedades nacionais, que estão na base de atitudes puristas e pró-independentistas. Discutiremos, ainda, a influência destas ideologias românticas e racionalistas no pluricentrismo do português e na lusofonia.

2. O português como língua pluricêntrica

Com textos escritos desde a fundação de Portugal no século XII, o português é atualmente falado por mais de 250 milhões de falantes (Reto, 2012), sendo a sexta língua mais falada do mundo, a quinta língua mais usada na Internet e a terceira língua mais usada nas redes sociais Facebook e Twitter. É a língua oficial de oito países espalhados pela Europa, América, África e Ásia, designadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste; e língua oficial de mais dois – Guiné Equatorial e China ou, mais exatamente, Região de Macau.

O português é uma língua tipicamente *pluricêntrica*, no sentido, institucionalizado por Clyne (1992, p. 1), de que apresenta diferentes variedades nacionais, cada qual com a sua norma padrão própria. O português tem duas variedades padrão estabelecidas – o português europeu (PE), que é oficial em sete dos referidos países, e o português brasileiro (PB) – e outras normas padrão em desenvolvimento, como as do português de Moçambique e de Angola.

Como afirmava Clyne (1992) no epílogo do volume seminal sobre línguas pluricêntricas, nele reunindo dados comparativos sobre 17 línguas pluricêntricas espalhadas pelo mundo, o português é das poucas línguas que mais se aproximam da situação pouco frequente de *pluricentrismo simétrico* – propriedade que caracteriza somente o português e o árabe entre as línguas estudadas no volume de Clyne. Na verdade, a supremacia histórica de Portugal é contrabalançada pela gigantesca dimensão do território e da população do Brasil.

Entre os fatores que têm favorecido o pluricentrismo simétrico do português, podemos apontar os seguintes: o balanceamento, já referido, entre a supremacia temporal de Portugal e a supremacia espacial do Brasil; nem Portugal nem o Brasil exercem poder político ou económico um sobre o outro; ambos os países têm ganho recentemente prestígio internacional, ora Portugal como membro da União Europeia, ora o Brasil como potência económica emergente fazendo parte dos BRICS; o desenvolvimento de dicionários e gramáticas de referência e o conseqüente aumento de codificação das normas padrão de Portugal e do Brasil; a pouca cooperação entre as duas normas; a normatização divergente das duas variedades nacionais; a criação de instituições que visam também a normatização e promoção internacional da língua portuguesa, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP); e o reconhecimento cada vez maior em Portugal e no Brasil, e noutros países lusófonos, da importância da internacionalização e do pluricentrismo do português em termos sociopolíticos, geoestratégicos, económicos e culturais.

Há, no entanto, algumas assimetrias. Por exemplo, enquanto o PB goza de uma grande popularidade em Portugal e noutros países lusófonos, a exposição do PE no Brasil é mínima.

Efetivamente, os *media* brasileiros, especialmente a TV, fecham-se a outras normas nacionais do português, pelo que os brasileiros têm geralmente dificuldades em entender o padrão europeu falado. Um outro exemplo de assimetria: o

padrão brasileiro está mais afastado da realidade e diversidade da língua falada do que o padrão português¹.

Entre o PE e o PB existem diferenças a todos os níveis da estrutura linguística. Tanto numa variedade como na outra, encontram-se tendências inovadoras e conservadoras, o que significa que não pertence a Portugal o privilégio da tradição nem ao Brasil o privilégio da inovação. Por exemplo, no domínio da fonética e da fonologia o PB é mais conservador do que o PE: houve uma acentuada mudança no sistema das vogais átonas no PE no sentido de uma forte subida, redução e até mesmo desaparecimento. O maior conservadorismo do PB exprime-se também na colocação dos clíticos: o PB mantém o predomínio da próclise do português médio e clássico, ao passo que o PE evoluiu para a ênclise, que a partir do séc. XVIII se tornou obrigatória na oração principal afirmativa. Os estudos linguísticos comparativos têm mostrado que as duas variedades nacionais começaram a divergir no séc. XIX².

O PB configura uma situação de *diglossia* – discrepância entre a norma tradicional idealizada e a norma real dos grandes centros urbanos, ou a norma escrita exógena, comprometida com o PE, e a norma oral endógena –, que nos últimos anos tem vindo a perder intensidade, e apresenta um grande contínuo dialetal (Silva, R.V., 2004), ao passo que o PE se caracteriza por uma crescente padronização a partir da revolução democrática de 1974. O PB está hoje confrontado com dois grandes desafios: um dilema sociolinguístico, pela grande variação regional e social, e um dilema didático, pelo ensino da língua a uma população que tem crescido galopantemente. A mudança, nos últimos anos, na política oficial de ensino da língua no Brasil tem contribuído para reduzir o impacto destes problemas: a escola está mais aberta a socioletos do que antes. Além disso, a intensa e rápida urbanização do Brasil tem posto em contacto as variedades popular e culta do PB e, assim, diminuído a distância entre elas.

Os linguistas dividem-se sobre a questão de saber por que o PB é diferente do PE e como isso aconteceu. Existem três hipóteses sobre a origem do PB. Segundo a hipótese da *antiguidade*, o PB é a continuação do português médio do séc. XV, encontrando-se aí a origem de várias características do PB e tendo sido o PE a tomar um rumo desviante a partir do séc. XVIII (Naro & Scherre, 2007).

1 Sobre o português como língua pluricêntrica, ver Baxter (1992), Castilho (2005, 2010) e Silva (2014b).

2 Sobre as diferenças entre PE e PB, ver Teyssier (1982: 78-88), Baxter (1992), Mateus *et al.* (2003: 45-50), Silva, R.V. (2004: 140-147), Castro (2006: 228-231), Castilho (2010: 171-195) e Silva (2014b).

Contrariamente, a hipótese da *emergência de uma nova gramática* defende que a partir do séc. XIX a língua falada no Brasil desenvolveu uma estrutura gramatical nova (Tarallo, 1993; Bagno, 2001). Apoiada na natureza mestiça da população brasileira, a hipótese *crioulista* sustenta que a criouliização do português foi inevitável e que as especificidades do PB têm a sua origem em crioulos de base africana (Baxter & Lucchesi, 1997).

Os linguistas tanto brasileiros como portugueses também se dividem quanto à diversidade que o português apresenta: alguns acham que o que se fala no Brasil e em Portugal são já línguas diferentes; outros consideram que estamos perante variedades bastante diferenciadas mas ainda de uma mesma língua. Não há ainda estudos desenvolvidos e sistemáticos sobre a questão da convergência ou divergência entre as duas variedades nacionais. A hipótese da *divergência* é a que atualmente reúne maior consenso da parte de linguistas tanto portugueses como brasileiros. Por exemplo, Castro (1986, p. 45) evoca o que aconteceu ao latim no declínio do império romano para formular a hipótese da fragmentação progressiva e inevitável da língua portuguesa.

A nossa investigação sociocognitiva e socioletométrica sobre convergência e divergência entre PE e PB nos últimos 60 anos permite confirmar a hipótese da *divergência* entre as duas variedades nacionais (Silva 2010, 2012, 2014b). Utilizamos o *método onomasiológico* de estudo da variação linguística, mais precisamente a variação entre palavras ou construções semanticamente equivalentes (sinónimos denotacionais), e métodos socioletométricos baseados em *perfis onomasiológicos* de conceitos e funções, isto é, conjuntos de expressões sinónimas alternativas usadas para designar determinado conceito ou função, juntamente com as suas frequências relativas. A base empírica da investigação inclui largos milhares de observações do uso de termos alternativos para nomear 43 conceitos nominais dos campos lexicais do futebol e vestuário e do uso de construções alternativas para designar 15 funções linguísticas. Essas observações são feitas no *corpus* CONDIVport, que construímos para o efeito, disponível em www.linguateca.pt/ACDC, constituído por textos portugueses e brasileiros dos anos 50, 70 e 2000 e com a extensão de cerca de 20 milhões de palavras. Os materiais do *corpus* foram extraídos de (i) jornais de desporto e revistas de moda, (ii) linguagem da Internet de *chats* associados a clubes de futebol e (iii) etiquetas de roupas de lojas de vestuário.

A investigação sociolexicológica já realizada com base em 21 perfis onomasiológicos do futebol (p. ex., os termos *atacante*, *avançado*, *avante*, *dianteiro*, *forward* e *ponta de lança*, juntamente com as suas frequências relativas no *corpus*,

constituem o perfil onomasiológico do conceito de avançado) e 22 perfis onomasiológicos do vestuário (p. ex., o perfil de casaco masculino inclui os termos *blazer, casaco, paletó*) permite concluir que a hipótese da divergência entre PE e PB se confirma no campo lexical do vestuário, mas não no do futebol. Os termos de vestuário são mais representativos do vocabulário comum e, por isso, os resultados do vestuário estarão mais próximos da realidade sociolinguística. A ligeira convergência no campo do futebol será um efeito da globalização e da padronização do vocabulário do futebol. O mesmo estudo mostra também que há mais mudanças no PB do que no PE, que o PB é mais permeável a estrangeirismos e que não há orientação de uma variedade em relação à outra, o que sugere um *pluricentrismo simétrico* entre PE e PB (Silva, 2010).

Como extensão em curso, pretendemos investigar até que ponto variáveis lexicais e variáveis gramaticais se correlacionam como indicadores de convergência/divergência entre PE e PB. Num estudo piloto, foram analisadas três variáveis sintáticas: construções preposicionais alternativas (p. ex., *falar de/sobre/acerca de/em*), construções completivas infinitivas alternativas (selecionadas por verbos causativos e perceptivos) e construções adjetivas alternativas (*ideia falsa* vs. *falsa ideia*). Os resultados mostram que estas variáveis sintáticas replicam os resultados dos termos de vestuário, confirmando assim a hipótese da *divergência* entre PE e PB (Silva, 2014b).

3. Modelos cognitivos da variação intralinguística: romantismo e racionalismo

O recente paradigma da Linguística Cognitiva (Geeraerts & Cuyckens, 2007; Silva, 1997, 2004) tem evidenciado a ideia de que pensamos sobre a realidade social em termos de *modelos culturais* (Holland & Quinn, 1987; Lakoff, 1996; Dirven, Frank & Pütz, 2003; Sharifian, 2011). Este conhecimento é individualmente idealizado e intersubjetivamente partilhado pelos membros de um grupo social, constituindo assim *modelos cognitivos culturais*. Sendo qualquer língua um fenómeno inevitavelmente não-homogéneo, é natural que usemos modelos cognitivos e culturais para categorizar e avaliar a variação intralinguística, quer regional quer nacional. Este é um dos principais tópicos de investigação da Sociolinguística Cognitiva (Kristiansen & Dirven, 2008; Silva, 2009) – uma extensão emergente da Linguística Cognitiva como modelo orientado para o significado e centrado

no uso da língua. A Sociolinguística Cognitiva investiga tanto a *variação do significado*, especificamente os vários modos de interação entre o significado e as outras fontes de variação intralinguística, como o *significado da variação* ou representação cognitiva da variação intralinguística, nas suas componentes de percepção, categorização e avaliação atitudinal da diversidade linguística.

Relativamente a este segundo domínio de investigação da Sociolinguística Cognitiva, Gearererts (2003) identifica dois modelos cognitivos e culturais de padronização linguística na cultura ocidental, em competição permanente. O *modelo racionalista* considera a norma linguística padrão como meio de participação social, de acesso à educação, à cultura e à ciência, de emancipação social e política, de participação política e de construção da democracia. Em contrapartida, o *modelo romântico* vê a língua padrão como meio de discriminação de identidades regionais, sociais e culturais e, conseqüentemente, como instrumento de opressão e de exclusão social. Subjacentes a estes dois modelos ideológicos da variação intralinguística, estão duas visões da língua radicalmente distintas: o modelo romântico vê a língua como *expressão* de uma identidade individual e avalia positivamente a diversidade linguística, como reconhecimento do respeito pelas diferentes identidades; o modelo racionalista concebe a língua como meio de *comunicação* e avalia positivamente a uniformidade linguística, porque expressão simbólica de uma sociedade livre e aberta.

Estes modelos cognitivos e culturais devem ser entendidos como pontos de referência analíticos. Quer isto dizer que podem não ocorrer na sua forma mais pura, podem historicamente transformar-se e até podem misturar-se. Por exemplo, o nacionalismo característico do séc. XIX combina os modelos romântico e racionalista. E o pós-modernismo das últimas décadas do séc. XX inclui quer o modelo romântico, pela expressão de uma identidade fragmentada e pela valorização da diversidade, quer o modelo racionalista, pela valorização da globalização política, económica e linguística. O multilinguismo é hoje um meio de conciliar, até certo ponto, os dois modelos rivais, já que se correlaciona quer com a visão racionalista da eficácia comunicativa quer com a visão romântica da identidade fragmentada do indivíduo pós-moderno.

Vamos agora aplicar os modelos racionalista e romântico da variação intralinguística à percepção, categorização e avaliação dos falantes portugueses e brasileiros sobre as relações entre o português europeu e o português brasileiro e sobre o pluricentrismo do português e a lusofonia. Uma vez que os modelos cognitivos e culturais emergem no discurso, vamos analisar alguns discursos de políticos,

jornalistas, escritores, linguistas e outros intelectuais sobre políticas de língua, questões de normatização linguística e o recente Acordo Ortográfico. Para além de textos jornalísticos, discursos políticos e outras publicações compilados para o *corpus* deste estudo, recolhemos dados também em obras sobre políticas de língua, questões de normatização linguística e lusofonia, como as de Bagno (2000, 2001), Faraco (2001), Coelho (2005), Martins, (2015), Martins *et alii* (2014), Martins, Sousa e Cabecinhas (2006), Gama (2007), Cristóvão (2008) e Martins (2015).

Encontrámos neste *corpus* quatro atitudes românticas e racionalistas sobre as relações entre PE e PB e, num plano mais geral, sobre a própria lusofonia:

- atitude romântica convergente;
- atitude romântica divergente;
- atitude racionalista convergente;
- atitude racionalista divergente.

As atitudes mais radicalmente convergentes e divergentes são *românticas*, ao passo que as posições mais moderadas tendem a ser *racionalistas*. Além disso, as atitudes românticas são geralmente mais frequentes e mais explícitas no Brasil do que em Portugal. Passamos então a analisar estas atitudes nas secções seguintes.

4. Modelos românticos do pluricentrismo PE/PB e da lusofonia

O *modelo romântico convergente* exprime-se, no Brasil, num normativismo conservador e dogmático que pretende impor um padrão decalcado do português literário europeu, bastante afastado das variedades cultas brasileiras. Os subscritores deste modelo tendem a ver erros linguísticos em todo o lado, fazem alertas alarmistas para a “deterioração da gramática” e atribuem aos falantes uma entranhada ignorância linguística e um irresponsável desmazelo da língua. Além disso, condenam o uso de estrangeirismos, sobretudo de origem inglesa, bem como as construções gramaticais próprias da variedade brasileira.

Este modelo romântico é amplamente difundido pelos *media* brasileiros e tem tido manifestações políticas em projetos de lei brasileiros. Por exemplo, o projeto de lei federal do deputado Aldo Rebelo, sobre “a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa” (projeto de lei 1676/1999), proibia o uso de estrangeirismos e previa mesmo pagamento de multa (Faraco, 2001). Efetivamente, há na sociedade

brasileira um *imaginário social* poderoso que leva jornalistas, intelectuais, pedagogos e professores a travarem “guerras” sociais em defesa da dogmática, imutável e única “norma padrão”. Estes “guardiães da língua” têm construído uma cultura do erro linguístico e de desqualificação do falante brasileiro. Em contexto de debate público e quando faltam argumentos para o sustentar, há mesmo a tendência de desqualificar o adversário apontando-lhe “erros de português” – por isso se diz que no Brasil toda a polémica termina na gramática (Faraco, 2011).

Esta forma de nacionalismo e este desejo de impor o padrão europeizante já vêm do elitismo na formação do Estado brasileiro, na segunda metade do séc. XIX. Grande parte da elite letrada brasileira dessa altura defendeu para o novo país o projeto de construir uma sociedade branca e europeizada através de políticas que resultassem na “higienização da raça” e também da língua e no “embranquecimento” do país (Schwarcz, 1993). Este imaginário linguístico construído no século XIX continua hoje presente naqueles que defendem a *pureza* da língua portuguesa e lutam contra as crescentes influências estrangeiras e globalizantes e contra as mudanças da própria língua. Destacam-se três manifestações específicas desta atitude: (i) o conservadorismo dos manuais de redação dos grandes jornais brasileiros, seguindo os velhos compêndios gramaticais; (ii) a proliferação e o sucesso de colunas gramaticais nesses jornais, empenhados na “caça” aos erros; e (iii) a importância dada à “norma padrão” europeia no exame nacional do ensino médio (Faraco, 2008).

Subjacente a esta atitude purista e normativa, está uma ideologia linguística que prega a incompetência da grande maioria dos brasileiros em falar a língua de Camões e está também uma ideologia de exclusão social e de discriminação económica, uma ideologia da superioridade da raça branca e um projeto europeizante da elite brasileira. Resultam daqui mitos e preconceitos linguísticos, como “o PE é puro e inalterado, ao passo que o PB é emprestado e corrompido”, “brasileiro não sabe português”, “brasileiro fala tudo errado”, “português é muito difícil”, “o Brasil é o país de idioma sem gramática”, “falar assim é feio porque é fala de índio”, “não seguir a norma é perder a oportunidade de emprego e a consequente chance de subir na vida”.

A atitude nacionalista romântica encontra-se também em Portugal. Concretamente, os brasileiroismos são considerados invasores e destruidores da língua. Por exemplo, os estudos reunidos no livro “Estão a assassinar o português!” (Moura, 1983) defendem que o principal culpado das “desgraças da língua portuguesa” são as telenovelas brasileiras. Recentemente, a aversão à variedade brasileira

tem sido amplamente sentida no contexto do novo Acordo Ortográfico: tendo envolvido mais mudanças no PE do que no PB, muitos portugueses veem nele a submissão inaceitável de Portugal ao Brasil e até, no atual contexto de crise financeira e econômica, a “venda da língua” ao Brasil. Alguns intelectuais portugueses consideram o Acordo um “desastre nacional” ou um “crime nacional” (Moura, 2008). O movimento contra o Acordo vê nele o “assassinato da língua” e tem produzido slogans nacionalistas tais como “Não fiques de braços cruzados enquanto nos forcem a falar o português do Brasil! És português ou brasileiro?”. Pode aqui ler-se, também, a atitude *neocolonialista* assumida ainda por muitos portugueses, para quem a miscigenação conduz à corrupção e ao empobrecimento do “português autêntico”.

Em contrapartida, o *modelo romântico divergente* está hoje presente nos que reclamam, com argumentos linguísticos e etnográficos, a existência de uma *língua brasileira* e nos que se esforçam por evitar/eliminar o termo *português* na designação da língua oficial do Brasil. Este nacionalismo linguístico mantém traços ideológicos e emotivos do período da independência do Brasil, em 1822, particularmente o projeto romântico-modernista de então de afirmação de uma identidade nacional brasileira, pela qual o *povo brasileiro* se diferenciava dos outros povos do mundo, a começar pelo povo português.

A expressão científica mais influente desta atitude encontra-se no trabalho do linguista e escritor brasileiro Marcos Bagno. Num dos seus famosos ensaios, Bagno (2001) argumenta que as duas variedades começaram a divergir já em 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil, e aponta cinco diferenças sintáticas que considera suficientes para se dever falar de uma *língua brasileira*. A isto acrescenta os argumentos da identidade ecológica, étnica e cultural: “Se a ecologia é outra, se a composição étnica é outra, se a *cultura* é outra, por que somente a língua seria a mesma?” (Bagno, 2001, p. 176). Afirma ainda que reconhecer a existência de uma língua brasileira é importante para elevar a “auto-estima linguística dos brasileiros” e para se começar a tratar a “*esquizofrenia diglôssica* que existe no Brasil” (Bagno, 2001, p. 175). Também o linguista brasileiro Perini (1997, pp. 31-38) considera que o “português” (a norma padrão europeizante) e o “vernáculo” (a língua falada pelos brasileiros) “são tão diferentes quanto o português e o espanhol, ou quanto o dinamarquês e o norueguês”. A influente revista brasileira *Superinteressante* publicou, em 2000, a reportagem “Falamos a língua de Cabral?” em que todos os linguistas entrevistados (exceto um) foram unânimes em afirmar que “no Brasil, definitivamente, se fala uma língua diferente da falada em Portugal”.

Esta atitude romântica divergente está presente nos *media* brasileiros: por exemplo, a legendagem de entrevistas a jovens portugueses no programa televisivo do canal MTV e a dobragem de filmes/séries portuguesas, como o filme *Capitães de Abril*, produzido em 2000 por Maria de Medeiros e baseado na Revolução de 25 de Abril de 1974, e a série televisiva *Equador*, baseada no romance homónimo de Miguel Sousa Tavares e produzida pela canal português TVI, em 2008.

5. Modelos racionalistas do pluricentrismo PE/PB e da lusofonia

O *modelo racionalista convergente* manifesta-se na ideia da “unidade na diversidade” ou “unidade superior” da língua portuguesa – uma ideia antiga, amplamente difundida e aceite pelos primeiros grandes linguistas de ambos os países, que hoje recebe novos contornos políticos. Reconhece-se que há (muitas) diferenças entre as duas variedades nacionais e que tem havido um crescente processo de diferenciação dos dois lados, mas argumenta-se que não é possível uma inequívoca demonstração linguística da separação conducente a línguas diferentes. Crucialmente, a afirmação da *unidade da língua portuguesa* é apresentada como uma opção política e socioeconómica a não desperdiçar: o termo *português* deve ser entendido como um importante instrumento de coesão entre povos e como afirmação política e económica num contexto transcontinental (Mateus, 2002). No contexto atual da globalização, a unidade da língua é vista como uma *oportunidade* de projeção do português como língua de comunicação internacional e de afirmação económica. O valor económico da língua portuguesa está estimado em 17% do PIB português e 4% do PIB mundial (Reto, 2012). Neste contexto, tem-se reclamado uma política *internacional* ou *transnacional* (Silva, V.A., 2005, 2007) da língua portuguesa ou a *internacionalização* da sua gestão (Oliveira, 2013). Tal política permitirá “preservar a unidade profunda da língua portuguesa”, evitando que “a diversidade das falas e das normas afecte ou fracture a unidade do sistema linguístico” (Silva, V.A., 2005, p. 31).

O antigo discurso da *unidade na diversidade* é hoje continuado pelo discurso da *lusofonia*. Termo relativamente recente, *lusofonia* é, tal como definido por Fiorin (2006), um “espaço simbólico e político” que se investe de valor “performativo”, no sentido de orientação de comportamento social. Ao lado de alguma ideologia *romântica* que também encerra, orientada para a ideia da *identidade lusófona*, o discurso da lusofonia reveste-se de uma ideologia política utilitarista de afirmação

de um supraespaço político de identidade linguística, política e económica. Como afirma Mateus (2002, p. 42), a língua portuguesa é “um capital de investimento notável, é a nossa forma de manifestarmos a diferença” e “é através do Português que portugueses e brasileiros criam o seu próprio caminho no mundo”.

O discurso racionalista da lusofonia manifesta-se hoje, no mundo globalizado do séc. XXI, em pressões para uma *normatização convergente* da língua portuguesa, invertendo a normatização divergente do séc. XX. São pressões que decorrem de transformações recentes como a presença da língua na Internet, o crescimento de diásporas internas à CPLP e o aumento do intercâmbio de produtos culturais entre os países da CPLP (Oliveira, 2013). O Acordo Ortográfico de 1990, entrado em vigor no Brasil em 2009 e em Portugal em 2011, é das primeiras expressões desta pressão por uma norma convergente. Outras expressões são o *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa* (VOC) e as ações concertadas entre os oito países lusófonos, como o *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa* (2010) e conferências internacionais ou outras ações multilaterais para a *gestão compartilhada e internacional* da língua.

Em contrapartida, o *modelo racionalista divergente*, mais explícito no Brasil do que em Portugal, tem estado presente no processo de normatização divergente ao longo do século passado, cruzando-se aí com o modelo romântico divergente, e é assumido pelos que veem na valorização, estudo e ensino da norma(s) linguística(s) dos grandes centros urbanos brasileiros um instrumento de participação política e educacional, a base do nacionalismo *cívico* e da democracia, tão necessários na sociedade brasileira atual, que ainda mantém características da época colonial, como o autoritarismo político, o oligarquismo económico e o elitismo cultural. São manifestações desta atitude os grandes projetos de investigação linguística no Brasil, como o Projeto NURC (“Norma Urbana Culta”) de documentação das variedades cultas do português brasileiro, criado em 1969, e o Projeto da “Gramática do Português Falado Brasileiro”, desde 1988 (Castilho, 1991), bem como os projetos de escolarização e reforma do ensino, especialmente os que têm levado a escola a abrir-se aos socioletos.

Também em Portugal se têm desenvolvido, desde os anos 80, projetos coletivos de investigação linguística, como o “Português Fundamental” e o “Português Falado: variedades geográficas e sociais”, recolhendo dados do português falado em todos os países lusófonos. Num plano teórico e especulativo, a atitude racionalista divergente está presente naqueles para quem a ideia de *língua portuguesa* não passa de uma noção ilusória de natureza histórica, cultural e política.

6. Paradoxos, mesclagens e efeitos dos modelos românticos e racionalistas

Acabámos de ver que tanto o modelo romântico como o modelo racionalista da variação pluricêntrica do português compreende atitudes quer convergentes quer divergentes relativamente às variedades europeia e brasileira. Cada um dos modelos cognitivos e culturais da variação nacional do português inclui, pois, paradoxos e mesclagens conceptuais³. O principal paradoxo do modelo romântico reside na combinação das ideias de *pureza* e *independência* da língua portuguesa. E o principal paradoxo do modelo racionalista resulta da articulação das ideias de *unidade superior* e *diversidade funcional* do idioma.

Os modelos romântico e racionalista da unidade/diversidade do português mesclam-se em diversos discursos. São exemplos disso o discurso sobre a *lusofonia* como espaço de culturas plurais e fator de relevância económica (Fiorin, 2006; Martins, 2006; Cristóvão, 2008), o discurso sobre o *potencial económico* da língua portuguesa (Reto, 2012), o discurso a favor do Acordo Ortográfico como instrumento político ao serviço da estratégia ideológica da lusofonia e alguns discursos sobre a internacionalização da língua portuguesa e da sua gestão. Cada um destes discursos merece uma *análise crítica do discurso*, que aqui não podemos desenvolver.

Para finalizar, cabe perguntar que influência têm os quatro modelos românticos e racionalistas no processo de convergência e divergência entre as duas variedades nacionais do português. É difícil responder, visto que a evolução das variedades europeia e brasileira não tem certamente a ver apenas com estes quatro modelos cognitivos e culturais. Mesmo assim, é possível correlacionar as prováveis evoluções com estes modelos cognitivos, na medida em que estes modelos estão na base das atitudes linguísticas dos falantes portugueses e brasileiros. Apontamos três cenários.

3 Em Silva (2015), desenvolvemos uma análise detalhada sobre os processos cognitivos que estão na base dos quatro modelos cognitivos e culturais da variação do português, bem como das relações dinâmicas e complexas entre estes modelos. Esses processos cognitivos incluem a metáfora conceptual (p. ex., a metáfora racionalista da funcionalidade A LÍNGUA É UM INSTRUMENTO, A METÁFORA ROMÂNTICA DA IDENTIDADE A LÍNGUA É A ALMA DE UM POVO E A METÁFORA TANTO ROMÂNTICA COM RACIONALISTA A LÍNGUA É UMA BARREIRA), A METONÍMIA CONCEPTUAL, A CATEGORIZAÇÃO BASEADA EM EFEITOS DE PROTOTIPICIDADE E PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO CONCEPTUAL.

Primeiro cenário: o esperado processo de divergência entre as duas variedades nacionais do português, confirmado pelos nossos estudos sociocognitivos e socioletométricos (Silva, 2010, 2014b), receberá um forte ímpeto no Brasil, tanto da parte da afirmação romântica de uma *língua brasileira*, como por via da atitude racionalista promotora de um nacionalismo *cívico* e da democratização da educação e do ensino da língua. Esta atitude racionalista poderá, todavia, ter efeitos convergentes, configurando assim o segundo cenário: manifestações racionalistas como a diminuição da acentuada diglossia brasileira, o reforço e aceleração do processo de normatização e o conseqüente aumento de uniformidade dentro da variedade brasileira podem levar a mudanças “de baixo para cima”, a ponto de eliminarem especificidades do falar brasileiro popular. Finalmente, o terceiro cenário envolve interrupções ou reversões no esperado desenvolvimento divergente. Essas interrupções/reversões serão desencadeadas quer pela atitude racionalista de preservação da *unidade da língua* como estratégia de afirmação política e econômica no mundo globalizado atual, quer pelas pressões para uma normatização *convergente* do idioma decorrente da sua promoção internacional e da recente internacionalização da sua gestão, quer ainda pela promoção romântica da *lusofonia* no sentido do estabelecimento de uma identidade lusófona.

Referências bibliográficas

- BAGNO, M. (2000). *Dramática da Língua Portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Loyola.
- BAGNO, M. (2001). *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola.
- BAXTER, A. (1992). Portuguese as a pluricentric language. In M. Clyne (Ed.), *Pluricentric Languages* (pp. 11-43). Berlin: De Gruyter.
- BAXTER, A. & Lucchesi, D. (1997). A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos Lingüísticos e Literários*, 19, 65-84.
- CASTILHO, A. (Ed.) (1991). *Gramática do Português Falado*. Campinas: Unicamp.
- CASTILHO, A. (2005). Língua portuguesa e política linguística: O ponto de vista brasileiro. In E. P. Coelho (Ed.), *A língua portuguesa* (pp. 193-221). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTILHO, A. (2010). *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- CASTRO, I. (1986). Um juízo sobre o novo Acordo Ortográfico. *Revista ICALP*, 5, 41-48.
- CASTRO, I. (2006). *Introdução à História do Português*. Lisboa: Colibri.

- CLYNE, M. (Ed.) (1992). *Pluricentric Languages. Differing norms in different nations*. Berlin: De Gruyter.
- COELHO, E. P. (Ed.) (2005). *A Língua Portuguesa: presente e futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CRISTÓVÃO, F. (2008). *Da Lusitanidade à Lusofonia*. Coimbra: Almedina.
- DIRVEN, R., Frank, R. & Pütz, M. (Eds.) (2003). *Cognitive Models in Language and Thought: Ideology, metaphors, and meanings*. Berlin: De Gruyter.
- FARACO, C. A. (Ed.) (2001). *Estrangeirismos. Guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola.
- FARACO, C. A. (2008). *Norma Culta Brasileira – desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola.
- FIORIN, J. L. (2006). A lusofonia como espaço linguístico. In N. M. Bastos (Ed.), *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas* (pp. 25-47). São Paulo: PUC-EDUC.
- GAMA, J. (Ed.) (2007). *A Política da Língua Portuguesa*. Braga: Universidade do Minho.
- GEERAERTS, D. (2003). Cultural models of linguistic standardization. In R. Dirven, R. Frank & M. Pütz (Eds.), *Cognitive Models in Language and Thought* (pp. 25-68). Berlin: De Gruyter.
- GEERAERTS, D. & Cuyckens, H. (Eds.) (2007). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press.
- HOLLAND, D. & Quinn, N. (Eds.) (1987). *Cultural Models in Language and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KRISTIANSEN, G. & Dirven, R. (Eds.) (2008). *Cognitive Sociolinguistics: Language variation, cultural models, social systems*. Berlin: De Gruyter.
- LAKOFF, G. (1996). *Moral Politics: How liberals and conservatives think*. Chicago: University of Chicago Press.
- MARTINS, M. L. (2006). Lusofonia e luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In N. M. Bastos (Ed.), *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas* (pp. 49-62). São Paulo: PUC-EDUC. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1075>
- MARTINS, M. L. (Ed.) (2015). *Lusofonia e Interculturalidade – Promessa e Travessia*. V. N. Famalicão: Edições Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39693>
- MARTINS, M. L., et alii (Eds.) (2014). *Interfaces da Lusofonia*. Atas da Conferência “Interfaces da Lusofonia” – 4-6 de julho de 2013. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29765>.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2006). *Comunicação e Lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos média*. Porto: Campo das Letras. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/30019>
- MATEUS, M. H. (2002). *A Face Exposta da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- MATEUS, M. H.; Brito, A. M.; Duarte, I.; Faria, I. H.; Frota, S.; Matos, G.; Oliveira, F.; Vigário, M. & Villalva, A. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- MOURA, V. G. (Ed.) (1983). *Estão a assassinar o Português!*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MOURA, V. G. (2008). *Acordo Ortográfico: A perspectiva do desastre*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- NARO, A. J. & Scherre, M. M. P. (2007). *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- OLIVEIRA, G. M. (2013). Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 52(2), 409-433.
- PERINI, M. A. (1997). *Sofrendo a Gramática*. São Paulo: Ática.
- RETO, L. (Ed.) (2012). *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.
- SCHWARCZ, L. M. (1993). *O Espetáculo das Raças? Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SHARIFIAN, F. (2011). *Cultural Conceptualisations and Language: Theoretical framework and applications*. Amsterdam: John Benjamins.
- SILVA, A. S. (1997). A Linguística Cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em Linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, 1, 59-101.
- SILVA, A. S. (2004). Introdução: linguagem, cultura e cognição, ou a Linguística Cognitiva. In A. S. Silva, A. Torres & M. Gonçalves (Eds.), *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva* (pp. 1-18). Coimbra: Almedina.
- SILVA, A. S. (2009). A Sociolinguística Cognitiva: razões e objecto de uma nova área de investigação linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, 13(1), 191-212.
- SILVA, A. S. (2010). Measuring and parameterizing lexical convergence and divergence between European and Brazilian Portuguese. In D. Geeraerts, G. Kristiansen & Y. Peirsman (Eds.), *Advances in Cognitive Sociolinguistics* (pp. 41-83). Berlin: De Gruyter.
- SILVA, A. S. (2012). Comparing objective and subjective linguistic distances between European and Brazilian Portuguese. In M. Reif, J. A. Robinson & M. Pütz (Eds.), *Variation in Language and Language Use* (pp. 244-274). Frankfurt: Peter Lang.
- SILVA, A. S. (Ed.) (2014a). *Pluricentricity: Language variation and sociocognitive dimensions*. Berlin: De Gruyter.
- SILVA, A. S. (2014b). The pluricentricity of Portuguese: A sociolectometrical approach to divergence between European and Brazilian Portuguese. In A. S. Silva (Ed.), *Pluricentricity: Language variation and sociocognitive dimensions* (pp. 143-188). Berlin: De Gruyter.
- SILVA, A. S. (2015). Cultural cognitive models of language variation. Romanticism and rationalism in language policy debates about European and Brazilian Portuguese. In

- J. Daems, E. Zenner, K. Heylen, D. Speelman & H. Cuyckens (Eds.), *Change of Paradigms – New Paradoxes. Recontextualizing Language and Linguistics* (pp. 253-274). Berlin: De Gruyter.
- SILVA, R. V. M. (2004). *Ensaaios para uma Sócio-História do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- SILVA, V. A. (2005). Contributos para uma política da Língua Portuguesa. In E. P. Coelho (Ed.), *A Língua Portuguesa* (pp. 25-35). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SILVA, V. A. (2007). Ilusões e desilusões sobre a política da língua portuguesa. In M. Gama (Ed.), *A Política da Língua Portuguesa* (pp. 13-26). Braga: Universidade do Minho.
- TARALLO, F. (1993). Diagnosticando uma gramática brasileira. In I. Roberts & M. A. Kato (Eds.), *Português Brasileiro: Uma viagem diacrônica* (pp. 69-106). Campinas: Unicamp.
- TEYSSIER, P. (1982). *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.

COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL E CIDADANIA EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Margarida M. Krohling Kunsch*

Resumo

Este artigo reúne bases conceituais e reflexões sobre os temas de comunicação e poder, comunicação intercultural, cidadania, novas formas de cidadania e diversidade cultural no contexto da globalização e da era digital. Com base na revisão da literatura, este estudo discute inicialmente o poder da comunicação na sociedade contemporânea, o papel da comunicação intercultural no contexto da interculturalidade e, em seguida, aborda os conceitos fundamentais de cidadania, direito à cultura como cidadania cultural, diversidade cultural e cidadania planetária, como pressupostos essenciais para a valorização e existência do interculturalismo em seu verdadeiro significado.

Palavras-chave: comunicação intercultural; cidadania; sociedade civil; movimentos sociais; globalização; diversidade cultural

* Professora titular e diretora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Mestre e doutora em Ciências da Comunicação e livre-docente em Teoria da Comunicação Institucional: Políticas e Processos, pela ECA-USP. Autora e organizadora de grande número de obras de Comunicação Social, foi presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (Alaic), da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas (Abrapcorp) e da Confederação Ibero-Americana de Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Confibercom). É presidente da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Socicom).
E-mail: mkkunsch@usp.br.

1. Introdução

“Língua, globalização e interculturalismo”, um dos subtemas do Congresso Confibercom de 2014, é abrangente e ao mesmo tempo instigante, pois nos leva ao debate e à reflexão de assuntos que vêm sendo objeto de estudo em várias áreas do conhecimento e estão na agenda de fóruns e na literatura no contexto da sociedade contemporânea. Muitas poderiam ser as abordagens e as dimensões a serem exploradas em uma temática dessa natureza. Entretanto, para fins deste trabalho, optou-se por reunir algumas reflexões acerca do poder da comunicação na sociedade contemporânea e do papel da comunicação intercultural e do reconhecimento da necessidade da cidadania, sob várias dimensões, como pressuposto essencial para a existência da diversidade cultural e do direito à cultura pelo cidadão.

2. O poder da comunicação na sociedade global e digital

É notável o poder que a comunicação exerce no mundo contemporâneo. Essa comunicação precisa ser considerada não meramente como instrumento de divulgação ou transmissão de informações, reduzida a uma visão linear, mas como processo social básico e como um fenômeno presente na sociedade. Deve ser concebida como um poder transversal que perpassa todo o sistema social global, incluindo neste âmbito as organizações.

São muitos os autores que trabalham a sociedade da informação, do conhecimento ou digital e que analisam a sociedade midiática, midiaticizada, transparente e da comunicação. As tecnologias da informação e da comunicação estão definitivamente revolucionando a sociedade e seu modo de vida. Os exemplos são evidentes nas indústrias culturais, nas indústrias criativas, na multimídia, na televisão (interativa, digital, por cabo e de alta definição), nos aparelhos móveis e em todas as interações das mídias disponíveis, em forma de redes digitais (blogs, Facebook, Twitter etc.). Toda essa convergência midiática é uma realidade presente nos dias de hoje e acontece no plano individual, na sociedade e em os todos os espaços – familiar, de trabalho e de participação social.

Uma das forças dessa sociedade midiática é a web, a rede mundial de computadores. Para Manuel Castells, vivemos numa sociedade em rede e dominada pelo poder da internet:

Esta sociedade em rede é a sociedade que eu analiso como uma sociedade cuja estrutura social foi construída em torno de redes de informação microeletrônica estruturada na internet. Nesse sentido, a internet não é simplesmente uma tecnologia; é um meio de comunicação que constitui a forma organizativa de nossas sociedades; é o equivalente ao que foi a fábrica ou a grande corporação na era industrial. A internet é o coração de um novo paradigma sociotécnico, que constitui na realidade a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação. O que a internet faz é processar a virtualidade e transformá-la em nossa realidade, constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que vivemos (Castells, 2009, p. 287).

Em outro livro, *Comunicação e poder*, Castells afirma:

Poder é algo mais que comunicação e comunicação é algo mais que poder. Mas o poder depende do controle da comunicação. Igualmente o contrapoder depende de romper o dito controle. E a comunicação de massas, a comunicação que pode chegar a toda a sociedade, se conforma e é gerida mediante relações de poder enraizadas no negócio dos meios de comunicação e da política do Estado. O poder da comunicação está no centro da estrutura e da dinâmica da sociedade (Castells, 2009, p. 3).

Castells (2009, pp. 24-25) questiona “por que, como e quem constrói e exerce as relações de poder mediante a gestão dos processos de comunicação e de que forma os atores sociais que buscam a transformação social podem modificar essas relações influenciando na mente coletiva”. Para ele, o “processo de comunicação opera de acordo com a estrutura, a cultura, a organização e a tecnologia de comunicação de uma determinada sociedade” (*Ibid.*, p. 24). E hoje “a estrutura social concreta é a da sociedade-rede, a estrutura social que caracteriza a sociedade no início do século XXI, uma estrutura social construída ao redor das redes digitais de comunicação” (*Ibidem*). Essa nova estrutura da sociedade-rede modifica as relações de poder no contexto organizativo e tecnológico derivado do “auge das redes digitais de comunicação globais e se eleva no sistema de processamento de símbolos fundamental da nossa época” (Castells, 2009, pp. 24-25).

Rafael Alberto Pérez relaciona o poder da comunicação com o poder da comunicação estratégica e sintetiza da seguinte forma: “a comunicação tem um poder muito superior do que costumamos conceder a ela” (Pérez, 2008, p. 445). Para o autor, “esse poder pode ser ‘domado’ se atuamos/comunicamos estrategicamente” (*Ibidem*). Daí pode-se perceber o papel relevante exercido pelos atores envolvidos

nas indústrias das comunicações e nas esferas do poder social, econômico e político.

Portanto, é uma realidade incontestável o poder que a comunicação, em suas mais variadas vertentes e tipologias, bem como os meios massivos tradicionais e as mídias sociais da era digital exercem na sociedade contemporânea.

Neste sentido, reitera-se que a comunicação precisa ser considerada como processo social básico e como um fenômeno. O poder que ela e a mídia exercem na sociedade é uma realidade incontestável. Dominique Wolton, no livro *Pensar a comunicação*, enaltece esse poder: “a comunicação é um dos mais brilhantes símbolos do século XX; seu ideal de aproximar os homens, os valores e as culturas compensa os horrores e as barbaridades de nossa época” (Wolton, 2004, p. 27). E, em *É preciso salvar a comunicação*, este mesmo autor reafirma ser a comunicação uma das maiores questões do século XXI:

Em menos de cem anos foram inventados e democratizados o telefone, o rádio, a imprensa de grande público, o cinema, a televisão, o computador, as redes, transformando definitivamente as condições de troca e de relação, reduzindo as distâncias e realizando a tão desejada aldeia global (Wolton, 2006, p. 9).

Pensar a comunicação hoje nos remete a analisar o poder da informação na sociedade-rede ou digital com todas as implicações decorrentes. Desta forma vive-se numa sociedade midiática e sob os efeitos da espetacularização da produção midiática e televisiva. As notícias sobre guerras, violência, atentados, crimes, terrorismo internacional, etc., são transformadas em espetáculo e penetram nos lares de forma instantânea e natural sem pedir licença para fazer apologia das desgraças para a humanidade.

Evidentemente não se quer dar a entender que não se reconhecem os benefícios da sociedade digital e as maravilhas da rede mundial dos computadores. O que é um paradoxo é conviver ao mesmo tempo com todos esses avanços tecnológicos e por outro lado se deparar com uma imensa parcela da população, em várias partes do mundo, sem acesso à educação básica e superior, muito menos à tecnologia e às redes telemáticas disponíveis.

Manuel Castells fala da divisória digital. Isto é, a internet está criando um mundo dividido entre os que têm e os que não têm internet. As pessoas que não têm acesso a essa rede mundial de informações se veem prejudicadas e até mesmo fora do mercado de trabalho e do desenvolvimento. Segundo o autor, “observamos

também que os territórios não conectados à internet perdem competitividade econômica internacional e, por conseguinte, formam bolsões de crescentes de pobreza, incapazes de somar-se ao novo modelo de desenvolvimento” (Castells, 2003, pp. 265-266).

Nesse contexto, como inserir o papel dos meios de comunicação e da comunicação intercultural frente a uma globalização ainda predominantemente econômica que atinge a vida de populações nas suas origens locais, não respeitando suas culturas, suas diversidades, seus idiomas, seus modos de vida, induzindo-as a novas formas comportamentais para sobreviverem?

Enfrentar a globalização autoritária e assimétrica, tão presente na atualidade, que assola as sociedades menos favorecidas do planeta, a exemplo do que ocorre na África, Ásia, América Latina e em outras regiões, constitui um desafio constante para aqueles que veem criticamente o mundo de hoje e que têm a tarefa de produzir os meios de comunicação e bens culturais, fomentar as indústrias criativas, difundir informações e promover e valorizar o interculturalismo.

3. Comunicação intercultural

A comunicação intercultural pode ser entendida sob vários ângulos, tanto no âmbito global da sociedade, quanto naquele mais focalizado em ambientes específicos como a comunicação que acontece entre instituições e organizações e diversos países. Essa comunicação adquire um papel cada vez mais importante no contexto da globalização e das transformações mundiais que caracterizam nossa realidade de hoje. Com o desenvolvimento tecnológico, a globalização da economia e a superação das fronteiras, há uma migração generalizada da população e, conseqüentemente, um avanço do multiculturalismo. Faz-se necessário aprender a trabalhar em conjunto com culturas diferentes e enfrentar novas realidades nos mais diversos campos de atuação.

Para M. Everett Roggers e Thomas M. Steinfat, a comunicação intercultural “é o intercâmbio de informação entre indivíduos que pertencem a culturas diferentes” (Roggers e Steinfat, 1999, p. 267). Esta afirmação é, praticamente, do senso comum e é também defendida por diferentes autores. Jan Servaes, por exemplo, confirma ao dizer que “tanto na ciência como na fala diária, o termo de comunicação intercultural se utiliza geralmente para definir o contato entre gente que provém de *trasfondos* nacionais e/ou linguísticos diferentes” (Servaes,

2002, p. 67). Este mesmo autor chama ainda a atenção para o fato de que isto “implica que, quando estudamos a comunicação entre pessoas de um mesmo país que pertencem a grupos diferentes, se toma raramente em conta a influência de suas diferenças culturais sobre os processos de comunicação” (Servaes, *Ibidem*).

Guo-Ming Chen e William L. Starosta tratam da questão da competência no manejo da comunicação intercultural:

A competência da comunicação intercultural pode ser concebida como a habilidade de negociar os significados culturais e executar apropriadamente os comportamentos de comunicação efetiva que reconheçam as múltiplas identidades dos que interagem em um ambiente específico. Esta definição enfatiza que pessoas competentes devem saber não apenas como interagir apropriadamente efetivamente e com outras pessoas e o ambiente, assim como para alcançar seus próprios objetivos na comunicação através do respeito e da afirmação de identidades culturais de múltiplos níveis daqueles com os quais interagem (Schan e Starosa, 1996, p. 358)

Para Carlos Fernández Collado e Laura Galguera García, “hoje o campo da comunicação intercultural está bem estabelecido nas universidades de muitas nações. Existe ademais, um número importante de organizações privadas que capacitam seus executivos e empregados nas habilidades de comunicação intercultural” (2008, p. 175).

A propósito, a penetração das organizações em diversos universos culturais ramifica sua presença sobre diversos países e, conseqüentemente, sobre diversos universos culturais. O fluxo de ideias e de informação transcende as fronteiras. Daí a importância que tem de se dar à língua (linguagem e seu contexto) e à cultura de cada país. As culturas nacionais dos países se misturam no ambiente intercultural onde as organizações atuam.

O documento *Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural*, da Unesco (2009), em um dos seus oito capítulos que enfatizam a necessidade do diálogo intercultural e do respeito à diversidade, destaca o papel fundamental da língua que devemos levar em conta em todas as dimensões da comunicação intercultural:

As línguas são os vetores das nossas experiências, dos nossos contextos intelectuais e culturais, dos nossos modos de relacionamento com os grupos humanos, com os nossos sistemas de valores, com os nossos códigos sociais e sentimentos de pertencimento,

tanto no plano coletivo como individual. Sob o ponto de vista da diversidade cultural, a diversidade linguística reflete a adaptação criativa dos grupos humanos às mudanças no seu ambiente físico e social. Nesse sentido, as línguas não são somente um meio de comunicação, mas representam a própria estrutura das expressões culturais e são portadoras de identidade, valores e concepções de mundo (Unesco, 2009, p. 12).

Indispensável, portanto, dizer que a língua constitui o eixo central em todo o processo da comunicação intercultural e, por extensão, do interculturalismo existente entre os povos de diferentes origens.

No tocante à comunicação intercultural no âmbito das organizações, estudos realizados por Maria Schuler (1995; 2009) destacam aspectos culturais e suas influências nas organizações de diferentes países, como: *segmentação e homogeneidade cultural* e a *heterogeneidade cultural*, bem como algumas barreiras que normalmente perpassam os relacionamentos das organizações com públicos internacionais: *etnocentrismo, mitos e estereótipos, choque cultural*, etc.¹.

Nota-se que, para que seja possível promover a interação entre culturas nas mais variadas dimensões da sociedade, a prática de uma efetiva comunicação intercultural será imprescindível. Somente com essa comunicação que leve em conta o conhecimento, a língua e o respeito a outras culturas diferentes, diversidade, pluralidade, busca de entendimentos e de convívios amigáveis, por meio do diálogo, será possível a existência do verdadeiro interculturalismo².

Os autores já mencionados Collado e Garcia (2008) destacam cinco variáveis culturais que interferem na conduta e no processo da comunicação intercultural: *linguagem* – o idioma reflete o contexto de uma cultura particular; *código não verbal* – manifestações simbólicas como posturas, gestos, expressões faciais em uma cultura podem não obter o mesmo significado em outra, podendo ocasionar reações diferentes e até adversas, dificultando a interação; *concepção de mundo*

1 Há inúmeros estudos obre comunicação intercultural nas organizações, interculturalidade etc., mas por uma questão de limite e foco deste artigo não serão aqui explorados. Recomenda-se consultar Geert Hofstede (1997), referência internacional nos estudos sobre cultura, especificamente sobre essa temática. Ver Moura, C. P. de & Ferrari M. A. (Orgs.) (2015). *Comunicação, interculturalidade e organizações: faces e dimensões da contemporaneidade* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS. Retirado de <http://www.pucrs.br/edipucrs> e Organicom – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas *Interculturalidade e organizações*, 11, 21. Retirado de revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/viewFile/842/601.

2 Sobre a interculturalidade nos países lusófonos, ver Martins (2015), *Lusofonia e Interculturalidade*. Ver, também, Martins et al. (2014), *Interfaces da Lusofonia*.

– tem a ver com o universo cognitivo e a visão que cada indivíduo ou grupo possui perante o mundo; *papel social* – exercido nas relações sociais nos ambientes interculturais que proporcionam conhecimentos de como uma cultura mantém seus valores, a ordem social e o controle entre seus membros; e *padrões de pensamento* – dizem respeito a análises da informação que provém das impressões e experiências cotidianas.

Acredita-se que além dessas variáveis tão presentes nos ambientes interculturais, alguns princípios fundamentais como valorização da cidadania, da democracia e dos direitos humanos constituem condições *sine qua non* para a existência de um interculturalismo que de fato contribua para uma convivência mais pacífica entre os povos de diferentes culturas.

4. Conceitos e dimensões da cidadania

Os estudos sobre cidadania perpassam desde as suas origens³ na *polis* grega (tradição política) e na *civitas* romana (tradição jurídica) até os dias de hoje, quando, segundo Adela Cortina (2005), se multiplicam novas formas de cidadania. Essa autora espanhola chama a atenção para o fato de que, apesar de parecer antigo, o tema está em pauta e se faz muito presente na atualidade, com o acréscimo constante de novas “teorias da cidadania”. Para ela, dentre as múltiplas razões que poderiam ser invocadas para tanto,

uma parece constituir o alicerce sobre o qual se assentam as outras: a necessidade, nas sociedades pós-industriais, de gerar entre seus membros um tipo de *identidade* na qual se reconheçam e que os faça *se sentir pertencentes* a elas, porque é evidente que este tipo de sociedade sofre de uma falta de adesão por parte dos cidadãos ao conjunto da comunidade, e sem essa adesão é impossível responder conjuntamente aos desafios que se apresentam a todos (Cortina, 2005, p. 18).

Em princípio, cidadania se refere aos direitos e às obrigações nas relações entre o Estado e o cidadão. Falar em cidadania implica recorrer a aspectos ligados a justiça, direitos, inclusão social, respeito à diversidade, vida digna para as pessoas,

3 Um dos estudos clássicos sobre a evolução do conceito de cidadania, da *polis* grega ao pensamento liberal, é o da filósofa alemã Hannah Arendt (2005). Pode-se consultar também Cortina (2005).

respeito aos outros, coletividade e causa pública no âmbito de um Estado-nação. Ela pressupõe, conforme um dos autores clássicos dos primeiros estudos de cidadania, Tomas H. Marshall, conquistas e usos dos direitos civis (“liberdade pessoal, liberdade de expressão, pensamento e crença, o direito de propriedade e de firmar contratos válidos e o direito à justiça”); políticos (“como o do voto e do acesso ao cargo público”); e sociais (“que vão desde o direito a um mínimo de segurança e bem-estar econômico, até o direito de participar plenamente da herança social e de viver a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”) (Marshall, 1967, pp. 63-64).

Liszt Vieira (1997), analisando os direitos de cidadania a partir do pensamento de Marshall, classifica-os em direitos de primeira, segunda, terceira e quarta geração. Os direitos *de primeira geração* são os direitos civis (século XVIII), representados pelos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, ir e vir, vida, segurança, etc., pelos quais é responsável o sistema judiciário; e os direitos políticos (século XIX), representados pelos direitos individuais exercidos coletivamente, de liberdade de associação e reunião, organização política e sindical, participação política e eleitoral, cuja salvaguarda cabe às organizações parlamentares. Os direitos *de segunda geração* (século XX) são os direitos sociais, representados pelos direitos individuais de trabalho, saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego – ou seja, a garantia de acesso aos meios de vida e bem-estar social; exigem uma presença maior do Estado; são os direitos que se relacionam com o nível de vida e o patrimônio social, cuja promoção compete aos serviços para isso existentes e à estrutura educacional. Os direitos *de terceira geração* (segunda metade do século XX) são os direitos que têm como titular não o indivíduo, mas grupos humanos como o povo, a nação, coletividades étnicas ou a própria humanidade: autodeterminação dos povos, desenvolvimento, paz, meio ambiente; por eles são responsáveis organismos internacionais como a ONU. Os direitos *de quarta geração* (atualmente) são os direitos relativos à bioética: impedir a destruição da vida, regular a criação de novas formas de vida em laboratório pela engenharia genética, etc.

Embora ainda não haja um consenso por parte de muitos estudiosos, menciona-se a existência de direitos da quinta e sexta geração, que são voltados para o direito à paz, à democracia participativa, ao pluralismo e à informação⁴ São,

4 Consultar obras e palestras de Paulo Bonavides no *Youtube* e o artigo de Emmanuel Teófilo Furtado e Ana Stela Vieira Mendes no artigo: “Os direitos humanos de 5ª geração enquanto direito à paz e seus reflexos no mundo do trabalho: inércias, avanços e retrocessos na Constituição Federal e

assim, muitas as dimensões que poderão ser trabalhadas quando nos referimos à cidadania.

Segundo Jack M. Barbalet (citado em Peruzzo, 1998), a cidadania encerra manifestamente uma dimensão política, mas isto não é suficiente para que ela seja compreendida. O problema está em *quem* pode exercê-la e *em que termos*. A questão está, de um lado, na cidadania como direito e, de outro, na incapacitação política dos cidadãos, em razão do grau de domínio dos recursos sociais e de acesso a eles. Por exemplo, da *ágora* grega (praça onde se reuniam os cidadãos para debater os assuntos da cidade) não participavam escravos, mulheres e *metekes* (estrangeiros). No Brasil, a mulher e os analfabetos só adquiriram o direito de votar em 1934 e 1988, respectivamente. Assim, dependendo do período histórico e do país ou lugar, só uma parcela da população pode exercer plenamente a cidadania. A propósito disso, Ralf Dahrendorf diz que a cidadania, como expressão de direitos e obrigações associados à participação em uma unidade social e, notadamente, à nacionalidade, é

comum a todos os membros, embora a questão de quem pode ser membro e quem não pode faça parte da história turbulenta da cidadania. Esta turbulência ainda está bastante em evidência. Tem a ver com a questão da inclusão ou exclusão lateral ou nacional (em contraste com vertical ou social). Afeta a identidade das pessoas, porque define a qual unidade pertencem. Na maioria das vezes, envolve traçar fronteiras que sejam visíveis nos mapas ou pela cor da pele ou por algum outro meio (Dahrendorf, 1992, pp. 45-46)

Essas considerações de Dahrendorf nos fazem refletir sobre o enorme contingente de pessoas que, na contemporaneidade, ainda se veem excluídas do que se poderia chamar de um “território” da cidadania, em razão das precárias condições de saúde, educação, moradia digna, etc. Outra observação do autor é a que diz respeito à relação entre cidadania e trabalho: “a cidadania é um contrato social, geralmente válido para todos os membros; o trabalho é um contrato privado. Nas sociedades em que o contrato privado de trabalho não existe, também não existe cidadania” (Dahrendorf, 1992, p. 47). A inexistência de contratos sociais de

na legislação”. Trabalho publicado nos *Anais do XVII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (Conpedi)*, realizado em Brasília, DF, nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2008. Retirado de <http://pazedireito.blogspot.com.br/2010/05/direito-paz-5-geracao.html>

trabalho e o desemprego são umas das mais cruéis constatações da atualidade. A globalização econômica assimétrica tem provocado sérias consequências em termos de aumento das desigualdades sociais e de diminuição das possibilidades de se construir uma verdadeira cidadania no âmbito das nações.

Na sociedade moderna, os cidadãos são membros de uma sociedade política baseada no sufrágio universal e na qual todos são iguais perante a lei. No entanto, isso nem sempre se dá na prática. No Brasil e em outros países da América Latina, por exemplo, ter direito à educação, à propriedade privada e aos bens de consumo coletivo é uma coisa, mas ter acesso real e efetivo a tudo isso é outra história. Nossa cidadania é garantida nos papéis, mas não existe de verdade, como afirma Gilberto Dimenstein no livro *O cidadão de papel* (1997).

4.1. Novas manifestações de cidadania

Para Adela Cortina, a noção de cidadania restrita ao âmbito político “parece ignorar a dimensão pública da economia, como se as atividades econômicas não precisassem de uma legitimação social, procedente de cidadãos econômicos” (2005, p. 29). Mais adiante, a autora descreve conceitualmente outras formas de cidadania, muito presentes na atualidade, tais como a cidadania cultural, intercultural, multicultural, cosmopolita, social, econômica e a cidadania corporativa.

Maria Cristina Mata assinala que de fato têm surgido, a partir da última década, novas formas de os indivíduos “se constituírem como sujeitos de demanda e proposição em diversos âmbitos vinculados com sua experiência, desde a nacionalidade e o gênero até as categorias trabalhistas e as afinidades culturais”. Esta autora ressalta, ainda, que

essa ampliação que leva alguns pensadores a falar em “novas cidadanias” definidas no marco da sociedade civil não chega a ocultar (...) que o enfraquecimento da clássica figura da cidadania – marcado por um evidente ceticismo quanto à vida política – implica sérios desafios no que se refere a pensar na transformação dos ordenamentos coletivos injustos vigentes em nossas realidades (Mata, 2002, p. 66).

Recuperar os elementos constitutivos da cidadania “clássica”, relativos aos direitos que já mencionamos, é uma das funções básicas da sociedade civil ativa, que, através do exercício das novas formas de cidadania, deve contribuir para superar o ceticismo muitas vezes reinante. Apesar desse ceticismo, nota-se que

na atualidade existe uma participação muito mais dinâmica da sociedade civil e dos movimentos sociais, que costumam fazer um contraponto à democracia representativa que padece de críticas e vê sua credibilidade questionada por grande parte da sociedade em geral.

A seguir são apresentadas algumas considerações e reflexões sobre a cidadania e diversidade cultural e a cidadania planetária ou cosmopolita, na tentativa de contemplar a temática central deste artigo e reunir algumas reflexões para o debate sobre um assunto que consideremos de grande relevância social e política na atualidade.

4.2. Cidadania e diversidade cultural

Quando se fala em cidadania cultural o que se enfatiza, segundo Marilena Chauí⁵, é a “cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação” (2006, p. 67). Sua proposta para uma existência da cidadania cultural foi vivenciada, como secretária de Cultura da cidade de São Paulo (1989-1992), foi, a partir de alguns pontos básicos delineados, assim entendida:

Uma definição alargada da cultura (...); uma definição política da cultura pelo prisma democrático e, portanto, como direito de todos cidadãos, sem privilégios e sem exclusões; uma definição conceitual da cultura como trabalho de criação; (...) uma definição dos sujeitos sociais como sujeitos históricos, articulando o trabalho cultural e o trabalho da memória social (Chauí, 2006, p. 72).

Nesta proposição pode-se deduzir que a cidadania cultural como direito do cidadão tem no seu bojo a necessidade e a valorização da diversidade cultural. Esse tema vem merecendo grande destaque neste terceiro milênio em fóruns de debates internacionais e na produção de documentos oficiais e institucionais como os da Unesco.

A propósito, no já mencionado relatório *Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural* (Unesco, 2009)⁶, a instituição defende a necessidade e a valorização da diversidade, que envolve os seguintes objetivos:

5 No livro *Cidadania cultural: o direito à cultura* (2006), Marilena Chauí relata sua experiência como secretária municipal de Cultura da cidade de São Paulo na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1993), quando implantou uma política cultural centrada na prática democrática da cultura.

6 Para mais informações, consultar www.unesco.org/en/world-reports/cultural-diversity. E-mail: worldreport2@unesco.org.

Analisar a diversidade cultural em todas as suas facetas, esforçando-se por expor a complexidade dos processos, ao passo que identifica um fio condutor principal entre a multiplicidade de possíveis interpretações; mostrar a importância da diversidade cultural nos diferentes domínios de intervenção (línguas, educação, comunicação e criatividade) que, à margem das suas funções intrínsecas, se revelam essenciais para a salvaguarda e para a promoção da diversidade cultural; convencer os decisores e as diferentes partes intervenientes sobre a importância em investir na diversidade cultural como dimensão essencial do diálogo intercultural, pois ela pode renovar a nossa percepção sobre o desenvolvimento sustentável, garantir o exercício eficaz das liberdades e dos direitos humanos e fortalecer a coesão social e a governança democrática (Unesco, 2009, p. 1).

Na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em sua 33^a reunião, celebrada em Paris, de 03 a 21 de outubro de 2005, o documento *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*⁷ defende a diversidade cultural como uma característica essencial da humanidade e como patrimônio comum a ser valorizado e cultivado em benefício de todos, entre outras conclusões. “Diversidade cultural”, segundo a Unesco, nesse documento,

refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados⁸.

Acredita-se que estas contribuições da Unesco constituem pilares fundamentais como aportes para se pensar e praticar a cidadania cultural onde o respeito à diversidade é uma prerrogativa essencial.

7 Esse documento está disponível na internet na versão para impressão (pdf) em www.cultura.gov.br/.../convencao...promocao-da-diversidade-das-expressoes-culturais e na versão oficial em inglês (pdf).

8 Ver Unesco online: www.cultura.gov.br/.../convencao...promocao-da-diversidade-das-expressoes-culturais (pdf).

4.3. Cidadania planetária frente à globalização e à era digital

A dimensão da cidadania cosmopolita e planetária é uma das mais reconhecidas, por ser liderada por grandes organizações não-governamentais (ONG) multinacionais. Mas, muitas outras formas vêm se manifestando na contemporaneidade, quando “a temática da cidadania (...) e a consolidação de identidades coletivas ganham novas abordagens”, com o surgimento de “novas agendas sociais e políticas” (Ruscheinsky, 1999, pp. 73-74).

No mundo contemporâneo, face às grandes transformações no cenário político, econômico e social, assim como às incontáveis consequências geradas pelos fenômenos da globalização e da revolução tecnológica da informação, que atingem o Estado-nação e a sociedade, sobretudo a partir dos anos 1990, formas emergentes de luta pela cidadania vêm surgindo em ritmo acelerado. De um lado, convivemos com os benefícios dos avanços da sociedade em rede e, de outro, deparamo-nos como uma imensa parcela da população mundial sem acesso à tecnologia digital e de redes e mesmo à educação básica. Tais fatos têm impulsionado reações e novas formas de luta da sociedade civil organizada em nível local, nacional, regional e global.

A organização desses agentes que integram a sociedade civil organizada, como movimentos sociais, ONG, associações, comunidades, ativistas, grupos de interesses e de pressão, redes sociais, etc., possibilita uma mobilização social em torno de objetivos comuns e na defesa dos direitos humanos e de cidadania que ultrapassam as fronteiras nacionais. Daí assumirem um caráter de cidadania planetária, incorporando novas formas e características na era digital e com o uso redes da internet.

Na contemporaneidade, por força da internet e da comunicação, os movimentos sociais se organizam de forma surpreendente em rede e conseguem arrematar inúmeros seguidores que, por meio de compartilhamentos, atuam em torno de uma causa nem sempre muito definida. Castells (2013) destaca algumas características desses movimentos sociais em rede: são conectados em rede de múltiplas formas *on-line* e *off-line*; iniciam nas redes sociais da internet, mas se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano; os movimentos são simultaneamente locais e globais; são amplamente espontâneos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação; os movimentos são virais, seguindo a lógica das redes da internet; a passagem da indignação à esperança realiza-se por deliberação no espaço da autonomia; a horizontalidade das redes

favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de liderança formal; são movimentos profundamente autorreflexivos. Esses movimentos raramente são programáticos; e são muito políticos num sentido fundamental.

Se recorremos às considerações com que o autor descreve cada uma dessas características relacionadas, veremos que estão presentes nos acontecimentos com que nos deparamos na atualidade em nível global e local. Para Castells,

há uma conexão fundamental, mais profunda, entre a internet e os movimentos sociais em rede: eles comungam de uma cultura específica, a cultura da autonomia, a matriz cultural básica das sociedades contemporâneas. Os movimentos sociais, embora surjam do sofrimento das pessoas, são distintos dos movimentos de protesto. Eles são essencialmente movimentos culturais, que conectam as demandas de hoje com os projetos de amanhã. Os movimentos que observamos encarnam o projeto fundamental de transformar pessoas em sujeitos de suas próprias vidas, ao afirmar sua autonomia em relação às instituições da sociedade. É por isso que, embora exigindo medidas terapêuticas para as atuais misérias de um amplo segmento da população, os movimentos, como atores coletivos, não confiam nas instituições atuais e se envolvem no caminho incerto de criar novas formas de convivência, na busca de um novo contrato social (Castells, 2013, p. 167).

Se observarmos os acontecimentos reativos que, nos últimos anos, ocorrem em nível global, por meio de manifestações de grupos, ativistas, movimentos sociais de toda a ordem, veremos que eles denotam novas formas de cidadania em construção – nesse contexto específico, a cidadania planetária, preconizada pelos movimentos da sociedade civil global em redes. São novas manifestações no espaço público, que ganham destaque na mídia, defendendo interesses específicos, como agentes atuantes de uma sociedade civil mais organizada.

A cidadania planetária surge exatamente para se opor à globalização autoritária e assimétrica que assola as sociedades menos favorecidas do mundo, impedindo que os países pobres e em desenvolvimento avancem economicamente. Milton Santos, geógrafo e cientista social brasileiro, considerado um “cidadão do mundo”, por sua significativa contribuição para o pensamento crítico contemporâneo, fala em *O país distorcido* da necessidade da reinvenção da cidadania para enfrentar a globalização autoritária: “a vontade dessa globalização perversa a que estamos assistindo é reduzir o papel do cidadão. É transformar todo mundo em

consumidor, usuário e, se possível, coisa, para mais facilmente se inclinar diante de soluções anti-humanas” (*apud* Santos, 2002, pp. 141-142). A sua proposta consiste na recriação da cidadania mediante uma outra globalização, horizontalizada e não verticalizada como a atual, na qual a vida não seja tributária do cálculo, mas haja espaço para a emoção – que é o que une os homens (*Ibidem*).

Ao contestar o predomínio de uma globalização econômica, diz Hassan Zaoual que

para os movimentos sociais de base, é imperativo que se desconstrua o paradigma do mercado como ‘centro nervoso da globalização’. Sem dúvida, as experiências dos atores da sociedade civil, em seus campos de atuação, são de alcance incontestável, mas só vencerão o jogo mediante a construção de um paradigma plural capaz de enfrentar os partidários da globalização (Zaoual, 2003, pp. 18-19).

A importância que a sociedade civil assume nessa nova realidade contemporânea transcende o espaço local, nacional e regional. Richard Falk, da Universidade de Princeton, a denomina “sociedade civil global”, que, ante a “globalização por cima”, autoritária, conduzida pelos países dominantes e pelas forças do mercado mundial, seria a “globalização por baixo”, das forças democráticas, os “únicos veículos” para a promoção do “direito da humanidade”, inspirado numa concepção de desenvolvimento sustentável (*apud* Vieira, 1997, pp. 79-80). Liszt Vieira reforça esse pensamento:

Ao lado de uma sociedade global, entendida como sociedade internacional, haveria hoje uma comunidade global emergente, entendida como planetária, em processo de formação. Trata-se da emergente sociedade civil global, cujos atores muitas vezes têm mais poder de influência no cenário internacional do que a maioria das nações pobres (Vieira, 1997, p. 135).

O fato é que o discurso crítico atual localiza um antagonismo da globalização em relação à cidadania. Mark Poster (2003) mostra como o aprofundamento dos processos de globalização afeta a cidadania, ao interferir na autonomia do Estado-nação, na liberdade de iniciativa dos cidadãos, no mercado de trabalho (perda de empregos para estrangeiros e condições de vida extremamente desiguais), no fluxo interesseiro de capitais (que vão para lugares de retorno ótimo sem considerar os reveses e sofrimentos com isso provocados), no consumo planetário (que junto

com as mercadorias leva através de fronteiras hipóteses culturais estrangeiras) e assim por diante.

Por fim, segundo Castells (2013, p. 167), “nos bastidores desse processo de mudança social está a transformação cultural de nossas sociedades”. Portanto, uma nova cultura e novas formas de sociabilidade, provocadas, sobretudo pela internet, estão desencadeando comportamentos individuais, grupais, coletivos, etc., como nunca pensados e vistos na sociedade, que muitas vezes geram paradoxos e perplexidades que fogem à nossa compreensão.

Assim há que se estudar mais o papel da cultura, do interculturalismo, do multiculturalismo e da interculturalidade neste mundo mutante e cheio de contradições.

Referências bibliográficas

- CASTELLS, M. (2003). *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CASTELLS, M. (2009). *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza Editorial.
- CASTELLS, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CHAUI, M. (2006). *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- CHEN, G.-M. & Starost, W. L. A. (1996). Intercultural communication competence: a synthesis. In B. R. Burlinson, *Communication Yearbook*. Vol. 19. Sage Publications.
- CORTINA, A. (2005). *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Loyola.
- DAHRENDORF, R. (1992). *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: Edusp.
- DIMENSTEIN, G. (1997). *O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Ática.
- FERNÁNDEZ Collado, C. & Garcia, L. G. (Orgs.) (2008). *La comunicación humana en el mundo contemporáneo*. México. McGraw-Hill.
- MARSHALL, T. H. (1967) *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MARTINS, M. L. (Ed.) (2015). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Famalicão: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MARTINS, M. L. et alii (Eds.) (2014). *Interfaces da Lusofonia*. Atas da Conferência “Interfaces da Lusofonia” – 4-6 de julho de 2013. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). eBook. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29765>.

- MATA, M. C. (2002). Comunicación, ciudadanía y poder. *Diálogos de la Comunicación*, 65-75.
- PÉREZ, R. A. (2008). *Estrategias de comunicación*. Barcelona: Editorial Ariel.
- PERUZZO, C. M. K. (1998). *Comunicação nos movimentos populares*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- POSTER, M. (2003). Cidadania, mídia digital e globalização. In D. de Moraes (Org.), *Por uma outra comunicação* (pp. 315-336). Rio de Janeiro: Record.
- ROGERS, E. M. & Stetnfatt, T. M. (1999). *Intercultural communication*. Prospect Heights, IL: Waveland Press.
- RUSCHEINSKY, A. (1999). *Metamorfoses da cidadania*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos.
- SANTOS, M. (2002). *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha.
- SCHULER, M. (1995). *Comunicação organizacional intercultural: aspectos culturais influenciando a comunicação entre organizações de diferentes países*. Porto Alegre: PPGA/UFRGS.
- SCHULER, M. (2009). A cultura organizacional como manifestação da multidimensionalidade humana. In M. M. K. Kunsch (Org.), *Comunicação organizacional. Vol. 2. Linguagem, gestão e perspectivas* (pp. 243-27). São Paulo: Editora Saraiva.
- SERVAES, J. (2002). *Comunicaciones interculturales y diversidad cultural: un mundo, muchas culturas*. *Revista FAMECOS*, 20, 65-81.
- VIEIRA, L. (1997). *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2005). *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*. Paris: UNESCO. Retirado de www.cultura.gov.br/.../convencao...promocao-da-diversidade-das-expressoes-culturais.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2009). *2º Relatório Mundial da Unesco: investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural*. Paris: UNESCO. Retirado de www.unesco.org/en/world-reports/cultural-diversity.
- WOLTON, D. (2006). *É preciso salvar a comunicação*. São Paulo: Paulus.
- WOLTON, D. (2004). *Pensar a comunicação*. Brasília: Editora UnB.
- ZAOUAL, H. (2003). *Globalização e diversidade cultural*. São Paulo: Cortez Editora.

O espaço lusófono e ibero-americano remete para uma diversidade de culturas e de comunidades, que se exprimem em duas línguas, a portuguesa e a espanhola, duas línguas que, por serem de culturas, pensamento e conhecimento, concorrem para a construção deste espaço transnacional e transcontinental, contrariando a visão de um mundo monocolor, globalizado, hegemonicamente falado em inglês. ¶ As Ciências da Comunicação dos países lusófonos e ibero-americanos têm uma responsabilidade, ao mesmo tempo científica, estratégica, política e cívica, de concorrer para a construção da comunidade de investigação lusófona e ibero-americana de Ciências da Comunicação, fazendo obra de cultura, de pensamento e de conhecimento. ¶ Ao interrogarem, em português e em espanhol, os modos como nos distintos países do espaço lusófono e ibero-americano é feita a interação científica e produzido o conhecimento, as Ciências da Comunicação constroem a sua própria comunidade científica e concorrem para a afirmação internacional das Ciências Sociais e Humanas, elas que no seu todo estão convocadas a fazer comunidade e obra de conhecimento.

ISBN 978-989-755-306-6



COMPETE
2020

PORTUGAL
2020



FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
UNIVERSIDADE DE LISBOA, INSTITUTO DE PESQUISA E INOVAÇÃO